



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**RELATÓRIO DE GESTÃO
TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO 2006**

Março, 2007

SUMÁRIO

ROL DE RESPONSÁVEIS

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO VINCULADOR

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

ESTRUTURA REGIMENTAL

GESTÃO OPERACIONAL FINALÍSTICA

Público Alvo dos Processos Gerenciais

Vinculações com o Plano Plurianual

Plano Estratégico

Programas

Indicadores de C&T

EXECUÇÃO FÍSICO- FINANCEIRA DOS PROGRAMAS E AÇÕES

Secretaria Executiva

Assessoria de Assuntos Internacionais

Assessoria de Captação de Recursos

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Secretaria de Política de Informática



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA – EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2006

I. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO VINCULADOR

Ministério da Ciência e Tecnologia
CNPJ: 01.263.896/0001-64
Esplanada dos Ministérios, Bl. “E” – 4º andar
CEP 72 067-900
Brasília – DF

Ministro de Estado: Sergio Machado Rezende

Natureza Jurídica: Órgão da Administração Pública Federal Direta

Finalidade:

O Ministério da Ciência e Tecnologia foi criado pelo Decreto número 91.146, de 15 de março de 1985, com a finalidade de assessorar o Presidente da República na formalização de diretrizes da ação governamental.

II. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Secretaria Executiva – SEXEC
Esplanada dos Ministérios, Bl. “E”, 5º andar
CEP 72 067-900
Brasília – DF

Secretário- Executivo: Luis Manuel Rebelo Fernandes

Natureza Jurídica da Unidade: Órgão da Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado

III. ESTRUTURA REGIMENTAL

Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto número 5.886 de 6 de setembro de 2006.

Natureza e Competência:

- ✓ política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação;
- ✓ planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia;
- ✓ política de desenvolvimento de informática e automação;
- ✓ política nacional de biossegurança;
- ✓ política espacial;
- ✓ política nuclear; e
- ✓ controle da exportação de bens e serviços sensíveis.

Estrutura Organizacional:

Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

- a) Gabinete;
- b) Secretaria-Executiva:
 - ✓ Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa;
 - ✓ Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;
 - ✓ Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas;
 - ✓ Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais;
 - ✓ Assessoria de Captação de Recursos
- c) Assessoria de Assuntos Internacionais; e
- d) Consultoria Jurídica.

Órgãos específicos singulares:

- a) Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento:
 - ✓ Departamento de Políticas e Programas Temáticos;
- b) Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social:
 - ✓ Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia; e
 - ✓ Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social;
- c) Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; e
- d) Secretaria de Política de Informática:
 - ✓ Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informática e Comunicação.

Unidades de Pesquisa:

- ✓ Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;
- ✓ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
- ✓ Instituto Nacional de Tecnologia;
- ✓ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
- ✓ Centro de Pesquisas Renato Archer;
- ✓ Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas;

- ✓ Centro de Tecnologia Mineral;
- ✓ Laboratório Nacional de Astrofísica;
- ✓ Laboratório Nacional de Computação Científica;
- ✓ Museu de Astronomia e Ciências Afins;
- ✓ Museu Paraense Emílio Goeldi;
- ✓ Observatório Nacional.

Órgãos Colegiados:

- ✓ Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia;
- ✓ Conselho Nacional de Informática e Automação;
- ✓ Comissão Técnica Nacional de Biossegurança;
- ✓ Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia.

Entidades Vinculadas:

- ✓ Agência Espacial Brasileira;
- ✓ Comissão Nacional de Energia Nuclear;
- ✓ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e
- ✓ Financiadora de Estudos e Projetos.

IV – COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS

À Secretaria-Executiva compete:

- ✓ assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;
- ✓ supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais, de documentação e arquivos, de administração financeira e de contabilidade, no âmbito do Ministério;
- ✓ auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério;
- ✓ supervisionar e coordenar a elaboração das diretrizes, normas, planos e orçamentos relativos a planos anuais e plurianuais;
- ✓ coordenar os trabalhos relacionados à avaliação de programas e projetos, levantamentos dos dispêndios dos recursos vinculados às áreas de competência do Ministério;
- ✓ supervisionar e coordenar as ações do Ministério e das unidades de pesquisa e entidades vinculadas, voltadas à captação de recursos para o financiamento de programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive os de fundos setoriais;
- ✓ identificar e mobilizar novas fontes de recursos para financiamento de programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação de recursos humanos, destinados à criação de novos conhecimentos ou que atendam às necessidades específicas de setores de importância estratégica nacional ou regional;
- ✓ supervisionar e coordenar o acompanhamento das realizações de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica das unidades de pesquisa;

- ✓ avaliar os contratos de gestão firmados entre o Ministério e as entidades qualificadas como organizações sociais; e
- ✓ exercer outras competências que lhe forem cometidas.

A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos da Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e de Administração a ela subordinada.

V. GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA

Público-alvo dos processos gerenciais:

- ✓ sociedade;
- ✓ comunidade científica;
- ✓ instituições de pesquisa;
- ✓ universidades;
- ✓ iniciativa privada;
- ✓ agências e os governos federal, estaduais e municipais;
- ✓ unidades de pesquisa subordinadas ao MCT; e
- ✓ organizações sociais supervisionadas.

Vinculações com o Plano Plurianual:

A programação desenvolvida pelas unidades da Administração Central esteve inserida no Plano Plurianual 2004-2007 – “BRASIL UM PAÍS DE TODOS”.

A estrutura programática do MCT foi embasada em um Plano Estratégico de atuação voltado para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável do País, tendo como Macrodiretrizes:

- ✓ desenvolver tecnologias que promovam a modernização industrial, a inovação e a inserção internacional, além de privilegiar alguns setores estratégicos, em concordância com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do Governo Federal;
- ✓ investir nas tecnologias espacial e nuclear para atender às necessidades nacionais nas áreas de telecomunicações, levantamento e prospecção de recursos naturais, impactos ambientais, vigilância de fronteiras, bem como nas áreas de energia, indústria, saúde, agricultura e recursos hídricos;
- ✓ contribuir para a melhoria dos indicadores de inclusão social, por meio de investimentos em tecnologias que permitam o acesso ao conhecimento, a geração de empregos e o combate à fome;
- ✓ disseminar o desenvolvimento científico e tecnológico no País, bem como implantar novos padrões nas relações internacionais pertinentes aos temas de ciência e tecnologia;
- ✓ implantar um modelo de gestão adequado às novas exigências políticas, econômicas e sociais, estimulando e fomentando uma postura gerencial que privilegie a ética e a transparência;

- ✓ valorizar a capacitação e a preservação dos recursos humanos qualificados para pesquisas em áreas estratégicas, assim como promover a integração, a capacidade de iniciativa e a criatividade;
- ✓ buscar a racionalização, a simplificação, a descentralização e o uso compartilhado dos recursos, visando à máxima eficiência para enfrentar os novos desafios.

Tais diretrizes foram sintetizados em uma **Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia** composta de um eixo estruturante e três eixos verticais. O primeiro eixo está voltado para a estruturação de um efetivo Sistema Nacional de CT&I envolvendo múltiplos agentes públicos e privados. Os eixos verticais, por sua vez, focados na capacitação e mobilização da base científica e tecnológica nacional com vistas a promover a inovação nos marcos das diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – Pitce, viabilização de programas estratégicos que salvaguardam a soberania do país e a promoção da inclusão e o desenvolvimento social, sobretudo nas áreas mais carentes.

Eixo estruturante

Consolidação, Expansão e Integração do Sistema Nacional de C,T&I - Voltado para o apoio à base institucional de pesquisa, visa articular programas que promovam a infra-estrutura e a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação nacionais.

Eixos verticais

Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - Tem como objetivo principal incentivar a inovação tecnológica nas cadeias produtivas, através de ações executadas em articulação com diversos órgãos e instituições do governo e entidades parceiras do setor público e privado. Visa, também, desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais e das condições de inserção da economia brasileira no mercado internacional.

Objetivos Estratégicos Nacionais - Prioriza os estudos e pesquisas relacionadas às complexas interações entre o meio ambiente, o clima e a sociedade, bem como a composição de infra-estrutura técnica modernizada para observação da Terra, meio ambiente terrestre e marinho, meteorologia, clima, hidrologia e ecossistemas, no sentido de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira.

Aqui insere-se, também, o uso pacífico das aplicações nucleares nas áreas de energia, indústria, saúde, meio ambiente, agricultura e recursos hídricos que demandam, continuamente, novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

C,T&I para a Inclusão e Desenvolvimento Social - Tem como finalidade universalizar o acesso aos bens gerados pela ciência e pela tecnologia e, ao mesmo tempo, ampliar a capacidade local e regional de gerar e difundir o progresso técnico, visando a competitividade econômica e a qualidade de vida da população.

O elenco de Programas e Ações que compõem o PPA 2004-2007, está conceitualmente associado a cada um dos eixos estratégicos, conforme a seguir:

Eixo estruturante – Expansão, Consolidação e Integração do Sistema Nacional de C,T&I

Programa 0460 – Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa

Tem como objetivo ampliar a capacidade de resposta do Sistema Nacional de C,T&I às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade, mediante a formação e capacitação de pesquisadores.

Programa 0461- Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Tem como objetivo promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica e incremento da produtividade dos pesquisadores.

Programa 0473 - Gestão da Política de Ciência, Tecnologia & Inovação

O Programa Gestão de Política de C,T&I, tem como finalidade apoiar o planejamento, a avaliação e o monitoramento do conjunto de atividades que refletem a política de ciência, tecnologia e inovação nacionais. Neste sentido, trata-se de ferramenta de apoio aos demais Programas do PPA do MCT.

Eixo I - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Objetiva viabilizar um novo patamar de relacionamento público-privado e uma nova institucionalidade do sistema nacional de C,T&I, visando acelerar o processo de capacitação de recursos humanos e de modernização tecnológica da indústria nacional, criar e consolidar nichos de mercado para produtos e processos brasileiros baseados em novas tecnologias e nortear a pesquisa básica com problemas originários de demandas concretas por novos conhecimentos ligados a realidade e ao cotidiano brasileiros.

Eixo II - Objetivos Estratégicos Nacionais

Programa 1122 – Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima

O Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima, tem como objetivo maior a ampliação do conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Programa 0464 - Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)

Com o objetivo de desenvolver e utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais, o PNAE é estratégico para o desenvolvimento e consolidação da capacitação tecnológica e industrial brasileira em sistemas espaciais, essenciais não apenas na obtenção de

informações sobre a Terra, como também na viabilização de aplicações e serviços decorrentes dessas informações.

Programa 1113 - Nacional de Atividades Nucleares (PNAN)

Visa garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear, desenvolver tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

Eixo III – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social

Programa 0471 – Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social

Pretende-se com este Programa ampliar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico e responder ao desafio da construção de uma sociedade onde o conhecimento seja o propulsor de conquistas culturais, sociais e econômicas, e que a ciência e a tecnologia venham a desempenhar, plenamente, o seu papel para o desenvolvimento do país e a elevação da qualidade de vida da população.

Multissetorialidade

O MCT participa com Ações em Programas coordenados pelos seguintes Ministérios:

- Defesa- MD

✓ Programa Antártico Brasileiro (Proantar)

- Planejamento – MP

✓ Programa Inclusão Digital

- Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

✓ Programa Competitividade das Cadeias Produtivas

- Meio Ambiente – MMA

✓ Programa Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer)

✓ Programa Comunidades Tradicionais

Os seguintes Ministérios participam com Ações em Programas coordenados pelo MCT:

- Meio Ambiente – MMA

✓ Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima

✓ Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

- Integração Nacional – MI

✓ Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

✓ Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

-Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

✓ Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

- Defesa – MD

✓ Programa Nacional de Atividades Espaciais

✓ Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Indicadores de Ciência e Tecnologia

Os indicadores de nacionais de ciência e tecnologia (C&T) estão na página do MCT, em <http://www.mct.gov.br/estat/ascavpp/Default.htm>. Resultam de processo constante de aperfeiçoamento na elaboração, tanto de estudos visando superar dificuldades metodológicas e de acesso às múltiplas fontes primárias utilizadas, como da introdução de novos indicadores que permitam uma melhor avaliação das potencialidades da base científica e tecnológica do Brasil.

Os indicadores nacionais de C&T seguem as recomendações dos manuais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), adotados internacionalmente, e permitem a comparação entre indicadores de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de diferentes países. Segundo os manuais, ciência e tecnologia (C&T) refere-se à pesquisa e desenvolvimento experimental (P&D) e às atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC).

Destaques que refletem o desenvolvimento da ciência e tecnologia e a participação do governo federal neste processo:

- ✓ crescimento dos investimentos federais, em particular do Ministério da Ciência e Tecnologia em relação ao Produto Interno Bruto (PIB);
- ✓ no tocante à formação de recursos humanos para a pesquisa, a superação da meta prevista para 2006 de formar dez mil doutores por ano;
- ✓ na produção científica em revistas indexadas, o Brasil já ultrapassa a 1,8% da produção de artigos científicos no mundo. Em 2002 o percentual era de 1,5%;
- ✓ crescimento do universo de pesquisadores e a evolução da participação feminina, tanto na distribuição percentual de pesquisadores segundo o sexo, quanto em relação à população economicamente ativa feminina.

Evolução do percentual dos investimentos em C&T do governo federal em relação ao PIB e

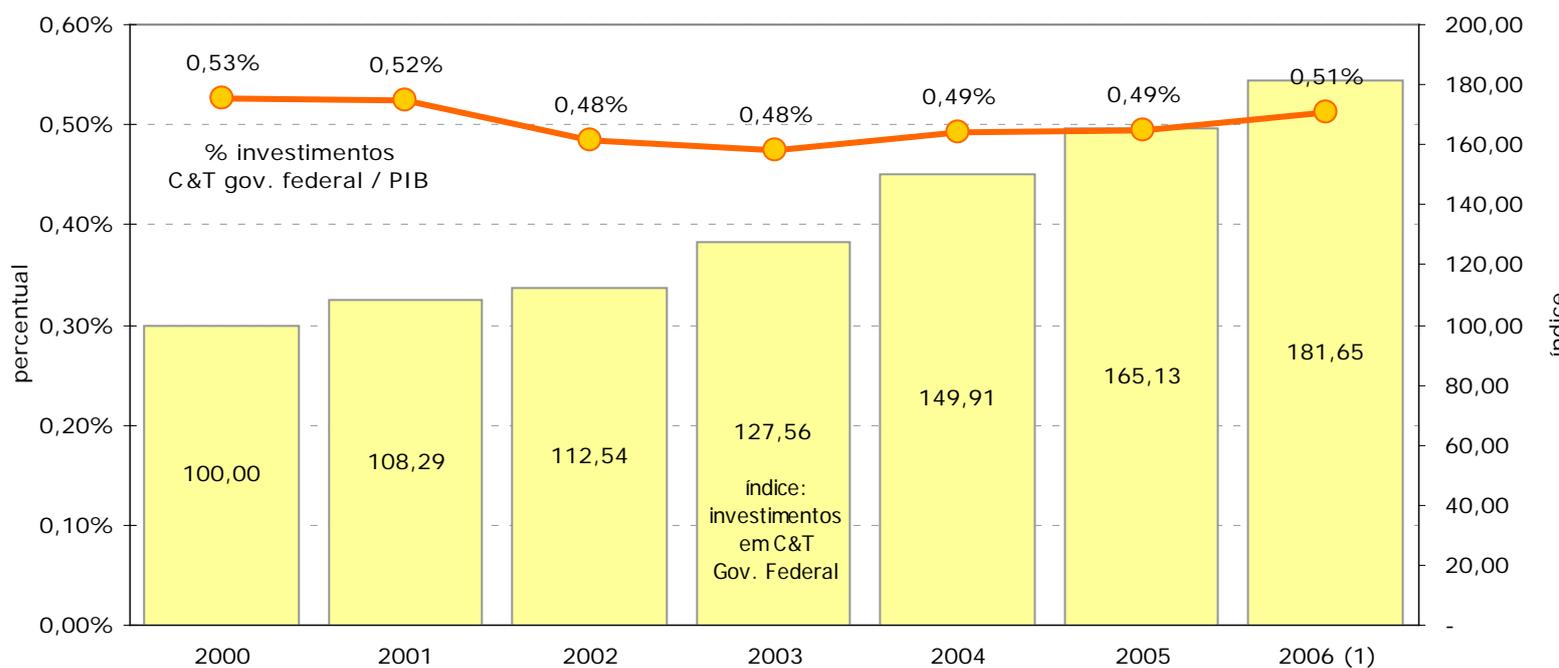
Índice de crescimento - 2000-2006

Ano	Investimentos em C&T do governo federal	% Investimentos em C&T do governo federal/PI B
	R\$ milhões correntes	Índice (base: 2000=100)
2000	5.795,4	100,00
2001	6.276,0	108,29
2002	6.522,1	112,54
2003	7.392,5	127,56
2004	8.688,2	149,91
2005	9.570,3	165,13
2006 (1)	10.527,3	181,65

Fontes: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Extração especial realizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores - Ministério da Ciência e Tecnologia.

(1) Estimativa



(1) Estimativa

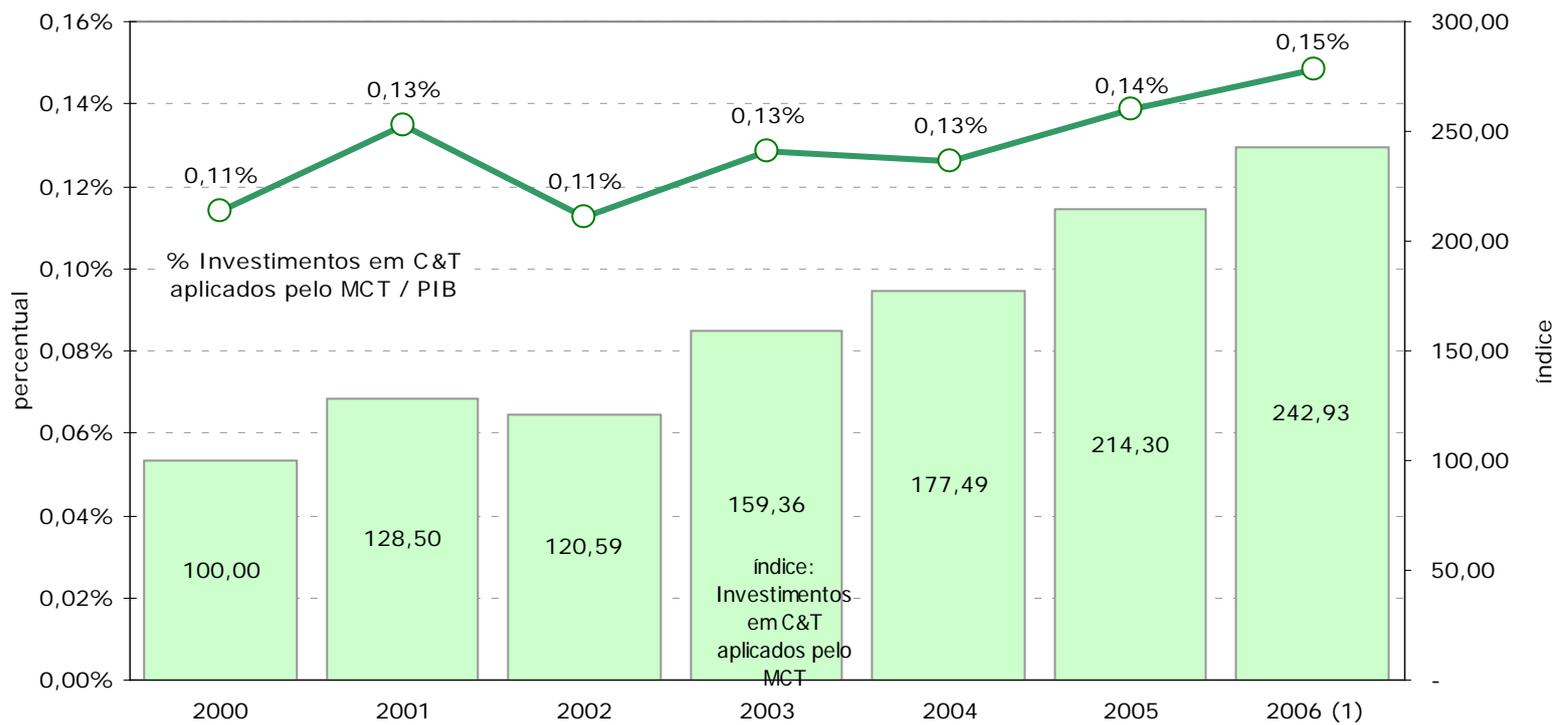
Evolução do percentual dos investimentos em C&T aplicados pelo MCT em relação ao PIB e índice de crescimento - 2000-2006

Ano	Investimentos em C&T aplicados pelo MCT		% Investimentos em C&T aplicados pelo MCT / PIB
	R\$ milhões correntes	Índice (base: 2000=100)	
2000	1.255,6	100,00	0,11%
2001	1.613,4	128,50	0,13%
2002	1.514,1	120,59	0,11%
2003	2.000,9	159,36	0,13%
2004	2.228,6	177,49	0,13%
2005	2.690,7	214,30	0,14%
2006 (1)	3.050,2	242,93	0,15%

Fontes: MCT. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores - Ministério da Ciência e Tecnologia.

(1) Estimativa



(1) Estimativa

INVESTIMENTO TOTAL

	Investimentos em C&T total		% C&T total / PIB
	R\$ milhões correntes	Índice	
2000	15.759	100,00	1,43%
2001	17.516	111,15	1,46%
2002	19.369	122,91	1,44%
2003	21.459	136,17	1,38%
2004	24.234	153,78	1,37%
2005	26.437	167,76	1,36%
2006			

(*) Estimativa

	PIB	
	R\$ milhões correntes	índice
2000	1.101.255	100,00
2001	1.198.736	108,85
2002	1.346.028	122,23
2003	1.556.182	141,31
2004	1.766.621	160,42
2005	1.937.598	175,94

2006 (1)	186,48
	2.053.602

(*) Estimativa

Número de alunos novos e titulados no doutorado, 1987-2007 ⁽¹⁾

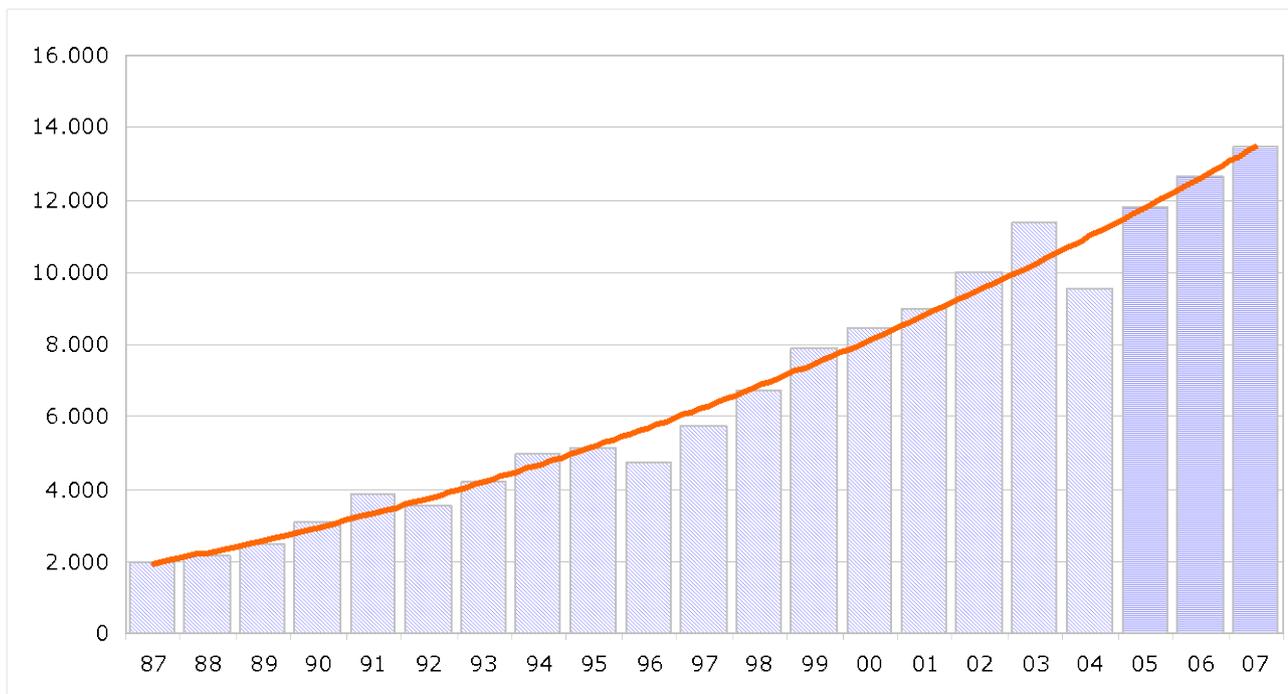
Ano	Alunos (observado)	
	Novos	Titulados
1987	1.976	1.005
1988	2.165	990
1989	2.473	1.139
1990	3.080	1.410
1991	3.865	1.750
1992	3.518	1.759
1993	4.191	1.875
1994	4.957	2.031
1995	5.110	2.497
1996	4.735	2.949
1997	5.742	3.497
1998	6.744	3.949
1999	7.903	4.853
2000	8.444	5.335
2001	9.013	6.042
2002	9.970	6.893
2003	11.343	8.094
2004	9.569	8.856
2005	11.793	9.803
2006	12.614	10.862
2007	13.463	11.982

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC).

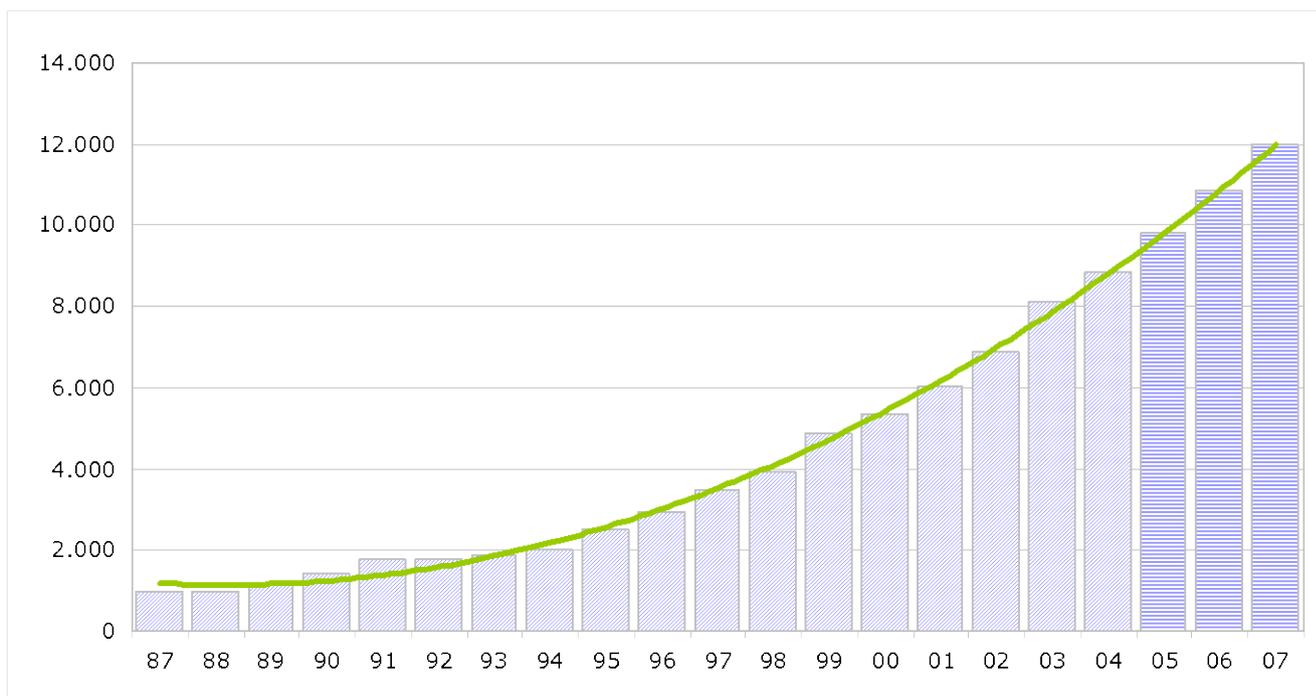
Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores - Ministério da Ciência e Tecnologia.

(1) De 2005 a 2007 valores estimados

**Número de alunos novos no doutorado,
1987-2007**



**Número de alunos titulados no
doutorado, 1987-2007**



Número de artigos brasileiros, da América Latina e do mundo publicados em periódicos científicos internacionais indexados no Institute for Scientific Information (ISI) , 1981-2006 (1)

Ano	Brasil	América Latina	Mundo	% do Brasil em relação ao mundo	% do Brasil em relação à América Latina
1981	1.891	5.660	433.848	0,44	33,41
1982	2.190	6.210	445.058	0,49	35,27
1983	2.215	6.492	454.012	0,49	34,12
1984	2.281	6.512	454.644	0,50	35,03
1985	2.318	6.933	487.056	0,48	33,43
1986	2.494	7.457	505.133	0,49	33,45
1987	2.540	7.821	504.145	0,50	32,48
1988	2.774	8.067	523.878	0,53	34,39
1989	3.090	8.836	545.158	0,57	34,97
1990	3.561	9.634	560.322	0,64	36,96
1991	3.885	10.094	572.147	0,68	38,49
1992	4.576	11.388	609.512	0,75	40,18
1993	4.416	11.581	602.956	0,73	38,13
1994	4.805	12.683	638.321	0,75	37,89
1995	5.432	14.265	668.581	0,81	38,08
1996	5.970	15.693	679.059	0,88	38,04
1997	6.662	17.458	683.800	0,97	38,16
1998	7.988	19.434	710.017	1,13	41,10
1999	9.034	21.664	724.323	1,25	41,70
2000	9.591	22.745	721.421	1,33	42,17
2001	10.631	24.642	740.248	1,44	43,14
2002	11.361	25.915	736.110	1,54	43,84
2003	12.679	28.673	800.624	1,58	44,22
2004	13.328	28.594	770.031	1,73	46,61

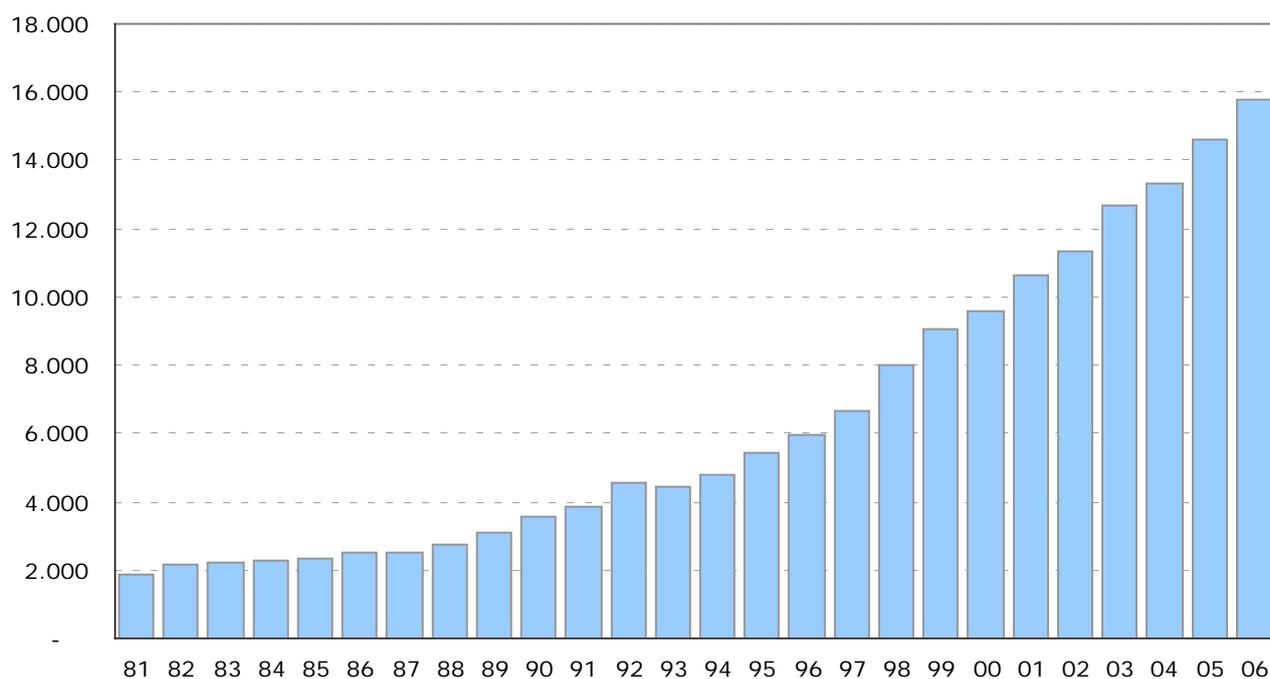
2005	14.615	32.233	809.028	1,81	45,34
2006	15.792	34.506	825.182	1,91	45,76

Fonte: Institute for Scientific Information (ISI), National Science Indicators (NSI).

Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores - Ministério da Ciência e Tecnologia.

(1) Em 2005 e 2006 estimativa.

Número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos internacionais indexados no Institute for Scientific Information (ISI) , 1981-2006 (1)



(1) Em 2005 e 2006 estimativa.

VI- EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DOS PROGRAMAS E AÇÕES

A Unidade Gestora 240101 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL), é responsável pela execução orçamentária e financeira da Secretaria Executiva (SEXEC), Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP), Assessoria de Assuntos Internacionais (ASSIN), Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS), Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC) e Secretaria de Política de Informática (SEPIN). Cabe ressaltar que o planejamento e o acompanhamento é de responsabilidade de cada Secretaria.

SECRETARIA EXECUTIVA – SEXEC

Responsável: *Luis Manuel Rebelo Fernandes*

A Secretaria- Executiva , tem sob sua responsabilidade os seguintes Programas e Ações:

Programa 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Tem como objetivo promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica e incremento da produtividade dos pesquisadores. No âmbito do Programa merecem menção em 2006:

- ✓ a reestruturação das Unidades de Pesquisa do MCT - para desempenhar a missão de transformar a C,T&I em instrumentos do desenvolvimento nacional, de forma soberana e sustentável, o MCT conta com o apoio de vinte e três Unidades de Pesquisa - UPs atuando em diversas áreas do conhecimento. Uma das principais ações do Ministério foi o Planejamento Estratégico de cada unidade, contando para isto com o apoio técnico do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. O Planejamento Estratégico buscou alinhar as Unidades de Pesquisa com as políticas de governo e com a sociedade. Para tanto, foi preciso revisar as missões e incorporar a gestão estratégica como forma de incrementar a eficiência e eficácia das unidades, de forma que as UPs consigam gerar resultados de pesquisa com impactos que

justifiquem os investimentos públicos na área. Os planejamentos estratégicos resultaram na elaboração dos Planos Diretores das UPs para o período de 2006-2010. Esses planos contemplam iniciativas com respectivas metas a serem alcançadas;

- ✓ a recuperação de instalações físicas e laboratoriais de diversas Unidades de Pesquisa do MCT;
- ✓ a Rede E-Conhecimento, implantada por intermédio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que conecta todo o sistema nacional de educação superior, universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa federais, EMBRAPA, FIOCRUZ, entre outras organizações, através de uma rede de comunicação de alta capacidade para pesquisa, educação e inovação. A capilarização desta rede, iniciada em 2006, em todas as capitais e no Distrito Federal permitirá nos próximos meses a interligação destas 300 organizações em grandes velocidades, permitindo economia de recursos e o uso de aplicações de colaboração à distância, principalmente para suporte à educação, na formação de professores e alunos, e na saúde, em projetos de telessaúde. São mais de 1 milhão de professores, pesquisadores e alunos que podem estar em contato constante no País e com o exterior para a geração de conhecimento e colaboração. No âmbito latino-americano, em 2006, foram integradas as redes nacionais de pesquisa de 14 países, do México à Argentina, através da Rede Clara – Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas – permitindo, pela primeira vez, a comunicação direta regional entre mais de 500 universidades e centros de pesquisa;
- ✓ a continuidade de projetos de alto interesse para o Brasil, a exemplo das pesquisas com biodiesel no Instituto Nacional de Tecnologia -INT, de prototipagem e modelagem na área médica no Centro de Pesquisas Renato Archer -CenPRA e Laboratório Nacional de Computação Científica- LNCC, respectivamente; de rochas ornamentais no Centro de Tecnologia Mineral- CETEM, de biodiversidade no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia -INPA e Museu Paraense Emílio Goeldi- MPEG, de novas tecnologias para construção de modelos e protótipos de produtos utilizados na indústria de petróleo pelo INT entre outros;
- ✓ o apoio a redes de pesquisa com excelência reconhecida em temas específicos- “Institutos do Milênio”. Foram apoiados 34 institutos, envolvendo orçamento de R\$ 90 milhões para o triênio de 2006 a 2008;
- ✓ o apoio a 98 programas de parceria, com investimento total de R\$ 30 milhões, no âmbito do Programa “Casadinho”- que promove a interação entre grupos de pesquisa com programas de pós-graduação consolidados e grupos de pesquisa vinculados a programas de pós-graduação não consolidados das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e do estado do Espírito Santo;
- ✓ a aprovação de 2.558 projetos com investimentos da ordem de R\$ 90 milhões, no âmbito do Edital Universal - aberto a todas as áreas do conhecimento financiando numerosos projetos de pequeno porte;
- ✓ a continuidade do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX, que financia projetos de grupos de pesquisa considerados núcleos de excelência. O programa beneficiou 242 núcleos em dezoito estados.

O Programa em sua totalidade apresentou um percentual de 99% de despesas liquidadas.

4947.0002 - Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia no Centro Internacional de Física da Matéria Condensada-CIFMC-UNB - DF

Tem por objetivo fortalecer o Centro Internacional de Física da Matéria Condensada, da Universidade de Brasília. Os recursos foram descentralizados diretamente para a Fundação

Universidade de Brasília-FUB no valor de R\$2.470.000,00, implicando na execução de 100% dos recursos autorizados na LOA 2006.

4947.0058 - Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Laboratório de Plasma Térmico do Departamento de Física da UFES - No Estado do Espírito Santo

Por falta de projeto técnico específico em tempo hábil, esta ação não foi executada.

4947.0060 - Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Hospital Veterinário da PUC - Toledo - PR

Recursos de Emenda Parlamentar no valor de R\$100.000,00. Foi apresentado o projeto "Utilização de Pequenas Propriedades Rurais para Produção Orgânica visando o Desenvolvimento Sustentável". Foi formalizado o processo nº 7090/2006-70, mas na análise da documentação para celebração de convênio foram detectadas pendências nas certidões do INSS. A instituição interessada não conseguiu resolver as pendências até 30/12/2006.

4947.0062 - Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - No Estado de Pernambuco

Por falta de projeto técnico específico em tempo hábil, esta ação não foi executada.

4947.0064 - Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Desenvolvimento Biotecnológico na Fundação Bio-Rio - No Estado do Rio de Janeiro

Por falta de projeto técnico específico em tempo hábil, esta ação não foi executada.

Ação 6995.0010– Fomento a Projetos de Consolidação da Capacidade Científica e Tecnológica - Na Região Norte

Por falta de projeto técnico específico em tempo hábil, esta ação não foi executada.

Ação 6995. 0020– Fomento a Projetos de Consolidação da Capacidade Científica e Tecnológica - Nordeste

Por falta de projeto técnico específico em tempo hábil, esta ação não foi executada.

Ação 6995.0026– Fomento a Projetos de Consolidação da Capacidade Científica e Tecnológica - Região estadual de Pernambuco

Por falta de projeto técnico específico em tempo hábil, esta ação não foi executada.

Ação 6995.0050- Fomento a Projetos de Consolidação da Capacidade Científica e Tecnológica – Centro-Oeste

Por falta de projeto técnico específico em tempo hábil, esta ação não foi executada.

6995.0029 - Fomento a Projetos de Consolidação da Capacidade Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia

Tem o objetivo de consolidar a capacitação científica e tecnológica, com vistas ao constante aprimoramento da qualidade dos produtos ofertados, proporcionando maior competitividade, estímulo ao crescimento, à inclusão social e a uma melhor distribuição de renda à população. No âmbito da ação foi celebrado o Convênio nº 103/06- FAPESB, cujo objeto é a Implantação do Tecnovia Parque Tecnológico, com base na ampliação das competências do SENAI/CIMATEC.

Dos recursos autorizados na LOA 2006, foram liquidados R\$ 7.879.510, representando o percentual de 65% de execução orçamentária.

Ação 10BL.0056 - Implantação de Parque Tecnológico - No Estado de Sergipe

Trata-se de Emenda Parlamentar destinada a construção do prédio principal do Parque Tecnológico do Estado de Sergipe, cujo objetivo é estimular e gerenciar o fluxo de conhecimento e tecnologia entre universidades, instituições de pesquisa e desenvolvimento, empresas e mercado, facilitar a criação e o crescimento de empresas de base tecnológica por meio de processos de incubação e, prover serviços de alto valor agregado juntamente com espaços e instalações de alta qualidade. O MCT firmou convênio com o Governo do Estado de Sergipe, por intermédio da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura. Os recursos liquidados na ação correspondem a R\$ 4.900.000,00, representando execução de 100% da dotação aprovada na LOA 2006.

Programa 1113- Nacional de Atividades Nucleares

O Programa Nacional de Atividades Nucleares – PNAN, executa atividades voltadas à regulamentação e fiscalização do setor nuclear brasileiro e atividades relacionadas ao desenvolvimento da tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura e meio ambiente e geração de energia, destacando-se adicionalmente, o atendimento ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

Em 2006 destacam-se:

- ✓ Inauguração da 1ª Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio em Resende, na INB, marco importante para o início da produção em escala industrial de combustíveis para usinas nucleares. Tal iniciativa faz parte da estratégia de criar capacidade industrial para suprir as futuras expansões da geração nucleoeletrônica com um produto de alto valor agregado, além de dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares Angra 1 e 2;
- ✓ fabricação dos blocos que formarão o casco da plataforma semi-submersível P-51 da PETROBRÁS, primeira cujo casco será inteiramente fabricado no Brasil e, continuidade da fabricação dos dois geradores de vapor de substituição de Angra 1;
- ✓ modernização das diretrizes normativas e dos sistemas de licenciamento e controle de instalações nucleares e radiativas, com foco em inovações tecnológicas voltadas ao aprimoramento da segurança nuclear, em conformidade com os padrões internacionais estabelecidos pela Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA.
- ✓ aproximadamente 3 milhões de procedimentos médicos com radioisótopos e radiofármacos produzidos nos Institutos da CNEN, representando um aumento de cerca de 36% em relação a 2003, primeiro ano da atual gestão. Considerando a previsão de crescimento dessa demanda e visando um atendimento mais eficiente nas regiões do Brasil, encontram-se em andamento construção de novas unidades produtoras de radioisótopos de meia-vida curta em Minas Gerais e em Pernambuco, o

que permitirá a ampliação da produção de radioisótopos e radiofármacos para diagnóstico e terapia de várias doenças, contribuindo para fortalecer a utilização da energia nuclear na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Ação 2463 – Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear

Deu-se continuidade ao Programa de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear, onde foi priorizado o fomento às tecnologias que têm por objetivo a obtenção de capacitação nacional autóctone no projeto, fabricação de componentes, construção, operação e manutenção de instalações de geração de energia núcleo-elétrica. Esta capacitação é demonstrada pela implantação e operação, no Centro Experimental de ARAMAR, de um protótipo de uma instalação nuclear, que funcionará como Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LABGENE). Apoiar projetos específicos de órgãos da Administração Pública direta e celebrar convênios com órgãos da Administração Pública indireta, para etapas de desenvolvimento tecnológico de interesse, que constem dos objetivos da ação, fixando as respectivas contrapartidas e definindo a participação do MCT, de acordo com as disponibilidades financeiras. Para tanto, foi assinado um Plano de Trabalho com o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), para a realização do seguinte projeto:

✓ Apoio à implantação do Laboratório de Geração Nucleoelétrica (LABGENE)

Resultados: concluída a fabricação e montagem de separadores de vapor em dois geradores de vapor; supervisão técnica das atividades de fabricação dos geradores de vapor pelo Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear - Orgão de Supervisão Técnica Independente (OSTI); aprovação da qualificação de procedimento de soldagem dos tubos nos espelhos de dois geradores de vapor; desenvolvimento de combustível nuclear(circuitos termohidráulicos e unidade crítica); análise de transientes, acidentes e blindagem; aprovação do projeto de detalhamento de instalações, sistemas, equipamentos, itens, redes de tubulações relacionadas com a produção do combustível; aprovação do projeto de detalhamento de instalações, sistemas, equipamentos, itens, redes de tubulações relacionadas com os prédios nucleares e não nucleares; elaboração do projeto de equipamentos de monitoração de radiação; elaboração do projeto de arquitetura e cálculo estrutural de instalações; e elaboração e aprovação do relatório de cálculo de tensões mecânicas de equipamentos e sistemas.

Ação 2B27 – Sistema de Resposta a Situações de Emergência Nuclear

O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron) tem por objetivos desenvolver atividades e supervisionar e coordenar ações que visem manter, permanentemente, a capacidade para a pronta resposta a situações de emergência nuclear no País e para a proteção dos materiais e conhecimentos sensíveis relacionados aos programas e projetos da área nuclear em desenvolvimento. Com investimentos relativamente modestos, quando comparados a investimentos realizados por países desenvolvidos e detentores da tecnologia nuclear, o Sipron já alcançou conquistas significativas, a medida que os planos para enfrentamento de situações de emergência nuclear na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, onde estão instaladas as duas usinas nucleares brasileiras, têm se mostrado pertinentes quando aplicados em exercícios.

Da mesma forma, se pode afirmar que as atividades preventivas à resposta a situações de emergência nuclear – capacitação de recursos humanos, campanhas de esclarecimento, e adequação e modernização de instalações de abrigo e de saúde - têm sido contempladas com interesse e prioridade, dentro da capacidade que os recursos disponibilizados permitem. Destacam-se, pela relevância:

- a instalação e a equipagem dos Centros de Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear, hoje presentes nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e Angra dos Reis, que se prestam a acompanhar e coordenar as ações desenvolvidas para a pronta resposta à proteção da população e do meio ambiente sujeitos aos riscos na deflagração de uma situação de emergência nuclear;
- implementação e modernização da proteção física das instalações nucleares do Centro Tecnológico do Exército – CTEX e do Centro Tecnológico da Marinha – CTMSP;
- aquisição de equipamentos destinados ao preparo da Companhia de Defesa Química, Biológica e Nuclear (Cia Def QBN), do Exército Brasileiro;
- as campanhas de esclarecimento, planejadas e promovidas de forma contínua, para esclarecer o público sobre os planejamentos e as medidas de proteção à população e ao meio ambiente;
- reforma, ampliação e equipagem da Enfermaria de Pacientes Irrradiados do Centro Experimental Aramar (CEA). Aquisição de equipamento médico para o Hospital Naval Marcílio Dias para permitir em melhores condições o pronto atendimento, em terceiro nível, a um acidentado irradiado;
- a capacitação de recursos humanos para atuarem na resposta a uma situação de emergência nuclear na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto; e
- a realização de exercícios anuais de resposta a uma emergência nuclear.

Aplicação dos recursos:

Ano 2006	Concedente	Proponente	ND	Total (R\$)
-	50.000,00	Cia DQBN	33.90.30	50.000,00
	79.447,88	CTMSP	44.90.51	79.447,88
	118.000,00	CTE _x	44.90.52	118.000,00
	50.000,00	HNMD	44.90.52	50.000,00
	189.000,00	Cia DQBN	44.90.52	189.000,00
Total Geral	486.447,88	-	-	486.447,88

Ano 2006	Concedente	Proponente	ND	Total (R\$)
	29.408,45	SIPRON/MCT	33.90.14	29.408,45
	47.931,16	SIPRON/MCT	33.90.33	47.931,16
	300,00	SIPRON/CNAGEN - MCT	33.90.39	300,00
	13.300,00	SIPRON/CNAGEN - MCT	44.90.52	13.300,00
Total Geral	90.939,61	-	-	90.939,61

6855- Proteção Física em Instalações Nucleares

Visa garantir a segurança das atividades nucleares, bem como do pessoal, da população e do meio ambiente, através da permanente adequação dos sistemas de proteção física das Unidades Operacionais do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron).

No campo da proteção física de instalações, o Sipron desenvolveu atividades voltadas para o planejamento integrado e a ação conjunta dos atores responsáveis pela adoção de medidas destinadas a evitar atos de sabotagem contra materiais, equipamentos e instalações usados em

programas e projetos de desenvolvimento técnico-científico nuclear de interesse do Estado e da sociedade. Trabalha também, no sentido de impedir a remoção não autorizada de material, especialmente nuclear, e prover meios para a rápida localização e recuperação do material já desviado, garantindo a defesa do patrimônio nacional.

Aplicação dos recursos:

Ano 2006	Concedente	Proponente	ND	Total (R\$)
	5.595,00	CTEx	44.90.51	5.595,00
-	76.647,00	CTEx	44.90.52	76.647,00
Total Geral	82.242,00	-	-	82.242,00

Ação 1395 - Construção e Adaptação de Abrigos Públicos e de Instalações de Saúde

Tem por finalidade a adequação de abrigos públicos e instalações de saúde para assegurar a existência de locais para abrigar pessoas removidas das áreas de risco, inclusive, prevendo a expansão demográfica da região, e prover instalações de saúde adaptadas para atendimento médico no nível terciário às situações de emergência em caso de acidentes nucleares.

Quadro de aplicação de recursos:

NATUREZA	Projeto de Lei	Lei Orçamentária	Limite do MCT
4 – DESPESAS DE CAPITAL	90.000,00	90.000,00	61.934,00
TOTAL	90.000,00	90.000,00	61.934,00

Programa 0473 – Gestão da Política de Ciência e Tecnologia

A Gestão da Política de C,T&I está sendo conduzida pelo MCT em consonância com o seu Plano Estratégico, embasada nos Eixos Expansão, Consolidação e Integração do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior; Objetivos Estratégicos Nacionais; Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social. Esse processo de gestão tem contado também, com o apoio de entidades representativas da sociedade organizada, de representação dos cientistas e acadêmicos brasileiros, a exemplo da Academia Brasileira de Ciências- ABC, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e da Associação Nacional de Docentes de Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, e dos fóruns permanentes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de C&T - CONSECTI, do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (CONFAP), do CCT que, reformulado e ampliado, contribuiu com destaque para a definição das linhas estratégicas da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. No âmbito das ações que compõem o Programa, os principais resultados, em 2006, podem ser sintetizados em: intensificação de ações conjuntas de cooperação internacional; maior eficácia na realização de controle de transferências e anuências de bens sensíveis; aprovação de 439 pleitos, submetidos à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, envolvendo solicitações de certificados para trabalhos com Organismos Geneticamente Modificados - OGM, extensões de certificados, liberações planejadas de OGM no meio ambiente, importações de OGM, dentre outros; aperfeiçoamento de instrumentos e programas voltados para o desenvolvimento das atividades das empresas produtoras de software; na questão das Mudanças Globais do Clima,

destacam-se atividades no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, em que o Brasil tem-se destacado como um dos países mais organizados e estruturados para atrair esse tipo de oportunidade, contando com um total de 197 atividades de projeto em processo de validação e registradas, representando 15% do total mundial. Em termos de reduções de emissões projetadas, o Brasil ocupa a terceira posição, sendo responsável pela redução de 187 milhões de t CO₂e, o que corresponde a 10% do total mundial.

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Visa dar suporte à implementação do Programa Gestão da Política de Ciência e Tecnologia, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. As despesas envolvem pagamento de pessoal por tempo determinado, passagens e despesas com locomoção, material de consumo e outros serviços de terceiros. Os resultados desta ação estão diretamente relacionados aos resultados do Programa. Os recursos liquidados de R\$ 4.359.803 conferiram à ação o percentual de execução de 99,59.

4523 - Funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

A ação é destinada a manutenção das atividades da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), o que inclui a realização de reuniões mensais; apoio à capacitação de pessoal técnico da CTNBio e da sociedade atuante em biossegurança; emissão de parecer técnico; contratação de estudos; realização de visitas técnicas às instituições que desenvolvem pesquisa com OGM. Em 2006 foram aprovados 439 pleitos, dentre eles, solicitações de certificados para trabalhos com organismos geneticamente modificados, extensões de certificados, liberações planejadas de OGM no meio ambiente, importações de OGM, dentre outros. Dos recursos autorizados na LOA 2006, foram executados R\$ 964.277,00, representando cerca de 100% de execução.

Ação 2495 – Controle de Bens Sensíveis

O controle de bens sensíveis tem por finalidade assegurar o efetivo cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais do País, bem como os interesses da política externa brasileira, no que diz respeito à não-proliferação de Armas de Destruição em Massa – ADM. As atividades programadas para 2006 foram executadas dentro do cronograma de execução física e financeira estabelecido, e se resumem na implementação, acompanhamento e controle das transferências (importação e exportação) de bens sensíveis de natureza nuclear, química, missilística e biológica, bem como de serviços diretamente vinculados de que trata a Lei nº 9.112, de 1995; acompanhamento e apoio às inspeções internacionais da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) no Brasil; e acompanhamento da evolução de Acordos, Regimes, Convenções e Tratados internacionais que regulam as transferências de bens sensíveis, bem como de seus reflexos nas indústrias vinculadas à área nuclear, química, biológica e missilística. Por meio dessas atividades a Coordenação-Geral de Bens Sensíveis (CGBE) buscou, não somente o efetivo cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais do país, mas também a viabilização do acesso do empresário/pesquisador às tecnologias necessárias para contribuir para o desenvolvimento científico-tecnológico do nosso parque industrial. Dos recursos autorizados na LOA 2006, foram executados R\$ 298.144, representando cerca de 60% de execução.

4641- Publicidade de Utilidade Pública

A execução dos serviços de publicidade do MCT contribuiu para demonstrar a importância do avanço da ciência, da tecnologia e da inovação para o desenvolvimento do País, despertando o conhecimento e o interesse da população pelo setor. Uma das principais realizações em 2006 foi divulgar, no âmbito nacional e internacional, o envio do primeiro astronauta brasileiro ao espaço.

Dentre outras iniciativas, no âmbito da Assessoria de Comunicação Social - Ascom, destaca-se o apoio à AEB na divulgação do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) - AEB Escola, além do apoio à realização da 2ª Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas. Destaca-se também, a produção do Relatório de Gestão do MCT, compreendendo os anos de 2003 a 2006, além da produção de um vídeo institucional do MCT e INPE. Dos recursos autorizados na LOA 2006 para esta ação, foram liquidados R\$ 4.593.956, representando 100% de execução.

Responsável: Paulo Rogério Gonçalves

Competências:

- ✓ Assessorar as diversas áreas do Ministério, unidades de pesquisa e entidades vinculadas nas atividades relacionadas com a cooperação e cumprimento de acordos internacionais relativos aos assuntos de ciência e tecnologia, especialmente os programas espacial, nuclear e de bens sensíveis;
- ✓ Supervisionar, coordenar e acompanhar a execução das atividades relacionadas com a cooperação internacional em ciência e tecnologia do Ministério, unidades de pesquisa e entidades vinculadas;
- ✓ Conceber e propor a realização de acordos bilaterais e multilaterais com organismos internacionais, entidades e governos estrangeiros destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico de relevância econômica, social e estratégica para o País; e
- ✓ Coordenar o controle do cumprimento dos acordos internacionais e a concessão de autorizações de importação e de exportação, no âmbito de programas das áreas nuclear e de bens sensíveis.

Programa 0473 – Gestão da Política de Ciência e Tecnologia

A Gestão da Política de Ciência e Tecnologia está sendo conduzida pelo MCT em consonância com o seu Plano Estratégico, embasada nos Eixos Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, Objetivos Estratégicos Nacionais, Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social e, Consolidação, Expansão e Integração do Sistema Nacional de CT&I. Este cenário está sendo construído em estreita articulação com o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia- CCT e com os demais órgãos que fazem C&T no país, com a comunidade científica, produtores e usuários de C&T, por meio do estabelecimento de parcerias com os Estados através da articulação com os Fóruns de C&T e FAPs - Fundação de Amparo à Pesquisa, fortalecendo os sistemas estaduais de C&T, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas

Ação 6147- Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação

Na esfera da ação de Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação, foi dado novo impulso à intensificação e diversificação de relações com outros países em desenvolvimento, no eixo Sul-Sul. Na América Latina, destacam-se atividades promotoras do entrosamento das comunidades científico-tecnológicas e sua integração em redes de pesquisa. Entre estas, vale ressaltar: o apoio a 62 projetos de pesquisa no âmbito do Programa Sul-americano de Apoio à Cooperação em C&T - PROSUL; a consolidação da Rede Clara que integra instituições de pesquisa de toda a região em rede de transmissão de dados de alta velocidade; a implementação da segunda etapa do Projeto “Popularização da Ciência na América Latina e Caribe” sob coordenação brasileira na OEA; a formulação do Programa-Quadro de C&T para o MERCOSUL; as ações realizadas através da RECYT/MERCOSUL; o Projeto “BIOTECH – MERCOSUL – UE”; além da participação da área de C,T&I no fortalecimento da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Na ampliação dos novos espaços e configurações geográficas para cooperação destaca-se, ainda: a ampliação da cooperação espacial com a China garantindo a continuidade do Programa do Satélite CBERES; a consolidação do Programa de Apoio à Cooperação Científica e Tecnológica Trilateral entre Índia, Brasil e

África do Sul (Programa IBAS); o apoio a 39 projetos conjuntos de pesquisa na África, através das chamadas públicas do PROÁFRICA e do Programa de Ciências Sociais na CPLP; bem como a participação da área de C,T&I na iniciativa América do Sul e Países Árabes - ASPA. Estas iniciativas se desenvolveram sem prejuízo para o aprofundamento da cooperação com parceiros tradicionais, com destaque para Argentina, Cuba, França, Alemanha, Reino Unido, Portugal, Espanha, Coréia do Sul, Japão e o novo diálogo com os Estados Unidos. No âmbito multilateral, vale registrar, também, a defesa ativa dos interesses nacionais na área de C,T&I nas negociações sobre propriedade intelectual, normas e barreiras técnicas ao comércio, e apoio estatal à pesquisa e inovação nas negociações comerciais multilaterais - OMC e bi-regionais (MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA).

Dos recursos autorizados na LOA 2006, foram liquidados R\$ 5.822.889, representando cerca de 94% de execução.

Ação 7388- Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação para Cooperação Internacional

A Ação tem como objetivos desenvolver e implantar um sistema de gestão integrada da informação para a Assessoria de Assuntos Internacionais, registrar, organizar e disseminar o acervo de documentos gerados no âmbito da Assessoria de Assuntos Internacionais, facilitar o acesso aos documentos gerados no âmbito da Assessoria, bem como no âmbito do Sistema MCT. A Execução do Projeto está a cargo do IBICT e, o Consultor Sênior elaborou o diagnóstico e está na fase final de entrega do Projeto. A implementação desse projeto observará as seguintes premissas, tanto no âmbito técnico quanto administrativo: O MCT / ASSIN contará com o apoio técnico da equipe técnica do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o acompanhamento por parte da Secretária Executiva do MCT; os repositórios gerados estarão inicialmente armazenados nos servidores do IBICT, com perspectiva de serem hospedados nas instalações do MCT, na medida em que os técnicos do Ministério estejam capacitados a geri-los. O desenvolvimento desse sistema de informação utilizará os seguintes princípios básicos: Uso de padrões e protocolos amplamente adotados a nível nacional e internacional, uso de pacotes de software livre, em consonância com as políticas governamentais, uso de técnicas e fundamentos da ciência da informação para a coleta, tratamento e disseminação do acervo de documentos gerados no âmbito da Assessoria de Assuntos Internacionais, adoção de uma solução tecnológica que privilegie o auto-depósito de maneira a diminuir a mão-de-obra para manutenção do sistema. A documentação retrospectiva deverá ser objeto de um processo de digitalização e, nesse caso, o projeto deverá prever a contratação de técnicos de informação para o seu tratamento.

Programa 0681 – Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Ação 0145 - Contribuição à organização dos estados americanos – OEA

✓ Objetivos da OEA:

- Garantir a paz e a segurança na América, bem como promover e consolidar a democracia;
- Intervir onde a ordem constitucional estiver ameaçada;
- Promoção, intercâmbio e transferência de tecnologia para organizar sociedades dotadas de conhecimentos amplos e alta capacidade científica e tecnológica;

✓ Objetivos do FEMCIDI

- Contribuir para o financiamento dos programas, projetos e atividades de cooperação de caráter nacional e multilateral que se realizem no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento.
- ✓ Principais benefícios da participação brasileira:
 - Estímulo à pesquisa e o desenvolvimento da ciência e tecnologia para a conectividade regional;
 - Apoio à formação de capital humano de alto nível;
 - Promover a participação pública em ações de desenvolvimento sustentável como componente integrante da planificação e manejo dos recursos naturais.
 - Financiamento de projetos apresentados pelo Brasil por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação
- ✓ Legislação:
 - A Carta da OEA foi assinada pelo Brasil em 30 de abril de 1948, o documento de ratificação foi depositado na União Pan Americana a 13 de março de 1950. Promulgada pelo Decreto nº 30.544, de 14 de fevereiro de 1952. As operações do FEMCIDI baseiam-se no Estatuto aprovado pelo Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral pela Resolução CIDI/RES.15 (II-O/97).
- ✓ Contribuição anual:
 - A contribuição é voluntária. Não houve contribuição em 2006.
- ✓ Débitos em exercícios anteriores:

Não há débitos em exercícios anteriores

Ação 0153 - Contribuição à organização das nações unidas para a educação, à ciência e a cultura – UNESCO

- ✓ Objetivos:
 - Expandir o conhecimento mundial em pesquisa oceanográfica:
 - Aumentar as capacidades através de um conhecimento atualizado;
 - Observações sistemáticas;
 - Desenvolvimento e transferência de tecnologia; e
 - Educação e treinamento.
- ✓ Principais benefícios da participação brasileira:
 - Participação no Programa Informação para Todos (Brasil integra Conselho Intergovernamental)
 - Importância da participação efetiva do Brasil na Comissão Oceanográfica Intergovernamental – COI, maior organismo mundial na área de pesquisas e serviços oceânicos;
 - Patrocínio de atividades, cursos de formação e eventos;

- Atuação e participação expressiva do Brasil nas Reuniões do *Board*.
- Financiamento de projetos implementados pelo Brasil em terceiros países como os do IBICT em países da CPLP
- Programa de bolsas

✓ Legislação:

- A Convenção para criação da UNESCO foi assinada em 16 de novembro de 1945. Aprovada pelo Decreto - Lei nº 9.290, de 24 de maio de 1946 e promulgada pelo Decreto nº 22.204, de 5 de novembro de 1946, publicado no Diário Oficial de 14 de novembro de 1946.
- Pelo decreto de 5 de janeiro de 1994, o MCT / Secretaria de Desenvolvimento Científico / Divisão de Ciências do Mar exerce o papel de instituição nacional designada (IND) como órgão de enlace entre a COI / UNESCO, a comunidade científica nacional e os organismos nacionais e internacionais.

✓ Contribuição anual:

- A contribuição é voluntária. Não houve contribuição em 2006.

✓ Débitos em exercícios anteriores:

- Não há débitos em exercícios anteriores

Ação 0188 - Contribuição ao centro internacional de engenharia genética e biotecnologia – CIEGB

✓ Objetivos:

- Promoção de programas de pesquisa, treinamento e colaboração científica;
- Prestação de serviços de consultoria em todos os campos da engenharia genética e da biotecnologia;
- Cooperação internacional para o desenvolvimento e aplicação do uso da Engenharia Genética e Biotecnologia nos países em desenvolvimento; e
- Prestação de assistência para capacitação científica e tecnológica.

✓ Principais benefícios da participação brasileira:

- Formação e Treinamento de Recursos Humanos;
- Desenvolvimento de Pesquisa Conjunta.

✓ Legislação:

- Decreto Legislativo nº 76, de 29 de novembro 1989.

✓ Contribuição anual obrigatória:

- Após processo negociador a contribuição anual foi reduzida de US\$ 411,880.00 para US\$ 150.000,00

- ✓ Total da Contribuição anual (responsabilidade ASSIN/MCT): US\$ 250.000,00 [US\$ 150.000,00 (contribuição anual) + US\$ 100.000,00 (metade dos débitos em espécie divididos em 5 anos), 2002-2006)
- ✓ Em 2006, ficaram inscritos em restos a pagar R\$ 537.500,00.

Ação 0189 - Contribuição à faculdade-latino americana de ciências sociais – FLACSO

✓ Objetivos:

- Assegurar a formação em ciências sociais através de cursos de pós-graduação e especialização.
- Realizar pesquisas em área de ciências sociais sobre a problemática latino-americana.
- Difundir os avanços nas ciências sociais, sobretudo de seus próprios resultados de pesquisa.
- Promover o intercâmbio de materiais de ensino das ciências sociais na e para a América Latina.
- Colaborar, mediante trabalhos de extensão e cooperação, com instituições universitárias e organismos internacionais, regionais e nacionais equivalentes, sejam governamentais ou privados, a fim de promover o desenvolvimento das ciências sociais.

✓ Principais benefícios da participação brasileira:

- Recepção de cooperação científica e assistência técnica, assim como intercâmbio e transferência de tecnologias e avanços conceituais entre países da América Latina e Caribe, nas áreas de formação de pós-graduação, pesquisa e gestão de políticas públicas na área social, visando especialmente o apoio aos esforços de construção nacional de políticas públicas com participação e controle social, e à harmonização de políticas públicas nos processos de integração (em particular o MERCOSUL).
- Programas e projetos de docência, consultoria e cooperação científica por intermédio da Sede Acadêmica no Brasil

✓ Legislação:

- Decreto Legislativo nº 4, de 09 de maio de 1990.

✓ Contribuição anual:

- US\$ 100.000,00 para manutenção da Sede Acadêmica no Brasil

✓ Débitos em exercícios anteriores:

Não há débitos em exercícios anteriores.

Ação 0190 - Contribuição ao United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC

✓ Objetivos:

- Alcançar, em conformidade com as disposições pertinentes desta Convenção, a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático.
- ✓ Principais benefícios da participação brasileira:
 - Participação na regulamentação da Convenção e do Protocolo de Quioto, possibilidade de recursos adicionais às empresas brasileiras no futuro mediante o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
- ✓ Legislação:
 - Ratificação pelo Brasil da convenção em 28 de fevereiro de 1994. Entrada em vigor em 29 de maio de 1994. Decreto Legislativo nº 1, de 03 de fevereiro de 1994.
- ✓ Contribuição anual :
 - US\$ 244.324,00 segundo escala de contribuição das Nações Unidas
- ✓ Débitos em exercícios anteriores:
 - Cerca de US\$ 850,000.00

Ação 0191 - Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – RITLA

- Informação Científica e Tecnológica: a atuação da informação científica e tecnológica contempla aspectos do conteúdo e da forma dos Sistemas de Informação. Neste âmbito, são propostas as seguintes atividades:
- Interconectividade: contempla aspectos da infra-estrutura de informação que são essenciais para a consolidação da RITLA, sem esquecer-se do papel fundamental do organismo, como articulador e impulsionador do desenvolvimento da infra-estrutura propriamente dita. A RITLA se propõe realizar no prazo mais breve possível, um estudo para verificar a infra-estrutura existente em matéria de interconexão de redes. Se há algum país membro ou não da RITLA, interessado em instalar e ampliar e/ou melhorar sua infra-estrutura de redes, será avaliado imediatamente para sua posterior execução.
- Formação de Recursos Humanos: a RITLA fomentará e identificará a oferta e a demanda nos países-membros de capacitação e das competências regionais para proporcioná-lo. As atividades programadas para esta área seriam:
- Fórum de Concertação Política Regional em Matéria de Informação Científica e Tecnológica: a RITLA promoverá eventos com os mais altos níveis político e técnico dos países membros, com a finalidade de avaliar e propor ações, promovendo a interação entre provedores e usuários de informação, envolvendo o setor privado, com a intenção de reduzir as barreiras de cooperação e aumentar a demanda de tecnologia.
- ✓ Principais benefícios da participação brasileira:
 - Desenvolver a cooperação científica e tecnológica, difusão de tecnologias e eventualmente colocar equipamentos brasileiros.
- ✓ Legislação:

- Decreto nº 99.204, de 06 de abril de 1990 e Decreto nº 1.968, de 30 de julho de 1996.
- ✓ Contribuição anual:
- US\$ 36.326,00. Em 2006, ficaram inscritos em restos a pagar R\$ 85.729,00.
- ✓ Débitos em exercícios anteriores:
- Não há débitos em exercícios anteriores.

Ação 0193 - Contribuição à academia de ciência do terceiro mundo

- ✓ Objetivos:
 - Reconhecer, apoiar e promover excelência em pesquisa científica no hemisfério sul;
 - Fornecer a cientistas promissores do hemisfério sul, facilidades de pesquisas necessárias ao avanço de seus trabalhos;
 - Facilitar contatos entre cientistas e instituições no hemisfério sul;
 - Estimular a cooperação sul - norte entre indivíduos e centros de bolsa;
 - Estimular a pesquisa científica sobre os principais problemas do Terceiro Mundo.
- ✓ Principais benefícios da participação brasileira:
 - Troca de informações científicas e tecnológicas;
 - Acompanhamento de pesquisas desenvolvidas em países em desenvolvimento; e
 - Divulgação dos avanços em CT&I no Brasil.
- ✓ Legislação:
 - Carta, datada de 17 de julho de 1998, pela qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou ao Presidente Romano Prodi, da Itália, sua disposição de contribuir para o *Endowment Fund* da TWAS.
- ✓ Contribuição anual:
 - R\$ 200.000,00. A contribuição é obrigatória.
- ✓ Débitos em exercícios anteriores:
 - Não há débitos em exercícios anteriores.

Ação 0194 - Contribuição ao Instituto Interamericano para Pesquisa e Mudanças Globais

- ✓ Objetivos:
 - Promover a cooperação regional para a pesquisa interdisciplinar sobre aspectos de mudanças globais relativos às ciências da terra, dos mares, da atmosfera, do meio ambiente e às ciências sociais, com especial atenção aos impactos sobre os ecossistemas e a biodiversidade,

aos impactos sócio-econômicos, e às tecnologias e aspectos econômicos vinculados à atenuação dos problemas decorrentes de mudanças globais e à adaptação aos mesmos;

- Realizar ou selecionar, para patrocínio, programas e projetos científicos com base em sua relevância regional e mérito científico, conforme determinado por avaliação científica;
- Realizar, em escala regional, pesquisa que não possa ser realizada por um país ou instituição, individualmente, e dedicar-se a questões científicas de importância regional;
- Aperfeiçoar a capacidade científica e técnica, bem como a infra-estrutura de pesquisa dos Estados da região, mediante a identificação e a promoção do desenvolvimento de instalações apropriadas à implementação do gerenciamento de dados, assim como pela formação técnica e científica de profissionais;
- Fomentar a padronização, coleta, análise e intercâmbio de dados científicos relevantes para mudanças globais;
- Melhorar a difusão junto ao público, bem como proporcionar aos Governos informações científicas com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas relevantes para mudanças globais;
- Fomentar a cooperação entre as diversas instituições de pesquisa da região; e
- Fomentar a cooperação com instituições de pesquisa de outras regiões.

✓ Principais benefícios da participação brasileira:

- Apoio em pesquisa e educação;
- Fomento a pesquisa multinacional e multidisciplinária na área das mudanças globais do meio ambiente (mudanças climáticas, fenômeno El Niño, biodiversidade, ecossistemas terrestres e marinhos, impactos sócio-econômicos das mudanças globais no meio ambiente);
- Aplicação do conhecimento científico em políticas públicas e privadas no manejo de recursos naturais;
- Investimento em capacitação superior no Brasil e no exterior;
- Intercâmbio de informações científicas entre o Brasil e os outros 17 países membros do IAI.

✓ Legislação:

- Decreto Legislativo nº 37, de 28 de março de 1996

✓ Contribuição anual:

- US\$ 85.000,00. Ficaram inscritos em restos a pagar R\$ 200.600,00.

✓ Débitos em exercícios anteriores:

- Não há débitos em exercícios anteriores.

Ação 0196 - Contribuição ao centro latino-americano de física – CLAF

✓ Objetivos:

- Realizar pesquisas científicas e organizar o ensino especializado no domínio das ciências físicas, em particular na formação e treinamento de pesquisadores e professores universitários na América Latina no campo da física;
- Estimular a criação de grupos de pesquisas físicas;

- Desenvolver programas especiais nos diversos ramos da física, incluindo os assessoramentos técnicos que sejam solicitados.
- ✓ Principais benefícios da participação brasileira:
 - Apoio à Conferências, Colaborações em Pesquisa, Bolsas Sandwich
 - Participação em projetos internacionais de pesquisa no campo da física, como os do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear.
- ✓ Legislação:
 - Decreto nº 54.289, de 15 de setembro de 1964
- ✓ Contribuição anual obrigatória:
 - US\$ 60.000,00
- ✓ Débitos em exercícios anteriores:
 - Não há débitos em exercícios anteriores.

Ação 0855 – Contribuição ao Centro Regional de Sismologia para a América do Sul – CERESIS

- ✓ Objetivos:
 - O CERESIS tem como objetivo coordenar, estimular e apoiar atividades relevantes ao avanço do conhecimento da sismologia e sua aplicação, com o objetivo de diminuir os danos causados por terremotos e fenômenos naturais.
- ✓ Principais benefícios da participação brasileira:
 - Ampliação dos conhecimentos científicos da Terra, em nível Regional.
 - Elevar o nível científico da sismografia e disciplinas afins, em nível Regional.
- ✓ Legislação:
 - Decreto-Legislativo nº 72, de 21/10/1992 e Decreto nº 819, de 11/5/1993.
- ✓ Contribuição anual obrigatória:
 - US\$ 5.000,00.
- ✓ Débitos em exercícios anteriores:
 - US\$15.000,00

ASSESSORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS - ASCAP

Responsável: Francisco Cleodato Porto Coelho

Competências:

- ✓ Assessorar a Secretaria-Executiva nos assuntos relacionados com a captação de recursos técnicos, materiais e financeiros, destinados a programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico;
- ✓ Planejar, coordenar e supervisionar estudos visando o estabelecimento de normas e procedimentos para captação de recursos relativos à área de ciência e tecnologia;
- ✓ Identificar carências e fontes de recursos, promovendo articulações que viabilizem planos, programas, projetos ou ações consideradas prioritárias;
- ✓ Identificar, cadastrar e manter contatos sistemáticos com organismos e instituições de âmbito nacional ou internacional, que possam induzir ou viabilizar a captação de recursos; e
- ✓ Elaborar estudos e diagnósticos de mercado e perfis de projetos, como instrumento de indução, apoio e orientação a potenciais investidores interessados na área de ciência e tecnologia.

Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame

A estrutura organizacional da Assessoria de Captação de Recursos durante o exercício de 2006, foi estabelecida através de dois (2) atos normativos. Até o dia 5 de setembro de 2006, teve vigência a estrutura estabelecida pela Portaria MCT nº 340, de 12 de maio de 2005. A partir de 6 de setembro a estrutura passou a ser regulada pelo Decreto nº. 5.886, Art.9º, que aprovou a nova Estrutura Regimental do Ministério da Ciência e Tecnologia e pela Portaria Ministerial nº 758, de 3 de outubro de 2006, que aprova o Regimento Interno da Secretaria-Executiva.

Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da unidade Jurisdicionada de que trata as contas.

O Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006, publicado no DOU nº 173, de 8 de setembro do mesmo ano, Seção I, página nº 3 (parte referente à Assessoria de Captação de Recursos) e a Portaria 758, de 3 de outubro de 2006, publicado no DOU nº 192, de 05 de outubro do mesmo ano, Seção I, página nº. 20.

Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável - PACE

O Programa de Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável – PACE, tem por objetivo oferecer apoio técnico ao País tornando-o mais equitativo, sustentável e competitivo a partir de uma base adequada de governança e de estabilidade macroeconômica. A Assistência Técnica do Banco para a implementação do Programa de Crescimento ao País foi concebida como um programa através do instrumento de Empréstimo Programático Adaptável (APL), considerando:

- ✓ a alta demanda, por parte das diversas entidades governamentais envolvidas na implementação do programa de crescimento;
- ✓ o espaço fiscal limitado para acomodar neste momento um empréstimo maior de assistência técnica; e

- ✓ o acordo estabelecido entre o governo e o Banco quanto à importância de desenvolver parceria de longo prazo visando a enfrentar algumas das principais questões que limitam o crescimento do País.

O PACE foi concebido envolvendo 20 (vinte) entidades governamentais, sendo 4 (quatro) Ministérios (Fazenda, Justiça, Ciência e Tecnologia e Transportes) e 16 (dezesseis) outros entes que compreendem secretarias ministeriais, autarquias e agências reguladoras.

A coordenação geral do Programa está a cargo do Ministério da Fazenda (MF), tendo os demais órgãos como executores do Programa.

O Projeto está em execução desde setembro de 2004 por intermédio de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

O objetivo do Componente relativo ao Ministério da Ciência e Tecnologia consiste em aumentar a efetividade de recursos públicos aplicados em P&D, estimular a inovação no setor privado e incentivar os processos de inovação atrelados ao mercado de crédito de carbono previsto pelo Protocolo de Quioto. As duas principais atividades do componente são:

- ✓ Estruturação, Desenvolvimento e Implantação do Portal de Inovação, e
- ✓ Apoio ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Indicadores

O indicador que a Assessoria de Captação de Recursos usará para avaliação do projeto é o indicador da ação do PPA:

- Formulação de Política Nacional de Ciência e Tecnologia

Dotação Orçamentária

O orçamento inicial aprovado para este Programa no ano de 2006 foi da ordem de R\$ 3.105.533,00 conforme Lei Orçamentária nº 11.306 de 16/05/2006, nas ações 4210 e 6909. Entretanto só foram empenhados e repassados o valor de R\$ 1.300.000, para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - ORÇAMENTO 2006 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO - PACE 2006

Código	Ação	Natureza de despesa	Fonte	IDOC	Valor	Programação Financeira - Solicitação de Recursos à STN e Repasse ao PNUD	
						Outubro/2006	Dezembro/2006
4210	Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia				<u>2.636.167</u>	<u>1.318.084</u>	<u>1.318.084</u>
		3.3.90	0148	2821	2.017.158	1.008.579	1.008.579
		4.4.90	0148	2821	200.000	100.000	100.000
		3.3.90	1100	2821	319.009	159.505	159.505
		4.4.90	1100	2821	100.000	50.000	50.000
6909	Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo				<u>469.366</u>	<u>234.683</u>	<u>234.683</u>
		3.3.90	1100	2821	469.366	234.683	234.683

	TOTAL				3.105.533	1.552.767	1.552.767

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Limite de Empenho

O limite de empenho disponibilizado em 2006 no sistema SIAFI, foi de R\$ 2.636.167.

Limite de Pagamento

Não houve limite de pagamento.

DÍVIDA

Os pagamentos serão feitos pelo Ministério da Fazenda conforme Contrato de Empréstimo.

RESTOS A PAGAR

Não houve Restos a Pagar.

ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Indicadores Utilizados na Análise

Análise comparativa dos recursos alocados para o Ministério de Ciência e Tecnologia no Acordo de Empréstimo com os valores efetivamente em licitação, contratados e pagos.

Metas Físicas e Financeiras Realizadas

As metas físicas previstas na LOA 2006 para as ações não foram alcançadas. A execução orçamentária do Programa se fez nas UG 240134, Programa de Apoio ao Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE. As dotações orçamentárias previstas na Lei para essas ações foram parcialmente transferidas ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no montante de R\$ 1.300.000,00 através do Número Bancário 004483048/Ordem Bancária Número. 06OB900001, emitida em 27/12/2006.

Causas que Inviabilizaram o Pleno Cumprimento dos Objetivos e Metas Estabelecidos.

Por envolver disciplinas diferentes e áreas de concentração díspares, o componente MCT vem tentando dirimir dúvidas que surgem na interface com os agentes PNUD e BIRD, os quais envolvem constantes modificações nos documentos emitidos; seja sob a forma de revisão simples de texto para adequação e atualização das informações para a concessão de “Não Objeção” pelo BIRD, seja na alteração e re-elaboração de termos de referência para adequar a filosofia de contratação requerida pelos agentes implementadores e financeiros. Devido a esses problemas o programa utilizou a quantia de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) no ano de 2006 na contratação de uma consultora conforme contrato PNUD N° 2006/001250.

Medidas a Implementar com Vistas ao Saneamento de Eventuais Disfunções.

Para sanear eventuais disfunções no Programa a Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP, está promovendo as seguintes ações:

- ✓ Engajamento e adequação da equipe para o desenvolvimento do Programa;

- ✓ Reuniões com os parceiros enfocando soluções;
- ✓ Rotinas de trânsito de documentos aprimoradas; e,
- ✓ Controle nas etapas de trânsito de documentos para melhorar o andamento dos processos.

SECRETARIA EXECUTIVA DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - PADCT

Nome da Unidade Gestora

Secretaria Executiva do PADCT
UG 24011

Natureza Jurídica da Unidade

Órgão da Administração Direta do Ministério da Ciência e Tecnologia

Vinculação da Unidade

Unidade Gestora vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia

✓ **Caracterização do PADCT**

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico/PADCT foi criado pelo Governo Brasileiro em 1984 como um instrumento complementar à política de fomento à Ciência e Tecnologia. Visa o aumento quantitativo do apoio financeiro à pesquisa, com a introdução de novos critérios, mecanismos e procedimentos indutivos de apoio em áreas definidas como prioritárias.

O PADCT III, tem como propósito atender as questões e segmentos prioritários da política nacional de C&T, sendo continuidade do PADCT I e PADCT II.

O PADCT III é um Projeto administrado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia –MCT, e operacionalizado pelas Agências Executoras: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES e Financiadora de Estudos e Projeto/FINEP.

O Projeto é co-financiado por meio de recursos externos junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/BIRD com os Objetivos de: contribuir para ampliação da capacidade tecnológica nacional; atuar na capacitação de recursos humanos para atender às necessidades dos setores acadêmicos e empresarial, assim como na ampliação mais efetiva de conhecimento científico e tecnológico em áreas selecionadas de relevância para o desenvolvimento nacional, e contribuir para o melhor desempenho global do setor de ciência e tecnologia. Encontra-se dividido em três componentes básicos:

✓ **Componente de Desenvolvimento Tecnológico- CDT**

Tem como objetivo promover o desenvolvimento tecnológico das empresas e aumentar os investimentos privados em C&T, por meio de promoção de plataformas para encorajar a formação de parcerias interessadas no desenvolvimento socioeconômico de setores específicos e a elaboração de projetos cooperativos que viabilizem investimentos neste setores

✓ **Componente de pesquisa em Ciência e Tecnologia- CCT**

Objetiva atuar na promoção de projetos de pesquisa e desenvolvimento, na formação de recursos humanos em áreas de relevância para o desenvolvimento nacional, aperfeiçoamento e consolidação das ações desenvolvidas nas fases anteriores do PADCT e dá apoio ao desenvolvimento da competência e da qualidade da C&T nas regiões menos favorecidas do país,

por meio dos subprogramas de: Química e Engenharia Química – QEQ; Geociência e Tecnologia Mineral - GTM; Biotecnologia - SBIO; Ciências e Engenharia de Materiais - CEMAT; Ciências Ambientais – CIAMB e física Aplicada – SFA.

✓ **Componente de Suporte Setorial – CSS**

Consiste na promoção e financiamento de atividades voltadas para a prestação de serviços, elaboração de estudos, de ampla abrangência, necessários à expansão e consolidação do setor de ciência e tecnologia no país e que estimulem maior investimento do setor privado em C&T.

Os recursos orçamentários e financeiros do Programa estão estimados em aproximadamente US\$ 300 milhões, sendo US\$ 150 milhões do BIRD e US\$ 150 milhões pela contrapartida do Tesouro Nacional, contrato de empréstimo 4266-BR. Em fins de 2003 houve cancelamento de US\$88,8 milhões do BIRD.

Estrutura organizacional PADCT III:

✓ **Coordenação e Suporte Geral:**

Coordenação Geral do PADCT- CGPADCT na qual se insere a UG 240111 -
Secretaria Executiva do PADCT/MCT

✓ **Execução**

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, que acumula, também, a
função de agente financeiro do programa

✓ **Caracterização da Unidade**

A Secretaria Executiva do PADCT, Unidade Gestora 240111, é responsável pela gerência e execução financeira de recursos administrativos indispensáveis ao próprio funcionamento e registro no SIAFI de convênios celebrados com as agências executoras

✓ **Plano de Trabalho**

Em atenção ao disposto na alínea “a”, do inciso II, do artigo 15 da IN nº 12, de 24 de abril de 1996, do Tribunal de contas da União, esclarecemos que no desempenho das funções administrativas, esta Unidade Gestora, durante o exercício de 2006, prestou apoio às agências executoras, e procedeu a devolução de R\$ 2.854,79 (dois mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e nove centavos) ao Tesouro Nacional – DARF de número 900001 – decorrente de saldo de convênios celebrados pelo CNPq.

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SPOA)

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

ÓRGÃO: PODER EXECUTIVO – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT)
Secretaria Executiva (SEXEC)
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA)
CNPJ nº 03.132.745/0001-00
Esplanada dos Ministérios – Bloco E
CEP: 72.067-900
Brasília – DF

NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE

Órgão Público do Poder Executivo Federal.

VINCULAÇÃO DA UNIDADE

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) foi criado por meio do Decreto n.º 91.146, de 15 de março de 1985, com o objetivo de assessorar o Presidente da República na formalização de diretrizes da ação governamental.

ESTRUTURA REGIMENTAL DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SPOA)

O Decreto n.º 5.886, de 06 de setembro de 2006, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Ciência e Tecnologia e de seus órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em conformidade com a Portaria SEXEC n.º 10, de 04 de outubro de 2006, integram a estrutura da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), 05 (cinco) Coordenações, assim distribuídas:

- ✓ Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF);

- ✓ Coordenação-Geral de Gestão e Inovação (CGGI);
- ✓ Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH);
- ✓ Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL);
- ✓ Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI).

UNIDADES GESTORAS NO ÂMBITO DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SPOA)

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) consolida as contas das Unidades Gestoras, descritas a seguir:

- ✓ 240.102 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF);
- ✓ 240.133 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH);
- ✓ 240.101 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL).

COMPETÊNCIAS LEGAIS

À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), à qual estão subordinadas as Unidades Gestoras relacionadas acima, compete:

- ✓ Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de gestão e inovação de processos da administração de tecnologia da informação, de gestão de pessoas, de logística, de documentação e arquivo, de administração financeira e de contabilidade no âmbito do Ministério;
- ✓ Promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I e informar, orientar e supervisionar os órgãos no cumprimento das normas administrativas estabelecidas;
- ✓ Planejar e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério e submetê-los à decisão superior;
- ✓ Orientar as unidades do Ministério no planejamento, sistematização, padronização e implementação de técnicas e instrumentos de gestão;
- ✓ Acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades;
- ✓ Desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, de gestão de pessoas, gestão da informação científica e tecnológica e da tecnologia da informação e logística, no âmbito do Ministério; e
- ✓ Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES GESTORAS DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SPOA)

COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (CGOF) – UG: 240.102

COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS

À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF) em conformidade com a Portaria MCT n.º 758, de 03 de outubro de 2006, compete:

- ✓ Coordenar e orientar o processo de elaboração da Proposta Orçamentária da Administração Central, das unidades de pesquisa e das entidades vinculadas ao Ministério, de acordo com as orientações do órgão central do Sistema de Orçamento;
- ✓ Coordenar o processo de ajuste do orçamento ao longo de cada exercício financeiro;
- ✓ Subsidiar a elaboração do Plano Plurianual quanto aos seus aspectos orçamentários;
- ✓ Acompanhar, coordenar e prestar assistência técnica a Administração Central, unidades de pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério, no que se refere à contabilidade analítica;
- ✓ Coordenar, orientar e acompanhar as atividades de programação financeira; e
- ✓ Executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Parágrafo único. A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças manterá articulação com a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa nos assuntos relacionados a programação orçamentária e financeira das unidades de pesquisa.

GESTORES DA COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (CGOF) – UG: 240.102 - NO EXERCÍCIO DE 2006

Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças
Laudir Francisco Schmitz
Antonio Alberto Pinheiro

Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças (Substituto)
Sérgio Luiz Doscher da Fonseca

Ordenador de Despesas
Laudir Francisco Schmitz
Antonio Alberto Pinheiro

Ordenador de Despesas (Substituto)
Sérgio Luiz Doscher da Fonseca

Gestor Financeiro
José Ericélio Gomes

Gestor Financeiro (Substituto)
Sadraque Vieira do Amaral

Responsável pela Contabilidade
Fernando Freitas Melo

Responsável pela Contabilidade (Substituta)
Eliana Yukiko Takenaka

A UNIDADE JURISDICIONADA

A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF) unidade integrante da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência e Tecnologia, como órgão setorial de Orçamento, Finanças e Contabilidade, é responsável pela orientação, coordenação e elaboração da proposta orçamentária do Ministério, dos ajustes orçamentários necessários à execução de suas unidades e pela programação financeira dos recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional e da Receita Própria das unidades.

Esta Coordenação-Geral tem também a incumbência de descentralizar os recursos orçamentários e financeiros para as unidades do Ministério, acompanhando de forma específica os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Operações de Créditos Interna e Externa e Dívida.

Além destas atribuições, a partir de 06/09/2000, conforme Decreto n.º 3.589/2000, esta Coordenação-Geral passou a acompanhar e a orientar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Central, unidades de pesquisa e entidades vinculadas a este Ministério.

OBJETIVOS E METAS

Os objetivos da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças podem ser assim descritos:

- ✓ Elaborar a proposta orçamentária do Ministério da Ciência e Tecnologia dentro dos prazos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento (SOF/MP).
- ✓ Analisar e propor à Secretaria de Orçamento Federal as necessidades de créditos adicionais solicitados pelas Unidades do Ministério;
- ✓ Subsidiar a elaboração do Plano Plurianual (PPA) quanto aos seus aspectos orçamentários;
- ✓ Acompanhar, coordenar e prestar assistência técnica às Unidades do Ministério da Ciência e Tecnologia quanto aos aspectos da Contabilidade e execução orçamentária e financeira, envolvendo análise de balanços e balancetes, conformidades contábeis, relatórios para tomada de decisão, orientações técnicas sobre a execução orçamentária, financeira e contábil aos gestores das unidades, cadastramento de operadores nos sistemas corporativos do Governo Federal, entre outras; e,
- ✓ Elaborar e acompanhar a programação financeira das Unidades do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Indicadores

A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças não tem a seu cargo a execução de programas orçamentários. Os indicadores de gestão da CGOF foram fixados tendo por base as competências estabelecidas para cada uma das suas áreas de atuação: orçamento, finanças e contabilidade.

1. Denominação: Elaboração da Proposta Orçamentária Anual.

- ◆ **Descrição:** entrega da proposta orçamentária anual do MCT ao Ministério do Planejamento no prazo estabelecido em ato próprio do órgão central do Sistema de Orçamento Federal.
- ◆ **Tipo:** Indicador de eficácia.
- ◆ **Método de apuração:** cumprimento do prazo estabelecido.
- ◆ **Responsável pela apuração:** Coordenador de Orçamento da CGOF.
- ◆ **Resultado apurado:** o prazo de 08/08/2006, estabelecido no Ofício n.º 94/SOF/MP, de 26/07/2006, foi integralmente observado.

2. Denominação: Programação do Limite para Empenho.

- a) **Descrição:** preparação da distribuição do limite para empenho a ser observado pelas unidades do MCT, tendo por base os limites e prazos estabelecidos no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o Ministério.
- b) **Tipo:** Indicador de eficácia.
- c) **Método de apuração:** verificação de atribuição de limite de empenho para cada uma das Unidades do Ministério.
- d) **Responsável pela apuração:** Coordenador de Orçamento da CGOF.
- e) **Resultado apurado:** todas as Unidades foram contempladas com limite de empenho por meio do Memorando-Circular n.º 15, de 31 de maio de 2006 e Ofício n.º 06, de 31 de maio de 2006.

3. Denominação: Elaboração da Programação Financeira do Ministério.

- ✓ **Descrição:** elaboração da Proposta de Programação Financeira a Secretaria do Tesouro Nacional relativas às unidades da administração direta e entidades vinculadas ao MCT, tendo por base os limites e prazos estabelecidos no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o Ministério.
- ✓ **Tipo:** Indicador de eficácia.
- ✓ **Método de apuração:** percentual (PPF - Número de Proposta Efetuada / PFA - Número de Proposta Aprovada x 100%).
- ✓ **Responsável pela apuração:** Coordenador de Contabilidade e Programação Financeira da CGOF.
- ✓ **Resultado apurado:** 100% das propostas encaminhadas à Secretaria do Tesouro Nacional foram aprovadas e recebidas nos termos do Decreto Anual de Programação Orçamentária e Financeira.

4. Denominação: Registro da Conformidade Contábil

- ✓ **Descrição:** conformidade contábil dos atos e fatos praticados pela administração direta e entidades vinculadas ao MCT.
- ✓ **Tipo: Indicador de eficácia.**
- ✓ **Método de apuração:** percentual (TCN – Total de Conformidade Necessária / TCE – Total de Conformidade Efetuada x 100%).
- ✓ **Responsável pela apuração:** Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira da CGOF.
- ✓ **Resultado apurado:** 100% das conformidades contábeis necessárias nas unidades gestoras e órgãos foram efetuadas dentro do prazo estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento inicial aprovado para o Ministério da Ciência e Tecnologia, no exercício de 2006, foi de R\$ 5.055.163.543,00, conforme Lei Orçamentária n° 11.306, de 16 de maio de 2006. Foram, ainda, alocados R\$ 38,9 milhões, sob supervisão do FNDCT na programação do Órgão Operações Oficiais de Créditos, para concessão de empréstimos à empresa.

Ao longo do referido exercício, foram registrados créditos suplementares e cancelamentos de dotações orçamentárias, passando sua posição final para o total de R\$ 5.179.659.053,00.

Na Lei Orçamentária Anual de 2006, foram alocados R\$ 675.496.079,00 dos Fundos Setoriais em Reserva de Contingência.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Limite de Empenho

O limite para movimentação e empenho foi de R\$ 4.312.657.651,00, envolvendo pessoal, dívida e outros custeios e capital. Destacamos que o limite para outros custeios e capital atingiram o montante de R\$ 3.300.789.000,00, incluídos os valores provenientes dos recursos de doação e Medida Provisória n.º 290 de 12 de abril de 2006.

Limite de Pagamento

Considerando o limite para movimentação e empenho, mais os restos a pagar de 2005 e ordens bancárias de 2005 compensadas em 2006, em outros custeios e capital, o Ministério teria uma necessidade de limite de pagamento no valor de R\$ 3.812.668.000,00, todavia, foi concedido um limite no montante de R\$ 2.686.313.000,00.

Os recursos diretamente arrecadados, bem como os das fontes 148 e 195, estão incluídos nos recursos liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme Anexo II.

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS E RECURSOS FINANCEIROS

Os Anexos IV e V demonstram a posição orçamentária e financeira de cada Unidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, bem como o resumo dos recursos liberados por categoria/fonte. Os recursos financeiros liberados às unidades, no total de R\$ 3.600.878.887,00, representam 83,49% do limite para movimentação e empenho, que foi de R\$ 4.312.657.651,00.

DÍVIDA

Os recursos desta rubrica, da ordem de R\$ 111.371.682,00, foram alocados para pagamento dos encargos e amortização dos empréstimos internos e externos, representando 2,15% do orçamento final do Ministério (Anexo I).

Para pagamento desses compromissos, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) liberou R\$ 81.554.522,00, Anexo II, enquanto o MCT transferiu às unidades o valor de R\$ 81.345.046,00, conforme exposto no Anexo V.

RESTOS A PAGAR

Inscrição de Restos a Pagar / 2006

A inscrição em Restos a Pagar do exercício de 2006 foi baseada nas informações fornecidas pelo SIAFI, atingindo o montante de R\$ 992.448.666,00, sendo R\$ 360.733.684,00 em Processado e R\$ 631.714.982,00 em Não Processado.

A Inscrição dos Restos a Pagar estão assim distribuídos:

- ✓ Pessoal – R\$ 287.999,00;
- ✓ Fonte 0195 – R\$ 1.237.125,00;
- ✓ Sentenças – R\$ 92.298,00;
- ✓ Crédito extraordinário – R\$ 21.190.119,00
- ✓ Projeto piloto – R\$ 1.879.100,00
- ✓ Demais ações em outros custeios e capital – R\$ 967.762.025,00, conforme demonstrado no Anexo VII.

O valor de Restos a Pagar de 2006, comparado com o valor inscrito de 2005 que foi de R\$ 598.398.269,00, teve um crescimento de 65,85%, resultante da insuficiência do limite de pagamento concedido pelo Ministério da Fazenda ao MCT.

ANEXO I – Quadro Demonstrativo da Posição Inicial e Final do Orçamento / 2006

Quadro Demonstrativo da Posição Inicial e Final do Orçamento / 2006

R\$ 1,00

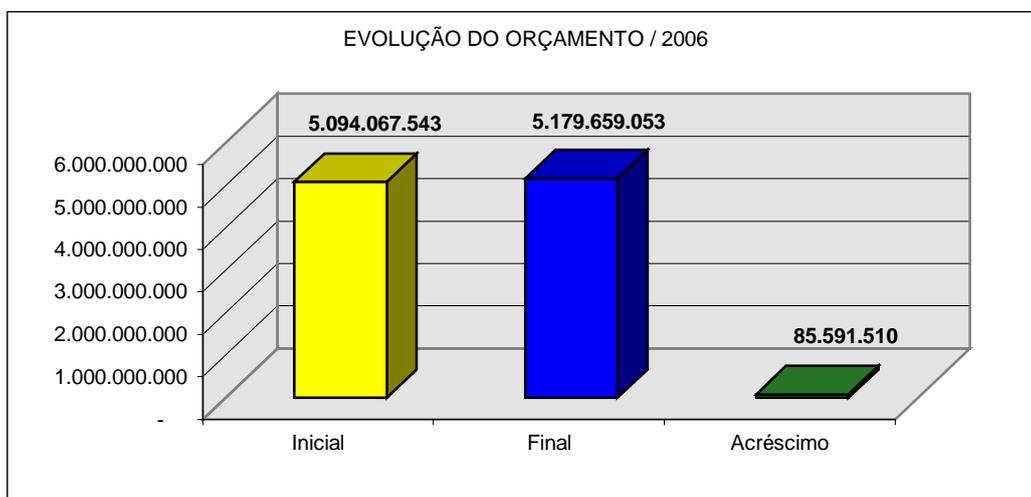
FONTE	ORÇAMENTO		GRUPO DE DESPESA				
	INICIAL	FINAL	PESSOAL	DÍVIDA	CUSTEIO	CAPITAL	RESERVA CONTING.
100	2.584.145.273	2.651.991.011	741.575.216	111.371.682	1.331.869.402	467.174.711	-
129	1.886.385	1.886.385	-	-	1.353.798	155.310	377.277
134	61.970.735	61.970.735	-	-	37.512.250	11.987.750	12.470.735
135	36.525.708	36.525.708	-	-	5.350.000	12.182.340	18.993.368
141	11.102.505	11.102.505	-	-	6.500.000	1.100.000	3.502.505
142	1.019.087.330	909.087.330	-	-	202.158.260	124.317.099	582.611.971
148	2.217.158	2.217.158	-	-	2.017.158	200.000	-
150	2.449.065	2.449.065	-	-	1.921.132	449.000	78.933
153	-	340.000	340.000	-	-	-	-
156	54.253.334	54.253.334	54.253.334	-	-	-	-
169	88.062.419	88.062.419	88.062.419	-	-	-	-
172	816.824.646	816.824.646	-	-	410.044.452	349.318.904	57.461.290

174	3.803.994	3.803.994	-	-	3.803.994	-	-
180	566.075	566.075	-	-	566.075	-	-
191	102.431	-	-	-	-	-	-
195	16.266.000	16.266.000	-	-	13.615.198	2.650.802	-
250	352.977.729	357.697.468	-	-	314.037.868	43.659.600	-
280	2.922.756	2.922.756	-	-	2.830.212	92.544	-
300	-	161.692.464	-	-	95.391.814	66.300.650	-
TOTAL	5.055.163.543	5.179.659.053	884.230.969	111.371.682	2.428.971.613	1.079.588.710	675.496.079
%		100,00	17,07	2,15	46,89	20,84	13,04

Fonte: CGOF/CCP/DPF

Gráfico do ANEXO I





ANEXO II – QUADRO DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS LIBERADOS PELA STN / 2006

Quadro Demonstrativo dos Recursos Liberados pela STN / 2006
24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia

R\$ 1,00

CATEGORIA/ FONTE	DOTAÇÃO FINAL	LIMITE PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO (*)	RECURSOS LIBERADOS PELA STN (**)
PESSOAL	884.230.969	884.230.969	875.567.942
0100	741.575.216	741.575.216	735.001.811
0153	340.000	340.000	289.412
0156	54.253.334	54.253.334	52.501.701
0169	88.062.419	88.062.419	87.775.018
OCC (***)	4.182.668.027	3.315.666.625	2.645.451.687
0100	1.797.655.738	1.714.145.935	1.521.879.406
0129	1.886.385	1.509.108	-
0134	61.970.735	49.500.000	28.579.899
0135	36.525.708	17.532.340	6.603.120

0141	11.102.505	7.600.000	3.965.290
0142	909.087.330	225.000.000	139.238.731
0148	2.217.158	2.217.158	1.200.000
0150	2.449.065	2.449.065	2.731.916
0172	816.824.646	757.350.422	442.632.223
0174	3.803.994	3.803.994	2.616.393
0180	566.075	566.075	-
0195	16.266.000	16.266.000	4.270.528
0250	357.697.468	353.111.308	358.823.856
0280	2.922.756	2.922.756	-
0300	161.692.464	161.692.464	132.910.325
CONTRAPARTIDA	1.388.375	1.388.375	600.000
1100	888.375	888.375	100.000
5100	500.000	500.000	500.000
DÍVIDA	111.371.682	111.371.682	81.554.522
0100	111.371.682	111.371.682	81.554.522
TOTAL	5.179.659.053	4.312.657.651	3.603.174.151

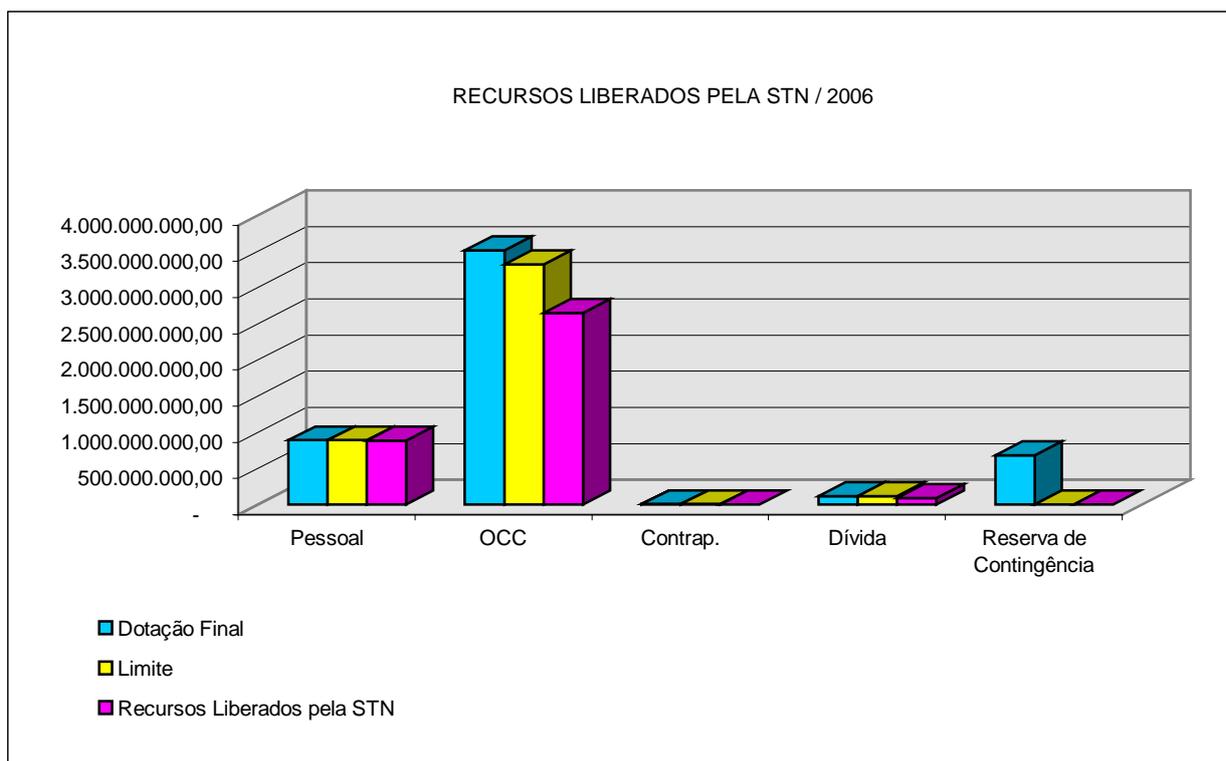
(*) inclui fte. 0195

(**) Inclui Cota + DARF + DAR + GPS

(***) OCC – Outros Custeios e Capital

Fonte: CGOF/CCP/DPF

Gráfico do ANEXO II



ANEXO III – QUADRO COMPARATIVO DOS RECURSOS / 2006

Quadro Comparativo dos Recursos / 2006

R\$ 1,00

CATEGORIA	DOTAÇÃO FINAL (A)	LIMITE PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO (*) (B)	EMPENHOS LIQUIDADOS (C)	LIMITE PARA PAGAMENTO (D)	RECURSOS LIBERADOS PELA STN (**) (E)	RECURSOS LIBERADOS PELO MCT (**) (F)
PESSOAL	884.230.969	884.230.969	878.608.301	728.194.000	875.567.942	869.131.690
OCC (***)	3.507.171.948	3.315.666.625	3.105.784.750	2.685.192.448	2.645.451.687	2.649.802.151
CONTRAPARTIDA	1.388.375	1.388.375	1.120.552	1.120.552	600.000	600.000
DÍVIDA	111.371.682	111.371.682	81.398.152	111.371.682	81.554.522	81.345.046
RESERVA DE CONTINGENCIA	675.496.079	-	-	-	-	-
TOTAL	5.179.659.053	4.312.657.651	4.066.911.755	3.525.878.682	3.603.174.151	3.600.878.887

(*) inclui fte. 0195

(**) Inclui Cota + DARF + DAR + GPS

(***) OCC – Outros Custeios e Capital

Fonte: CGOF/CCP/DPF

Percentuais / Recursos / 2006

R\$ 1,00

CATEGORIA	%	%	%	%	%	%
	(G=B/A)	(H=C/A)	(I=C/B)	(J=D/B)	(K=E/D)	(L=F/D)
PESSOAL	100,00%	99,36%	99,36%	82,35%	120,24%	119,35%
OCC	94,54%	88,56%	93,67%	80,98%	98,52%	98,68%
CONTRAPARTIDA	100,00%	80,71%	80,71%	80,71%	53,55%	53,55%
DÍVIDA	100,00%	73,09%	73,09%	100,00%	73,23%	73,04%
TOTAL	83,13%	78,52%	94,30%	81,76%	102,19%	102,13%

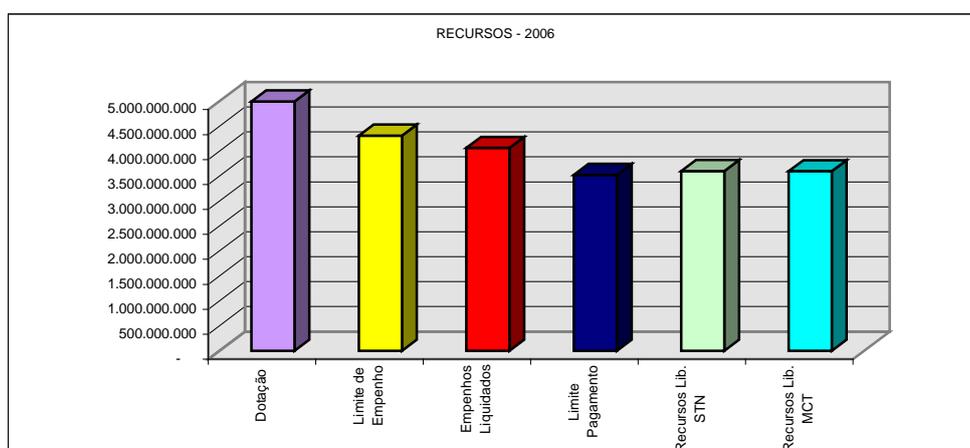
(*) inclui fte. 0195

(**) Inclui Cota + DARF + DAR + GPS

(***) OCC – Outros Custeios e Capital

Fonte: CGOF/CCP/DPF

Gráfico do ANEXO III



ANEXO IV – QUADRO DEMONSTRATIVO RECURSOS LIBERADOS PELO MCT / 2006

Quadro Demonstrativo dos Recursos Liberados pelo MCT/ 2006

R\$ 1,00

UNIDADE	CATEGORIA FONTE	DOTAÇÃO FINAL	LIMITE PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO (*)	RECURSOS LIBERADOS PELO MCT (*) (**)
ADM. CENTRAL	PESSOAL	382.854.271	382.854.271	381.015.967
	0100	312.177.711	312.177.711	310.525.905
	0156	26.781.832	26.781.832	26.781.831
	0169	43.894.728	43.894.728	43.708.231
	OCC (***)	598.300.650	534.955.172	369.424.560
	0100	541.034.000	477.688.522	326.154.032
	0300	41.000.650	41.000.650	39.000.000
	0195	16.266.000	16.266.000	4.270.528
INT	OCC (***)	8.842.221	8.842.221	7.886.114
	0100	7.658.635	7.658.635	6.351.758
	0150	1.183.586	1.183.586	1.534.356
INPA	OCC (***)	15.506.290	15.506.290	17.800.994
	0100	15.456.290	15.456.290	17.725.795
	0150	50.000	50.000	75.199
INPE	OCC (***)	28.815.173	28.815.173	39.975.614
	0100	28.755.173	28.755.173	39.778.798
	0150	60.000	60.000	196.816
CBPF	OCC (***)	5.570.997	5.570.997	5.649.516
	0100	5.558.997	5.558.997	5.609.278

	0150	12.000	12.000	40.238
IBICT	OCC (***)	4.275.000	4.275.000	3.767.043
	0100	4.096.000	4.096.000	3.476.173
	0150	179.000	179.000	290.870
LNCC	OCC (***)	6.494.617	6.494.617	6.315.752
	0100	6.488.617	6.488.617	6.315.496
	0150	6.000	6.000	256
MAST	OCC (***)	2.342.002	2.342.002	2.500.199
	0100	2.332.002	2.332.002	2.500.199
	0150	10.000	10.000	0
MPEG	OCC (***)	5.428.061	5.428.061	4.995.055
	0100	5.205.061	5.205.061	4.694.378
	0150	223.000	223.000	300.677
ON	OCC (***)	3.808.000	3.808.000	3.560.438
	0100	3.802.000	3.802.000	3.560.438
	0150	6.000	6.000	0
CETEM	OCC (***)	5.332.000	5.332.000	6.194.939
	0100	5.272.000	5.272.000	6.132.400
	0150	60.000	60.000	62.539
LNA	OCC (***)	5.151.881	5.151.881	4.880.800
	0100	5.151.881	5.151.881	4.880.800
CENPRA	OCC (***)	6.766.053	6.766.053	5.437.814
	0100	6.506.053	6.506.053	5.206.853
	0150	260.000	260.000	230.961
PPG7 / PACE	OCC (***)	3.605.533	3.605.533	1.800.000
	0148	2.217.158	2.217.158	1.200.000
	1100	888.375	888.375	100.000
	5100	500.000	500.000	500.000
DÍVIDA (FINEP)	DÍVIDA	109.939.246	109.939.246	80.307.259
	0100	109.939.246	109.939.246	80.307.259
SUBTOTAL I		1.193.031.995	1.129.686.517	941.512.064

ANEXO IV – QUADRO DEMONSTRATIVO RECURSOS LIBERADOS PELO MCT / 2006

Quadro Demonstrativo dos Recursos Liberados pelo MCT / 2006

R\$ 1,00				
UNIDADE	CATEGORIA FONTE	DOTAÇÃO FINAL	LIMITE PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO (*)	RECURSOS LIBERADOS PELO MCT (*) (**)
CNPq	PESSOAL	83.967.177	83.967.177	81.997.866
	0100	69.598.188	69.598.188	69.400.539
	0156	6.412.446	6.412.446	4.640.785
	0169	7.956.543	7.956.543	7.956.542
	OCC (***)	795.950.590	795.950.590	780.991.345
	0100	762.466.657	762.466.657	747.414.788
	0174	0	0	3.237
	0250	107.307	107.307	1.174.720
	0280	559.812	559.812	0
	0300	32.816.814	32.816.814	32.398.600
DÍVIDA	29.314	29.314	8.894	
	0100	29.314	29.314	8.894
FNDCT	OCC (***)	1.293.511.923	1.190.023.630	761.560.163
	0100	97.645.139	97.645.139	102.760.247
	0129	1.509.108	1.509.108	0
	0134	49.500.000	49.500.000	28.561.067
	0135	17.532.340	17.532.340	6.597.466
	0141	7.600.000	7.600.000	3.965.289
	0142	326.475.359	225.000.000	139.238.731
	0150	320.546	320.546	0
	0172	759.363.356	757.350.422	442.632.222
	0180	566.075	566.075	0

	0300	33.000.000	33.000.000	37.805.141
CNEN	PESSOAL	291.631.305	291.631.305	286.274.593
	0100	234.090.923	234.090.923	228.784.799
	0153	340.000	340.000	289.412
	0156	21.035.530	21.035.530	21.035.530
	0169	36.164.852	36.164.852	36.164.852
	OCC (***)	115.060.780	115.060.780	95.334.799
	0100	50.539.572	50.539.572	32.832.005
	0174	3.803.994	3.803.994	2.491.317
	0250	58.446.814	58.446.814	55.344.414
	0280	2.270.400	2.270.400	4.667.063
	DÍVIDA	1.403.122	1.403.122	1.028.893
0100	1.403.122	1.403.122	1.028.893	
INB	PESSOAL	80.903.399	80.903.399	74.244.365
	0100	80.903.399	80.903.399	74.244.365
	OCC (***)	308.949.437	306.944.000	295.587.756
	0100	22.416.972	20.411.535	18.135.628
	0250	261.139.921	261.139.921	248.786.768
	0280	92.544	92.544	3.365.360
NUCLEP	0300	25.300.000	25.300.000	25.300.000
	PESSOAL	42.215.508	42.215.508	43.138.508
	0100	42.215.508	42.215.508	43.138.508
	OCC (***)	58.235.160	53.649.000	57.884.320
	0100	9.656.734	9.656.734	9.618.308
	0250	38.003.426	33.417.266	37.766.012
0300	10.575.000	10.575.000	10.500.000	

ANEXO IV – QUADRO DEMONSTRATIVO RECURSOS LIBERADOS PELO MCT / 2006

Quadro Demonstrativo dos Recursos Liberados pelo MCT/ 2006

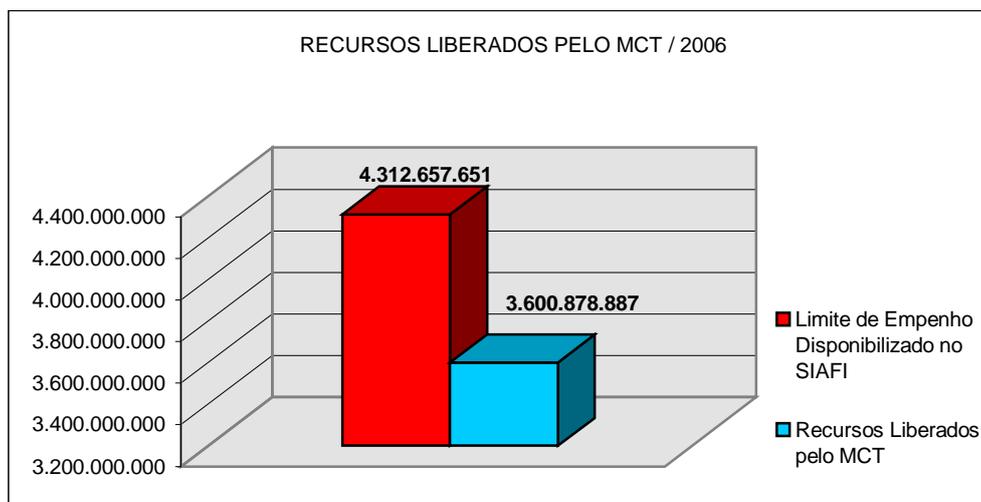
R\$ 1,00

UNIDADE	CATEGORIA FONTE	DOTAÇÃO FINAL	LIMITE PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO (*)	RECURSOS LIBERADOS PELO MCT (*) (**)
AEB	PESSOAL	2.659.309	2.659.309	2.460.391
	0100	2.589.487	2.589.487	2.441.905
	0156	23.526	23.526	18.486
	0169	46.296	46.296	0
	OCC (***)	236.613.955	218.534.000	178.854.930
	0100	217.613.955	199.534.000	162.290.347
	0300	19.000.000	19.000.000	16.564.583
SUBTOTAL II		3.311.130.979	3.182.971.134	2.659.366.823

	DOTAÇÃO FINAL	LIMITE PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO (*)	RECURSOS LIBERADOS PELO MCT (*) (**)
SUBTOTAL I	1.193.031.995	1.129.686.517	941.512.064
SUBTOTAL II	3.311.130.979	3.182.971.134	2.659.366.823
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	675.496.079	-	-
TOTAL GERAL	5.179.659.053	4.312.657.651	3.600.878.887

(*) inclui fte. 0195
(**) Inclui Cota + DARF + DAR + GPS
(***) OCC – Outros Custeios e Capital
Fonte: CGOF/CCP/DPF

ANEXO IV – QUADRO DEMONSTRATIVO RECURSOS LIBERADOS PELO MCT / 2006



ANEXO V – DETALHAMENTO DOS RECURSOS POR CATEGORIA/FONTE / 2006

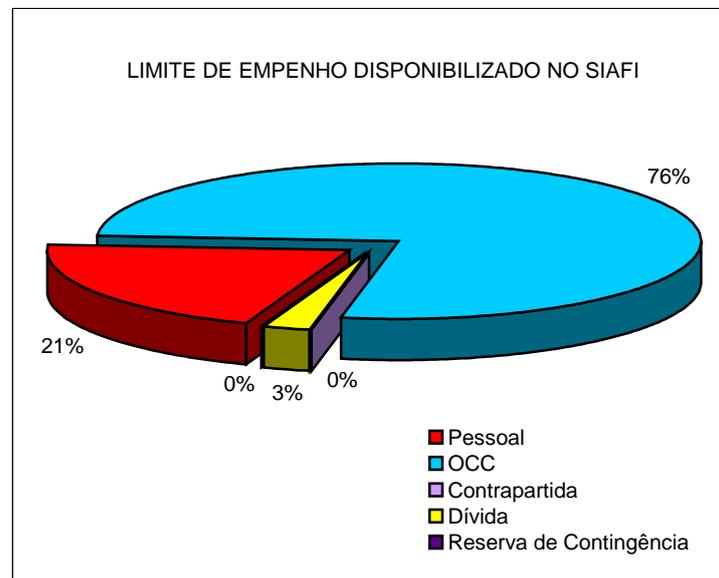
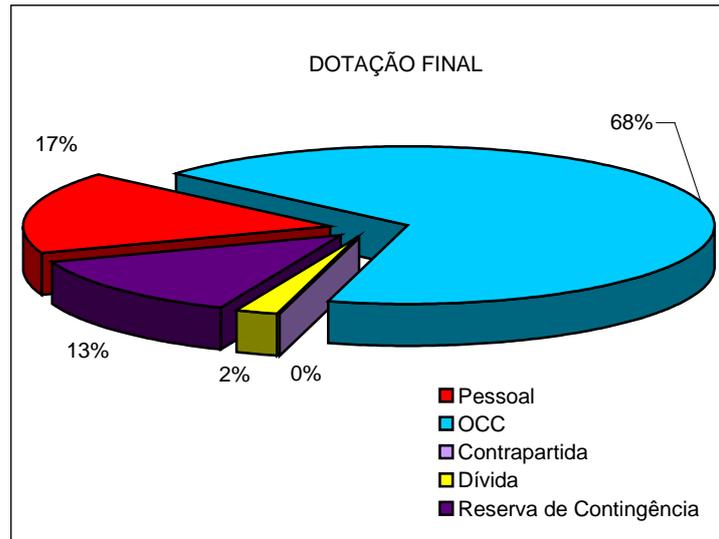
Detalhamento dos Recursos por Categoria/Fonte / 2006

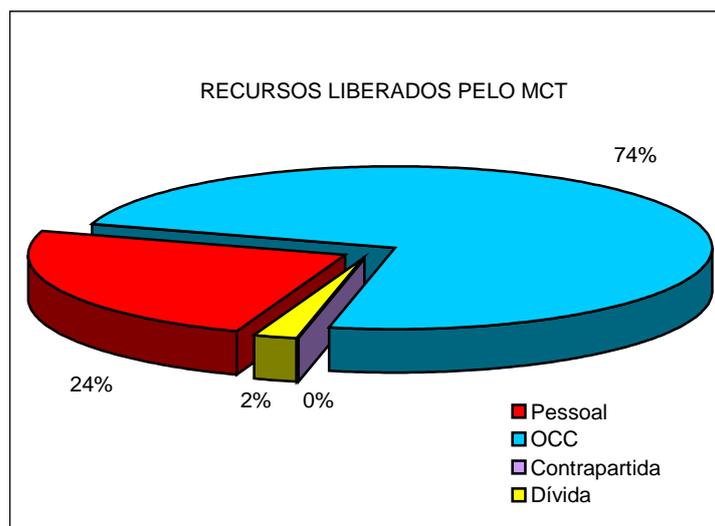
R\$1,00

CATEGORIA FONTE	DOTAÇÃO FINAL	LIMITE PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO (*)	RECURSOS LIBERADOS PELO MCT (*) (**)
PESSOAL	884.230.969	884.230.969	869.131.690
0100	741.575.216	741.575.216	728.536.021
0153	340.000	340.000	289.412
0156	54.253.334	54.253.334	52.476.632
0169	88.062.419	88.062.419	87.829.625
OCC (***)	4.182.668.027	3.315.666.625	2.649.802.151
0100	1.797.655.738	1.714.145.935	1.505.437.721
0129	1.886.385	1.509.108	-
0134	61.970.735	49.500.000	28.561.067
0135	36.525.708	17.532.340	6.597.466
0141	11.102.505	7.600.000	3.965.289
0142	909.087.330	225.000.000	139.238.731
0148	2.217.158	2.217.158	1.200.000
0150	2.449.065	2.449.065	2.731.912
0172	816.824.646	757.350.422	442.632.222
0174	3.803.994	3.803.994	2.494.554
0180	566.075	566.075	0
0195	16.266.000	16.266.000	4.270.528
0250	357.697.468	353.111.308	343.071.914
0280	2.922.756	2.922.756	8.032.423
0300	161.692.464	161.692.464	161.568.324
CONTRAPARTIDA	1.388.375	1.388.375	600.000
1100	888.375	888.375	100.000
3100	500.000	500.000	500.000
DÍVIDA	111.371.682	111.371.682	81.345.046
0100	111.371.682	111.371.682	81.345.046
TOTAL	5.179.659.053	4.312.657.651	3.600.878.887

(*) inclui fte. 0195
(**) Inclui Cota + DARF + DAR + GPS
(***) ODC - Outros Custeios e Capital
Fonte: CGOF/CCP/DPF

ANEXO V – DETALHAMENTO DOS RECURSOS POR CATEGORIA/FONTE / 2006





ANEXO VI – QUADRO DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DÍVIDA / 2006

Quadro Demonstrativo da Execução da Dívida / 2006

R\$ 1,00

UNIDADE	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	NATUREZA	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
			DOTAÇÃO	DESCENT	SALDO	TRANSF.	PAGAM.	SALDO
FINEP	USAID 512 (2228)	329021	81.037	0	81.037	27.517	27.517	0
		469071	869.838	0	869.838	704.460	704.460	0
	SUBTOTAL		950.875	0	950.875	731.977	731.977	0
	BID / 498 (2230)	329021	215.317	0	215.317	65.677	65.677	0
		469071	2.209.705	0	2.209.705	1.750.775	1.750.775	0
	SUBTOTAL		2.425.022	0	2.425.022	1.816.452	1.816.452	0
	BID / 880 (2273)	329021	17.946.999	0	17.946.999	10.568.696	10.568.696	0
		469071	33.006.827	0	33.006.827	24.273.854	24.273.854	0
	SUBTOTAL		50.953.826	0	50.953.826	34.842.550	34.842.550	0
	BIRD/4266 (2375)	329021	6.325.807	0	6.325.807	4.869.301	4.869.301	0
		469071	18.738.236	0	18.738.236	14.152.419	14.152.419	0
	SUBTOTAL		25.064.043	0	25.064.043	19.021.720	19.021.720	0
	FNDCT / EXIMBANK (2532)	329021	899.063	0	899.063	735.530	735.530	0
		469071	7.171.011	0	7.171.011	6.979.135	6.979.135	0
	SUBTOTAL		8.070.074	0	8.070.074	7.714.665	7.714.665	0
	BID/620 (2143)	329021	5.729.555	0	5.729.555	3.115.616	3.115.616	0
		469071	16.745.851	0	16.745.851	13.064.277	13.064.277	0
	TOTAL POR NATUREZA	329021	31.197.778	0	31.197.778	19.382.337	19.382.337	0
469071		78.741.468	0	78.741.468	60.924.920	60.924.920	0	
TOTAL GERAL			109.939.246	0	109.939.246	80.307.257	80.307.257	0

ANEXO VI – QUADRO DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DÍVIDA / 2006

Quadro Demonstrativo da Execução da Dívida / 2006

R\$ 1,00

UNIDADE	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	NATUREZA	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
			DOTAÇÃO	DESC.	SALDO	TRANSF.	PAGAM.	SALDO
CNPq	CIDA (0815)	329021	7.038	0	7.038	609	609	0

	469071	22.276	0	22.276	15.625	15.625	0
SUBTOTAL		29.314	0	29.314	16.234	16.234	0
TOTAL POR NATUREZA	329021	7.038	0	7.038	609	609	0
	469.071	22.276	0	22.276	15.625	15.625	0
TOTAL GERAL		29.314	0	29.314	16.234	16.234	0

Quadro Demonstrativo da Execução da Dívida / 2006

R\$ 1,00

UNIDADE	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	NATUREZA	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
			DOTAÇÃO	DESC.	SALDO	TRANSF.	PAGAM.	SALDO
CNEN	DÍVIDA INTERNA Lariano Bank (0584)	329021	113.637	0	113.637	44.318	44.318	0
		469071	1.289.485	0	1.289.485	1.046.574	1.046.574	0
	SUBTOTAL		1.403.122	0	1.403.122	1.090.892	1.090.892	0
	TOTAL POR NATUREZA	329021	113.637	0	113.637	44.318	44.318	0
		469071	1.289.485	0	1.289.485	1.046.574	1.046.574	0
	TOTAL GERAL		1.403.122	0	1.403.122	1.090.892	1.090.892	0

ANEXO VII – QUADRO DEMONSTRATIVO DE INSCRIÇÃO DE RP / 2006 – OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL

Quadro Demonstrativo de Inscrição de Restos a Pagar / 2006

R\$1,00

UNIDADES	FONTE	INSCRIÇÃO RP/2006		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0100	69.446.637	144.891.897	214.338.534
	0300	0	2.000.650	2.000.650
	1100	400.000	129.150	529.150
	3100	62.946	0	62.946
	5100	131.849	265.062	396.911
	TOTAL	70.041.432	147.286.759	217.328.191
INT	0100	79.677	847.451	927.128
	0150	64.256	239.953	304.209
	TOTAL	143.933	1.087.404	1.231.337
INPA	0100	29.784	530.027	559.811
	TOTAL	29.784	530.027	559.811
INPE	0100	392.987	3.961.440	4.354.427
	TOTAL	392.987	3.961.440	4.354.427
CBPF	0100	53.493	1.097.613	1.151.106
	TOTAL	53.493	1.097.613	1.151.106
IBICT	0100	0	105.609	105.609
	TOTAL	0	105.609	105.609
LNCC	0100	80.817	398.812	479.629
	TOTAL	80.817	398.812	479.629
MAST	0100	3.214	437.792	441.006
	TOTAL	3.214	437.792	441.006
MPEG	0100	63.510	531.935	595.445
	0150	0	1.617	1.617
	TOTAL	63.510	533.552	597.062
ON	0100	148.660	109.344	258.004
	TOTAL	148.660	109.344	258.004
CETEM	0100	31.098	257.369	288.467
	0150	-	1.528	1.528
	TOTAL	31.098	258.897	289.995
LNA	0100	486.992	19.396	506.388
	TOTAL	486.992	19.396	506.388
CenPRA	0100	208.986	614.952	823.938
	0150	43.795	48.516	92.311
	TOTAL	252.781	663.468	916.249
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	TOTAL	71.728.701	156.490.113	228.218.814

CNPq	0100	24.095.120	32.649.338	56.744.458
	0250	0	99.307	99.307
	0280	0	484.458	484.458
	0300	28.995.734	3.661.261	32.656.995
	TOTAL	53.090.854	36.894.364	89.985.218
AEB	0100	24.056.765	73.739.549	97.796.314
	TOTAL	24.056.765	73.739.549	97.796.314
CNEN	0100	6.565.978	11.600.683	18.166.661
	0174	481.841	1.084.118	1.565.959
	0250	728.586	18.727.606	19.456.192
	0280	987.039	342.068	1.329.107
	TOTAL	8.763.444	31.754.475	40.517.919

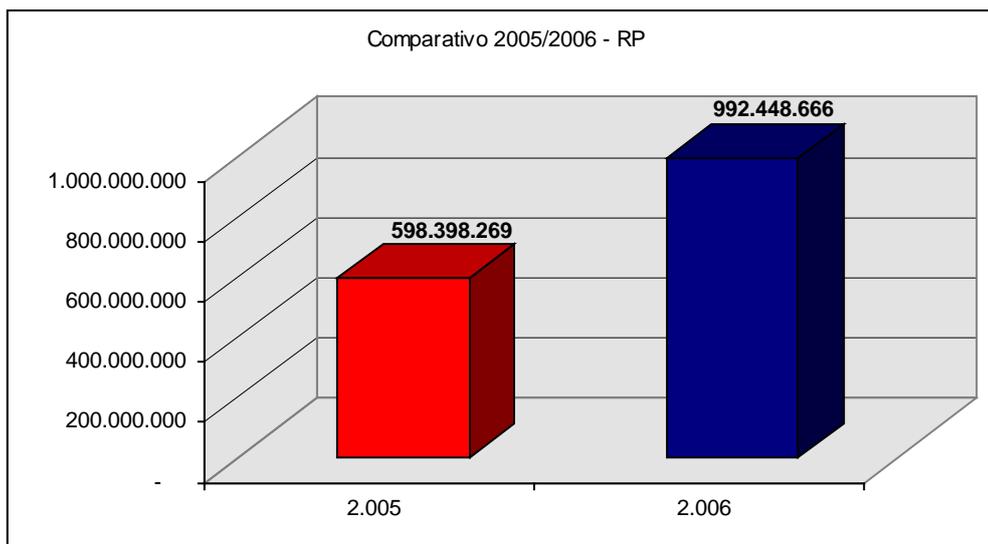
ANEXO VII – QUADRO DEMONSTRATIVO DE INSCRIÇÃO DE RP/2006 – OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL

Quadro Demonstrativo de Inscrição de Restos a Pagar / 2006

R\$1,00

UNIDADES	FONTE	INSCRIÇÃO RP / 2006		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
INB	0100	0	761.844	761.844
	0250	16.767.300	23.698.929	40.466.229
	TOTAL	16.767.300	24.460.773	41.228.073
NUCLEP	0100	669.039	0	669.039
	0250	7.409.069	0	7.409.069
	0300	1.198.529	0	1.198.529
	TOTAL	9.276.637	0	9.276.637
FNDCT	0100	17.699.912	17.172.690	34.872.602
	0129	215.240	293.158	508.398
	0134	3.548.945	24.256.431	27.805.376
	0135	3.180.197	4.148.457	7.328.654
	0141	594.057	2.919.679	3.513.736
	0142	32.311.145	64.787.840	97.098.985
	0172	119.239.412	170.371.887	289.611.299
	TOTAL	176.788.908	283.950.142	460.739.050
TOTAL GERAL		360.472.609	607.289.416	967.762.025

Gráfico do ANEXO VII



COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS (CGRH), UG: 240.133

COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS

À Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) em conformidade com a Portaria MCT n.º 758, de 03 de outubro de 2006, compete:

- ✓ Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas às políticas de administração e desenvolvimento de recursos humanos, seguindo as diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC);
- ✓ Acompanhar e prestar assessoramento técnico às Unidades de Pesquisa nos assuntos relativos à administração de recursos humanos;
- ✓ Prestar assessoramento técnico às comissões constituídas no âmbito da Administração Central do Ministério, pertinentes à sua área de atuação; e
- ✓ Executar outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

GESTORES DA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS (CGRH), UG: 240.133 - NO EXERCÍCIO DE 2006

Coordenadora-Geral de Recursos Humanos
Maria Dalva de Oliveira Silva

Coordenador-Geral de Recursos Humanos (Substituto)
Luis Baltazar Goulart Garay

Ordenadora de Despesas
Maria Dalva de Oliveira Silva

Ordenador de Despesas (Substituto)
Luis Baltazar Goulart Garay

Gestora Financeira
Jarina Rosas Pinheiro Gonçalves

Gestor Financeiro (Substituto)
José Rodrigues Camelo

Responsável pela Conformidade Documental
Sônia Maria de Souza

Responsável pela Conformidade Documental (Substituta)
Rosângela Aparecida Dias Barbosa

Responsável pela Contabilidade
Fernando Freitas Melo

Responsável pela Contabilidade (Substituta)
Eliana Yukiko Takenaka

A UNIDADE JURISDICIONADA

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) unidade integrante da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), que está subordinada a Secretaria-Executiva (SEXEC) nos termos do Decreto n.º 5.886, de 6 de setembro de 2006, e Portaria MCT n.º 758, de 3 de outubro de 2006, compete: planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas às políticas de administração e desenvolvimento de recursos humanos, seguindo as diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) e as normas e orientações do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia (CPC) bem como prestar assessoramento técnico às comissões internas, além de acompanhar, coordenar e orientar as unidades de pesquisa e entidades vinculadas nos assuntos de sua competência.

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS (CGRL), UG: 240.101

COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS

À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL) em conformidade com a Portaria MCT n.º 758, de 03 de outubro de 2006, compete:

- ✓ Planejar, coordenar, executar e controlar as atividades relativas à aquisição de bens e contratação de serviços, execução orçamentária e financeira, administração de material e patrimônio, licitações e contratos, obras e serviços de engenharia, transporte, terceirização, telefonia e serviços gerais, administração e manutenção predial no âmbito da Administração Central do Ministério;
- ✓ Executar as diretrizes emanadas do órgão central dos Sistemas Integrados de Administração de Serviços Gerais e Financeira, SIASG e SIAFI, bem como orientar e implementar aplicação de normas e procedimentos abjetivando a normatização, a racionalização e o aprimoramento das atividades no seu campo de atuação, bem como orientar as unidades de pesquisa e entidades vinculadas em assuntos pertinentes à sua área de competência;
- ✓ Orientar e expedir circulares às outras unidades do Ministério em assuntos de exclusiva competência da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;
- ✓ Autorizar a abertura de procedimento para realizar contratação direta e licitação, inclusive no tocante à modalidade escolhida;
- ✓ Submeter ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração dúvidas e questões de ordem jurídica, bem como os procedimentos licitatórios relativos às Compras e Contratos, em conformidade com o artigo 38, §1º, da Lei nº 8.666/93, a serem encaminhados à Consultoria Jurídica do Ministério;
- ✓ Decidir, em segunda instância, sobre os recursos e representações interpostos em face das decisões das Comissões de Licitação e Pregoeiros;
- ✓ Ratificar o reconhecimento de inexigibilidade de licitação realizado pelo Coordenador de Logística e Execução, cujo objeto seja de valor estimado inferior ao fixado para Concorrência, conforme a Lei n.º 8.666/93;
- ✓ Reconhecer a inexigibilidade de licitação, cujo objeto seja de valor estimado igual ou superior ao fixado para Concorrência, conforme a Lei n.º 8.666/93;
- ✓ Autorizar alteração, reajuste, recomposição, reequilíbrio de preços e prorrogação dos contratos celebrados no âmbito de sua competência, na forma da lei;
- ✓ Designar fiscais de contrato; e
- ✓ Executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Parágrafo único. Na modalidade de Pregão, não havendo recurso, o Pregoeiro é competente para adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

GESTORES DA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS (CGRL) - UG: 240.101 - NO EXERCÍCIO DE 2006

Coordenador-Geral de Recursos Logísticos
Renato Xavier Thièbaut

Coordenador-Geral de Recursos Logísticos (Substituto)
Jan Pietro Buoso Malovany

Ordenador de Despesas
Renato Xavier Thièbaut

Ordenador de Despesas (Substituto)
Jan Pietro Buoso Malovany

Gestor Financeiro

Ladjane José da Silva

Gestor Financeiro (Substituto)
Adriana Samara Wanderley da Silva

Responsável pela Conformidade Documental
Lorena das Graças Lins Silveira

Responsável pela Conformidade Documental (Substituto)
Rayahn Weizmann Suaid Levyski

Responsável pela Contabilidade
Fernando Freitas Melo

Responsável pela Contabilidade (Substituta)
Eliana Yukiko Takenaka

Encarregado do Almoxarifado
Edmilson Rodrigues Barroso

Gestor de Pessoal
Maria Dalva de Oliveira Silva

Gestor de Pessoal (Substituto)

Luis Baltazar Goulart Garay

OBJETIVOS E METAS DOS PROGRAMAS/AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SPOA)

A Unidade Gestora 240.101 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL) é responsável pela execução orçamentária e financeira da SEXEC, SPOA, SCUP, ASSIN, CONJUR, SEPED, SECIS, SETEC e SEPIN. Cabe ressaltar que o planejamento e o acompanhamento das Ações desenvolvidas é de responsabilidade de cada Secretaria.

QUANTITATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SPOA)

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) tem em sua responsabilidade 06 (seis) Programas, totalizando 15 (quinze) Ações, tendo sua execução descrita conforme demonstrativo a seguir:

PROGRAMAS

PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

O programa, no exercício de 2006, prosseguiu em sua meta de promover ações que ensejaram o desenvolvimento da C&T, apoiada nas atividades de administração e gerenciamento dos programas elaborados para execução nas áreas de pesquisas e estudos, correlatos, bem como

aquelas desenvolvidas para suprir as necessidades básicas administrativas voltadas para a manutenção e conservação da operacionalidade do Órgão.

Ação 0110 – Contribuição à Previdência Privada (CGRH/SPOA)

Coordenador da Ação: Maria Dalva de Oliveira Silva

Objetivo: Assegurar que as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir como patrocinadoras junto às entidades fechadas de Previdência Privada nos termos da Lei n.º 8.020/90 e alterações.

Metas: Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio no período de janeiro a dezembro de 2006, cujo montante pago através desta ação totalizou a importância de R\$ 16.173,00 (dezesesseis mil, cento e setenta e três reais).

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Programa	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %
0750	0110	R\$ 16.173,00	R\$ 16.173,00	100,00%

Ação 2000 – Administração da Unidade (CGRL/CGRH/SPOA)

Coordenador: Renato Xavier Thièbaut

Objetivo: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes do Orçamento da União, agregando as despesas que são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Finalidade: Atender pagamento de despesas com as ações de manutenção das atividades, envolvendo os serviços com pessoal, estagiários, ajuda de custo, indenização de moradia e outros serviços administrativos, compreendendo, serviços postais, telefonia fixa e celular, manutenção predial, aquisição de material de consumo e expediente, assinatura de jornais e periódicos, serviços de apoio operacional e administrativo e equipamentos e material permanente. A ação foi desenvolvida para suprir as necessidades básicas administrativas voltadas para a manutenção da operacionalidade do Órgão.

Metas: Para o cumprimento das metas estabelecidas para a Ação no que diz respeito à manutenção das despesas administrativas, a SPOA dispôs do montante de R\$ 270.253.792,22 (duzentos e setenta milhões, duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos), cuja Provisão Recebida encontra-se distribuída nas UG's 240101 e 240133, cabendo a cada um o seguinte valor:

1. Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) UG: 240.1333 - R\$ 243.589.103,74 (duzentos e quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, cento e três reais e setenta e quatro centavos), recursos destinados ao pagamento das despesas com pessoal, estagiários, ajuda de custo e indenização de moradia, sendo que desse total foram executados a importância de R\$ 243.557.763,63 (duzentos e quarenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil,

setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos), restando a importância residual de R\$ 31.340,11 (trinta e um mil, trezentos e quarenta reais e onze centavos), em Crédito Disponível.

2. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL) UG: 240.101 - R\$ 26.664.688,48 (vinte e seis milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos), recursos destinados ao pagamento das despesas destinados à manutenção da operacionalidade da estrutura administrativa do órgão, sendo que desse total foram executados a importância de R\$ 26.618.940,56 (vinte e seis milhões, seiscentos e dezoito mil, novecentos e quarenta reais e cinquenta e seis reais), restando a importância residual de R\$ 45.747,92 (quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos), em Crédito Disponível.

A meta estabelecida na execução pela SPOA, dentro de sua disponibilidade orçamentária, foi atender com rapidez e eficiência as solicitações de serviços e materiais, levando-se em consideração a economicidade na aquisição de bens e serviços, optando pela prática do binômio menor preço e qualidade sob ótica da legalidade e embasado nos conceitos que fundamentam a execução orçamentária e financeira.

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Programa	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %
0750	2000	R\$ 270.253.792,32	R\$ 270.176.704,19	99,97%

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (CGRH/SPOA)

Coordenador: Maria Dalva de Oliveira Silva

Objetivo: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para saúde física e mental. A Ação proporcionou atendimento a uma clientela de 4.334 servidores beneficiados.

Metas: Para o cumprimento dos objetivos propostos pela Ação, a CGRH dispôs do montante de R\$ 6.963.280,00 (seis milhões, novecentos e sessenta e três mil e duzentos e oitenta reais), sendo efetivamente executados a importância de R\$ 6.932.879,38 (seis milhões, novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos), restando a importância residual de R\$ 30.400,62 (trinta mil, quatrocentos reais e sessenta e dois centavos), em Crédito Disponível.

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Programa	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %
0750	2004	R\$ 6.963.280,00	R\$ 6.932.879,38	99,56%

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (CGRH/SPOA)

Coordenador: Maria Dalva de Oliveira Silva

Objetivo: Concessão do benefício pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar em conformidade com o que reza a legislação vigente. A Ação proporcionou atendimento a uma clientela de 508 servidores beneficiados.

Metas: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conf. art. 3º do Dec. 977 de 10/11/93. Para o cumprimento dos objetivos propostos pela Ação, a CGRH dispôs do montante de R\$ 514.080,00 (quinhentos e quatorze mil e oitenta reais), sendo efetivamente executados a importância de R\$ 436.936,45 (quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos), restando a importância residual de R\$ 77.143,55 (setenta e sete mil, cento e quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), em Crédito Disponível.

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Programa	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %
0750	2010	R\$ 514.080,00	R\$ 436.936,45	84,99%

Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados (CGRH/SPOA)

Coordenador: Maria Dalva de Oliveira Silva

Objetivo: Concessão do benefício pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, em conformidade com o que reza a legislação vigente. A Ação proporcionou atendimento a uma clientela de 1.543 servidores beneficiados.

Metas: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85, e alterações e MP n.º 2.165-36 de 23/08/01. Para o cumprimento dos objetivos propostos pela Ação, a CGRH dispôs do montante de R\$ 1.864.397,40 (um milhão, oitocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta centavos), sendo efetivamente executados a importância de R\$ 1.775.633,69 (um milhão, setecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais e sessenta e nove centavos), restando a importância residual de R\$ 88.763,71 (oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos), em Crédito Disponível.

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Programa	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %
0750	2011	R\$ 1.864.397,40	R\$ 1.775.633,69	95,24%

Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados (CGRH/SPOA)

Coordenador: Maria Dalva de Oliveira Silva

Objetivo: Concessão do benefício pago diretamente no contra cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar em conformidade com o que reza a legislação vigente. A Ação proporcionou atendimento a uma clientela de 3.694 servidores beneficiados.

Metas: Conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção do refeitório. Para o cumprimento dos objetivos propostos pela Ação, a CGRH dispôs do montante de R\$ 6.558.488,00 (seis milhões, quinhentos e cinquenta oito mil, quatrocentos e oitenta oito reais), sendo efetivamente executados a importância de R\$ 6.230.335,97 (seis milhões, duzentos e trinta reais mil, trezentos e trinta e cinco reais e noventa sete centavos), restando a importância residual de R\$ 328.152,03 (trezentos e vinte oito reais, cento e cinquenta dois centavos e três centavos), em Crédito Disponível.

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Programa	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %
0750	2012	R\$ 6.558.488,00	R\$ 6.230.335,97	95,00%

Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (CGRH/SPOA)

Coordenador: Maria Dalva de Oliveira Silva

Metas: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004. Para o cumprimento dos objetivos propostos pela Ação, a CGRH dispôs do montante de R\$ 48.160.938,00 (quarenta e oito milhões, cento e sessenta mil, novecentos e trinta e oito reais), sendo integralmente executados o montante da Provisão Recebida de Recursos Orçamentários, ou seja, foi empenhado e liquidado 100,00% do valor recebido a este título.

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Programa	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %

Programa	Ação	Recursos Orçamentários		
0750	09HB	R\$ 48.160.938,00	R\$ 48.160.938,00	100,00%

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Gerente: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Objetivo: Assegurar o efetivo pagamento aos servidores civis inativos da União ou aos seus pensionistas, em cumprimento das formalidades estabelecidas pelo regime previdenciário próprio da categoria.

Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis (CGRH/SPOA)

Coordenador: Maria Dalva de Oliveira Silva

Metas: Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos da União ou aos seus pensionistas, em cumprimento com as disposições contidas em regime previdenciário próprio. Para o cumprimento dos objetivos propostos pela Ação, a CGRH dispôs do montante de R\$ 89.706.605,08 (oitenta e nove milhões, setecentos e seis mil, seiscentos e cinco reais e oito centavos), sendo integralmente executados o montante da Provisão Recebida de Recursos Orçamentários, ou seja, foi empenhado e liquidado 100,00% do valor recebido a este título. A Ação contempla recursos para os seguintes órgãos: MCT, CNPQ, CNEN e AEB.

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO (MCT, CNPQ, CNEN e AEB)

Programa	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %
0089	0181	R\$ 89.706.605,08	R\$ 89.706.605,08	100,00%

PROGRAMA 0473 – GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Gerente: Luís Manuel Rebelo Fernandes

Gerente Executivo: Maria do Socorro Fernandes

Objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência e tecnologia e promover o conhecimento científico e tecnológico com vistas à melhoria da qualidade de vida.

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (CGRL/CGRH/SPOA)

Coordenador: Maria Dalva de Oliveira Silva

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

O Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH) aprovado pela Portaria MCT n.º 155/2002, que estabeleceu os princípios e procedimentos das ações de RH dentro de seus três grandes projetos, capacitou 1.174 servidores, nas atividades abaixo descritas.

Capacitação: O Programa de Incentivo à Pós-Graduação (PIPG) contou com a participação de 13 servidores em cursos (5 pós-doutorados, 7 doutorados e 1 mestrado, nas diversas áreas do conhecimento. O Programa de Incentivo à Graduação – PIG teve a participação de 02 servidores em cursos nas áreas de administração.

Por meio de contrato de prestação de serviços firmado entre o MCT e a Fundação Universidade de Brasília (FUB), teve início em maio de 2006, com previsão de término em julho de 2007, o Curso de Especialização em Política e Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação, área de Tecnologia da Informação, realizado pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UNB) com a participação de 30 servidores.

Aperfeiçoamento: os Programas desenvolvidos neste projeto, embora prejudicados em decorrência do atraso da liberação dos recursos orçamentários, em 2006 foram capacitados 705 servidores em cursos, workshops, treinamentos, congressos e outros assemelhados nas mais diversas áreas de conhecimento.

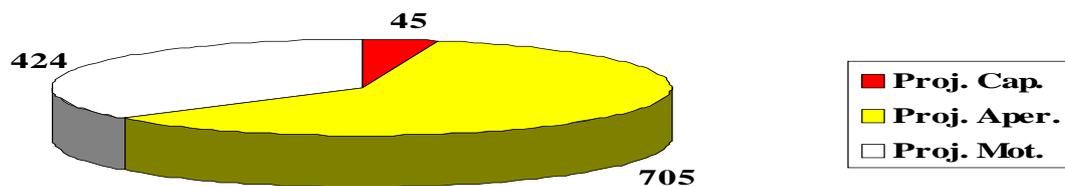
Cabe destacar, ainda, dentro do Programa de Aperfeiçoamento, a participação no 32º Congresso Nacional de Gestão de Pessoas (CONARH) realizado nos dias 22 a 25 de agosto, na cidade de São Paulo – SP, com participação de 17 servidores, possibilitando a integração das áreas de recursos humanos da Administração Central, das Unidades de Pesquisa e Entidades Vinculadas ao MCT, com troca de experiências e discussão em torno do tema gestão de pessoas e preocupações consideradas de grande relevância nesse campo de atuação.

Motivação: o Programa de Desenvolvimento de Equipes de Trabalho, com o objetivo de estimular a integração e favorecer a motivação da força de trabalho do Órgão, realizou atividades para 424 servidores, entre os quais destacam-se, os seguintes eventos: palestras no Dia da Mulher, das Mães, dos Pais e para os estagiários.

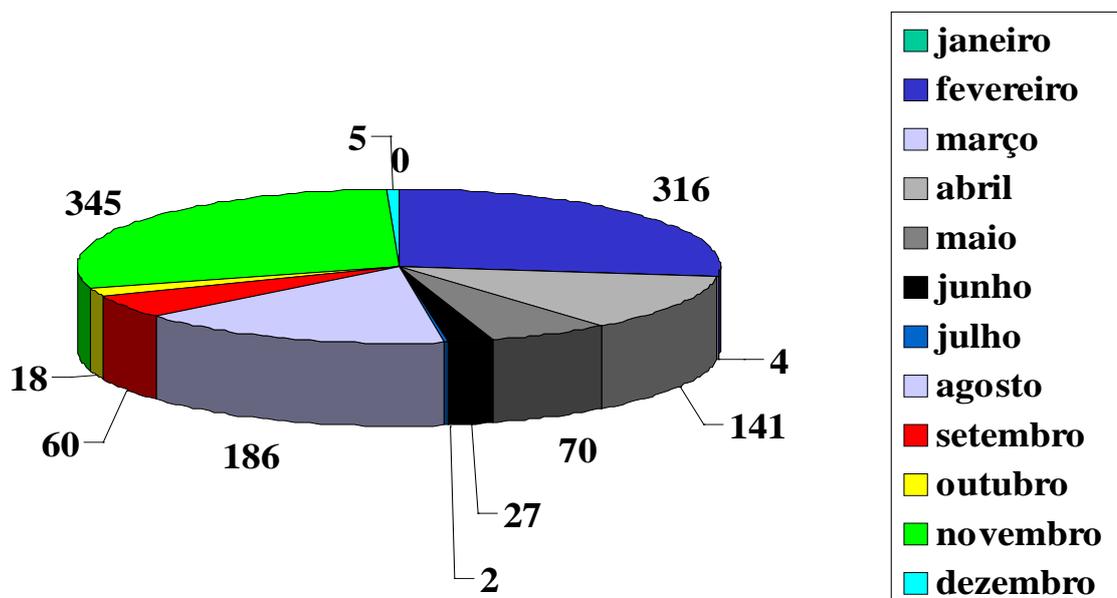
O Subprograma Mexa-se no Cerrado, que é parte do Programa de Melhoria da Qualidade de Vida teve a participação dos servidores, consolidando, assim, a ginástica laboral, na Sede e no Complexo, com as caminhadas diárias, a ginástica localizada, além das caminhadas das estações Verão e Inverno II, que foram implementadas no decorrer do exercício de 2006. No mês de maio foi realizada a Campanha da Vacinação Antigripal.

Metas: Para o cumprimento dos objetivos propostos pela Ação, a CGRH dispôs do montante de R\$ 132.277,56 (cento e trinta e dois mil, duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), sendo efetivamente executados a importância de R\$ 132.177,56 (cento e trinta e dois mil, cento e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), restando a importância residual de R\$ 100,00 (cem reais), em Crédito Disponível.

DEMONSTRATIVO GRÁFICO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES TREINADOS POR PROJETO EM 2006



DEMONSTRATIVO GRÁFICO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES TREINADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2006



QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Programa	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %
0473	4572	R\$ 132.277,56	R\$ 132.177,56	99,92%

Ação 4210 – Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia (CGRL/CGRH/SPOA)

Coordenador: Djalmo de Oliveira Leão

Finalidade: Manter política única de Ciência e Tecnologia para o segmento, buscando integrar os sistemas estaduais e federal.

No âmbito desta ação destacam-se como resultados alcançados, iniciativas para o estabelecimento da política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, demonstrando seus avanços e as estratégias usadas para o Brasil, promover o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do país.

Fomentar a articulação com outros ministérios, estados da federação, que, no país e no exterior, exerçam atividades ligadas ao apoio e à coordenação da C&T; e na comunidade de pesquisadores de universidades e centros de pesquisa que desenvolvam estudos sobre a temática da política de ciência, tecnologia e inovação, a supervisão, consolidação, expansão e integração do sistema nacional de CT&I.

Metas: Para o cumprimento do objetivo proposto por essa Ação, a SPOA dispôs do montante de R\$ 5.558.021,93 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, vinte e um reais e noventa e três centavos), sendo efetivamente executados a importância de R\$ 5.547.241,39 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e quarenta e um reais e trinta e nove centavos), restando a importância residual de R\$ 10.780,54 (dez mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e quatro centavos), em Crédito Disponível.

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Programa	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %
0473	4210	R\$ 5.558.021,93	R\$ 5.547.241,39	99,86%

PROGRAMA 0461 – PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Gerente: Luís Manuel Rebelo Fernandes

Gerente Executivo: Carlos Oiti Berbert

Objetivo: Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores.

Ação 100Q – Construção do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC (CGRL/SPOA)

Coordenador: Djalmo de Oliveira Leão

Finalidade: Dotar o CEITEC de infra-estrutura adequada para o domínio completo de processos de pesquisa, desenvolvimento, projetos, prototipação e testes em microeletrônica por pesquisadores, instituições de ensino superior, centros de P&D e organizações empresariais, e contribuir para a formação de recursos humanos altamente especializados na área de microeletrônica e circuitos integrados.

Metas: Para cumprimento do objetivo proposto pela Ação, visando a construção das obras de edificação e das instalações do Centro de Excelência em Tecnologia Avançada (CEITEC) o MCT dispôs de recursos da ordem de R\$ 88.250.931,00 (oitenta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil, novecentos e trinta e um reais), sendo efetivamente executados a importância de R\$ 88.236.519,60 (oitenta e oito milhões, duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta centavos), restando a importância residual de R\$ 14.411,40 (quatorze mil, quatrocentos e onze reais e quarenta centavos), em Crédito Disponível.

Ao final do exercício de 2006, o empreendimento CEITEC, encontrava-se em ritmo acelerado de execução, sendo que o complexo de obras e instalações superava 80% da execução física planejada no projeto executivo da obra. Veja a seguir informações da destinação de recursos do orçamento de 2006.

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Programa	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %
0461	100Q	R\$ 88.250.931,00	R\$ 88.236.519,60	99,98%

Ação 1257 – Implantação do Instituto Nacional do Semi-Árido (CGRL/CGRH/SPOA)

Coordenado: Djalmo de Oliveira Leão

Finalidade: Promover e apoiar programas, projetos e ações integradas de caráter científico e tecnológico voltados para as condições específicas do semi-árido nordestino, visando o melhor aproveitamento de sua potencialidade e a melhoria da qualidade de vida da população local.

O Instituto Nacional do Semi-Árido Celso Furtado (INSA) é uma unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e tem por finalidade promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a integração dos pólos socio-econômico e ecossistemas estratégicos da região do semi-árido brasileiro, bem como, realizar, executar e divulgar estudos e pesquisas na área de desenvolvimento científico e tecnológico para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região. O Nordeste ocupa boa parte do Semi-Árido Brasileiro e é a região que mais sofre com a escassez de recursos hídricos e seus reflexos

na agricultura e na vida das pessoas, visando o melhor aproveitamento de sua potencialidade e a melhoria da qualidade de vida da população da região.

O INSA atua como facilitador da formação de redes temáticas de pesquisa e articulador entre os órgãos de fomento e instituições de ensino e pesquisa científica e tecnológica atuantes na região, governamentais ou privadas, que possam colaborar com a sua finalidade, apoiando a formação de recursos humanos especializados e contribuindo para o fortalecimento dos centros de pesquisa emergentes na área.

Metas: Para cumprimento dos objetivos propostos na Ação, a SPOA dispôs do montante de R\$ 1.913.516,47 (hum milhão, novecentos e treze mil, quinhentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), sendo efetivamente executados a importância de R\$ 328.995,80 (trezentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos), restando a importância residual de R\$ 1.584.520,67 (hum milhão, quinhentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte reais e sessenta e sete centavos), em Crédito Disponível, perante as UG's: 240.101 e 240.133, que compõem esta Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Cabe ressaltar que como o Instituto do Semi-Árido Celso Furtado (INSA), encontra-se em fase de implantação e que nessa fase ocorre situações que acabam postergando a contratação de materiais e serviços, em razão das exigências previstas na Lei nº 8.666/93. Dessa forma a execução apresentou baixo percentual de empenho e liquidação.

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Programa	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %
0461	1257	R\$ 1.913.516,47	R\$ 328.995,80	17,19%

Ação 4172 – Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) / (CGRL/SPOA)

Coordenador: Djalmo de Oliveira Leão

Finalidade: Prover infra-estrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do país na sociedade da informação.

O Objetivo da Ação é prover infra-estrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do País na Sociedade da Informação. Manutenção e atualização de serviços de telecomunicações nacionais e internacionais para consolidação e desenvolvimento da infra-estrutura física de comunicação e colaboração em ensino, pesquisa e inovação.

Manutenção e atualização da infra-estrutura de equipamentos de comunicação e computação dos pontos de presença (POP) da rede no País. Realizar o Planejamento de manutenção e atualização da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa anualmente pela RNP e utilizar indicadores e estatísticas da evolução padrão de tráfego e serviços de rede.

Realizar estudos técnicos teóricos pelo corpo técnico da RNP que incluem consultas a especialistas no País e no Exterior, e sua discussão em fóruns técnicos. Os estudos práticos constituem avaliação em laboratório de testes ou em ambiente real (projeto piloto) da adequação de novas tecnologias de computação e comunicação. Implementar as ações por planos e projetos, convênios e contratos com instituições públicas e privadas. A RNP, em colaboração com as instituições que sediam os pontos de presença, é responsável pela seleção e avaliação dessa ações.

Executar utilizando as competências técnicas da RNP e dos seus parceiros públicos e privados. Em especial, cada instituição que sedia um ponto-de-presença da rede em cada estado é responsável pela operação e pela manutenção do serviço de rede no estado.

Apoiar a gestão das atividades administrativas e técnicas em sistema de informação (intranet) próprio que permite a comunicação e a colaboração dos parceiros, a documentação de atividades e a execução distribuída.

Esta Ação é gerenciada conjuntamente pelo MCT e o MEC. Para o cumprimento do objetivo da Ação, a SPOA/MCT na parte de sua competência de gerenciamento, dispôs do montante de R\$ 8.957.547,45 (oito milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), sendo efetivamente executado em sua totalidade, ou seja empenhado e liquidado 100,00% deste montante.

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO 4172 (SPOA)

Programa SPOA	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %
0461	4172	R\$ 8.957.547,45	R\$ 8.957.547,45	100,00%

Na parte de competência de gerenciamento do Ministério da Educação (MEC) foi descentralizado pelo MEC através do Programa 1067 – GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO → Ação 4172 – Serviço de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o montante de R\$ 22.488.951,70 (vinte e dois milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta e um reais e setenta centavos), sendo efetivamente executado em sua totalidade, ou seja empenhado e liquidado 100,00% deste montante.

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO 4172 (MEC)

Programa (MEC)	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %
1067	4172	R\$ 22.488.951,70	R\$ 22.488.951,70	100,00%

QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - AÇÃO 4172 CONSOLIDADO (MCT x MEC)

Programa (MEC)	Ação	Recursos Orçamentários		
		Provisão Recebida	Empenhado	Liquidado %

Programa (MEC)	Ação	Recursos Orçamentários		
		R\$ 31.446.499,15	R\$ 31.446.499,15	100,00%
0461 x 1067	4172			

PROGRAMA 0906 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)

Coordenador: Djalmo de Oliveira Leão

Finalidade: Efetuar o pagamento de dívidas por recebimento de créditos externos mediante contrato.

Ação 0284 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Coordenador: Djalmo de Oliveira Leão

Informações da Ação: Ação sem movimentação no exercício de 2006, no âmbito da SPOA/MCT.

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS RECEBIDOS PELAS UNIDADES GESTORAS 240.101 – (CGRL/SPOA) e 240.133 – (CGRH/SPOA)

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS (CGRH), UG: 240.133

Em conformidade com as informações extraídas do SIAFI, a CGRH/SPOA/MCT, no decorrer do exercício de 2006 foi contemplado com recursos recebidos de créditos orçamentários através da Conta Contábil: 192220100 - PROVISAO RECEBIDA, no valor de R\$ 403.992.589,42 (quatrocentos e três milhões, novecentos e noventa e dois mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos), referente às ações de competência da SPOA e de outras unidades integrantes da estrutura do Ministério, conforme detalhamento a seguir:

Ações	Provisão recebida	Empenho liquidado	Crédito disponível
0110	R\$ 16.173,00	R\$ 16.173,00	R\$ -
2000	R\$ 243.589.103,74	R\$ 243.557.763,63	R\$ 31.340,11
2004	R\$ 6.963.280,00	R\$ 6.932.879,38	R\$ 30.400,62
2010	R\$ 514.080,00	R\$ 436.936,45	R\$ 77.143,55
2011	R\$ 1.864.397,40	R\$ 1.775.633,69	R\$ 88.763,71
2012	R\$ 6.558.488,00	R\$ 6.230.335,97	R\$ 328.152,03
09HB	R\$ 48.160.938,00	R\$ 48.160.938,00	R\$ -
4210	R\$ 1.263.995,54	R\$ 1.253.533,37	R\$ 10.462,17
2272	R\$ 3.188.748,54	R\$ 3.177.209,98	R\$ 11.538,56
4523	R\$ 130.175,74	R\$ 129.788,40	R\$ 387,34
6147	R\$ 646.666,32	R\$ 487.926,23	R\$ 158.740,09
4661	R\$ 162.772,67	R\$ 151.322,67	R\$ 11.450,00
1257	R\$ 1.227.165,39	R\$ 27.165,39	R\$ 1.200.000,00
0181	R\$ 89.706.605,08	R\$ 89.706.605,08	R\$ -

Totais	R\$ 403.992.589,42	R\$ 402.044.211,24	R\$ 1.948.378,18
---------------	---------------------------	---------------------------	-------------------------

De acordo com as informações relatadas acima, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH/MCT), UG: 240.133, empenhou e liquidou 99,52 % dos créditos orçamentários recebidos, restando em crédito disponível a importância de R\$ 1.948.378,18 (hum milhão, novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e setenta e oito reais e dezoito centavos), ou 0,48% do valor recebido.

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS (CGRL) – UG: 240.101

Em conformidade com as informações extraídas do SIAFI, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL/MCT), no decorrer do exercício de 2006 foi contemplada com recursos recebidos de créditos orçamentários através da Conta Contábil: 192220100 - PROVISAO RECEBIDA, no valor de R\$ 507.725.583,71 (quinhentos e sete milhões, setecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e três reais e setenta e um centavos), dos quais foi descentralizado o valor líquido de R\$ 114.365.424,51 (cento e quatorze milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e um centavos), restando a importância de R\$ 393.360.159,20 (trezentos e noventa e três milhões, trezentos e sessenta mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte centavos), referente as ações de competência da SPOA e de outras unidades integrantes da estrutura do Ministério, conforme detalhamento a seguir:

Ações	Provisão recebida	Empenho liquidado	Crédito disponível
001F	R\$ 26.208.775,95	R\$ 23.773.426,46	R\$ 2.435.349,49
09HH	R\$ 7.559.738,78	R\$ 6.671.626,16	R\$ 888.112,62
0B18	R\$ 10.875.650,00	R\$ 10.875.650,00	R\$ -
1E14	R\$ 3.246.102,00	R\$ 3.225.102,00	R\$ 21.000,00
2B08	R\$ 967.149,00	R\$ 967.149,00	R\$ -
2B27	R\$ 122.016,20	R\$ 121.879,00	R\$ 137,20
2B41	R\$ 1.569.142,00	R\$ 1.556.149,82	R\$ 12.992,18
10BL	R\$ 4.900.000,00	R\$ 4.900.000,00	R\$ -
11HB	R\$ 1.606.111,70	R\$ 680.129,70	R\$ 925.982,00
12C9	R\$ 14.144,00	R\$ 6.500,00	R\$ 7.644,00
100Q	R\$ 88.250.931,00	R\$ 88.236.519,60	R\$ 14.411,40
0188	R\$ 537.500,00	R\$ 537.500,00	R\$ -
0189	R\$ 216.500,00	R\$ 216.500,00	R\$ -
0190	R\$ 799.800,00	R\$ 799.800,00	R\$ -
0191	R\$ 85.729,36	R\$ 85.729,36	R\$ -
0193	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -
0194	R\$ 200.600,00	R\$ 200.600,00	R\$ -
0196	R\$ 129.780,00	R\$ 129.780,00	R\$ -
0487	R\$ 747.650,14	R\$ 747.650,14	R\$ -
0752	R\$ 110.019,51	R\$ 100.000,00	R\$ 10.019,51
0754	R\$ 98.031,00	R\$ 98.031,00	R\$ -
0756	R\$ 112.687,00	R\$ 112.687,00	R\$ -
0760	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -

0855	R\$ 10.825,00	R\$ 10.825,00	R\$ -
0862	R\$ 30.337.191,01	R\$ 21.630.067,45	R\$ 8.707.123,56
0902	R\$ 15.000.000,00	R\$ 15.000.000,00	R\$ -
0909	R\$ 405.982,00	R\$ 405.982,00	R\$ -
1049	R\$ 31.000,00	R\$ 31.000,00	R\$ -
1257	R\$ 686.351,08	R\$ 301.830,41	R\$ 384.520,67
2000	R\$ 31.952.733,26	R\$ 31.906.985,34	R\$ 45.747,92
2272	R\$ 12.830.459,15	R\$ 11.284.754,02	R\$ 1.545.705,13
2463	R\$ 128.000,00	R\$ 128.000,00	R\$ -
2495	R\$ 205.600,88	R\$ 198.143,60	R\$ 7.457,28
4122	R\$ 8.500.000,00	R\$ 8.500.000,00	R\$ -
4172	R\$ 31.446.499,15	R\$ 31.446.499,15	R\$ -
4176	R\$ 58.000,00	R\$ 58.000,00	R\$ -
4188	R\$ 5.686.834,00	R\$ 5.686.834,00	R\$ -
4192	R\$ 18.482.210,00	R\$ 18.482.210,00	R\$ -
4210	R\$ 4.294.026,39	R\$ 4.293.708,02	R\$ 318,37
4475	R\$ 4.439.212,00	R\$ 4.439.212,00	R\$ -
4523	R\$ 836.973,26	R\$ 834.488,66	R\$ 2.484,60
4572	R\$ 132.277,56	R\$ 132.177,56	R\$ 100,00
4641	R\$ 9.967.201,57	R\$ 9.967.201,57	R\$ -
4661	R\$ 1.039.744,01	R\$ 660.203,01	R\$ 379.541,00
4655	R\$ 12.321.474,00	R\$ 12.321.474,00	R\$ -
4942	R\$ 570.000,00	R\$ 570.000,00	R\$ -
4947	R\$ 220.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 120.000,00
4951	R\$ 980.000,00	R\$ 980.000,00	R\$ -
4967	R\$ 337.110,45	R\$ 337.110,45	R\$ -
4970	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ -
6126	R\$ 332.712,00	R\$ 332.712,00	R\$ -
6147	R\$ 166.364,67	R\$ 166.364,67	R\$ -
6190	R\$ 56.016,50	R\$ 56.016,50	R\$ -
6236	R\$ 2.437.215,00	R\$ 2.437.215,00	R\$ -
6257	R\$ 591.728,39	R\$ 589.641,66	R\$ 2.086,73
6323	R\$ 379.438,49	R\$ 379.438,49	R\$ -
6372	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -
6432	R\$ 6.800,33	R\$ 6.800,33	R\$ -
6492	R\$ 33.212.380,05	R\$ 15.453.367,21	R\$ 17.759.012,84
6702	R\$ 6.839.691,33	R\$ 6.810.244,85	R\$ 29.446,48
6717	R\$ 1.184,51	R\$ 1.184,51	R\$ -
6739	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ -
6751	R\$ 208.594,01	R\$ 189.600,00	R\$ 18.994,01
6846	R\$ 503.642,33	R\$ 503.642,33	R\$ -
6909	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ -
6995	R\$ 7.879.510,00	R\$ 7.879.510,00	R\$ -

7306	R\$	7.924,15	R\$	6.829,69	R\$	1.094,46
004818 Ptres	R\$	3.795,32	R\$	-	R\$	3.795,32
004831 Ptres	R\$	82.500,00	R\$	-	R\$	82.500,00
004837 Ptres	R\$	119.000,00	R\$	-	R\$	119.000,00
004845 Ptres	R\$	3.899,71	R\$	-	R\$	3.899,71
Totais	R\$	393.360.159,20	R\$	359.831.682,72	R\$	33.528.476,48

De acordo com as informações relatadas acima, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL/MCT)- UG: 240.101, empenhou e liquidou 91,48 % dos créditos orçamentários disponíveis para custeio das ações da SPOA e de outras unidades integrantes do estrutura do Ministério, restando em crédito disponível a importância de R\$ 33.528.476,48 (trinta e três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), ou 8,52% do valor recebido para esta finalidade.

DA CONSOLIDAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS PELA UNIDADES GESTORAS DO MCT- UG's: 240.133/240.101

De acordo com os dados apresentados nos 02 (dois) quadros anteriores, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) recebeu de créditos orçamentários no exercício de 2006, a importância total consolidada de R\$ 797.352.748,62 (setecentos e noventa e sete milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos), dos quais empenhou e liquidou em suas unidades gestoras, a importância de R\$ 761.875.893,96 (setecentos e sessenta e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos), representando 95,55%, restando em crédito disponível o valor de R\$ 35.476.854,66 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e cinquenta] e quatro reais e sessenta e seis centavos), ou 4,45% do valor recebido.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DE RECURSOS NOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA SPOA

Apresentaremos a seguir os demonstrativos de recursos recebidos e aplicados pela unidade administrativa central, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), no exercício de 2006, para gerir os Programas e Ações de sua competência:

DEMONSTRATIVOS DOS RECURSOS RECEBIDOS X APLICADOS POR PROGRAMA/SPOA

Programa	Recurso Recebido	Executado	Percentual de execução %
0750	R\$ 334.331.148,72	R\$ 333.729.600,68	99,82
0089	R\$ 89.706.605,08	R\$ 89.706.605,08	100,00
0473	R\$ 5.690.299,49	R\$ 5.679.418,95	99,81
0461	R\$ 99.121.994,92	R\$ 97.523.062,85	98,39
1067	R\$ 22.488.951,70	R\$ 22.488.951,70	100,00
0906	R\$ -	R\$ -	0,00
Totais	R\$ 551.338.999,91	R\$ 549.127.639,26	99,60

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS X APLICADOS POR AÇÃO/SPOA

Programa	Ação	Recurso Recebido	Executado	Percentual de Execução %
0750	0110	R\$ 16.173,00	R\$ 16.173,00	100,00
	2000	R\$ 270.253.792,32	R\$ 270.176.704,19	99,97
	2004	R\$ 6.963.280,00	R\$ 6.932.879,38	99,56
	2010	R\$ 514.080,00	R\$ 436.936,45	84,99
	2011	R\$ 1.864.397,40	R\$ 1.775.633,69	95,24
	2012	R\$ 6.558.488,00	R\$ 6.230.335,97	95,00
	09HB	R\$ 48.160.938,00	R\$ 48.160.938,00	100,00
0089	0181	R\$ 89.706.605,08	R\$ 89.706.605,08	100,00
0473	4572	R\$ 132.277,56	R\$ 132.177,56	99,92
	4210	R\$ 5.558.021,93	R\$ 5.547.241,39	99,81
0461	100Q	R\$ 88.250.931,00	R\$ 88.236.519,60	99,98
	1257	R\$ 1.913.516,47	R\$ 328.995,80	17,19
	4172	R\$ 8.957.547,45	R\$ 8.957.547,45	100,00
1067	4172	R\$ 22.488.951,70	R\$ 22.488.951,70	100,00
0906	0284	R\$ -	R\$ -	0,00
Totais		R\$ 551.338.999,91	R\$ 549.127.639,26	99,60

GRÁFICO DOS RECURSOS RECEBIDO X EXECUTADO NOS PROGRAMAS DA SPOA

GRÁFICO DE RECURSO RECEBIDO X EXECUTADO

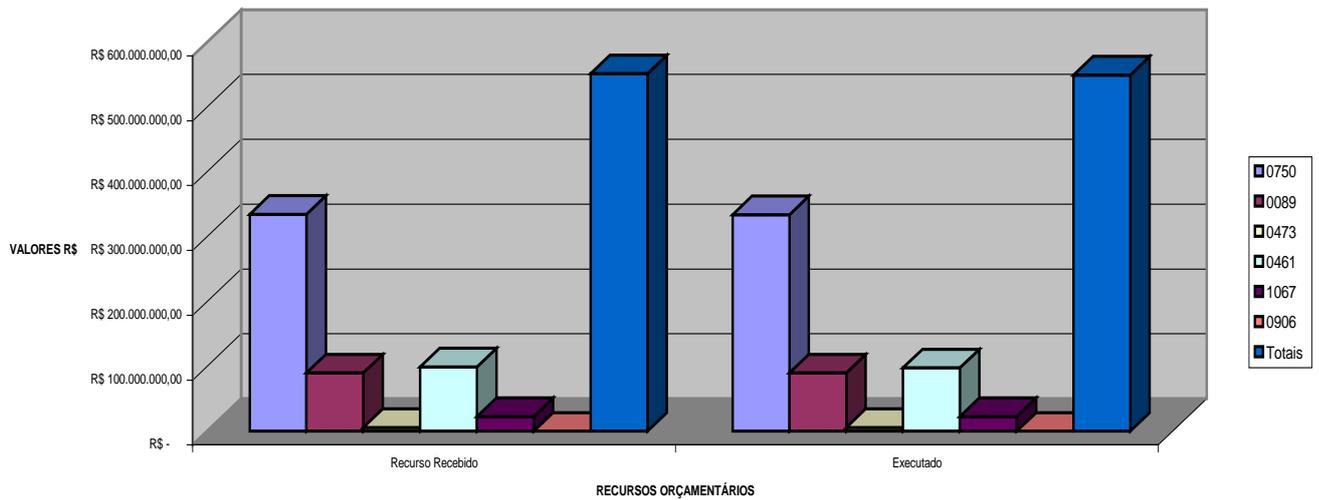
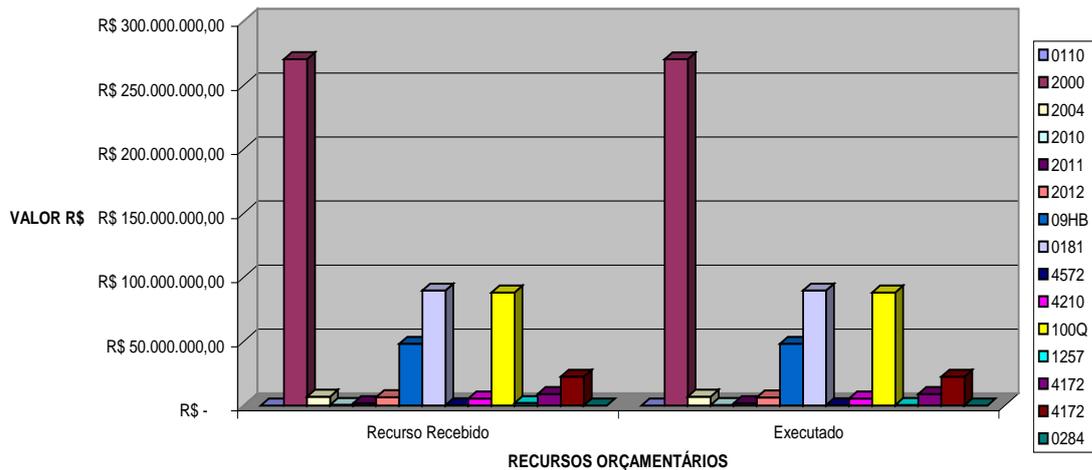


GRÁFICO DOS RECURSOS RECEBIDO X EXECUTADO NAS AÇÕES DA SPOA

GRÁFICO COMPARATIVO POR AÇÕES: REC. RECEBIDO X EXECUTADO



DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA NA SPOA

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALORES R\$
3.0.0.0.00.00 DESPESA	761.875.893,96
3.3.0.0.00.00 DESPESAS CORRENTES	599.081.848,37
3.3.1.0.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	381.306.624,07
3.3.1.9.00.00 APLICACOES DIRETAS	331.060.031,45
3.3.1.9.0.01.00 APOSENTADORIAS E REFORMAS	70.671.717,00
3.3.1.9.0.03.00 PENSOES	17.194.943,26
3.3.1.9.0.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	307.727,94
3.3.1.9.0.07.00 CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	16.173,00
3.3.1.9.0.08.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	15.176,70
3.3.1.9.0.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	236.238.063,92
3.3.1.9.0.13.00 OBRIGACOES PATRONAIS	19.673,91
3.3.1.9.0.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	391.679,27
3.3.1.9.0.91.00 SENTENCAS JUDICIAIS	3.172.252,13
3.3.1.9.0.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.257.405,59
3.3.1.9.0.96.00 RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	775.218,73
3.3.1.9.1.00.00 APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-ORCAMENTARIAS	50.246.592,62
3.3.1.9.1.13.00 OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	50.246.592,62
3.3.3.0.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	217.775.224,30
3.3.3.3.0.00.00 TRANSFER. A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	12.939.467,53
3.3.3.3.0.41.00 CONTRIBUICOES /ESTADOS	9.667.948,00
3.3.3.4.0.41.00 CONTRIBUICOES/MUNICÍPIOS	3.271.519,53
3.3.3.5.0.00.00 TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	96.948.918,00
3.3.3.5.0.39.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	75.547.527,14
3.3.3.5.0.41.00 CONTRIBUICOES	21.401.390,86
3.3.3.8.0.00.00 TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	5.116.942,36
3.3.3.8.0.39.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.901.208,00
3.3.3.8.0.41.00 CONTRIBUICOES	2.215.734,36
3.3.3.9.0.00.00 APLICACOES DIRETAS	102.769.896,41
3.3.3.9.0.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	4.684.949,53
3.3.3.9.0.08.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	436.936,45
3.3.3.9.0.14.00 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.271.310,51
3.3.3.9.0.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	1.458.481,64
3.3.3.9.0.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.116.517,89
3.3.3.9.0.36.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	341.527,43
3.3.3.9.0.37.00 LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	23.950.342,59
3.3.3.9.0.39.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	50.816.110,39
3.3.3.9.0.46.00 AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	6.230.335,97
3.3.3.9.0.47.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	13.719,47

3.3.3.9.0.49.00	AUXILIO-TRANSPORTE	1.775.633,69
3.3.3.9.0.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	36.682,78
3.3.3.9.0.93.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.459.299,66
3.3.3.9.1.39.00	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	1.178.048,41
3.4.0.0.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	162.794.045,59
3.4.4.0.0.00.00	INVESTIMENTOS	151.918.395,59
3.4.4.3.0.00.00	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	33.733.260,00
3.4.4.3.0.41.00	CONTRIBUICOES	33.733.260,00
3.4.4.4.0.00.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	13.431.478,67
3.4.4.4.0.41.00	CONTRIBUICOES	13.431.478,67
3.4.4.5.0.00.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS_S/ FINS LUCRATIVOS	8.541.862,75
3.4.4.5.0.41.00	CONTRIBUICOES	8.541.862,75
3.4.4.8.0.00.00	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.045.000,00
3.4.4.8.0.41.00	CONTRIBUICOES	75.000,00
3.4.4.8.0.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	970.000,00
3.4.4.9.0.00.00	APLICACOES DIRETAS	95.166.794,17
3.4.4.9.0.51.00	OBRAS E INSTALACOES	88.236.519,60
3.4.4.9.0.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.930.274,57
3.4.5.0.0.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	10.875.650,00
3.4.5.9.0.00.00	APLICACOES DIRETAS	10.875.650,00
3.4.5.9.0.65.00	CONSTIT. OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	10.875.650,00

GRÁFICO DA EXECUÇÃO DA DESPESA NA SPOA

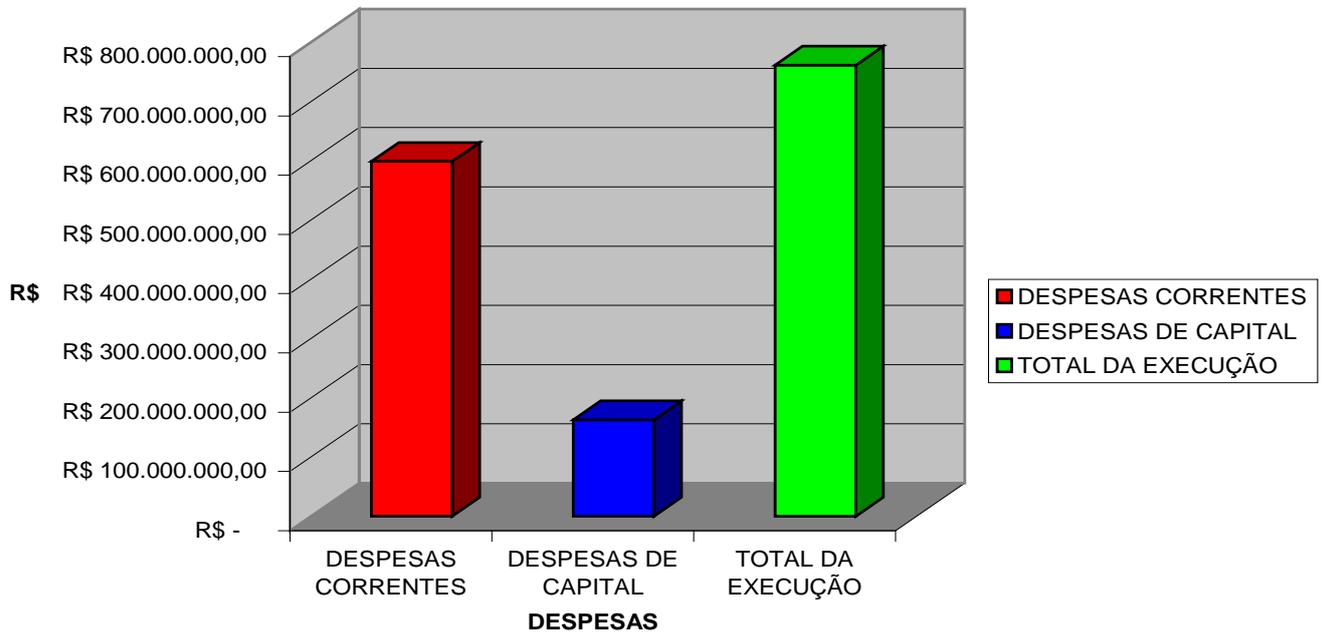


GRÁFICO DA EXECUÇÃO DA DESPESA NA SPOA

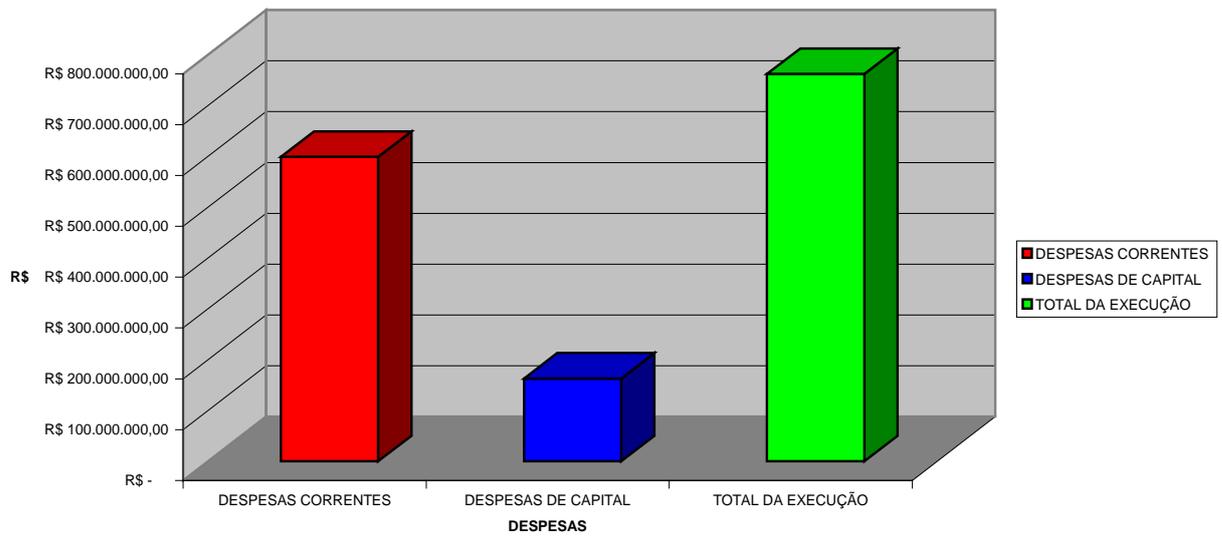


GRÁFICO DAS DESPESAS CORRENTES

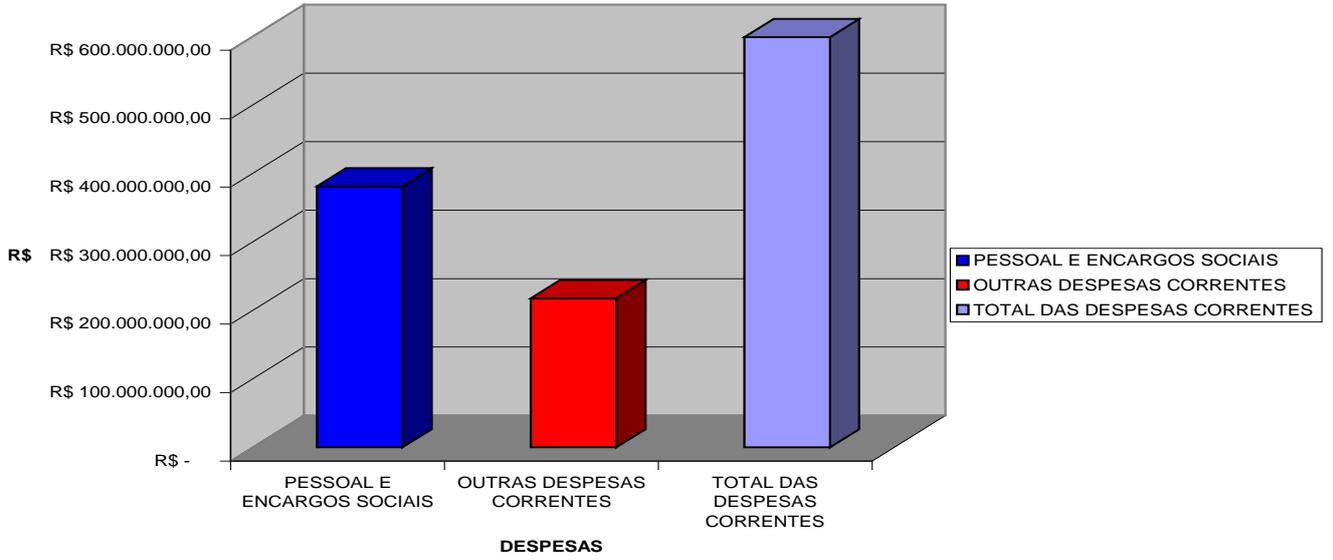
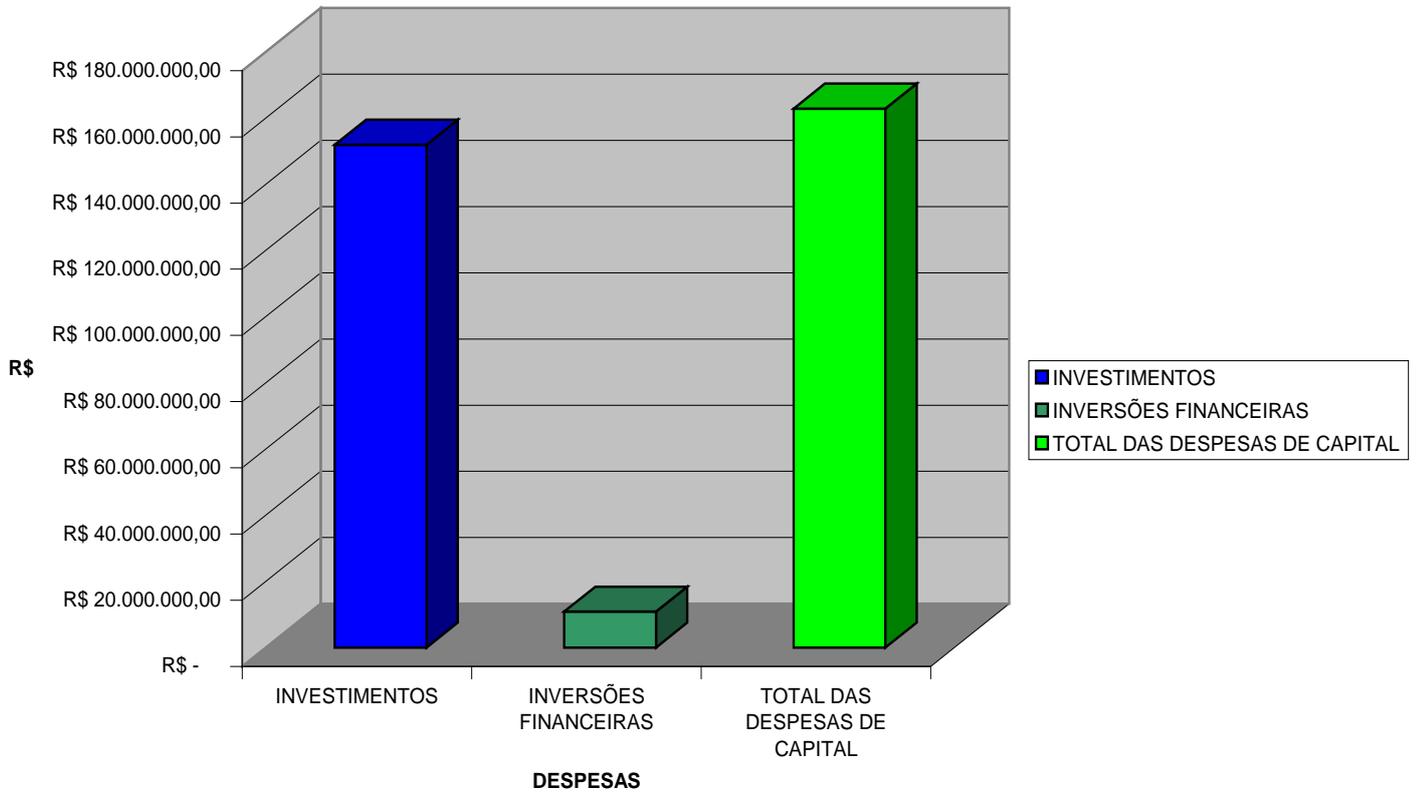


GRÁFICO DAS DESPESAS DE CAPITAL



Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

RELATÓRIO DE GESTÃO – SCUP/2006

Responsável: Avílio Antonio Franco

À Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa compete:

- ✓ Acompanhar a execução de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais por ela supervisionadas, visando à criação de novos conhecimentos ou o atendimento às necessidades específicas de setores de importância nacional ou regional;
- ✓ Propor, acompanhar e coordenar a execução das atividades desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa;
- ✓ Apreciar, em grau de recurso, as decisões dos Conselhos Técnico-Científicos das Unidades de Pesquisa a ela subordinadas;
- ✓ Supervisionar e acompanhar os Contratos de Gestão firmados entre a União e entidades qualificadas como Organizações Sociais, cujas atividades estejam relacionadas com a realização, direta ou indireta, de pesquisa científica e tecnológica, a prestação de serviços e assistência técnica, apoio e serviços tecnológicos, bem assim como desenvolvimento e a capacitação de recursos humanos qualificados, no âmbito do Ministério.

À Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais compete:

- ✓ Supervisionar e acompanhar o desempenho das Organizações Sociais, conforme metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão;
- ✓ Coordenar as reuniões das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão;
- ✓ Analisar os relatórios das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão;
- ✓ Acompanhar a execução das Ações das Organizações Sociais estabelecidas no Plano Plurianual;
- ✓ Articular-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do poder executivo federal.

À Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa compete:

- ✓ Acompanhar as avaliações gerais das Unidades de Pesquisa, em seus vários níveis;
- ✓ Propor, acompanhar e avaliar os Termos de Compromisso de Gestão assinados pelas Unidades de Pesquisa com o Ministério;
- ✓ Acompanhar a execução das Ações das Unidades de Pesquisa estabelecidas no Plano Plurianual;
- ✓ Coordenar os esforços de prospecção técnica no âmbito de atuação da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa;
- ✓ Analisar e encaminhar os processos de afastamentos do País dos servidores das Unidades de Pesquisa;

- ✓ Coordenar e acompanhar as iniciativas de Cooperação Internacional no âmbito das Unidades de Pesquisa;
- ✓ Coordenar o Sub-programa de Capacitação Institucional - PCI das Unidades de Pesquisa;
- ✓ Apoiar e acompanhar as ações relacionadas à inovação e à propriedade intelectual nas Unidades de Pesquisa.

Unidades Subordinadas: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF, Centro de Pesquisas Renato Archer- CenPRA, Centro de Tecnologia Mineral - CETEM, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia- IBICT, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais- INPE, Instituto Nacional de Tecnologia- INT, Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, Laboratório Nacional de Computação Científica- LNCC, Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Museu Paraense Emílio Goeldi- MPEG e Observatório Nacional –ON.

Organizações Sociais - OS: Associação Brasileira de Tecnologia Luz Síncrotron- ABTLuS, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos- CGEE, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá- IDSM, Instituto de Matemática Pura e Aplicada- IMPA e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa- RNP.

Programa: 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Tem como objetivo promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica e incremento da produtividade dos pesquisadores. No âmbito do Programa merecem menção:

- ✓ a reestruturação das Unidades de Pesquisa do MCT - para desempenhar a missão de transformar a C,T&I em instrumentos do desenvolvimento nacional, de forma soberana e sustentável, o MCT conta com o apoio de vinte e três Unidades de Pesquisa - UPs atuando em diversas áreas do conhecimento. Essas unidades vêm passando por um trabalho de reestruturação desde 2002. Em 2006, uma das principais ações do Ministério foi o Planejamento Estratégico de cada unidade, contando para isto com o apoio técnico do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. O Planejamento Estratégico buscou alinhar as Unidades de Pesquisa com as políticas de governo e com a sociedade. Para tanto, foi preciso revisar as missões e incorporar a gestão estratégica como forma de incrementar a eficiência e eficácia das unidades, de forma que as UPs consigam gerar resultados de pesquisa com impactos que justifiquem os investimentos públicos na área. Os planejamentos estratégicos resultaram na elaboração dos Planos Diretores das UPs para o período de 2006-2010. Esses planos contemplam iniciativas com respectivas metas a serem alcançadas;
- ✓ a Rede E-Conhecimento - ainda no âmbito da infra-estrutura para pesquisa, cabe destacar a Rede E-Conhecimento, implantada por intermédio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que conecta todo o sistema nacional de educação superior, universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa federais, EMBRAPA, FIOCRUZ, entre outras organizações, através de uma rede de comunicação de alta capacidade para pesquisa, educação e inovação. A capilarização desta rede, iniciada em 2006, em todas as capitais e no Distrito Federal permitirá nos próximos meses a interligação destas 300 organizações em grandes velocidades, permitindo economia de recursos e o uso de aplicações de colaboração à distância, principalmente para suporte à educação, na formação de professores e alunos, e na saúde, em projetos de telessaúde. São mais de 1 milhão de professores, pesquisadores e alunos que podem estar em contato constante no País e com o exterior para a geração de conhecimento e colaboração. No âmbito latino-americano, em 2006, foram integradas as

- redes nacionais de pesquisa de 14 países, do México à Argentina, através da Rede Clara – Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas – permitindo, pela primeira vez, a comunicação direta regional entre mais de 500 universidades e centros de pesquisa;
- ✓ Institutos do Milênio - apoiando redes de pesquisa com excelência reconhecida em temas específicos. Foram apoiados 34 institutos, envolvendo orçamento de R\$ 90 milhões para o triênio de 2006 a 2008;
 - ✓ Programa “Casadinho”- que promove a interação entre grupos de pesquisa com programas de pós-graduação consolidados e grupos de pesquisa vinculados a programas de pós-graduação não consolidados das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e do estado do Espírito Santo. Foram apoiados 98 programas de parceria, com investimento total de R\$ 30 milhões;
 - ✓ Edital Universal - aberto a todas as áreas do conhecimento financiando numerosos projetos de pequeno porte. No edital 2006 foram aprovados 2.558 projetos com investimentos da ordem de R\$ 90 milhões;
 - ✓ Programa de Apoio a Núcleos de Excelência - PRONEX - financia projetos de grupos de pesquisa considerados núcleos de excelência. O programa beneficiou 242 núcleos em dezoito estados.

Ação 4661 – Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisas nas Unidades Científicas e Tecnológicas

A ação tem variadas linhas de atividades, sendo que a principal está voltada a apoiar o desenvolvimento e a consolidação dos Institutos de Pesquisa do MCT, manter e apoiar a pesquisa, promovendo a difusão da produção científica e tecnológica nacional, ampliando e ajustando a base técnico-científica às necessidades de conhecimento e de serviços em C&T.

As atividades desenvolvidas, mesmo com os cortes orçamentários e financeiros ocorridos no exercício, certamente contribuíram para alcançar o principal objetivo da ação, que é o de consolidar os Institutos de Pesquisa como Centros Nacionais de Excelência/Referência.

A Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa vem acompanhando a execução desta ação através de dois instrumentos pactuados com as Unidades : Termos de Compromisso de Gestão (UP's da administração direta) e Contratos de Gestão (Organizações Sociais) e dando suporte às primeiras, através de destaques orçamentários e financeiros, com o objetivo de atender às suas diversas demandas emergenciais, evitando-se, assim, a interrupção de algumas atividades de pesquisa, e, em alguns casos, fornecer apoio a projetos de interesse na formação de recursos humanos e apoio a novos programas.

Ao longo do exercício de 2006, foram efetuados destaques orçamentários e financeiros para as Unidades de Pesquisa subordinadas, com o objetivo de dar suporte às diversas atividades, conforme abaixo:

✓ **CBPF:**

1. Apoio ao ICRA – Atividades de cosmologia, gravitação, astrofísica e afins (06 parcelas/meses) – R\$ 150.000,00
 2. Apoio na participação da 58ª Reunião Anual da SBPC (diárias, passagens e transporte de material) - R\$ 2.240,00
 3. Apoio na renovação da frota de veículos – R\$ 45.000,00
 4. Apoio às despesas básicas de manutenção (2º e 3º quadrimestres) – R\$ 130.000,00
- (TOTAL = R\$ 327.240,00)

✓ **CenPRA:**

1. Apoio na participação da 58ª Reunião Anual da SBPC (diárias, passagens e transporte de material) - R\$ 1.780,00
2. Apoio no treinamento de funcionários – R\$ 2.028,00
Obs.: demais despesas verificar ação do SIGTEC
(TOTAL = R\$ 3.808,00)

✓ **CETEM:**

1. Apoio na participação da 58ª Reunião Anual da SBPC (diárias, passagens e transporte de material) - R\$ 2.330,00
2. Apoio ao *Campus* Avançado do CETEM em Cachoeiro de Itapemirim – ES (mobiliário e operação) – R\$ 140.000,00
3. Apoio às despesas básicas de manutenção (2º e 3º quadrimestres) – R\$ 480.000,00
4. Apoio na renovação da frota de veículos – R\$ 45.000,00
5. Apoio para a reforma da subestação elétrica – R\$ 88.000,00
(TOTAL = R\$ 755.330,00)

✓ **IBICT:**

1. Apoio na participação da 58ª Reunião Anual da SBPC (diárias, passagens e transporte de material) - R\$ 2.950,00
2. Apoio no pagamento de pessoal temporário – R\$ 58.000,00
3. Apoio ao pagamento de diversas despesas básicas de manutenção (2º e 3º quadrimestres) - R\$ 200.000,00
4. Apoio para a aquisição de aparelhos de ar condicionado – R\$ 30.000,00
(TOTAL = R\$ 290.950,00)

✓ **INPA:**

Apoio na participação da COP 8 – Conferência Internacional sobre a Diversidade Biológica da Amazônia (diárias, passagens e transporte de material) – R\$ 3.500,00

1. Apoio na participação da Feira da EMBRAPA – Ciência para a Vida (diárias, passagens e transporte de material) – R\$ 11.000,00
2. Apoio na participação da 58ª Reunião Anual da SBPC (diárias, passagens e transporte de material) - R\$ 9.000,00
3. Apoio na renovação da frota de veículos – R\$ 45.000,00
4. Apoio ao pagamento de diversas despesas básicas de manutenção (2º e 3º quadrimestres) - R\$ 2.325.262,00
5. Apoio no treinamento de funcionários – R\$ 4.856,00
(TOTAL = R\$ 2.398.618,00)

✓ **INPE:**

1. Apoio na participação da 58ª Reunião Anual da SBPC (diárias, passagens e transporte de material) - R\$ 5.500,00
2. Apoio no treinamento de funcionários – R\$ 3.260,00
3. Apoio para a modernização da Rede Computacional – R\$ 500.000,00
(TOTAL = R\$ 508.760,00)

✓ **INT:**

1. Apoio na participação da 58ª Reunião Anual da SBPC (diárias, passagens e transporte de material) - R\$ 1.982,00
2. Apoio na participação da feira PETROVIX – Vitória - ES – R\$ 873,00

3. Apoio na renovação da frota de veículos – R\$ 45.000,00
 4. Apoio no treinamento de funcionários – R\$ 200,00
- (TOTAL = R\$ 48.055,00)

✓ **LNA:**

1. Apoio na participação da 58ª Reunião Anual da SBPC (diárias, passagens e transporte de material) - R\$ 2.160,00
 2. Apoio ao pagamento de diversas despesas básicas de manutenção (2º quadrimestre) - R\$ 100.000,00
 3. Apoio no treinamento de funcionários – R\$ 1.850,00
 4. Apoio na aquisição de equipamentos para o laboratório de metrologia óptica – R\$ 225.000,00
- (TOTAL = R\$ 329.010,00)

✓ **LNCC:**

1. Apoio na participação da 58ª Reunião Anual da SBPC (diárias, passagens e transporte de material) - R\$ 1.731,00
 2. Apoio ao pagamento de diversas despesas básicas de manutenção (2º e 3º quadrimestres) - R\$ 887.371,00
 3. Apoio no treinamento de funcionários – R\$ 2.204,00
- (TOTAL = R\$ 891.306,00)

✓ **Mamirauá – IDSM - OS:**

1. Apoio na participação da 58ª Reunião Anual da SBPC (diárias, passagens e transporte de material) - R\$ 4.000,00
 2. Apoio na participação da III FIAM – Feira da Amazônia – R\$ 4.300,00
 3. Apoio no treinamento de funcionários – R\$ 50,00
 4. Apoio na participação da COP 8 – Conferência Internacional sobre a diversidade Biológica – R\$ 3.498,00
- (TOTAL = R\$ 11.848,00)

✓ **MAST:**

1. Apoio na participação da 58ª Reunião Anual da SBPC (diárias, passagens e transporte de material) - R\$ 7.404,00
 2. Apoio na renovação da frota de veículos – R\$ 45.000,00
 3. Apoio ao pagamento de diversas despesas básicas de manutenção (2º e 3º quadrimestres) - R\$ 114.200,00
- (TOTAL = R\$ 166.604,00)

✓ **MPEG:**

1. Apoio na aquisição de 06 réplicas de estátuas para o Palácio do Itamaraty – R\$ 13.500,00
 2. Apoio na participação da COP 8 – Conferência Internacional sobre a Diversidade Biológica – R\$ 8.842,00
 3. Apoio na participação da 58ª Reunião Anual da SBPC (diárias, passagens e transporte de material) - R\$ 8.850,00
 4. Apoio na participação da III FIAM – Feira da Amazônia – R\$ 7.764,00
 5. Apoio no treinamento de funcionários – R\$ 7.013,00
 6. Apoio ao pagamento de diversas despesas básicas de manutenção (2º e 3º quadrimestres) - R\$ 300.000,00
- (TOTAL = R\$ 345.969,00)

✓ **ON:**

1. Apoio na participação da 58ª Reunião Anual da SBPC (diárias, passagens e transporte de material) - R\$ 2.066,00
 2. Apoio ao pagamento de diversas despesas básicas de manutenção (2º e 3º quadrimestres) – R\$ 130.00,00
 3. Apoio na aquisição de cúpula para telescópio – R\$ 120.000,00
 4. Apoio no treinamento de funcionários – R\$ 300,00
- (TOTAL = R\$ 252.366,00)

TOTAL GERAL EXECUTADO PELA AÇÃO = R\$ 6.329.864,00

A maior parte dos recursos foi descentralizada para as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCT, objetivando dar suporte às diversas solicitações, especificadas no item anterior, totalizando R\$ 6.329.864,00, ou seja, 98% (noventa e oito por cento) executado do limite de empenho estabelecido para a SCUP. O restante foi gasto com despesas de diárias e passagens para os funcionários da SCUP e pesquisadores visitantes (convidados), bem como, com a confecção do Folheto Institucional das Unidades de Pesquisa, totalizando um gasto de 100% do limite estabelecido para a SCUP.

Já nas Unidades de Pesquisa – UP's, a utilização dos recursos sofreram limitações, tanto face à morosidade burocrática das licitações, como também, pela preocupação natural dos diretores, frente às incertezas nos prazos e na liberação dos limites de empenho e pagamento, o que os levou a manter uma certa cautela nos gastos para prevenir inadimplências frente a gastos essenciais.

Ação 12C9 – Recuperação da Infra-estrutura Física das Unidades de Pesquisa

A Ação tem por finalidade promover a recuperação das instalações físicas (prediais e laboratoriais) das Unidades de Pesquisa do MCT, visando à segurança do trabalho e ao desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas, seguindo três etapas:

Etapa 1 – Definição de Projetos de Execução: Projetos de execução, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias, compreendendo arquitetura, estrutura, instalações elétricas e hidráulicas, ar condicionado etc, tendo como resultado: projetos elaborados (para cada Unidade)

Etapa 2 – Execução dos Serviços: Licitação e execução das obras de recuperação da infra-estrutura física e expansão laboratorial, conforme objeto do contrato firmado entre a Unidade de Pesquisa e a empresa vencedora do processo licitatório, tendo como resultado: serviços executados (para cada Unidade)

Etapa 3 – Conclusão da Obra: conclusão da execução de recuperação da infra-estrutura física e expansão laboratorial, com o “Termo de Aceite” dos serviços emitidos por técnico da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa e/ou da Unidade de Pesquisa.

A ação teve como resultado a realização de todas as licitações e empenhos pelas Unidades de Pesquisa, conforme demonstrado na planilha abaixo. Algumas UP's como, o INPA e IBICT, devido aos atrasos nos processos licitatórios e fechamento do Sistema SIAFI antes do horário previsto, somente conseguiram realizar os empenhos no dia 21/12, em caráter excepcional. O MPEG, LNCC, INT e CETEM, estão com as ações em fase de execução, com término previsto para o primeiro trimestre de 2007.

Os recursos repassados, no montante de R\$ 3.589.784,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e quatro reais), destinaram-se à execução dos eventos apresentados na planilha a seguir:

INFRAESTRUTURA FÍSICA DOS INSTITUTOS

ANO 2006

INSTITUIÇÃO	FINALIDADE	VALOR
IBICT	Modernização da rede interna de computação	110.000
INPE	Modernização da rede interna de computação	910.000
ON/MAST	Implantação de sistema de segurança eletrônica	250.000
MPEG	Implantação de sistema de segurança eletrônica e aquisição de firewall	580.000
LNCC	Obras de encosta e muro e segurança do campus	300.000
LNCC	Aquisição de veículos - renovação de frota	45.000
INT	Sistema de câmeras para segurança do prédio	122.000
CETEM	Reforma da subestação e caixa d'água	288.000
LNA	Aquisição de equipamentos para laboratório de metrologia óptica	225.000
LNCC	Aquisição de veículos - renovação de frota	40.000
INPA	Aquisição de 04 servidores para área computacional	125.000
LNCC	Aquisição de veículos - renovação de frota	25.784
IBICT	Aquisição de aparelhos de ar condicionado	30.000
MAST	Aquisição de aparelhos de ar condicionado	26.000
CBPF	Reformas prediais e aquisição de equipamentos	273.000
ON	Aquisição de equipamentos de geofísica	60.000
ON	Aquisição de equipamentos para pesquisa em astronomia	180.000
TOTAL		3.589.784

Ação 6780 – Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica

A ação tem por finalidade dotar as Unidades de Pesquisa da base fundamental para sua atividade fim, que é a execução dos trabalhos científicos e dos projetos tecnológicos, de acordo com seu regimento interno, oferecendo subsídios para consultas bibliográficas durante o

desenvolvimento de pesquisas. Tem como descrição a reposição e manutenção atualizada do acervo de periódicos e livros presentes nas bibliotecas das UP's.

Com o objetivo de prover acesso contínuo e universal pelo MCT, pelas Unidades de Pesquisa vinculadas, ao conjunto de informações científicas e tecnológicas permanentemente atualizadas que integram as bases de dados disponibilizados pelo portal eletrônico de periódicos da CAPES, foi prorrogado o Convênio nº 01.0005.00/2004 entre MCT e a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tendo sido descentralizados os recursos (orçamentários e financeiros), objeto da Portaria Interministerial, àquela Coordenação no valor de R\$ 617.304,00.

Através de processo licitatório sob responsabilidade do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, objetivando a aquisição de periódicos técnico-científicos nacionais e estrangeiros, em papel ou CD-ROM e, sempre que disponível, acesso ao texto completo via internet, foram descentralizados ao IBICT o valor de R\$ 1.846.991,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil, novecentos e noventa e um reais).

A referida ação teve uma execução de 100%, ou seja, o valor total executado foi de R\$ 2.464.295,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e cinco reais).

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 0461

A ação tem por finalidade constituir um centro de custos administrativos do programa 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

A referida ação teve uma execução de 100%, ou seja, o valor total executado foi de R\$ 349.600,00 (trezentos e quarenta e nove mil e seiscentos reais).

Ação 6190 – Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos nas UP's

A ação tem por finalidade promover a difusão do conhecimento em ciência e tecnologia, em todas as fases da educação do cidadão, com a finalidade de divulgar as pesquisas desenvolvidas e as novas tecnologias e produtos gerados, tendo como descrição o planejamento e desenvolvimento de estratégias de difusão de forma integrada às áreas de pesquisa e desenvolvimento; proposição e atualização de ação institucional para difusão de conhecimentos em ciência e tecnologia; incentivo à introdução de conhecimento e tecnologias no currículo regular dos níveis formais da educação; incentivo à promoção e apoio à geração de material didático, em todos os setores da sociedade, relacionados à difusão de conhecimentos em C&T; busca de parcerias e cooperação com universidades, instituições públicas e privadas e agências espaciais para o desenvolvimento de atividades de difusão de conhecimento; promoção e apoio às sociedades científicas e fóruns nacionais e internacionais na disseminação de conhecimento.

As atividades das Unidades de Pesquisa inseridas nos objetivos desta ação foram realizadas e concluídas com sucesso. A Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP repassou recursos orçamentário/financeiros às Unidades de Pesquisa para a execução de diversas atividades, objetivando a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como, fortalecer a capacidade de pesquisa instalada no País em áreas novas e/ou estratégicas, tendo sido apoiados eventos na área.

A ação teve uma execução de 100%, ou seja, o valor total executado foi de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Ação 4122 – Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA – OS

A ação tem por finalidade apoiar a pesquisa fundamental e aplicada e o desenvolvimento científico e tecnológico, tendo como descrição a promoção do desenvolvimento da alta competência na área da matemática. Sua implementação se dá através de programa de atividades científicas, workshops, conferências, intenso intercâmbio científico e quatro laboratórios de pesquisa.

Os objetivos principais da ação são: implementar programas de mestrado, doutorado e pós-graduação com cerca de 200 participantes por ano; implementar programa de informação científica pela produção de livros para os ensinos secundário, universitário, e de pós-graduação e o acesso nacional à biblioteca e à instituição.

O IMPA é uma entidade na forma de associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo decreto 3.605 de 20/09/2000. Tem por missão a realização de pesquisas em ciências matemáticas e afins, a formação de pesquisadores, a difusão do conhecimento matemático e sua integração com outras áreas da Ciência, Cultura, Educação e do setor produtivo. O público alvo das suas atividades são os alunos, professores e pesquisadores dedicados às ciências matemáticas e afins, abrangendo, inclusive, os de ensino médio e fundamental, com incentivo aos programas de melhoria deste grau de ensino, sua interação com o setor produtivo, beneficiando a sociedade como um todo.

O desenvolvimento das atividades estão focalizados em cinco grandes conjuntos de atividades-fim:

- Pesquisa: Realizar pesquisa de alto nível com qualidade e reconhecimento internacional, buscando obter avanço dos conhecimentos em tópicos considerados de grande relevância, em padrão internacional. Como principal indicador desta atividade considera-se o número de artigos publicados ou aceitos para publicação em revistas de circulação internacional e alto padrão científico, com corpo de parceristas. Foi atingido em 2006 a meta de 110 artigos publicados.
- Intercâmbio Científico: Promover a interação com cientistas e organizações científicas nacionais e internacionais do melhor nível. Em 2006 foi ultrapassada a meta de 180 visitas-mês ao IMPA de pesquisadores nacionais e estrangeiros. Outro indicador de eficácia na promoção de intercâmbio científico são as reuniões científicas organizadas pelo IMPA, que atraem ao Brasil muitos dos melhores especialistas internacionais e constituem importantes oportunidades para a divulgação dos resultados alcançados pela Matemática brasileira, de que se beneficia toda a comunidade. No ano de 2006 foram realizadas nove reuniões científicas.
- Ensino: Formação de pesquisadores e docentes nos graus de mestrado e doutorado. Em 2006 houver doze doutores formados.
- Informação Científica: Promover a busca de temas importantes e autores competentes para a publicação de livros de qualidade, contribuindo para a melhoria do ensino e a disseminação da cultura matemática em toda a sociedade. Em 2006 foi atingida a meta de 16 publicações.

- Desenvolvimento Tecnológico: Buscar obter resultados originais de pesquisa e também dar resposta a problemas de outras Ciências e do setor produtivo. Como principal indicador o número de protótipos e softwares produzidos ou aperfeiçoados. A meta de oito prevista para 2006 foi ultrapassada.
- Contribuição à sociedade: Além de suas atividades fim, o IMPA tem buscado ampliar sua abrangência nacional objetivando impactar o sistema brasileiro de Educação, Ciência e Tecnologia, contribuindo com as políticas públicas desenvolvidas com esta finalidade. Assim, visando à busca do aperfeiçoamento do ensino da Matemática no País e de novos talentos, o IMPA contribui com os seguintes projetos:
 1. Treinamento de Professores: atividade de imenso impacto social, com foco especial no aperfeiçoamento de professores de Ensino Médio. Em 2006 foram treinados 3.331 professores de várias regiões do País.
 2. Olimpíada Brasileira de Matemática: é uma atividade da Sociedade Brasileira de Matemática, que conta para sua realização com o apoio do IMPA. O objetivo principal do programa é interferir na melhoria do ensino de Matemática, estimulando alunos e professores, ampliando seu campo de desenvolvimento
 3. Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas-OBMEP: esta atividade, apoiada pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, foi realizada pela primeira vez em 2005, e consiste na realização de uma Olimpíada de Matemática para alunos das escolas públicas, em nível nacional, seguida de treinamento para alunos e professores premiados. Em 2006, na primeira fase, houve a participação de 14.181.835 alunos de 32.655 escolas públicas.

O objetivo desta ação é manter as atividades em torno da pesquisa científica matemática no mais elevado padrão internacional, combinado com o programa de mestrado e doutorado. Paralelamente, a instituição desenvolve seu papel de articuladora do crescimento da Matemática brasileira, em parceria com outros centros nacionais.

Os resultados obtidos, segundo informação prestada pela Direção Administrativa do IMPA, são as seguintes: de janeiro de 2006 até 21 de dezembro de 2006, foram realizadas 107 pesquisas das 110 previstas, o que equivale a uma execução efetiva de 97,3% em relação à meta consignada.

4655 - Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP – OS

A ação tem por finalidade assegurar o alcance de objetivos estratégicos em redes avançadas, fortalecendo o processo de inclusão digital no País, promovendo o desenvolvimento tecnológico de novos protocolos, serviços e aplicações de redes, tendo como objetivos, prover serviços de infra-estrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; promover a disseminação de tecnologias, através da implantação em nível de produção de novos protocolos, serviços e aplicações de redes, da capacitação de recursos humanos e da difusão de informações. Sua implementação se dá através do repasse de recursos financeiros da União, através do MCT, nos termos do Contrato de Gestão firmado entre a União e a RNP.

A referida ação visa assegurar o alcance de objetivos estratégicos em redes avançadas para educação e pesquisa, fortalecendo o processo de inclusão digital no País. A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, através de Contrato de Gestão com o Ministério da Ciência e Tecnologia, cria condições para o cumprimento das metas e responsabilidades assumidas: promover o desenvolvimento tecnológico de novos protocolos, serviços e aplicações de redes;

prover serviços de infra-estrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico;
promover a disseminação de tecnologias, através da implantação em nível de produção de novos protocolos, serviços e aplicações de redes, da capacitação de recursos humanos e da difusão de informações.

As aplicações que habilitam a colaboração e comunicação estendida entre pessoas na rede, por exemplo vídeo em tempo real, integração de voz e vídeo, manipulação de dispositivos remotos, computação distribuída em grade, entre outras, estão baseadas na implantação de infra-estrutura de comunicação e plataformas de software com suporte habilitado a novos protocolos e serviços de rede ainda em desenvolvimento e experimentação. A avaliação e implantação destes novos serviços na rede nacional, permitindo o uso inovador de aplicações por universidades e institutos de pesquisa no País e na sua colaboração com organizações no exterior é o principal produto desta ação.

Foram celebrados dois Termos Aditivos com a finalidade de destinar e complementar os recursos financeiros para a RNP, adequando o programa de trabalho por meio do ajuste de metas e revisão de indicadores: o Quarto Termo Aditivo, assinado em 31 de março de 2005, no valor de R\$ 12.513.000,00 (doze milhões, quinhentos e treze mil reais); o Quinto Termo Aditivo, assinado em 11 de novembro de 2005, no valor de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais). A Comissão de Acompanhamento e Avaliação reuniu-se no Rio de Janeiro, em março de 2006, concluindo após análise do alcance das metas pactuadas com a OS, o atingimento pleno nas metas compromissadas.

Segue abaixo detalhamento dos resultados do acompanhamento das metas pactuadas, agrupadas em seus respectivos macroprocessos, contendo os seguintes indicadores:

Macroprocesso 1:

indicador 1 - taxa de sucesso do investimento em grupos de trabalho de prospecção - foi aferido com o valor de 92,9%, sendo que a meta para 2005 era de 50%, o que representa 85,7% de superação.

indicador 2 - taxa de sucesso na implantação de serviço de redes inovadoras – obteve-se a implantação do serviço de vídeo ao vivo, atingindo-se, assim, a meta negociada para 2005, que era de 1 serviço implantado.

indicador 3 - índice de abrangência de serviços e aplicações avançadas (Internet 2) - a meta para 2005 foi de 8. O resultado obtido foi de 8,1, o que representa 1,3% de superação desta meta.

Macroprocesso 2 – Operação da Rede para este macroprocesso existem 6 indicadores.:

indicador 4 - taxa de utilização de banda - foi aferido um valor de 41,6% sendo que a meta para 2005 era de até 70%. Desta forma, houve uma significativa superação em relação à meta acordada de 68,2%.

indicador 5 - índice médio de sucesso na entrega – obteve-se um grau de alcance de 100,6%, sendo que a meta pactuada era de 98% contra uma realização de 98,6%.

indicador 6 - tempo de entrega (ida-e-volta) entre dois pontos – foi observada uma superação de 42,5% em relação à meta para 2005, que era de até 130 mseg, ou seja, uma aferição de 91,2 mseg.

indicador 7 - disponibilidade média da rede - o valor obtido, foi de 99.5%, representando 100% do atingimento da meta acordada.

indicador 8 - percentual de organizações usuárias primárias atendidas pela RNP - o valor obtido se igualou ao valor previamente pactuado, ou seja, 100%.

indicador 9 - índice de satisfação de usuários da RNP - foi apurado o índice de 73,8% contra uma meta pactuada de 73%, ou seja, uma superação de 1,1% da meta.

Macroprocesso 3 – Capacitação Este macroprocesso possui apenas um indicador (número 10) que representa o número de pessoas/hora de participação em eventos de capacitação. O valor

realizado apresenta 9.912 pessoas/hora, o que significa uma superação de 10,1% em relação à meta acordada para 2005, que foi de 9.000 pessoas/hora.

Macroprocesso 4 – Difusão de Informações. Neste macroprocesso foram construídos dois indicadores: indicador 11 - índice de qualidade do website - e indicador 12 - número de assinantes de publicações da RNP. O indicador 11, cuja meta pactuada era de 86%, atingiu apenas o resultado de 81%, correspondendo a 94,2% da meta pactuada. Segundo a RNP-OS tal resultado deve-se à redefinição de prioridades da organização e à negociação para renovação de seu Contrato de Gestão, cujo conjunto de indicadores não mais contemplará a avaliação da qualidade do website. Contudo, a organização se compromete a manter os investimentos que garantam a qualidade de seu principal canal de comunicação com os diversos públicos com os quais ela se relaciona.

indicador 12 - a meta pactuada foi de 5.700 assinantes de publicações da RNP. No ano de 2006, o resultado atingido foi de 6.234 assinantes, superando a meta em 9,4%.

Macroprocesso 5 – Representação Institucional. Este macroprocesso possui dois indicadores: Indicador 13 – Número de Participações em Fóruns Técnico-Políticos e Indicador 14 – Número de Organizações com Representação da RNP.

indicador 13, foram aferidas 5 participações em fóruns técnico-políticos, o que significa o atingimento da meta negociada para o indicador. Em relação ao Indicador 14, foram aferidas 4 Organizações com Representação da RNP, o que representa o atingimento da meta pactuada.

Macroprocesso 6 – Gestão Institucional. Este macroprocesso possui dois Indicadores: Indicador 15 – Índice de Evolução Tecnológica e Indicador 16 – Pontuação do Modelo de Gestão Segundo os Critérios do Prêmio Nacional de Qualidade. O Indicador 15 atingiu o índice de 5,6, representando um grau de superação da meta de 5,7% em relação ao pactuado com o MCT, que é de 5,3. Em relação ao indicador 16, a nota aferida foi de 233,7, sendo que o valor pactuado era de 280, o que representa 83,5% em relação a este último valor.

Segundo a Direção da Associação, houve uma melhoria no indicador em relação a 2004, mas ainda não suficiente para alcançar a meta definida, considerada ambiciosa no estágio de evolução da organização.

O desenvolvimento da ação e atividade foram fortemente influenciados pelo atraso na formalização do aditivo do 2006 do Contrato de Gestão e na liberação tardia da primeira parcela, ocorrida em agosto de 2006. As ações e atividades financiadas diretamente pelo Contrato de Gestão sofreram atrasos e foram reprogramadas para execução a partir de agosto de 2006. Algumas metas previstas precisaram ser repactuadas pela impossibilidade de seu atendimento. Os projetos financiados com outros recursos (ex. fundos, colaboração internacional etc.) foram impactados, mas mantiveram sua execução.

Resultados totais Obtidos: Capacitação de 72 alunos das Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs); finalização da licitação de equipamentos e serviços de telecomunicações para interligação de 36 EAFs; início da implantação de redes metropolitanas comunitárias em 8 capitais (Projeto Redecomep – FINEP) , e a formalização e seleção de propostas de 20 Hospitais Universitários para criação da Rede Universitária de Telemedicina (Projeto RUTE – FINEP).

Programa 1122- CT&I para Natureza e Clima

Ação 4188 – Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá- OS

A ação tem por finalidade desenvolver pesquisa científica e tecnológica para promoção da conservação da biodiversidade nas florestas alagadas da Amazônia, tendo como descrição o

desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas para conhecimento da biodiversidade, para monitoramento social, ambiental e gestão de áreas protegidas para o uso sustentado dos recursos naturais e para a promoção da qualidade de vida das populações tradicionais das florestas alagadas da Amazônia. A implementação é executada através de repasses de recursos da União, mediante os termos do Contrato de Gestão do MCT, com o IDSM.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM no exercício de 2006 obedeceram à programação acordada com o MCT, de acordo com o Contrato de Gestão. As atividades desenvolvidas constaram basicamente do desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas para conhecimento da biodiversidade, para monitoramento social, ambiental e gestão de áreas protegidas para o uso sustentado dos recursos naturais e para promoção da qualidade de vida das populações tradicionais das florestas alagadas da Amazônia

O Instituto IDSM recebeu em 2006 o valor total pactuado no Termo Aditivo ao Contrato de Gestão com o MCT, no valor total de R\$ 5.686.834,00 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, oitocentos e trinta e quatro reais). O estudo para implementação do Plano de Cargos e Salários foi concluído e o mesmo foi homologado junto à Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Amazonas em dezembro de 2006. Com isso, os funcionários do IDSM já estão enquadrados no Plano de Cargos e Salários. O planejamento logístico para reformas nas bases de pesquisa já foi concluído e a primeira expedição realizada com sucesso. As equipes de pesquisa executaram suas atividades dentro do cronograma e metas previstas. A avaliação final destas atividades faz parte do relatório anual de gestão.

Resultados Obtidos:

1. Orientação para o uso sustentado dos recursos naturais e realização do mapeamento dos padrões de uso em 7 comunidades da área subsidiária da Reserva Mamirauá. Somando essas comunidades às 75 mapeadas anteriormente, o total de comunidades com os padrões de uso mapeados e com orientações para o uso sustentado dos recursos naturais foi de 82 comunidades;
2. Produção de 105 programas de rádio “Ligado no Mamirauá”, 4 boletins “O Macaqueiro” e 12 atualizações da página da internet do Instituto;
3. Realização de 50 eventos de disseminação e capacitação de multiplicadores direcionados às comunidades das reservas Mamirauá e Amanã, para as populações das áreas de entorno das mesmas e para a sociedade civil em geral;
4. Realização de 37 eventos de capacitação para produtores da RDS Mamirauá e RDS Amanã, com temática voltada ao manejo e gestão de recursos naturais;
5. Concluído o processo de capacitação em manejo dos Recursos Naturais em 5 novas comunidades das RDS Mamirauá e Amanã;
6. Desenvolvimento de ações de educação e saúde em 40 comunidades, sendo 24 da RDS Mamirauá e 16 da RDS Amanã, envolvendo no total 711 famílias;
7. Publicação de 12 produtos científicos após análise de comitê revisor, sobre dimorfismo sexual de botos (*Inia geoffrensis*), reprodução de cetáceos, filogenia, composição de espécies arbóreas e manejo e gestão participativa;
8. Execução de 55 projetos de pesquisa, dos quais 85% tem a participação efetiva de membros do IDSM nas equipes científicas;
9. Produção de quatro eventos de difusão científica;
10. Atingimento da proporção de 12% funcionários da área administrativa no total da equipe do IDSM;
11. Alavancagem de recursos fora do Contrato de Gestão, com os repasses de outras fontes de recursos, alcançando o índice de 30% dos totais de recursos arrecadados pelo Mamirauá em relação ao Contrato de Gestão;
12. Implementados e postos em funcionamento 40 sistemas de monitoramento da RDSM e RDSA;

13. Integração de 50% dos sistemas de monitoramentos implantados em uma base geográfica comum.

Programa 0473 – Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

Ação 4475 – Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica – CGEE

A ação tem por finalidade apoiar o processo de planejamento e de tomada de decisões em assuntos pertinentes à Política Nacional de Ciência e Tecnologia, em especial por meio da realização de estudos prospectivos e de atividades de avaliação de estratégias e impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. Tem como descrição a realização de estudos e pesquisas em C,T&I, avaliação de estratégias e impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos. Sua implementação se dá através do repasse de recursos financeiros da União nos termos do Contrato de Gestão firmado entre a União, através do MCT, e o CGEE.

Em continuidade a esse Contrato de Gestão assinado em 20/12/2005 celebrou-se o Oitavo Termo Aditivo no valor total de R\$ 11.414.000,00 (onze milhões, quatrocentos e quatorze mil reais), sendo R\$ 2.280.000,00 (dois milhões, duzentos e oitenta mil reais) do MCT/LOA e R\$ 9.134.000,00 (nove milhões, cento e trinta e quatro mil reais) da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (agência interveniente no Contrato e secretaria executiva do FNDCT). Segundo a cláusula primeira – Do Objeto, o 8º Termo Aditivo teve por finalidade “destinar recursos ao CGEE para o fomento e execução das atividades relacionadas aos objetivos previstos no Contrato de Gestão mantido com o MCT, nos termos estabelecidos em sua Cláusula Segunda, contemplando a ampliação e complementação de recursos para custeio das atividades do Plano de Trabalho de 2005 com a proposição de novas metas e ações, bem como ajuste dos prazos destas, aprovadas no Termo Aditivo anterior.”

Em 29/09/2006 firmou-se o nono Termo Aditivo cujo Plano de Trabalho foi estimado em R\$ 18.240.000,00 (dezoito milhões, duzentos e quarenta mil reais), sendo R\$ 4.439.212,00 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e duzentos e doze reais) à conta do MCT/LOA, e R\$ 13.800.788,00 (treze milhões, oitocentos mil e setecentos e oitenta e oito reais) à conta da FINEP com recursos dos fundos setoriais. Segundo a cláusula 1ª - Do objeto e da Finalidade -, o 9º TA teve por finalidade "estabelecer metas e alocar recursos financeiros ao CGEE para o ano de 2006, para o fomento das atividades relacionadas aos objetivos previstos no Contrato de Gestão, nos termos estabelecidos em sua Cláusula Segunda, ajustar prazos de ações aprovadas no Oitavo Termo Aditivo, inserir Subcláusula na Cláusula Quarta que trata da reserva técnica e repassar ao Órgão Supervisor bens patrimoniais adquiridos pelo CGEE".

Em 15/12/2006, foi firmado o décimo Termo Aditivo no valor de R\$ 5.548.000,00 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e oito mil reais), sendo R\$ 5.198.000,00 (cinco milhões cento e noventa e oito mil reais) do FNDCT gerido e operado pela FINEP e R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) do MCT da ação 0473 (Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no CGEE), funcional programática 19.572.0473.4475.0001.

Dessa forma, o total geral consolidado de recursos orçamentários e financeiros ao CGEE para execução do Plano de Trabalho em 2006 foi de R\$ 23.788.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e oitenta e oito mil reais). Conforme estabelece a Cláusula primeira do referido 10º Termo Aditivo sua finalidade é "... renovar o Contrato de Gestão nos termos estabelecidos em sua Cláusula Nona, até 30 de junho de 2010, aprovar a nova redação dos termos do Contrato de Gestão, aprovar nova sistemática de avaliação da sua execução e indicadores de desempenho, adicionar novas ações ao Plano de Trabalho e alocar recursos adicionais ao CGEE, para o ano de

2006, para o fomento das atividades relacionadas aos objetivos previstos no Contrato de Gestão, nos termos estabelecidos em sua Cláusula Segunda".

Os resultados obtidos: no exercício de 2006 apresentou características singulares na execução do Contrato de Gestão MCT/CGEE as quais merecem destaque: o atraso, relativamente aos anos anteriores, na assinatura do 9º e 10º Termos Aditivos (29 de setembro e 15 de dezembro, respectivamente); renovação do contrato, que venceria em 15 de abril de 2007, por mais 4 (quatro) anos com validade até 30 de junho de 2010; expansão das ações do plano de trabalho com inclusão e reformatação de metas (novas ou em execução), repactuação de prazos e alta dinâmica nas relações entre os entes públicos e privados envolvidos direta e indiretamente na negociação e pactuação de metas, execução, acompanhamento, supervisão e análise de contas do contrato.

Em síntese, as linhas-mestras de argumentação das justificativas para renovação da vigência do contrato são:

- ✓ plurianualidade das ações desempenhadas nos respectivos planos de trabalho;
 - ✓ sazonalidade e a temporalidade na aprovação da lei orçamentária anual, pactuação das metas e indicadores, negociação e assinatura dos termos aditivos, tipicamente, em meados de cada exercício;
 - ✓ necessidade de revisão dos prazos de execução de algumas metas/ações para 2007;
 - ✓ processo eleitoral de 2006 e nova administração federal em 2007;
- manifesto interesse das partes;
- ✓ risco de adoção de medidas administrativas restritivas com impacto operacional negativo, comprometimento do desempenho da execução do plano de trabalho do 9º Termo Aditivo;
- avaliações positivas da execução do Contrato.

A execução do Contrato vem recebendo sucessivas avaliações positivas quanto aos resultados do cumprimento de metas pactuadas, conforme relatórios semestrais e anuais emitidos pela Comissão específica para este fim - Comissão de Avaliação e Acompanhamento (CAA) - com competências e atribuições definidas na Portaria MCT n.º 116, de 17/02/2006, publicada à página 3, Seção 2, DOU n.º 36, de 20/02/2006.

Ação 7306 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão nas Unidades de Pesquisa do MCT

A ação tem por finalidade promover a implantação e desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas - SIGTEC, desenvolvido pelo Centro de Pesquisa Renato Archer – CenPRA, no Ministério da Ciência e Tecnologia/Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - MCT/SCUP, e nas Unidades de Pesquisa de Administração Direta do MCT, promovendo a evolução e o aperfeiçoamento das práticas de gestão, controle de projetos e programas, estruturação e registro do acervo de conhecimentos produzidos e enriquecimento das ferramentas operacionais.

Com a finalidade de permitir a comunicação entre os vários sistemas de informação do Governo, o SIGTEC deverá contemplar a comunicação e compatibilização de dados com os sistemas já existentes.

A interação das equipes de implantação do SIGTEC nas diversas Unidades de Pesquisa fez com que as melhores práticas de gestão fossem realizadas. Devido às especificidades de cada Unidade de Pesquisa, a equipe do SIGTEC precisou introduzir alterações no sistema, visando à criação de ferramentas adicionais capazes de produzir diferentes tipos de relatórios. Os trabalhos de desenvolvimento da versão do SIGTEC para a plataforma WEB, teve início em fevereiro de 2006 após o processo de licitação técnica e preço; com isso, parte da equipe do CenPRA, de

treinamento e instalação do SIGTEC, acompanhou os trabalhos junto à empresa que ganhou o certame. Em maio de 2006, antes de prosseguir com a instalação do Sistema nas Unidades de Pesquisa, a equipe do CenPRA elaborou um diagnóstico com o objetivo de identificar as características, cultura e práticas de gestão de cada Unidade, como também conhecer a infraestrutura de informática disponível para abrigar e manter o sistema. O módulo “Diagnóstico”, introduzido em maio de 2006, previsto para ser concluído até dezembro, foi adiado para 2007 nas seguintes Unidades : IBICT, CBPF e INPE. A instalação do sistema e migração dos dados básicos da instituição no LNCC também foram adiadas para 2007. O curso de banco de dados Postgres foi ministrado para novas turmas e em todas Unidades onde o SIGTEC está instalado tem algum técnico treinado.

De uma maneira geral, o SIGTEC está sendo operado sem restrições em 3 Unidades de Pesquisa (CenPRA, LNA e INT), operando com restrições em outras três Unidades (INPA, ON e MAST), instalado no CETEM e no MPEG e com o diagnóstico concluído no LNCC.

Foi realizado nos dias 30 e 31 de outubro de 2006, no Instituto Nacional de Tecnologia - INT – Rio de Janeiro, o 2º Encontro SIGTEC. O encontro contou com 51 participantes de 8 Unidades de Pesquisa (INT, INPA, LNA, MAST, MPEG, ON, CETEM, LNCC e CenPRA) e convidados do MCT. Novos módulos para reforço no treinamento das equipes nas Unidades deverão ser introduzidos em 2007, principalmente um módulo de treinamento para os multiplicadores.

OUTRAS INFORMAÇÕES

PLANOS DIRETORES 2006-2010 **DAS UNIDADES DE PESQUISA**

Concluídos em março de 2006, com base em Planejamentos Estratégicos elaborados em 2005, os Planos Diretores de 11 das treze Unidades de Pesquisa de administração direta do MCT foram imediatamente implantados, com metas específicas estabelecidas e consagradas nos Termos de Compromisso de Gestão – TCG’s, assinados anualmente pelos respectivos Diretores com o Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia. Acompanhados os TCG’s pela equipe da SCUP em julho último, verificou-se o esforço de todas as Unidades no cumprimento das metas acordadas, bem como a necessidade de algumas adaptações e correções de rumos de algumas delas, a registrar no TCG 2007. Apenas o INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o INSA – Instituto Nacional do Semi-Árido ainda não completaram (no primeiro caso) ou não iniciaram (no segundo) a elaboração de seus Planos Diretores, os quais, no entanto, se prevê estarem concluídos neste ano de 2007.

Igualmente estão em plena operação os Planos Diretores de 4 das cinco Organizações Sociais que mantém Contratos de Gestão com o MCT: ABTLuS – Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron, IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, IMPA – Associação Institucional Nacional de Matemática Pura e Aplicada e RNP – Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Apenas o CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos não tem um Plano Diretor nos moldes das demais OS’s.

Ao final do ano, os Planos Diretores foram enviados à gráfica, para edição, após processo licitatório.

PROJETOS DAS AÇÕES TRANSVERSAIS COORDENADAS PELA SCUP

FUNDOS SETORIAIS - AÇÕES TRANSVERSAIS : MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA DOS ICT'S DO MCT e C&T NA AMAZÔNIA

Antecedentes

Nas décadas de 80 e 90 os recursos para investimentos destinados às instituições governamentais foram quase inexistentes. Na verdade, todas as vezes em que houve restrições, contenções ou contingências orçamentárias ou financeiras, essas sempre atingiram a área de investimentos daquelas instituições em primeiro lugar.

Isso é igualmente verdadeiro para as Unidades de Pesquisa subordinadas ou supervisionadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em graus e escalas diferenciados, em função da extrema diversidade de missões e atividades, de suas dimensões variadas em espaço e recursos humanos, de sua origem e, principalmente, em função de seu tempo de existência.

Até meados do ano 2000, as atuais Unidades de Pesquisa do MCT se concentravam em dois grandes grupos: as subordinadas diretamente ao Ministério (INPA, INPE, INT e ITI, hoje CenPRA) e as vinculadas ao CNPq (CBPF, CETEM, IBICT, IMPA, LNA, LNCC, LNLS, MAST, MPEG e ON). Um terceiro grupo, pertencente à CNEN, encontrava-se dentro do MEPE – Ministério Extraordinário de Projetos Especiais, hoje extinto. Havia ainda dois Projetos ligados ao CNPq e à FINEP, respectivamente, que acabaram se transformando em Organizações Sociais (IDSM e RNP), e um terceiro que contava com o apoio formal daquele Conselho e hoje é uma OSCIP, atuando em parceria com o Ministério (Xingó). Quando este conjunto se integrou ao MCT, vieram não só com gestões diferenciadas, como sem uma orientação política para suas pesquisas sob o ponto de vista do governo. Cada uma delas, até então, procurava sobreviver, na situação de quase penúria orçamentária, através do esforço individual de seus pesquisadores e da direção das instituições na busca de alternativa de recursos, nem sempre direcionadas à missão dos Institutos. Dessa forma, pouco ou nada sobrava de seus poucos recursos para a manutenção e recuperação de suas instalações.

Esse fato era agravado ainda pela idade da maioria das edificações, algumas como o ON/MAST, o MPEG, o INT, centenárias ou quase, e as demais com mais de 50 anos de idade, com problemas sérios de instalações obsoletas, nas redes hidráulicas, elétricas e de comunicação, além de rachaduras nas paredes, infiltrações etc.

Essa situação foi observada pelas Subcomissões que, em 2000-2001, procederam, a pedido do Ministério, às avaliações de missão dessas Unidades, de que resultou o “*Relatório da Comissão de Avaliação das Unidades de Pesquisa do MCT*”, Comissão essa presidida pelo Prof. José G. Tundisi, e cujo trabalho envolveu 72 dos mais renomados cientistas e tecnólogos do País e alguns internacionais.

Na divulgação dos resultados do Relatório Tundisi, quatro problemas foram destacados, que exigiam rápidas soluções para o fortalecimento, racionalização e expansão das atividades de C&T no Ministério:(1) a recuperação da infra-estrutura física de suas Unidades de Pesquisa; (2) a reposição de seus quadros funcionais; (3) a recomposição de seus recursos orçamentários e financeiros;(4) a implementação de sistemas de gestão compatíveis com a nova situação dos Institutos, os quais passavam para a direção do MCT.

Na área de recursos humanos, através de concurso público lançado para os Institutos, foram contratados um total de 200 servidores sendo 90 Pesquisadores e Tecnologistas, enquanto

que na área orçamentário – financeira tem-se realizado esforços para atender às demandas de manutenção das UP's.

As deficiências em gestão estão sendo sanadas com os programas de Planejamento Estratégico 2006-2010 já implantadas nas Unidades, assim como o Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas – SIGTEC destinado à racionalização e controle das atividades administrativas, científicas e tecnológicas.

No início de 2003 foram então realizadas pela SCUP detalhadas vistorias técnicas nas Unidades de Pesquisa a fim de avaliar as condições das edificações de cada uma delas e conjuntamente com os dados apontados pela equipe de acompanhamento e avaliação dos Termos de Compromisso e Gestão firmados entre as UP's e o MCT, discutiu-se amplamente a situação da infra-estrutura de cada Unidade de Pesquisa. Inúmeros problemas foram apontados, envolvendo necessidades de recuperação e preservação de suas instalações físicas que se encontravam ameaçadas de desabamentos e incêndios, com instalações totalmente deterioradas, além da urgente necessidade de ampliação e modernização das áreas laboratoriais, das instalações para pesquisas e ensino de pós-graduação, rede de apoio computacional, bibliotecas e ambientes apropriados às diversas atividades específicas das UP's.

As ações transversais dos fundos setoriais foram criadas com o objetivo de vencer estas dificuldades, buscando sanar deficiências apontadas pela comissão de avaliação das UP's do MCT, adequando estas Unidades para exercer o papel de executoras principais das ações do planejamento estratégico do MCT.

Resultados Alcançados

Desde o início da ação, em 2004, foi priorizada a recuperação da infra-estrutura predial do CETEM, INT, CenPRA com base nos levantamentos técnicos realizados. No LNA e ON, neste ano foi iniciada a expansão predial para instalação de novos laboratórios e salas para pesquisadores e técnicos.

Em adição, com os recursos provenientes do orçamento do MCT - ação do PPA, aprovada em 2005, intitulada “Recuperação da Infra-Estrutura física das Unidades de Pesquisa” estão sendo realizadas recuperações parciais praticamente todas as Unidades.

Com relação à ação transversal da Amazônia - Apoio a infra-estrutura de pesquisa dos ICT's - foram realizados editais e encomendas com o objetivo de atender os eixos I e II do Planejamento Estratégico do MCT. Nas programações de 2006 foi dado ênfase na formação de pessoal e projetos de pesquisa, através de Editais lançados pelo CNPq, recuperação predial e laboratorial do INPA, expansão e recuperação do MPEG, com destaque para a reconstrução do Pavilhão Eduardo Galvão que dotará o Museu de infra-estrutura adequada para exposições de longa duração de suas coleções científicas, inclusive para repatriação do acervo arqueológico do falido Banco Santos e a implantação da sede definitiva do IDSM na cidade de Tefé -AM com a construção de 02 prédios destinados à equipe de técnicos e pesquisadores e disponibilização de laboratórios.

3 - Resultados Esperados

A complementação de obras em andamento, a modernização interna nos prédios que estão sendo recuperados com a aquisição de novos equipamentos e com a renovação da rede computacional necessárias, incluindo a capacitação para uso da rede gigabits /seg em fase de instalação serão os objetivos a serem alcançados com a continuidade da presente ação em 2007/2008. A continuidade desta ação nos próximos anos é essencial para a modernização da infra-estrutura e renovação de equipamentos, de modo a colocar as UP's do MCT em condições de, efetivamente, executar as políticas de C&T demandadas pelo MCT.

Além de atender às diretrizes da Política Industrial, esta ação também está voltada a outro eixo estruturante do Planejamento Estratégico do MCT: Consolidação, Expansão e Integração do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, visando à articulação dos programas e ações instrumentais que promoverão o incremento da infra-estrutura e da formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no país.

Ações Transversais dos Fundos Setoriais coordenadas pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – recursos para 2006/2007

Eixo – Consolidação e Expansão do Sistema Nacional de C&T&I

Subação – Apoio à Infra-estrutura das Unidades de Pesquisa do MCT

Objetivos : Apoiar a modernização das redes internas de computação das Unidades de Pesquisa do MCT, com o objetivo de dota-las de infra-estrutura para interligação com a rede Gigabit/seg , que está sendo implantada pela RNP, além da continuidade do apoio a recuperação e expansão predial e laboratorial das UP's (ON, MAST e CBPF)

Situação: Os projetos das encomendas já foram encaminhados à FINEP e se encontram em fase de aprovação/contratação.

Valor: R\$ 5.775.000,00

Eixo – Consolidação e Expansão do Sistema Nacional de C&T&I

Subação: Rede de Informação e Computação (e- conhecimento) / Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Objetivo: Apoiar a instalação de rede óptica em todo o País, com processamento de alto desempenho de informações de caráter científico e tecnológico para acesso rápido e de alta qualidade pelo pesquisadores e instituições de P&D, envolvendo a RNP, LNCC e IBICT.

Situação: Os projetos das encomendas já foram encaminhados à FINEP e se encontram em fase de aprovação/contratação.

Valor: R\$ 29.550.000,00 (R\$ 2.000.000,00 para 2008)

Eixo – Apoio à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PICE

Subação – Unidades de Pesquisa Tecnológica do MCT

Objetivo :Apoiar a modernização das redes internas de computação das Unidades de Pesquisa do MCT, com o objetivo de dota-las de infra-estrutura para interligação com a rede Gigabit/seg , que está sendo implantada pela RNP, além da continuidade do apoio a recuperação e expansão predial e laboratorial das UP's (CETEM e CenPRA).

Situação: Os projetos das encomendas já foram encaminhados à FINEP e se encontram em fase de aprovação/contratação.

Valor: R\$ 7.800.000,00

Eixo – Objetivos Estratégicos Nacionais

Subação: Apoio às Unidades de Pesquisa – UP's - CNEN

Objetivo: Apoio à recuperação da infra-estrutura predial e laboratorial das UP's do CNEN

Situação: Os projetos das encomendas já foram encaminhados à FINEP e se encontram em fase de aprovação/contratação.

Valor: R\$ 6.510.000,00

Eixo – Objetivos Estratégicos Nacionais

Subação: Ciência e Tecnologia na Amazônia

Objetivo: Apoiar a recuperação e expansão da infra-estrutura predial e laboratorial das UP's e OS's do MCT. Assim como projetos de pesquisa na área de estudos de dendê para produção de biodiesel, infra-estrutura de transporte fluvial na Amazônia e a integração de programas do MCT e Embrapa na Amazônia.

Situação: Os projetos das encomendas já foram encaminhados à FINEP e se encontram em fase de aprovação/contratação.

Obs.: O projeto “Integração dos Programas do MCT e da Embrapa na Amazônia será encaminhado à Finep até 19/09/06)

Valor: R\$ 17.060.000,00

EDITAIS

Subação : Ciência e Tecnologia na Amazônia

RH - Amazônia – Edital /CNPq

Objetivo: Estimular a fixação de recursos humanos qualificados na região amazônica

Situação: Edital realizado , projetos aprovados em fase de contratação

Valor: R\$ 4.800.000,00

Desenvolvimento de cadeia Produtiva de Recursos Pesqueiros – Edital/CNPq

Situação: Edital realizado , projetos aprovados em fase de contratação.

Valor: R\$ 11.872.000,00

Obs.: estes recursos representam a fusão de recursos do Edital Vertical CT-Amazônia – CAPDA, com os recursos das ações transversais para Amazônia

Pesquisa e desenvolvimento na Região Amazônica – Edital/CNPq

Situação: Edital realizado , projetos aprovados em fase de contratação

Valor: R\$ 1.300.000,00

AÇÃO TRANSVERSAL - 2006 (Valores em R\$ Milhões)**Apoio as UP's**

INSTITUIÇÃO	FINALIDADE	VALOR
ON	Modernização da rede interna de computação	590
MAST	Modernização da rede interna de computação	150
LNCC	Modernização da rede interna de computação	500
LNA	Modernização da rede interna de computação	400
CBPF	Modernização da rede interna de computação	410
INT	Modernização da rede interna de computação	305
CenPRA	Modernização da rede interna de computação	560
IMPA	Modernização da rede interna de computação	420
INPA	Modernização da rede interna de computação	755
ABTluS	Modernização da rede interna de computação	550
CETEM	Modernização da rede interna de computação	235
CETEM	Construção do prédio do campus de Cachoeira/ES	735
CETEM	Contrapartida da UFRJ	1.765
MPEG	Modernização da rede interna de computação Conclusão do Auditório e salas de aula de pós graduação	1.000
IDSM	Equipamentos para o prédio de Laboratórios Primeira fase do Prédio de Salas de aula e Biblioteca	1.000
TOTAL		9.375

OUTRAS DESPESAS

Participação representativa internacional em eventos de interesse direto, ou com a participação específica da SCUP ou de suas Unidades de Pesquisa, inclusive visitas a Institutos, Universidades, Organizações Internacionais; Instalação de Comitês de Busca, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, BRASILTEC, Amazontec, SBPC, Congresso Nacional de Botânica; 4ª Conferência Nacional de C&T, acompanhamento avaliatório das UP's, COP 8 – Conferência Internacional sobre diversidade Biológica, III FIAM – Feira Internacional da Amazônia, Feira Petrovix – ES, reuniões de interesse institucional, reuniões periódicas temáticas de trabalho da SCUP, pactuação de termos de Compromissos de Gestão – TCG's ou Contratos de Gestão – CG's, reuniões quadrimestrais, visitas a centros nacionais correspondentes aos demais atores de Ciência, Tecnologia e Inovação do País, em atividades de intercâmbio institucional equivalentes, apoio à participação em eventos de interesse institucional, dentre outros.

Resultados Esperados e Obtidos:

1. Em abril e maio de 2006 foram pactuados os Termos de Compromisso de Gestão com as Unidades de Pesquisa da administração direta, e em agosto foram recebidos os dados para o Relatório de Acompanhamento Semestral. Embora o desempenho de praticamente todas as UP's tenha estado a contento, os contingenciamentos orçamentário/financeiros do ano prejudicaram o alcance de várias metas pactuadas.
2. O desenvolvimento das Unidades de Pesquisa, assim como das Organizações Sociais, é avaliado, entre outros, pela produção científica (expressa pelo número de publicações em revistas nacionais e internacionais) e pelo número de processos e técnicas desenvolvidos.
3. Atendimento a algumas das Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCT, conforme demonstrado acima, objetivando apoiar a criação e a consolidação de grupos de pesquisa e áreas estratégicas em Ciência e Tecnologia, para ampliar e ajustar a base técnico-científica do país às necessidades de conhecimentos e de serviços em Ciência e Tecnologia, dando, para tanto, suporte às Unidades de Pesquisa, no que cabe à SCUP.

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

Nome completo e oficial do órgão, entidade, empresa, fundo, etc.

Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS

Número do CNPJ

03.132.745/0001-00 (do MCT)

Natureza jurídica

Pública Federal Direta

Vinculação ministerial

Ministério da Ciência e Tecnologia

Endereço completo da sede (logradouro, bairro, cidade, CEP, UF, números de telefone e facsímile para contato)

Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 2º Andar
Brasília - DF - CEP 70067-900

Endereço da página institucional na *Internet*

<http://secis.mct.gov.br>

Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizados no Siafi, quando houver

A SECIS não utiliza diretamente unidades gestoras nem gestões no SIAFI.

Norma(s) de criação e finalidade da unidade jurisdicionada

Lei nº 10.683, de 28.05.2003.

Norma(s) que estabelece(m) a estrutura orgânica no período de gestão sob exame

Decreto nº 5.314, de 17.12.2004, revogado pelo Decreto nº 5.365, de 03.02.2005 e restaurado pelo Decreto nº 5.469, de 15.06.2005.

Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas:

Portaria MCT nº 752, de 03.10.2006, publicada no D.O.U. de 05.10.2006, Seção I, pag. 13.

OBJETIVOS E METAS:

Em 2006, a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS, teve sob sua responsabilidade 14 (quatorze) Ações distribuídas em 4 (quatro) Programas, cuja execução foi realizada conforme demonstrativo a seguir:

PROGRAMA 0461 – PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Do Programa 0461, as ações sob responsabilidade da SECIS são:

- Ação 12EH – Construção do Instituto de Neurociência em Natal
- Ação 2B08 – Realização de Olimpíadas em Ciências
- Ação 4970 – Fomento à Projetos de Divulgação do Conhecimento Científico e Tecnológico

	VALOR		
	CRÉDITOS	PROJETOS EMPENHADOS	% APOIO
TOTAL	R\$ 2.217.149,00	R\$ 2.217.149,00	100%

Ação 12EH – Construção do Instituto de Neurociência em Natal

TOTAL ALOCADO	TOTAL EMPENHADO
R\$ 1.100.000,00	R\$ 1.100.000,00

Ação 2B08 – Realização de Olimpíadas em Ciências

Objetivos: Identificar jovens talentos, fornecer oportunidades e incentivar o seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas.

Descrição: Promoção de competições em âmbito nacional nas áreas de matemática e ciências afins e propiciar o aperfeiçoamento e valorização profissional dos professores das escolas públicas.

Resultados Alcançados: A segunda Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas de 2006 contou com a participação de 14,150 milhões de alunos. Participaram todos os estados brasileiros, totalizando 32.655 escolas (60.5% do total de escolas) de 5259 municípios (94,5% do total).

TOTAL ALOCADO	TOTAL EMPENHADO
R\$ 967.149,00	R\$ 967.149,00

Ação 4970 – Fomento à Projetos de Divulgação do Conhecimento Científico e Tecnológico

Objetivos: Realização do XX Congresso Nacional de Pós-Graduados, em conjunto com a I Mostra Científica da ANPG, para debater e avaliar as principais políticas de C, T&I desenvolvidas no País, gerando um espaço privilegiado de valorização, divulgação e popularização do conhecimento científico.

Descrição:

Debater e deliberar uma pauta específica dos estudantes de pós-graduação, sobre as políticas públicas de C, T&I desenvolvidas no país.

Eleger a próxima diretoria para a gestão 2006/2007 da entidade.

Debater políticas públicas para a divulgação científica.

Apresentar trabalhos elaborados por estudantes dos programas de Graduação, Pós-Graduação e ensino tecnológico das diversas áreas do conhecimento;

Buscar a inclusão de ações e estratégias de apoio à divulgação científica nos planos de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural;

Incentivar o entrosamento da divulgação científica entre as instituições de ensino médio e fundamental, os meios de comunicação, laboratórios, centros e núcleos de pesquisa

Implementação: Para sua implementação algumas formalidades serão seguidas à risca, e as fases da execução obedecerão a uma seqüência cronológica. A primeira etapa compreende todo o processo de planejamento do evento já executada, bem como a realização do CONAP que deliberou sobre o local de do evento e aprovou o projeto em questão.

Resultados Alcançados:

Projeto Apoiado – Apoio ao XX Congresso da ANPG – O **XX CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS**, foi realizado em Belo Horizonte/MG, no período de 23 a 26 de novembro de 2006. As Resoluções emitidas durante o Congresso estão disponíveis no sitio da ANPG, no endereço www.anpg.org.br .

TOTAL ALOCADO	TOTAL EMPENHADO
R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00

PROGRAMA 0461 – PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - 2006

LOA:R\$ 2.217.149,00

Total Empenhado: R\$ 2.217.149,00

Programa 0471 – Ciência, Tecnologia e Inovação Para Inclusão e Desenvolvimento Social

- a) Tem o objetivo de ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico, visando à competitividade econômica e à qualidade de vida da população. O Programa C,T&I para a Inclusão e Desenvolvimento Social, está voltado para os temas relacionados com a difusão e popularização da ciência e da tecnologia, segurança alimentar e nutricional, apoio à pesquisa para o desenvolvimento social, arranjos produtivos locais e centros vocacionais tecnológicos.

Do Programa 0471, as ações sob responsabilidade da SECIS são:

- Ação 001F – Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos
- Ação 0752 – Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional
- Ação 0760 – Apoio à Unidades de Ensino de Ciências em Escolas Públicas e Espaços não Formais de Educação
- Ação 0862 – Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social
- Ação 09HH – Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais
- Ação 100P – Implantação de Sistemas de Informação sobre Tecnologias para o Desenvolvimento Social
- Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa
- Ação 6702 – Difusão e Popularização de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

	VALOR		
	LOA – CRÉDITOS	PROJETOS EMPENHADOS	% APOIO
TOTAL	R\$ 160.652.347,00	R\$ 105.959.004,00	66%

Ação 001F – Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos

Objetivos:

Ampliar os pontos de acesso à Ciência e Tecnologia através do apoio, organização, implantação e estruturação de centros vocacionais tecnológicos, centros tecnológicos temáticos, centros de capacitação de docentes e alunos em ciência e tecnologia educacional, de forma a apoiar os cidadãos com dificuldades de acesso aos sistemas atuais,

Promover sua capacitação profissional e despertar as vocações naturais dos jovens.

Promover a prática de extensão tecnológica entre trabalhadores e empresas e integração entre o MCT e as instituições de ensino, especialmente Universidades e Escolas Técnicas.

Descrição: Financiamento de 80 projetos que objetivam a divulgação de conhecimento em Ciência e Tecnologia - C&T, a partir da implantação e modernização de entidades difusoras de C&T e de Ensino. Os CVT's vão atender a

uma demanda considerável, uma vez que o seu objetivo é promover a educação tecnológica de qualidade, através do ensino, da pesquisa e da extensão de mandados pela sociedade e pelo setor produtivo. A proposta se justifica na medida em que muitos municípios encontram dificuldades para suprir postos de trabalho que apresentem solicitações mais específicas quanto à qualificação profissional. Os Centros contribuirão para reverter o quadro que ora se apresenta, preparando recursos humanos melhor qualificados para o mercado de trabalho de sua microrregião. Esta ação também promoverá a capacitação dos recursos humanos necessários para o pleno funcionamento destes centros e para o uso dos materiais.

Implementação: ampliação de unidades como os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT's) que consistem em unidades de ensino profissionalizante dotadas de laboratórios de física, química, biologia, informática e salas de vídeo conferência, ou ainda, o reforço didático pedagógico para o ensino das ciências em centros de referências regionais ou mesmo nas escolas.

Entidades e Projetos Apoiados - Convênios Firmados

<u>Município/Entidade</u>	<u>Projeto</u>	<u>Valor</u>
Cefet/Ce	Núcleo de informação tecnológica e de Centros de Informação Digital	1.250.000,00
Cefet/Pb	Projeto centro vocacional tecnológico no município de Sousa/PB	840.000,00
Município de João Alfredo	Cvt Madeira Aglomerada	480.595,00
Município de Palmeirina	Cvt Confeccões	203.658,32
Município de Iramaia	Inclusão Digita	350.000,00
Secret. Est. Agric. Pec. E Pesca – Seape	Centro Gerenciamento Hidrometeorológico E Agrom.	480.000,00
Município de Igarassu	Maricultura	559.763,19
ITI	Casa Brasil	4.240.045,50
SEC C&T EDU MG -	CVT Fase III	19.990.000,00
LNCC	Implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos.	9.295.00,00
APAE	Formação aprendizes	690.000,00
APAE Bauru	Centro de Integração Profissionalizante	140.000,00
APAE DF	CVT Asa Norte	179.410,00
CVT Escola Nova Iguaçu-RJ		500.000,00
CVT Telemarketing Nova Iguaçu-RJ		300.000,00

Descentralizado para Entidades Federais

<u>Entidade</u>	<u>Projeto</u>	<u>Valor</u>
Ufersa	Centro Tecnológico Temático Apícola Do Rn	507.797,39
UFPA	Implantação Rede Ciência para a Cidadania - CVT – Central Ciência	3.825.000,00
UFES	Implantação do Centro Vocacional Tecnológico de bebidas do Espírito Santo	425.000,00
UFES	Criação do Centro Vocacional Tecnológico de Oceanografia	549.000,00
UFRPE	Implantação de centro vocacional tecnológico de Informação e Negócios.	100.000,00
UFRJ	Implantação da segunda fase do centro de simulação aquaviária	1.350.000,00
EAF-IGUATU	Implantação de centro vocacional tecnológico da escola agrotécnica federal de Iguatu – CE	624.156,42
INT-NE	Avaliação, modernização e implantação de centros vocacionais tecnológicos no nordeste.	2.000.000,00

Inclusão Digital

Descentralizado para CEF

<u>Município</u>	<u>Estado</u>	<u>Valor</u>
Município de Caiçara do Norte	RN	100.000,00
Município de Felipe Guerra	RN	140.000,00

TOTAL ALOCADO	TOTAL EMPENHADO
R\$ 70.525.000,00	R\$ 49.355.901,00

Ação 0752 – Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos:

- Apoiar projetos de pesquisa, estudos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional, visando à inclusão social e à redução das desigualdades regionais.
- Apoiar pesquisa etnográfica sobre cultura alimentar que objetivem a produção do conhecimento sobre hábitos alimentares regionais, em conformidade com a realidade social, econômica, cultural e ambiental e local das comunidades produtivas no meio urbano e rural.
- Apoiar sistemas locais de SAN a partir do funcionamento de pesquisas, projetos-piloto e empreendimentos de grupos e entidades não-governamentais, parcerias entre universidade e outras organizações.
- Apoiar a consolidação de iniciativas potenciais. Redes de pesquisa, estudo e desenvolvimento de SAN, envolvendo representantes das esferas federal, estadual, municipal e organização da sociedade civil.

Descrição: Os projetos aprovados devem contribuir para Segurança Alimentar e Nutricional dos grupos sociais mais pobres da sociedade brasileira, observando os princípios da alimentação e nutrição:

- 1) disponibilidade de alimentos (oferta);
- 2) consumo alimentar (acesso);
- 3) utilização biológica. Cada segmento merece estudo e análise para formular propostas de ação adequadas às realidades locais.

Implementação: a implantação da ação ocorreu na forma de convênio, editais e convites para apoiar o desenvolvimento de estudos, pesquisas, projetos, seminários, oficinas e formação de rede de pesquisa na área de Segurança Alimentar e Nutricional.

Resultados Alcançados: Foi celebrado o convênio com o **Município de Indaiatuba**, objetivando apoiar o Projeto de Implantação de Sistema de Informação para Gestão da Central de Relacionamento Tecnológico e Comercial de Produtos da Economia Solidária.

Foi celebrado também o convênio com a **Universidade Federal do Paraná**, apoiando o Projeto “Criação de Núcleo de Pesquisas, estudos, Extensão e Desenvolvimento em Segurança Alimentar e Nutricional para Inclusão Social no Estado do Paraná”, subdividido em 4 metas:

- 1) Estudo sobre a economia camponesa
- 2) Estudo qualitativo sobre práticas alimentares
- 3) Saúde e Nutrição Materno-Infantil
- 4) Disponibilização de Tecnologias sociais para comunidades tradicionais no litoral paranaense.

TOTAL ALOCADO	TOTAL EMPENHADO
R\$ 300.000,00	R\$ 292.980,00

Ação 0760 – Apoio à Unidades de Ensino de Ciências em Escolas Públicas e Espaços não Formais de Educação

Objetivos:

- ✓ Apoiar a melhoria do ensino e da aprendizagem formal e informal em diversos níveis acadêmicos.
- ✓ Democratizar o acesso à C&T e despertar o interesse pelos temas científicos e tecnológicos, sobretudo nas nossas crianças e jovens.
- ✓ Apoiar as articulações e ações necessárias para implementação de novos centros e museus de ciência, tecnologia e inovação.

Descrição: Apoio à implantação e manutenção de centros e laboratórios voltados à difusão e à popularização do conhecimento científico e tecnológico nas escolas públicas e a projetos de difusão e popularização do conhecimento científico e tecnológico em espaços não-formais de educação em unidades fixas e móveis.

Implementação: O MCT repassa recursos financeiros às entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, para a estruturação de centros e laboratórios de ciências fixas ou móveis, para a capacitação e atualização de docentes, alunos e egressos do ensino médio e fundamental e a jovens e crianças carentes, visando a difusão e popularização do conhecimento científico e tecnológico

Resultados Alcançados:

Entidades e Projetos Apoiados

- **Unesco** – Ensino de Ciências

TOTAL ALOCADO	TOTAL EMPENHADO
R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00

Ação 0862 – Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social

Objetivos:

- ✓ Apoiar e financiar pesquisas, difusão e inovações tecnológicas que representem avanços na forma de inclusão social e redução das desigualdades regionais e sociais.
- ✓ Identificar demandas locais e articular a promoção de investigação e implementação de alternativa tecnológicas viáveis,
- ✓ Apoiar projetos que referentes a produtos, técnicas ou metodologias simples, de baixo custo e fácil aplicação e estudos e pesquisas para identificar alternativas produtivas com os recursos naturais disponíveis, tanto para o público urbano como rural.

Descrição:

- Implantação de projetos de tecnologias sociais, desenvolvidas, prioritariamente, na interação com a população beneficiária e que representam efetivas soluções de transformação social. Estas tecnologias são produtos, técnicas ou metodologias, caracterizadas pela simplicidade, baixo custo e fácil aplicação, que potencializam a utilização de insumos locais e mão-de-obra disponível, protegem o meio ambiente, têm impacto positivo e capacidade de resolução de problemas sociais, como transformação de frutas, leite, pescado, artesanato, cerâmica, couro e pele, óleos vegetais medicinais.
- Financiamento de equipamentos para associações e cooperativas de trabalhadores autônomos. Como exemplo: Costureiras, bordadeiras, artesãos
- Apoio a projetos de capacitação e treinamento de trabalhadores vinculados a associação e cooperativas
- Financiamento para aquisição de equipamentos necessários à difusão tecnológica, bem como construção de unidades demonstrativas
- Os beneficiários da ação devem ser as populações mais pobres do campo e das cidades.

Implementação: a implantação da ação ocorreu na forma de execução indireta mediante descentralização, convênio ou termo de parceria com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, para apoiar projetos voltados à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social.

Entidades e Projetos Apoiados

Descentralizado para Entidades Federais

<u>Município/Entidade</u>	<u>Projeto</u>	<u>Valor</u>
CNPQ	Projeto Casa Brasil	1.000.000,00
CNPq	1º Prêmio Juventude e Políticas Públicas	94.125,00
FUF/PELOTAS -	Implantação do Centro de transferência de tecnologias e formação profissional em processamento de produtos carneos - CT carnes	610.276,00
CNPq	contratos temporários	50.270,00
DNOCS	Desenvolvimento econômico e tecnológico para a promoção da inclusão social com a implantação de miniusinas de biodiesel	1.500.000,00
EMBRAPA	Ampliação do sistema estadual de monitoramento do tempo, clima e recursos hídricos – PCDS	529.950,00
UTF/PR	Projeto Cidade Digital Santa Cecília do Pavão	19.445,00
CNPq	Edital 60 - Ministério Cidades - pesquisa e extensão da gestão municipal urbana	467.000,00
EMBRAPA Gado de Corte	Sistema Nac. Classif. Couro Bovino	300.000,00
EMBRAPA Gado de Corte	Rede Carne Bovina de Qualidade	500.000,00
EMBRAPA Agropecuária Oeste	Processamento Mandioca	496.950.000
EMBRAPA - Agropecuária Oeste	Diagnóstico e avaliação da qualidade da água e do solo nas pisciculturas	350.000,00
EMBRAPA	projeto disseminação ao conhecimento em Ciência e Tecnologia	100.000,00
SEPOM/PR	Projeto 2º prêmio construindo a igualdade de gênero - Mulher e Ciência	45.000,00
INT-NE	Apoio tecnológico a aquicultura familiar	390.814,80
UNIR	Projeto apoio a pesquisa para o desenvolvimento social no estado de Rondônia	300.000,00
EAF-CRATO	Apoiar e financiar pesquisas, difusão e inovações	625.000,00

	tecnológicas.	
FNDCT	Detecção do DNA do vírus da hepatite B	546.990,00
FNDCT	Prevalência de autoanticorpos e sua relação com recidiva de doenças auto-imunes	169.900,00
UFMS	Casa da Ciência	519.960,00
UFMS	Implantação do Centro Tecnológico Eletrônico	700.000,00
UFMS	Núcleo de jornalismo, científico: implantação de programa para a popularização da ciência	149.310,00
Cefet/Petrolina	Apl (Escola De Vinho)	1.100.000,00
Ufrpe	Apoio ao projeto de pesquisa, produção e aplicação de biopolímero de cana-de-açúcar.	279.262,34
Uft	Viabilidade ambiental de produção de bioenergia: influência no desenvolvimento sócio-econômico em Tocantins	2.000.000,00
FNDCT	Fígado - Difusão Tecnologias	169.900,00
FNDCT	Fígado - Detecção ccDNA Hepatite	546.990,00

Descentralizado para CEF

Entidade	Projeto	Valor
Secretaria Saúde DF	Ressocialização de pacientes com transtornos mentais /CEF	48.100,00
Liga Escolas de Samba de São Paulo	Barracão Digital – CEF	1.160.000,00

Convênios Firmados

Município/Entidade	Projeto	Valor
ITS	Programa de Tecnologia Social	1.108.000,00
IMIP	Estudos e Pesquisa em Segurança Alimentar – 1ª parcela	200.000,00
IMIP	Estudos e Pesquisa em Segurança Alimentar – 2ª parcela	220.000,00
Município de Paudalho	Desenvolvimento Setor Produção Agrícola (capacitação)	5.400,00
SECTI/BA	CT Referência pessoa c/deficiência	200.000,00
ICP Cultural	Centro de Referência para pessoas com deficiência	400.000,00
Acessibilidade Brasil	Labor. Tec. Assistivas	161.000,00
Instituto PROEZA	Apoio Inclusão Digital e Social	236.005,00
ONG Moradia e Cidadania	Sistema Web de Gestão para ONG's	255.711,46
SBPC	Publicação coletânea 1º Prêmio Juventude	8.350,00
Município de Indaiatuba	Indaiatuba Saudável	400.000,00
Município de João Pessoa	Projeto Estação Ciência	1.000.000,00
SEBRAE/RJ	Manutenção Central Eletrônica	300.000,00
Instituto ETHOS	Inscrição servidoras evento Conferência Internacional 2006	3.200,00
Fundação Gilberto Freire	Florestas Tropicais	50.000,00
Município de São Carlos	Implantação 2ª Etapa CT Agricultura Familiar	275.544,00
Município de Colinas do Sul	Corredor de Frutos do Cerrado	106.207,80
UNESCO	Centro de Tecnologias e Arte Pedras Graníticas	250.000,00
Instituto Novo Horizonte	Inclusão Digital de Olho no Futuro	499.983,75
IDR SISAL	Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas	720.000,00
APAE/SP	Cozinha Experimental	93.778,39

Mediateca	Biblioteca da República	75.000,00
------------------	-------------------------	-----------

Centro Popular Formação da Juventude	Vida e juventude - Sistema Informação para gestão Economia Solidária	80.000,00
Município de Estância Turística Barra Bonita	CVT	537.000,00
Instituto Novo Horizonte	Inclusão Digital de Olho no Futuro	268.983,75
Município de Guaraciaba	Incubadora Industrial	150.000,00
Município de Itapejara D'oeste	Des. Sustentável De Propriedades Rurais	137.000,00
Município de Ipubi	APL de Processamento de Mandioca	10.650,00
Município de Céu Azul	Transformação De Recicláveis	137.878,79
Município de São Vicente Ferrer	Cvt Floricultura	533.890,00
Município de Afogados Da Ingazeira	Cvt Habitação Popular	650.000,00
Município de Petrolina	Reciclagem de Resíduos Sólidos da Construção Civil	761.961,00
Município de Petrolina	Cvt Confeccões	236.076,10
Município de Camocim Do São Felix	Cvt Confeccões	235.624,37
Município de Ferreiros	Cvt Confeccões	250.404,37
Município de Frei Miguelinho	Cvt Confeccões	250.405,17
Instituto Xingó	Centros Tecnológicos E Capacitação Técnica	6.491.855,07
Município de Lagoa Grande	Apl Mandioca	125.655,60
Município de Surubim	Cvt Confeccões	235.624,37
Município de Palmeirina	Madeira Aglomerada	538.286,60
Município de Palmeirina	Confeccões	599.286,60
Município de Palmeirina	Usina Produção Leite Condensado	606.800,80
Município de Itapissuma	Ostrecultura	312.436,00
Município de Santa Filomena	Apl Mandioca	219.015,60
Município de Pesqueira	Usina Biodiesel – Aditivo	299.539,79
Município de Trindade	APL Mel	80.000,00
Município de Craíbas	CVT da Mandioca	310.000,00
IDR Sisal	Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas	270.000,00
SECTI/CE	Capacitação Profissional e Difusão Científica	643.000,00

Inclusão Digital

Descentralizado para CEF

Município/Entidade	Estado	Valor
Município de Monte Castelo	SP	50.000,00
Município de Fernandópolis	PR	50.000,00
Município de Sebastião Laranjeiras	PR	50.000,00
Município de Sitio do Mato	PR	50.000,00
Município de Guajeru	PR	50.000,00
Município de Pindaí	PR	50.000,00
Associação Cultural Jacupiense	PR	200.000,00
Município de Floresta	PE	100.000,00
Município de Castro	PE	70.000,00
Município de Cornélio Procópio	PR	100.000,00
Instituto Popular De Assistência Social – Curitiba	PR	50.000,00
Associação Dos Caminhoneiros Dos Campos Gerais – Ponta Grossa	PR	60.000,00
Município de Irati	PR	70.000,00
Município de Irati	PR	50.000,00
Secretaria De Estado De Educação Do Mato Grosso Do Sul – Campo	MS	2.806.292,50

Grande		
Município de Ladário	MS	160.000,00
Federação Pernambucana De Apoio As Escolas Alternativas – Fepeal - Jaboatão Dos Guararapes	PE	351.140,94
Município de Recife	PE	437.500,00
Centro Cristão De Educação Popular – Ccep – Recife	PE	351.140,94
Casa De Passagem – Recife	PE	87.785,23
Instituto Brasileiro Pro-Cidadania – Recife	PE	474.040,27
Centro De Capacitação De Pernambuco – Cecapec – Recife	PE	43.892,61
Município de Canarana	MT	50.000,00
Município de Cláudia	MT	50.000,00
Município de Itaubá	MT	50.000,00
Município de Marcelândia	MT	50.000,00
Município de Planalto da Serra	MT	50.000,00
Município de Diamante do Norte	PR	50.000,00
Município de Paranacity	PR	50.000,00
Município de Santa Cruz do Monte Castelo	PR	50.000,00
Município de São Jorge do Ivaí	PR	50.000,00
Município de Boa vista Aparecida	PR	50.000,00
Município de Campo Mourão	PR	50.000,00
Município de Campina Grande do Sul	PR	50.000,00
Instituto Ação Pela Vida	PR	100.000,00
Município de Itanhem	PR	50.000,00
Município de Aguas Lindas de Goiás	PR	50.000,00
Município de Americano do Brasil	PR	50.000,00
Município de Aparecida de Goiânia	PR	50.000,00
Município de Avelinópolis	PR	50.000,00
Município de Alagoinha	PR	80.000,00
Município de Carpinha	PR	150.000,00
Município de Quixabá	PR	80.000,00
Município de Ladário		80.000,00
Município de Santa Cruz da Baixa Verde	PR	80.000,00
Município de Tacaratu	PR	80.000,00
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste – Irati	PR	100.000,00
Município de Vertentes	PR	150.000,00
Município de Cachoeirinha	RS	50.000,00
Município de Esteio	RS	50.000,00
Município de Julho de Castilho	RS	50.000,00
Município de Porto Alegre	RS	500.000,00
Município de Rolador	RS	50.000,00
Município de Garuva	SC	69.000,00
Município de Aracaju	SE	50.000,00
Município de Divina Pastora	SE	50.000,00
Município de Nossa Senhora de Lurdes	SE	50.000,00
Município de Itabela	BA	100.000,00
Secretaria De Estado De Coordenação Das Administrações Regionais Amigos do Vôlei	DF	75.000,00

Convênios Firmados

- Universidade Técnica Federal do Paraná

TOTAL ALOCADO	TOTAL EMPENHADO
----------------------	------------------------

R\$ 68.245.556,00	R\$ 36.760.491,00
-------------------	-------------------

Ação 09HH – Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais

Objetivo:

- Apoiar projetos de P&D - Pesquisa e Desenvolvimento em inovação tecnológica que visem ao aumento da competitividade dos arranjos produtivos locais beneficiados,
- Promover a capacitação técnica voltada para a demanda do APL,
- Promover a organização sistêmica do APL voltada para ações em C&T e a inclusão social mediante a geração de emprego e renda apoiada via resolução de gargalos tecnológicos relacionados ao APL.

Descrição: Promoção do desenvolvimento local, por meio da execução de ações que estabeleçam e potencializem processos de aprendizado e inovação em arranjos produtivos locais selecionados, em todo o território nacional, bem como fomentar, em escala regional, parcerias entre institutos de P&D, universidades e setores produtivos, contribuindo para a solução de problemas sociais e para o desenvolvimento sustentado.

Implementação: Apoio a projetos que contemplem componentes de inovação tecnológica, empreendimentos de grupos e entidades não-governamentais, parcerias entre universidades e outras organizações

Entidades e Projetos Apoiados

Descentralizado para Entidades Federais

<u>Entidade</u>	<u>Projeto</u>	<u>Valor</u>
UFBA	Produção familiar de cafés especiais na região da Vitória da Conquista	288.300,00
Embrapa Semi Árido	Capac. Agricultores Familiares Semi Arido	500.000,00
Cdt/Unb	Semana Do Empreendedor	12.718,20
INT/NE	Implantação de unidade experimental de produção de biodiesel no município de Serra Talhada	800.000,00
Ufrn	Carcinicultura-Pedecar	101.060,00

Convênios Firmados

<u>Município/Entidade</u>	<u>Projeto</u>	<u>Valor</u>
Município Nova Friburgo	APL Confeções	342.463,55
Fapes/Es	Instalação Unidades Regionais Cafés Especiais (Conv. 2005)	22.980,00
Instituto Uniemp	Fóruns Regionais Em Apl: Inovação Tecnológica E Inclusão Social – 1ª Parcela	549.277,00
Instituto Uniemp	Fóruns Regionais Em Apl: Inovação Tecnológica E Inclusão Social – 2ª Parcela	500.000,00

Instituto Uniemp	Fóruns Regionais Em Apl: Inovação Tecnológica E Inclusão Social – 3ª Parcela	450.723,00
Município Vertentes	APL	500.000,00
Município Francisco Beltrão	Aquisição de Equipamento Para Assoc. Produtores Cana	200.000,00
Unesco	Centro De Tecnologias E Arte Pedras Graníticas	250.000,00
Município Trindade	Capac. Construções Gesso	173.886,23
Academia Pernambucana De Ciências	Seminário Energia Limpa	30.000,00
Município Craíbas	Cvt Confeccões	315.889,00
Município Craíbas	Cvt Mandioca	80.000,00
Universidade Estadual GO	Cana Brava	50.000,00
Universidade Estadual GO	Biodiesel	160.000,00
Universidade Estadual GO	Laboratório de Análises de Solos e Bromatos - São Luiz de Montes Belos	200.000,00
APL Aquicultura	Diagnóstico p/ Definição de Macro-Estratégias	80.000,00
Projeto Centro de Tradições Nordestinas	APL de Turismo no Estado do Pará	2.000.000,00
Município de Lagoa de Itaenga	APL	500.000,00

TOTAL ALOCADO	TOTAL EMPENHADO
R\$ 9.215.244,00	R\$ 7.585.404,00

Ação 100P – Implantação de Sistemas de Informação sobre Tecnologias para o Desenvolvimento Social

Objetivo: Produzir, disponibilizar, disseminar e divulgar para empreendedores e sociedade em geral, através de diversos mecanismos de fácil acesso, banco de tecnologias.

Descrição:

- Elaboração e sistematização de mecanismos de divulgação que sejam referência de informações sobre avanços e experiências tecnológicas de êxito, de forma a tornar possível sua multiplicação e disseminação.
- Criação de bancos de dados sobre tecnologia

Resultados Alcançados: IBICT – Descentralização do Portal - RTS

TOTAL ALOCADO	TOTAL EMPENHADO
R\$ 150.000,00	R\$ 99.290,00

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Objetivo: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e

administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

TOTAL ALOCADO	TOTAL EMPENHADO
R\$ 1.934.102,00	R\$ 1.896.936,00

Ação 6702 – Difusão e Popularização de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

Objetivo:

Apoiar o uso e a difusão dos conteúdos e aplicações da Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I em ações de inclusão social e redução das desigualdades sociais.

Promover ações de política inclusiva, que estimulem o aumento da participação na CT&I dos diversos setores sociais, objetivando principalmente, a difusão e popularização de C&T e desenvolvendo atividades que estimulem os jovens de todas as camadas sociais para carreiras científicas e tecnológicas.

Descrição:

- Apoio a projetos com o objetivo de contribuir para: o aumento da apreciação coletiva do valor e da importância da CT&I no mundo moderno; um conhecimento científico-tecnológico geral mais aprofundado; a valorização e estímulo da capacidade criativa e de inovação; um entendimento por parte do cidadão do funcionamento do aparato científico-tecnológico, inclusive de seus vínculos e limitações.
- Promoção de maior interação entre a ciência, a cultura e a arte, buscando uma aproximação maior da CT&I com o cotidiano das pessoas e valorização do aspecto cultural e humanístico da ciência.
- Articulação e apoio a implementação de novos centros e museus de ciência e tecnologia.
- Estímulo à difusão e à popularização da ciência e da tecnologia, com apoio governamental a atividades, eventos e encontros voltados para a popularização da ciência, como por exemplo, as Olimpíadas de Ciências, a Semana Nacional da Ciência, o Portal de
- Popularização da Ciência e a Conferência Nacional da CT&I, buscando uma maior presença da CT&I brasileira nos meios de comunicação e aumentando a auto-estima dos brasileiros neste domínio e uma justa apreciação das contribuições de indivíduos, instituições e empresas nacionais.
- Contribuição com a melhoria do ensino das ciências nas escolas públicas.
- Apoio a ações/campanhas nos diversos meios de comunicação para a difusão da CT&I que favoreçam a inclusão social, estimulem a participação dos diversos setores da sociedade e motivem os jovens para atividades científicas, tecnológicas e de inovação.

Implementação: Apoio, mediante financiamento, a atividades e eventos voltados à popularização da Ciência e da Tecnologia.

Resultados Alcançados: Na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2006 foram realizadas 8654 atividades em 363 cidades de todos os estados, envolvendo 1014 universidades,

instituições de ensino e pesquisa, escolas e entidades da área de CT. Cerca de dois milhões de pessoas participaram diretamente de algum evento. Durante a semana foi feita distribuição de vídeos científicos (em 19 DVDs) e programas de rádio (Ouvir Ciência) para todos os estados. Foi feita também a produção e distribuição de encartes em jornais (380.000 exemplares), folders, livros, banners e cartilhas sobre temas de divulgação científica. Foram realizadas atividades em locais públicos de muitas cidades brasileiras, como na esplanada dos Ministérios (Brasília) e, em todo o País, eventos comemorativos do centenário do vôo do 14 Bis.

Projetos Apoiados

CEFLORE - Criação de cursos de Informática básica, web designer, associativismo e cooperativismo, secretária junior, atendimento em restaurantes e consultor de vendas. Serão atendidas aproximadamente 2.700 pessoas além de aproximadamente 20 indígenas que realizarão o curso de informática básica

TENDA DA CIÊNCIA - Licitação concluída. Fase de importação da Tende. Objetivo: Atender aproximadamente 10.000 pessoas no DF e entorno

CIÊNCIA NO PARQUE - Atendeu aproximadamente 60.000 pessoas durante a Semana Nacional de C&T em Belo Horizonte

FLORESTAS DO BRASIL - Para o ano de 2006, o grupo gestor do Projeto Florestas do Brasil seguindo a forma sistemática de apresentação na União Européia escolheu a cidade de Berlim na República Federal Alemã.

OLIMPIADA DE SAUDE E MEIO AMBIENTE - A 3ª Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente, já possui mais de 720 trabalhos inscritos envolvendo um número aproximado de 1500 alunos e 2000 professores oriundos de 350 escolas de todo o país.

FUB/UNB – Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – Participação de aproximadamente 3000 estudantes

UNIVASF – III Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – Apoio à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Vale do São Francisco – Envolvimento de aproximadamente 20 mil pessoas.

SAB – Sociedade Brasileira de Astronomia – IX Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica – Participação de 10.057 Escolas e 306.076 alunos.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Diversas atividades acerca de difusão e popularização da ciência:

- Semana C&T, com aproximadamente 2 milhões de participantes, 1009 instituições, 325 Municípios. Foram 8589 atividades no Brasil, 58 inserções na TV/Rádio (RJ e DF).
- Reuniões anuais, com aproximadamente 120 mil participantes, e 4 reuniões regionais, com aproximadamente 28 mil participantes.

Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM) – IMPA – Apoio à Olimpíada Brasileira de Matemática

IATEC - Encontro Estadual de Novas Tecnologias/PE

Maior presença da Ciência nos meios de comunicação:

- Parceria com redes de TV em programas de DC
- Cooperação com rádios e canais estatais, universitários, comunitários e legislativos
- Programa Ver Ciência
- Festival de Cine e Vídeos Científicos
- Encontros sobre: Ciência e Rádio (junho/Brasília)
- Uso de revistas de DC nas escolas. Ciência Hoje e Ciência Hoje das Crianças
- Cursos à distância para jornalismo científico e comunicadores de CT
- Programas/campanhas de inclusão social, educação científica e estímulo à inovação
- Produção de guias de museus, de jardins botânicos e parques, e mapas da CT
- Encartes em jornais (Semana, Futebol e Ciência) e posters sobre temas de ciência
- Pesquisas sobre percepção pública da CT. Construção de indicadores.

Apoio a Centros e Museus de Ciências:

- Incubação e manutenção de centros e museus de ciência (Brasília, Macapá, Londrina, Teresina, São Luís, Aracaju, Maceió, Ilhéus, Natal)
- Organização de encontros locais e oficinas sobre museus de ciência. Catálogo Nacional de Centros e Museus de Ciência

Centenário do vôo do 14 Bis:

- Confecção de 5 mil calendários ilustrados, contando a história de Santos Dumont, que foram distribuídos em várias partes do país, em particular para bibliotecas e centros e museus de ciência
- Produção da cartilha “Santos Dumont e a Invenção do Vôo”, de Henrique Lins de Barros, feita em parceria entre o DEPDI/SECIS/MCT e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF/MCT. Esta cartilha foi impressa da seguinte forma: 15 mil exemplares em Português, 3 mil exemplares em espanhol; 4 mil em inglês. Outras impressões diversas totalizaram o número de impressões em 50 mil.
- Confecção de 70 banners informativos, de 1,43m x 2,00m sobre Santos Dumont: “Santos Dumont e a Invenção do Avião – Criatividade e Ousadia de um Brasileiro”
- Foram preparados em parceria com o projeto VerCiência, 57 conjuntos que reúnem, em 18 DVDs, 37 filmes de divulgação científica para distribuição e exibição em todo o país. Alguns destes vídeos receberam legenda em espanhol e inglês para difusão no exterior.
- Confecção de 2000 almanaques de palavras-cruzadas sobre Santos Dumont
- Confecção de 100.000 dobraduras com o modelo do avião 14 bis
- Aquisição de 500 exemplares do livro “Desafio de Voar” – Henrique Lins de Barros, de 700 exemplares do livro “Aerodescobertas – Explorando novas Possibilidades” – Eduardo de Campos Valadares, Alfredo Luis Mates e Juarez Dutra da Silva, de 56 exemplares do livro “Alberto Santos Dumont: I Sailed the Wind” – João Luis Musa, Marcelo Breda Mourão e Ricardo Tilkian, de 1000 exemplares de número especial da revista Física na Escola, especial sobre Santos Dumont, e de 750 exemplares do livro “Santos Dumont, inovador” – Adriano Batista Dias.
- Apoio à produção do livro de experimentos sobre vôo “Aerodescobertas”
- Exposição “Alberto Santos Dumont – E o mais pesado que o ar”, produzida pelo Instituto Cultural Eco Econômico Espírito Santo para o MCT, teve a supervisão e o apoio do DEPDI.

A exposição passou por Petrópolis, Ouro Preto, Belo Horizonte, Vitória e Santo Amaro da Purificação, de onde seguirá para a Universidade Federal do Tocantins. A segunda versão da exposição passou por Angra dos Reis, Niterói, Rio de Janeiro e São Carlos/SP. No momento ela se encontra a caminho de Osasco/SP.

Concursos:

- Concurso de redação “Santos Dumont e o Centenário do Vôo do 14 Bis”, para estudantes universitários.
- Concurso de desenho e redação, “Santos Dumont e seu avião 14 Bis”. Parceria MCT e Correio Brasileiro
- Concurso “Nas Asas da Imaginação” – Parceria com a revista Ciência Hoje das Crianças

Cooperação Direta com a Comissão Interministerial:

- Apoio à construção do site oficial do centenário
- Cessão de jornalistas (em parceria também com a ABIPTI) para apoio ao trabalho da Comissão
- Colocação de links de divulgação do site da comissão – www.mct.gov.br : <http://semanact2006.mct.gov.br>, e nos sites dos Institutos de Pesquisa (CBPF, CenPRA, CETEM, IBICT, INT, ON, LNA, LNCC, LNLS)

TOTAL ALOCADO	TOTAL APOIADO
R\$ 10.082.445,00	R\$ 9.768.002,00

ROGRAMA 0471 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - 2006

LOA:R\$ 160.652.347,00

Total Empenhado: R\$ 105.959.004,00

PROGRAMA 1008 – INCLUSÃO DIGITAL

Do Programa 1008, as ações sob responsabilidade da SECIS são:

- **Ação 11HB – Implantação de Centros de Inclusão Digital em Setores de Impacto Social**
- **Ação 6492 – Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital**

	VALOR		
	LOA – CRÉDITOS	PROJETOS EMPENHADOS	% APOIO
TOTAL	R\$ 84.227.410,00	R\$ 43.669.946,00	51,8%

Ação 11HB – Implantação de Centros de Inclusão Digital em Setores de Impacto Social

Objetivo: Diminuir a distância entre pequenas comunidades isoladas, micro e pequenos empreendedores e o mundo digital. A inclusão digital é fator fundamental para o desenvolvimento e melhoria da qualidade e produtividade de qualquer serviço ou processo produtivo. A sobrevivência e melhoria da qualidade de vida dessas comunidades e das micro e pequenas empresas inseridas em um mercado cada vez mais

competitivo, depende fundamentalmente da apropriação dos recursos das TIC's - Tecnologias de Informação e Comunicação e de seu uso como instrumento de desenvolvimento social, possibilitando às pessoas acesso a diversas oportunidades como: treinamentos e capacitação, consultoria, comércio eletrônico, busca de informações na Internet, serviços públicos e privados em meio eletrônico, entre outros.

Descrição:

- Desenho, implementação e avaliação de projeto piloto de Centros de Inclusão Digital (CIDs), visando o aumento da produtividade e rentabilidade de micro empreendimentos, cujas atividades são a especialização produtiva das comunidades
- Apoio a projetos que viabilizem o acesso à internet para a população menos favorecida
- Apoio ao desenvolvimento de sistemas para as micro e pequena empresas, associações e cooperativas
- Apoio a projetos de difusão de sistemas e tecnologias de informação para os grupos indicados e alvo do Programa 1008, em especial para os pequenos empreendedores produtivos

Implementação: Através de Termos de Referência e Convênios

Inclusão Digital

Descentralizado para CEF

Município/Entidade	Estado	Valor
Município de Calçado	PE	90.000,00
Município de Iguaraci	PE	90.000,00
Município de Inaja	PE	90.000,00
Município de Morelândia	PE	90.000,00
Município de Terra Nova	PE	90.000,00
Município de Rio Branco	AC	40.000,00
Município de Piranhas	AL	40.000,00
Município de Parintins	AM	40.000,00
Município de Macapá	AP	40.000,00
Município de Salvador	BA	40.000,00
Município de Brasília	DF	40.000,00
Município de Fortaleza	CE	40.000,00
Município de Venda Nova do Imigrante	ES	40.000,00
Município de Goiânia	GO	40.000,00
Município de São Luiz	MA	40.000,00
Município de Cachoeira de Minas	MG	40.000,00
Município de Campo Grande	MS	40.000,00
Município de Jaciara	MT	40.000,00
Município de Belém	PA	40.000,00
Município de João Pessoa	PB	40.000,00
Município de Recife	PE	40.000,00
Município de Teresina	PI	40.000,00
Município de Curitiba	PR	40.000,00
Município de Rio de Janeiro	RJ	40.000,00
Município de Natal	RN	40.000,00
Município de Porto Velho	RO	40.000,00
Município de Boa Vista	RR	40.000,00
Município de Três Arroios	RS	40.000,00
Município de Joinville	SC	40.000,00

Município de Canindé de São Francisco	SE	40.000,00
Município de Sumaré	SP	40.000,00
Município de Paraíso de Tocantins	TO	40.000,00

Entidades e Projetos Apoiados Descentralizado para Entidades Federais

- CNPq – Casa Brasil

Descentralizado para CEF

- Implementação de 27 telecentros – Brasília – DF – Premiação OBMEP

Convênios Firmados

Município/Entidade	Projeto	Valor
Mediateca	Integração Cultural – Biblioteca Central	3.085,00
Instituto Promur	Projetos de Inclusão Digital em Municípios de São Paulo	599.880,00
Município de Amaraji	Inclusão Digital de Amaraji	77.165,00

TOTAL ALOCADO	TOTAL EMPENHADO
R\$ 3.895.611,00	R\$ 2.786.794,00

Ação 6492 – Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital

Objetivo:

- Implementar projetos e ações públicas de inclusão digital.
- Apoiar projetos de capacitação e treinamento em tecnologia da informação
- Melhorar a qualidade de ensino em escolas públicas

Descrição:

- Coordenação, integração e articulação da implementação de projetos e ações de inclusão digital por meio de parcerias com empresas estatais, Estados, Municípios e demais Poderes.
- Apoio à instalação de telecentros em escolas e bibliotecas públicas e/ou em próprios dos estados e municípios
- Apoio para implantação de laboratórios de informática em escolas públicas
- Treinamento e capacitação de monitores e professores em tecnologia da informação para os telecentros públicos
- Implantação de núcleos de informática, dotados de biblioteca virtual, sala de teleconferência e de treinamento
- Apoio a projetos voltados para a difusão e acesso à tecnologia da informação para a população carente
- Apoio a projetos de difusão e acesso à tecnologia da informação e comunicação voltados para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida
- Apoio a projetos com capacitação de mão de obra em tecnologia da informação
- Apoio a projetos de capacitação e qualificação de mão de obra e Tecnologia Assistiva

Implementação: A implantação da ação ocorreu na forma de execução indireta mediante descentralização, convênio ou termo de parceria com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, para apoiar projetos de inclusão digital.

**Entidades e Projetos Apoiados
Descentralizado para Entidades Federais**

Entidade	Projeto	Valor
CEFET/CE	Núcleo de informação tecnológica e de Centros de Informação Digital	300.000,00
LNCC	Projeto Centro de Inclusão Digital	7.900.000,00
LNCC	Projeto arranjo produtivo local desenvolvimento de software - Petrópolis tecnopolis	516.398,00
UFERSA	Implantação de 62 Centros de Inclusão Digital	8.449.999,38

Convênios Firmados

Município/Entidade	Projeto	Valor
Município Orobó	Portal Inclusão Digital Esc. Mun. Leonardo Araújo	34.100,00
CEF	Pagamento Contrato 30/2005	314.048,43
Mediateca	Biblioteca da República	454.351,57
Município Paulista	Telecentro – CEF	
SECTI/BA	Apoio ao Programa de Inclusão Digital no Estado	7.847.330,00
Fundação Chateaubriand - Assis	Seminário Inclusão Digital para Inclusão Social	400.000,00
FEPAD	Ilhas Cidadãs – Fase I	100.000,00
Projeto Centro de Tradições Nordestinas		1.000.000,00
Grupo de Apoio à Natureza Ghandi	Tecnologia Informação e Conhecimento	217.000,00
	Inclusão Digital e Social em Palmas	1.000.000,00

Centros de Inclusão Digital - Descentralizado para CEF

Município/Entidade	Estado	Valor
Município de Iconha	ES	100.000,00
Município de Vila Valério	ES	50.000,00
Município de Rio Bananal	ES	50.000,00
Município de Conceição do Castelo	ES	47.000,00
Município de Muniz Freire	ES	50.000,00
Município de Peruíbe	SP	150.000,00
Federação Das Apaes Do Rio De Janeiro	RJ	360.000,00
Município de Bom Jardim	PE	109.800,00
Município de Nilópolis	RJ	200.000,00
Secretaria Estadual De Educação – Nova Iguaçu	RJ	135.000,00
Município de Macaé	RJ	300.000,00
Secretaria De Segurança Publica Do Estado Do RJ	RJ	600.000,00
Município de Arraial do Cabo	RJ	84.000,00
Município de Cabo Frio	RJ	84.000,00
Município de Cordeiro	RJ	84.000,00
Município de Itaboraí	RJ	100.000,00
Município de Italva	RJ	84.000,00
Município de Niterói	RJ	50.000,00
Município de Rio Bonito	RJ	75.000,00
Município de São Gonçalo	RJ	50.000,00
Município de Tanguá	RJ	75.000,00

Município de Barra do Pirai	RJ	100.000,00
Município de Itaocara	RJ	100.000,00
Município de Itaperuna	RJ	100.000,00
Município de Queimados	RJ	100.000,00
Município de Rio Claro	RJ	100.000,00
Município de Santo Antonio de Padua	RJ	300.000,00
Município de Varre e Sai	RJ	100.000,00
Município de Bom Jardim	PE	109.800,00
Município de Calumbi	PE	109.800,00
Instituto Cultural E Profissionalizante De Pessoas Portadoras De Deficiência Do DF – Brasília	DF	100.000,00
Município de Riachuelo	SE	50.000,00
Município de São Bento do Una	PE	160.000,00
Município de São Francisco de Itabapoana	RJ	50.000,00
Município de Tabira	PE	90.000,00
Município de Jataúba	PE	60.000,00
Município de Santa Terezinha	PE	60.000,00
Instituto Geração Trabalho – IGT – Serra	ES	250.000,00
Município de Jaboticabal	SP	100.000,00
Município de Nova Europa	SP	100.000,00
Município de Alvinlândia	SP	20.000,00
Município de Anhembi	SP	20.000,00
Município de Parelhas	MG	50.000,00
Município de Cruzeta	MG	50.000,00
Município de São Miguel	MG	50.000,00
Município de Encanto	MG	50.000,00
Município de Petrolina	PE	175.000,00
Município de Apiai	SP	20.000,00
Município de Assis	SP	20.000,00
Município de Borborema	SP	20.000,00
Município de Casa Branca	SP	20.000,00
Município de Catanduva	SP	20.000,00
Município de Chavantes	SP	20.000,00
Município de Conchas	SP	20.000,00
Município de Dumont	SP	20.000,00
Município de Maues	AM	430.000,00
Organização De Integração Social E Comunitária – OISC – Teófilo Otoni	MG	200.000,00
Município de Amapá do Maranhão	MA	50.000,00
Município de Balsas	MA	50.000,00
Município de Santa Helena	MA	50.000,00
Município de Santa Luzia do Paruá	MA	50.000,00
Município de Timon	MA	50.000,00
Município de Peruíbe	SP	150.000,00
Município de Camaragibe	PE	200.000,00
Município de Angra dos Reis	RJ	200.000,00
Município de Angra dos Reis	RJ	100.000,00
Município de Itatiaia	RJ	150.000,00
Município de Viana	ES	124.230,77
Município de Três Lagoas	MG	100.000,00
Associação Cascavelense De Amigos De Surdos – Acas – Cascavel	PR	50.000,00
Associação Dos Deficientes Físicos Do Paraná – Curitiba	PR	50.000,00
Associação Dos Deficientes Físicos De Toledo – Toledo	PR	50.000,00
Associação Dos Pais E Amigos Dos Deficientes Auditivos – Apada – Toledo	PR	50.000,00
Município de Antônio Prado	RS	20.000,00
Município de Bento Gonçalves	RS	20.000,00

Município de Caxias do Sul	RS	20.000,00
Município de Guaporé	RS	50.000,00
Município de Lagoa Vermelha	RS	30.000,00
Município de Nova Padua	RS	20.000,00
Município de Nova Roma do Sul	RS	20.000,00
Município de Santa Cruz do Sul	RS	55.000,00
Município de São Marcos	RS	30.000,00
Município de Vacaria	RS	100.000,00
Município de Erechim	RS	50.000,00
Município de Joia	RS	30.000,00
Município de Três Passos	RS	40.000,00
Município de Santa Efigenia de Minas	MG	20.000,00
Município de Gonzaga	MG	30.000,00
Município de Itapeva	MG	15.000,00
Município de Tejuçuoca	CE	185.000,00
Município de Guaraíta	GO	50.000,00
Município de Nova Veneza	GO	50.000,00
Município de Moita Bonita	SE	250.000,00
Município de Anápolis	GO	153.000,00
Município de Anicuns	GO	44.000,00
Município de Ceres	GO	80.000,00
Município de Itumbiara	GO	113.000,00
Município de Jaraguá	GO	74.000,00
Município de Minacu	GO	40.000,00
Município de Centralina	MG	50.000,00
Município de Arco Verde	PE	60.000,00
Município de Candeias do Jamari	RO	50.000,00
Município de Cerejeiras	RO	50.000,00
Município de Porto Velho	RO	50.000,00
Município de Dois Vizinhos	PR	625.000,00
Município de Alto Taquari	MT	50.000,00
Município de Mirassol D'Oeste	MT	50.000,00
Município de São Felix do Araguaia	MT	50.000,00
Município de Várzea Grande	MT	50.000,00
Município de Céu Azul	PR	43.750,00
Município de Guaraniacu	PR	43.750,00
Município de Paranaguá	PR	43.750,00
Município de Itapipoca	CE	50.000,00
Associação Recreativa Desportiva E Cultural Unidos Do Recanto Das Emas – Arurema – Distrito Federal	DF	41.666,00
Associação De Radiodifusão E Jornalismo Comunitário De Santa Maria – Distrito Federal	DF	41.666,00
1 Igreja Batista De Planaltina – Distrito Federal	DF	41.666,00
Igreja Metodista De Samambaia – Distrito Federal	DF	41.666,00
Município de Cândido Rodrigues	SP	80.000,00
Município de Fernando Prestes	SP	80.000,00
Município de Várzea Paulista	SP	90.000,00
Município de Amargosa	BA	81.225,00
Município de Feira de Santana	BA	344.175,00
Município de Feira de Santana	BA	150.000,00
Município de Irecê	BA	40.650,00
Município de Paulo Afonso	BA	40.650,00
Município de Salvador	BA	121.425,00
Município de São Francisco do Conde	BA	40.650,00
Município de Tapiramuta	BA	40.650,00

Município de Tucano	BA	40.575,00
Município de Itabela	BA	150.000,00
Município de Santa Quiteria do Maranhão	MA	50.000,00
Município de Taguatinga	TO	300.000,00
Município de Novo Jardim	TO	50.000,00
Município de Santa Maria do Tocantins	TO	50.000,00
Município de Conde	PB	30.000,00
Município de Pedras de Fogo	PB	200.000,00
Município de Alagoa Nova	PB	50.000,00
Município de Algodão de Jandaira	PB	50.000,00
Município de Araruna	PB	50.000,00
Município de Arara	PB	50.000,00
Município de Baía da Traição	PB	50.000,00
Município de Cubati	PB	50.000,00
Município de Cacimba de Dentro	PB	50.000,00
Município de Campo de Santana	PB	50.000,00
Município de Borborema	PB	50.000,00
Município de Barra de São Miguel	PB	50.000,00
Município de Emas	PB	50.000,00
Município de Logradouro	PB	50.000,00
Município de Diamante	PB	50.000,00
Município de Damião	PB	50.000,00
Município de Umbuzeiro	PB	50.000,00
Município de Santana dos Garrotes	PB	50.000,00
Município de São Sebastião do Umbuzeiro	PB	50.000,00
Município de São José do Bonfim	PB	50.000,00
Município de São Domingos de Pombal	PB	50.000,00
Município de Sertania	PE	109.800,00
Município de Calumbi	PE	109.800,00
Município de Ferreiros	PE	109.800,00
Município de Paudalho	PE	109.800,00
Município de Custodia	PE	109.800,00
Município de Santa Cruz Capiberibe	PE	109.800,00
Município de Solidão	PE	109.800,00
Município de João Alfredo	PE	109.800,00
Município de Taguaritinga Do Norte	PE	109.800,00
Município de Lajedo	PE	109.800,00
Município de Barreiros	PE	109.800,00
Município de Recife	PE	109.800,00
Município de Salgueiro	PE	109.800,00
Município de São Vicente Ferrer	PE	109.800,00
Município de Cupira	PE	109.800,00
Município de Chá Grande	PE	90.000,00
Município de São José Do Belmonte	PE	100.000,00
Município de São Benedito Do Sul	PE	100.000,00
Município de Serrita	PE	100.000,00
Município de Água Preta	PE	90.000,00
Município de Camocim de São Félix	PE	90.000,00
Município de Carnaubeira da Penha	PE	90.000,00
Município de Frei Miguelinho	PE	75.000,00
Município de Orocó	PE	90.000,00
Município de Pedra	PE	90.000,00
Município de Betânia	PE	90.000,00
Município de Calçado	PE	90.000,00
Município de Igaraci	PE	90.000,00

Município de Inaja	PE	90.000,00
Município de Morelândia	PE	90.000,00
Município de Terra Nova	PE	90.000,00

Convênios Firmados

Município	Estado	Valor
Município de Riacho Das Almas	PE	118.355,11
Município de Trindade	PE	142.178,20
Município de Amaraji	PE	12.455,30
Município São João Baliza	RR	50.000,00
Município Rorainópolis	RR	50.000,00
Município Caracaraí	RR	50.000,00
Município de Dormentes	PE	193.480,00
Município São José do Egito	PE	730.000,00
Município Belém de Maria	PE	144.949,00

TOTAL ALOCADO	TOTAL EMPENHADO
R\$ 80.331.799,00	R\$ 40.883.152,00

PROGRAMA 1008 – INCLUSÃO DIGITAL - 2006

LOA:R\$ 84.227.410,00

Total Empenhado R\$ 43.669.946,00

PROGRAMA 1145 – COMUNIDADES TRADICIONAIS

Do Programa 1145, as ações sob responsabilidade da SECIS são:

Ação 2B50 – Fomento à Difusão e Tecnologias Sociais para Comunidades Tradicionais

	VALOR		
	LOA – CRÉDITOS	PROJETOS EMPENHADOS	% APOIO
TOTAL	R\$ 150.000,00	R\$ 140.984,00	94%

Objetivos:

- Disponibilizar tecnologias sociais para comunidades tradicionais, garantindo assim sua reprodução social e produção de subsistência e de excedentes.
- Melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais
- Prestar assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos
- Incentivar a auto organização e a gestão ambiental

Descrição: Apoio a projetos de disponibilização de tecnologias de baixo impacto e baixo custo, com alto grau de resolução de problemas sociais (tecnologias sociais) para a geração de ocupação e renda, por meio da melhoria das condições de trabalho, do aumento da produtividade e do incremento do sistema de comercialização e distribuição de excedentes, agregando, ainda, valor aos produtos através do beneficiamento local de comunidades extrativistas, quilombolas, ribeirinhas, entre outras.

Implementação: Decreto nº 5.365, de 03.02.2005. Regulamenta a competência da SECIS/MCT para propor, em articulação com outros órgãos públicos, políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento social e a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas em comunidades carentes no meio rural. Decreto de 27 de dezembro de 2004, que cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Comunidades Tradicionais.

Resultados Alcançados: Apoio ao Projeto de Inovações Tecnológicas em Comunidades Tradicionais no Amazonas – **Universidade Federal do Amazonas.**

TOTAL ALOCADO	TOTAL EMPENHADO
R\$ 150.000,00	R\$ 140.984,00

PROGRAMA 1145 – COMUNIDADES TRADICIONAIS - 2006

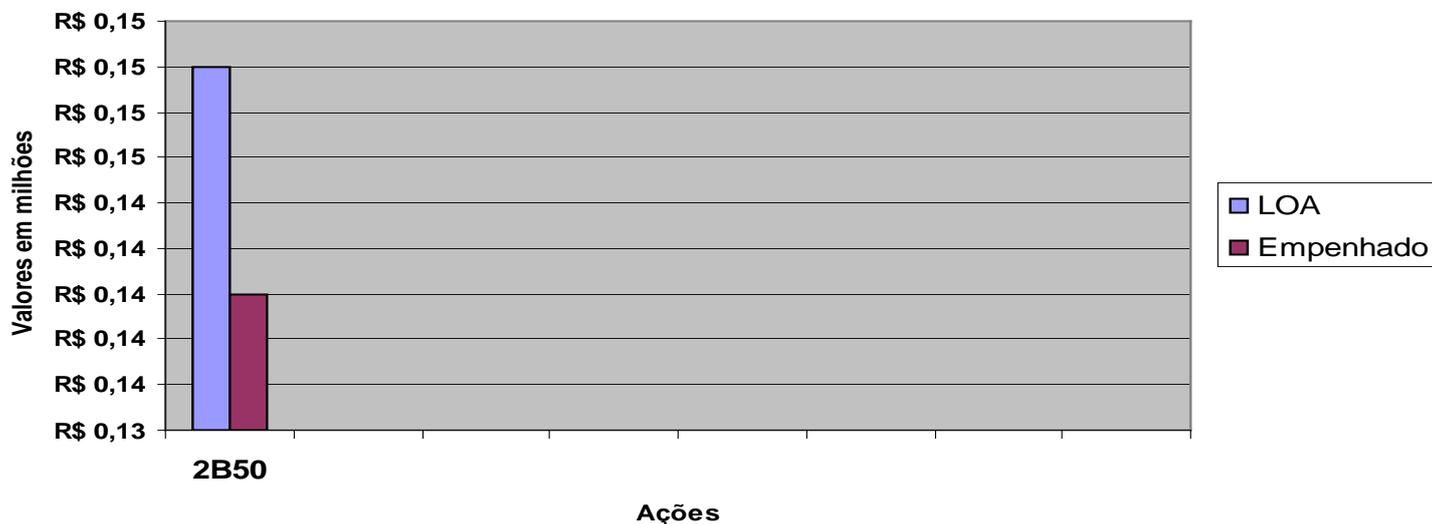
LOA:R\$ 150.000,00

Total Empenhado: R\$ 140.984,00

PROGRAMA 1145 – COMUNIDADES TRADICIONAIS - 2006

LOA: R\$ 150.000,00

Total Empenhado: R\$ 140.984,00



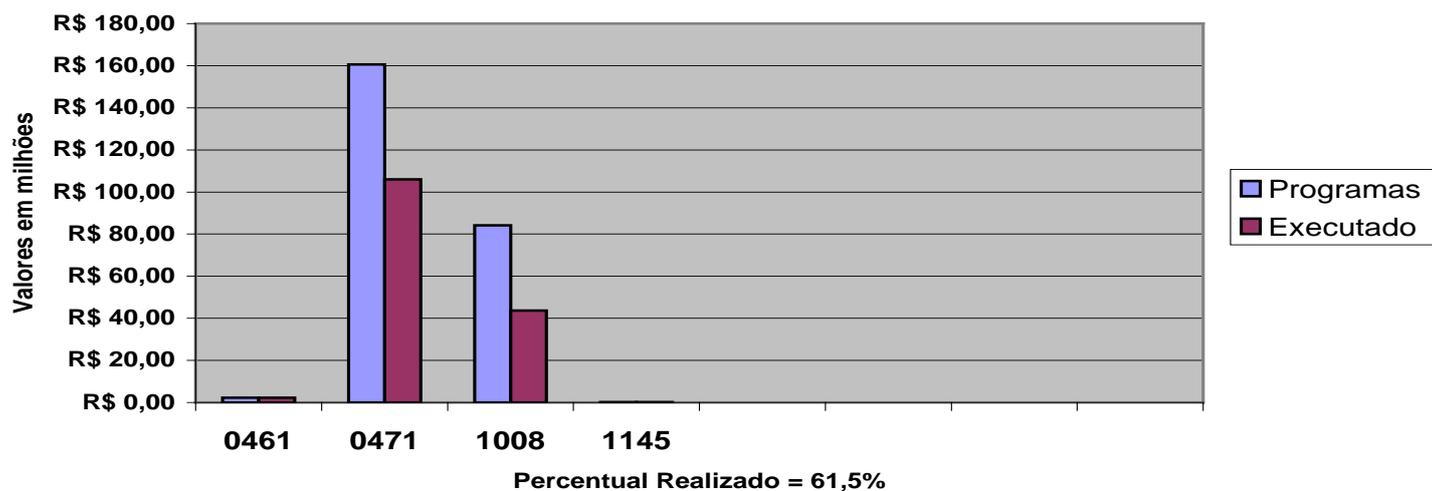
DEMONSTRAÇÃO ANUAL - 2006

ATIVIDADES SECIS - 2006 - PROGRAMAS

0461/0471/1008/1145

ORÇAMENTO ANUAL: R\$ 247.246.906,00

TOTAL EXECUTADO: R\$ 151.987.083,00



SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – SEPED

Luiz Antonio Barreto de Castro

Secretário

Departamento de Políticas e Programas Temáticos – DEPPT

Isaac Roitman

Diretor

Coordenadores da SEPED:

Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa -CGAA
Fernando André Pereira das Neves

Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade - CGBD
Ione Egler

Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistemas – CGSA
Maria Luiza Braz Alves

Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CGCH
Darly Henriques da Silva

Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde – CGBS
Paulo José Péret de Sant'Ana

Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima - CGMG
José Domingos Gonzalez Miguez

Coordenação para o Mar e Antártica - COMA
Maria Cordelia Soares Machado

COLABORADORES

Ana Francisca Fernandes Corrêa

Cassiane da Rocha Jaroszewski

Cláudia Morosi Czarneski

Clovis Andrade Júnior

Lozevaldo Monteiro Cruz

Mara Lorena Maia Fares

Marcos Willian Bezerra de Freitas

Maria do Socorro Leal Santos

Renato de Paula Falleiros

Ricardo Melamed

Ubirajara Araújo Filho

- **IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE**

-
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

CNPJ: 03.132.745/0001-00

Esplanada dos Ministérios Bl. E – 2º andar 218

70.067-900 – Brasília-DF

Secretário: **Luiz Antonio Barreto de Castro**

- **NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE**

Órgão da Administração Pública Federal Direta.

- **VINCULAÇÃO DA UNIDADE**

O Ministério da Ciência e Tecnologia foi criado pelo Decreto n.º 91.146, de 15 de março de 1985, com finalidade de assessorar o Presidente da República na formalização de diretrizes da ação governamental.

- **ESTRUTURA DA SEPED**

Aprovada a Estrutura Regimental através do Decreto Presidencial n.º 5.886, de 06 de setembro de 2006, DOU, de 08/09/06 e Regimento Interno da aprovado pela Portaria MCT n.º 755, de 03 de outubro de 2006, DOU de 05/10/06.

- **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SEPED:**

Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa;

Departamento de Políticas e Programas Temáticos;

Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistemas;

Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima;

Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade;

Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia;

Coordenação-Geral de Biotecnologia e Saúde;

Coordenação para o Mar e Antártica.

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão expõe as realizações da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e de Desenvolvimento - SEPED, contextualizadas em Ações de Programas do PPA. É um produto do trabalho realizado em conjunto, por cada uma de suas

Coordenações Gerais, atores diretamente envolvidos no processo de execução dessas Ações, no exercício em exame, com recursos provenientes da Lei de Orçamento Anual.

Faz-se necessário chamar a atenção para o fato que a utilização de valores neste relatório segue orientações estabelecidas pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, do Ministério do Planejamento, e deve obrigatoriamente incluir todo o empenho realizado no ano fiscal, mesmo que parte deste empenho seja liquidada somente no decorrer do próximo exercício.

Todas as informações produzidas por este relatório, irão compor a Prestação de Contas Anual do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, em atendimento ao disposto na Portaria nº 555 e Norma de Execução nº 3, ambas de 28 de dezembro de 2006, da Controladoria-Geral da União (CGU).

O Decreto Presidencial n.º 5.886, de 06/09/06, aprova as seguintes competências da SEPED:

Art. 12. À Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, órgão específico singular diretamente subordinada ao Ministro, compete:

I - propor ao Ministro de Estado a criação, alteração ou extinção de políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País, em sua área de atuação;

II - implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País nas áreas de Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra e da Vida, em especial em Biotecnologia e Saúde;

III - implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País em áreas de interesse estratégico para o levantamento e aproveitamento sustentável do patrimônio nacional, em especial em Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, Ciências do Mar, Antártica, Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Mudanças Climáticas Globais;

IV - implantar e gerenciar políticas e programas visando à atração de novos talentos e à formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País, em suas áreas de atuação;

V - implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação regionalmente equilibrado e a aplicação de tecnologias modernas à solução de problemas sociais, em suas áreas de atuação;

VI - implantar, coordenar e acompanhar políticas e programas de estímulo e apoio às pesquisas científicas e ao desenvolvimento de tecnologias necessárias à implementação de mecanismos institucionais de prospecção e monitoramento da evolução do progresso científico e tecnológico no País e Exterior, em especial em áreas de interesse estratégico para o desenvolvimento nacional;

VII - estabelecer, em articulação com a Secretaria-Executiva, metodologias de acompanhamento e avaliação da execução de políticas, programas, projetos e atividades, em suas áreas de atuação;

VIII - contribuir para a boa articulação e execução das políticas e programas do Ministério, colaborando com seus órgãos, agências de fomento, e unidades de pesquisa, bem como com outros Ministérios e Agências, federais, estaduais ou municipais;

IX - interagir com entidades e órgãos, públicos e privados, nacionais, estrangeiros ou internacionais, para o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de políticas, programas e ações, em suas áreas de atuação;

X - participar da articulação de ações, em conjunto com outros órgãos do Ministério, com entidades governamentais ou privadas, em negociações de programas e projetos relacionados com a política nacional de ciência, tecnologia e inovação, junto às agências internacionais de desenvolvimento e cooperação, em suas áreas de atuação;

XI - colaborar com a Assessoria de Assuntos Internacionais e gerenciar, acompanhar e avaliar programas de cooperação internacional de desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, em suas áreas de atuação;

XII - assistir tecnicamente à Secretaria-Executiva na elaboração e revisões do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, em suas áreas de atuação;

XIII - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados do Ministério, em suas áreas de atuação; e

XIV - representar o Ministro de Estado em foros colegiados, nacionais e internacionais, em sua área de atuação.

Atribuições das Coordenações da SEPED, criadas através do Decreto Presidencial n.º 5.886, de 06/09/06, e do seu Regimento Interno, aprovado através da Portaria MCT n.º 755, de 03 de outubro de 2006, DOU de 05/10/06, a saber:

Art. 5º À Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa compete:

I - coordenar e supervisionar a implementação de políticas de recursos humanos técnico-científicos, de infra-estrutura física, destinados a laboratórios de instituições de pesquisas, e subsidiar o Secretário na formulação de estratégias e procedimentos para a implementação dos programas sob sua responsabilidade;

II - assistir ao Secretário na formulação de políticas de cooperação internacional, que venham a apoiar as ações internas de sua competência e supervisionar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

III - elaborar, coordenar, assistir e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira dos programas, projetos e atividades, sob sua responsabilidade, propondo medidas para a correção de distorções e aperfeiçoamento;

IV - participar da articulação com entidades de pesquisa e desenvolvimento e outras entidades públicas e privadas, envolvidas na implementação da política nacional de recursos humanos e de infra-estrutura para a pesquisa e desenvolvimento, visando dar maior efetividade as suas ações, particularmente em temas afetos ao desenvolvimento do conhecimento, à cooperação científica, e à transferência de tecnologia;

V - elaborar e coordenar a execução de planos operativos, relatórios estatísticos e gerenciais de execução, dos programas sob sua responsabilidade;

VI - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade; e

VII - no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT:

a) coordenar atividades de acompanhamento e avaliação;

b) coordenar a formulação de previsões orçamentárias, programação do desembolso financeiro e prestação de contas; e

c) articular com os demais organismos do Governo Federal, no acompanhamento físico-financeiro dos projetos e atividades implementados no âmbito do programa.

Art. 6º Ao Departamento de Políticas e Programas Temáticos compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas, projetos e atividades de fomento nas áreas de interesse estratégico, em especial em Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, Ciências do Mar, Antártica, Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Mudanças Climáticas Globais, Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra e da Vida, em especial em Biotecnologia e Saúde;

II - definir e propor metas e objetivos a serem alcançados na implementação de programas, projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento, no âmbito de sua área de atuação;

III - acompanhar e coordenar as atividades relacionadas às políticas e estratégias, para a implementação de programas científicos e de desenvolvimento de tecnologia, necessários às atividades de prospecção científica, na sua área de competência;

IV - planejar, coordenar e acompanhar a implementação de programas, projetos e atividades integradas de cooperação técnico científicas, em especial o Subprograma de Ciência e Tecnologia do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o qual terá status de coordenação, com organismos nacionais e internacionais e entidades privadas, em articulação com as demais unidades do Ministério;

V - participar da articulação de ações, em conjunto com outros órgãos do Ministério, com entidades governamentais e privadas, em negociações de programas e projetos afins relacionados com a política nacional de ciência e tecnologia, junto às agências internacionais de desenvolvimento e cooperação; e

VI - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistemas compete:

I - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Temáticos na formulação de políticas e na definição de estratégias e procedimentos para a implementação dos programas sob sua responsabilidade, em especial o Programa Ciência, Natureza e Sociedade;

bem como auxiliar na formulação e implementação de parcerias institucionais;

II - coordenar e supervisionar a implementação da Rede Temática em Modelagem Ambiental da Amazônia - GEOMA, do Centro de Pesquisas do Pantanal - CPP e/ou outros programas e projetos que lhe venham a ser determinados;

III - coordenar e supervisionar a implementação e a avaliação da Fase II do Subprograma de Ciência e Tecnologia do Programa de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil - SPC&T/PPG7, em estreita colaboração com as demais instituições brasileiras envolvidas, em especial o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, o Banco Mundial e o Governo Norte Americano, implantando para tal a Unidade de Coordenação Geral do Subprograma;

IV - auxiliar o Departamento na formulação de políticas de cooperação internacional que venham a apoiar as ações internas de sua competência, e acompanhar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

V - elaborar, coordenar, assistir e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira das ações, programas, projetos e atividades sob sua responsabilidade, propondo medidas para a correção de suas distorções e para o seu aperfeiçoamento;

VI - participar da articulação com entidades de pesquisa e desenvolvimento e outras entidades públicas e privadas, visando dar maior efetividade às suas ações, particularmente em temas afetos ao desenvolvimento do conhecimento, à cooperação científica, e à transferência de tecnologia;

VII - elaborar e coordenar planos operativos, relatórios estatísticos e gerenciais de execução dos programas sob sua responsabilidade;

VIII - promover atividades de pesquisa e disseminação de conhecimentos ligados ao meio ambiente;

IX - acompanhar e participar de grupos de trabalho, reuniões e atividades em assuntos relacionados a sua área de atuação e em particular aos temas relacionados ao desenvolvimento da Amazônia;

X - propor e supervisionar a realização de estudos estratégicos para a formulação de políticas públicas em sua área de atuação; e

XI - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Mudanças Globais do Clima compete:

I - coordenar e supervisionar a implementação de ações no âmbito da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, inclusive Protocolo de Quioto no País, e outras atividades afins;

II - propor e coordenar a execução de estudos e diagnósticos para subsidiar a formulação de políticas dos programas temáticos, seus projetos e atividades;

III - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Setoriais, na formulação de políticas de cooperação internacional, que

venham a apoiar as ações internas de sua competência e supervisionar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

IV - estabelecer e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira, para os programas temáticos, seus projetos e atividades, propondo medidas para correção de suas distorções e para seu aperfeiçoamento;

V - participar da articulação com entidades de pesquisa e desenvolvimento e outras entidades públicas e privadas, envolvidas na implementação da Política Nacional de Mudanças Globais do Clima, visando dar maior efetividade as suas ações, particularmente em temas afetos ao desenvolvimento do conhecimento, à cooperação científica, e à transferência de tecnologia;

VI - incentivar, apoiar, divulgar e coordenar os estudos e pesquisas científicas, em mudanças globais do clima, em especial no que se refere ao Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima ou outro que lhe venha a ser determinado;

VII - elaborar e coordenar a formulação de planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais de execução dos programas sob sua responsabilidade; e

VIII - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade compete:

I - subsidiar o Departamento de Políticas e Programas Setoriais, na formulação de políticas de pesquisa e desenvolvimento em Biodiversidade e na definição de estratégias e procedimentos para a implementação de programas sob sua responsabilidade;

II - acompanhar, oferecer subsídios e apoiar a implementação da Política Nacional de Biodiversidade e da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, em particular quanto aos temas afetos ao desenvolvimento do conhecimento, da cooperação científica, e da transferência de tecnologia;

III - coordenar e supervisionar a implementação do Programa de Pesquisa em Biodiversidade ou outro que lhe venha a ser determinado;

IV - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Setoriais, na formulação de políticas de cooperação internacional, que venham a apoiar as ações internas de sua competência e supervisionar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

V - participar da articulação com entidades de pesquisa e desenvolvimento e outras entidades públicas e privadas, envolvidas na implementação da Política Nacional de Biodiversidade e da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, visando dar maior efetividade as suas ações, particularmente em temas afetos ao desenvolvimento do conhecimento, à cooperação científica, e à transferência de tecnologia;

VI - elaborar, coordenar, assistir e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira dos programas sob sua responsabilidade, projetos e atividades, propondo medidas para a correção de distorções e aperfeiçoamento;

VII - elaborar e coordenar planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais de execução dos programas sob sua responsabilidade;

VIII - assistir técnica e administrativamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e

IX - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia compete:

I - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Setoriais na formulação de políticas, definição de estratégias e procedimentos para a implementação dos programas/ações sob sua responsabilidade, bem

como auxiliar na formulação e implementação de parcerias com outros Ministérios e instituições afins que compõem o Sistema Nacional de Meteorologia e Clima;

II - administrar a Rede de Meteorologia e Climatologia e, em articulação com a Coordenação-Geral e Coordenação Técnica do Programa, as ações de “Apoio à Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento do Tempo, Clima e Recursos Hídricos - PMTCH”, ou outra que venha a ser determinada;

III - participar de grupos de trabalho interministeriais para elaboração de propostas de integração, coordenação e aprimoramento das ações em Meteorologia, Climatologia, Hidrologia conduzidas pelo Ministério;

IV - auxiliar o Departamento na formulação de políticas de cooperação internacional que venham a apoiar as ações internas de sua competência, e acompanhar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

V - elaborar, coordenar, assistir e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira, dos programas/ações sob sua responsabilidade, seus projetos e atividades, propondo medidas para a correção de suas distorções e seu aperfeiçoamento;

VI - articular e promover atividades de pesquisa e disseminação de conhecimentos ligados à Meteorologia, Climatologia e Hidrologia; e

VII - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Biotecnologia e Saúde compete:

I - subsidiar o Departamento de Políticas e Programas Temáticos, na formulação de políticas e definição de estratégias para a implementação de programas, ações e atividades, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo da Biotecnologia;

II - coordenar, implementar e acompanhar a Política Nacional de Biotecnologia, contribuindo para a execução da Política Nacional de Saúde, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo da biotecnologia e saúde;

III - assessorar a Gerência do Programa de Biotecnologia no âmbito do Plano Plurianual;

IV - participar das ações de articulação entre o Departamento de Políticas e Programas Temáticos e instituições nacionais e estrangeiras, visando o desenvolvimento e o fortalecimento da biotecnologia e saúde;

V - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Temáticos na formulação, implementação e acompanhamento de políticas de cooperação internacional que venham a fortalecer as ações de sua competência;

VI - acompanhar e apoiar a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, em temas afetos ao desenvolvimento da biotecnologia, com ênfase a inovação e a transferência de tecnologia;

VII - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Temáticos, na elaboração e implementação de metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira, dos programas projetos e atividades sob sua responsabilidade;

VIII - elaborar e coordenar planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais de execução de programas sob sua responsabilidade;

IX - contratar estudos prospectivos em biotecnologia e saúde;

X - acompanhar e participar de atividades, reuniões e fóruns em assuntos relacionados a Biotecnologia e Saúde e em particular aos temas de interface com a Biossegurança, Biodiversidade, Inovação, em articulação direta com as demais Coordenações, de acordo com as orientações da Secretaria-Executiva; e

XI - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

Art. 12. À Coordenação para o Mar e Antártica compete:

I - coordenar conforme diretrizes traçadas pelo Departamento de Políticas e Programas Setoriais, as ações de formulação de estratégias e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia do Mar e implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia para a Antártica;

II - acompanhar e assistir tecnicamente nas implementações das deliberações do Comitê Nacional de Pesquisa Antártica - CONAPA;

III - acompanhar os assuntos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM;

IV - auxiliar o Departamento na atribuição ministerial de Instituição Designada junto à Comissão Oceanográfica Intergovernamental - COI/UNESCO;

V - auxiliar o Departamento na formulação, implementação e acompanhamento de políticas e ações de cooperação nacional e internacional no âmbito dos programas e projetos sob sua responsabilidade; e

VI - representar a Secretaria, nas Subcomissões e Grupos de Trabalho, instituídos no âmbito da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM, quando designado.

Estão sob responsabilidade da SEPED os seguintes Programas e respectivas ações:

Programa 0473: Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

- **Ação 6126:** Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa
- **Ação 6909:** Operação de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

Programa 1122: Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima

- **Ação 2272:** Gestão e administração do programa
- **Ação 0754:** Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (coleções)
- **Ação 0756:** Apoio à Rede de Inventários da Biota
- **Ação 0909:** Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade
- **Ação 6739:** Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade
- **Ação 4951:** Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal
- **Ação 6255:** Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para Gestão Ambiental
- **Ação 6258:** Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais
- **Ação 6717:** Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros
- **Ação 6751:** Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudança Global do Clima
- **Ação 7682:** Implantação da Rede de Meteorologia e Clima

- **Ação 3E62:** Desenvolvimento da Meteorologia Nacional

Programa 1388: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

- **Ação 2272:** Gestão e administração do programa
- **Ação 4942:** Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma
- **Ação 6236:** Desenvolvimento de Pesquisas na Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural
- **Ação 2B36:** Apoio a Produtos de Bioprodutos de Interesse Econômico
- **Ação 2B33:** Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnológico dos Organismos Marinhos

Programa 0473 - Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

Objetivo do Programa:

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação.

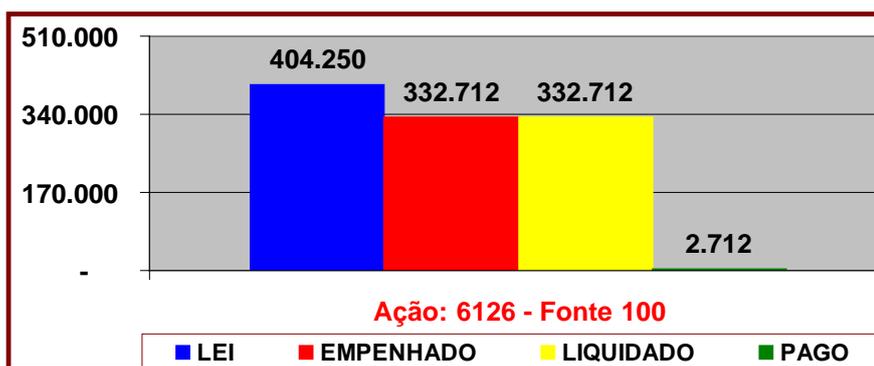
No exercício de 2006, a SEPED, por intermédio da Coordenação-Geral de Mudanças Globais do Clima coordenou duas ações deste Programa, sendo:

- **Ação 6126- Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa**

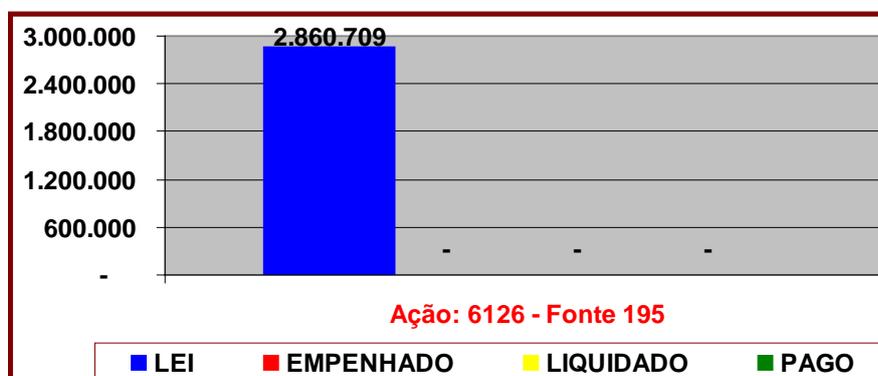
No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 3.264.959,00 (três milhões duzentos e sessenta e quatro reais e novecentos e cinquenta e nove reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 332.712,00 (trezentos e trinta e dois mil e setecentos e doze reais), correspondendo à 10,19% do total da ação, e foram realizados pagamentos na ordem de R\$ 2.712,00 (dois mil setecentos e doze reais), correspondendo a 0,08% da ação.

Os recursos orçamentário desta ação foram distribuições em 2 fontes de despesas: fonte 100 e 195 da seguinte ordem:

Fonte 100: R\$ 404.250,00 (quatrocentos e quatro mil e duzentos e cinquenta reais), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 332.712,00 (trezentos e trinta e dois mil e setecentos e doze reais), correspondendo à 82,30% do total da fonte de despesa e pagamentos na ordem de R\$ 2.712,00 (dois mil e setecentos e doze reais), correspondendo a 0,67% da fonte de despesa.



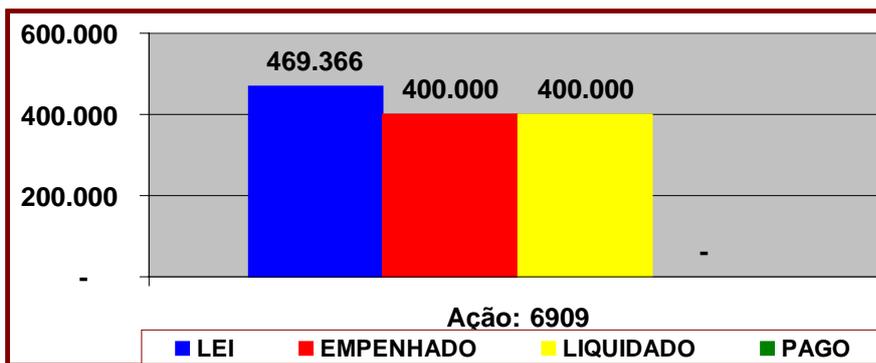
- **Fonte 195:** R\$ 2.860.709,00 (dois milhões oitocentos sessenta mil, e setecentos e nove reais), veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



- **Ação 6909- Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.**

Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima
 Coordenador das Ações: José Domingos Gonzalez Miguez

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 469.366,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), correspondendo à 85,22% do total da ação, veja (Tab. 1, Fig. abaixo).

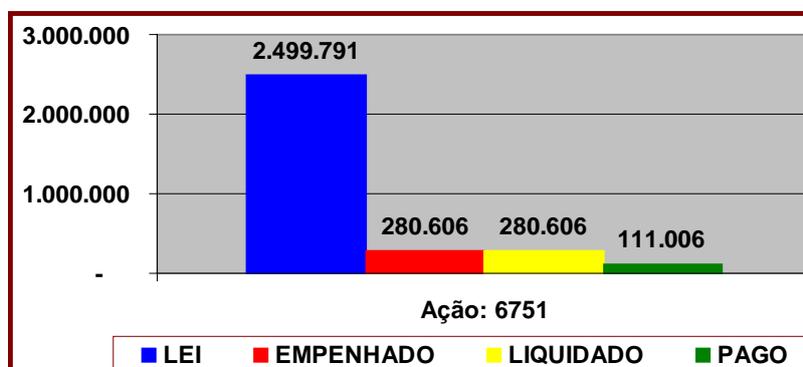


Programa 1122 - Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima

- **Ação 6751** - Pesquisa e Desenvolvimento Sobre Mudanças Global do Clima

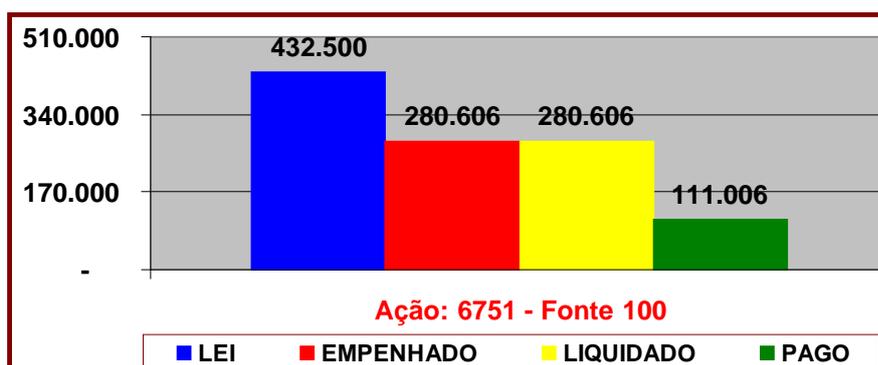
Objetivo: Apoiar o desenvolvimento de informações científicas relativas à emissão de gases de efeito estufa para subsidiar a definição da política de atuação em mudanças climáticas.

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 2.499.791,00 (dois milhões quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e noventa e um reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 280.606,00 (duzentos e e oitenta mil, seiscentos e seis reais), correspondendo à 11,23% do total da ação, e foram realizados pagamentos na ordem de R\$ 111.006,00 (cento e onze mil e seis reais), correspondendo a 4,44% da ação, veja (Tabela 1 e Figura abaixo).

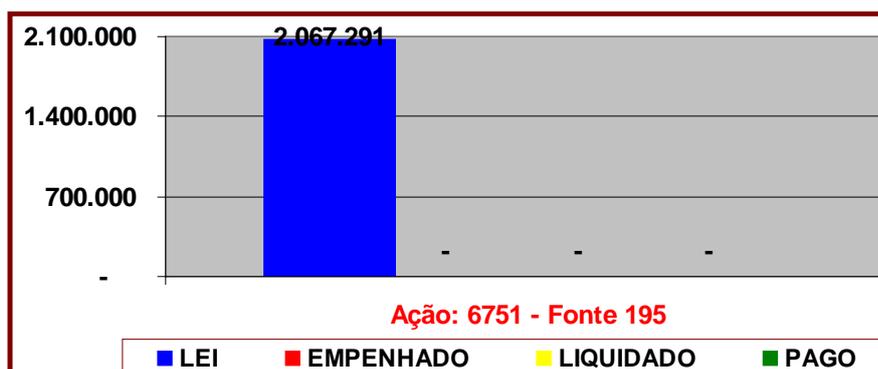


Os recursos orçamentário desta ação foram distribuições em 2 fontes de despesas: fonte 100 e 195 da seguinte ordem:

- **Fonte 100:** R\$ 432.500,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e quinhentos reais), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 280.606,00 (duzentos e e oitenta mil, seiscentos e seis reais), correspondendo à 64,88% do total da fonte de despesa e pagamentos na ordem de R\$ 111.006,00 (cento e onze mil e seis reais), correspondendo a 25,67% da fonte de despesa, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Fonte 195: R\$ 2.067.291,00 (dois milhões sessenta e sete mil, duzentos e noventa e um reais), veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



O cronograma previsto para 2006 foi cumprido, com a análise de todos os projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto em fevereiro de 2005, houve uma enorme demanda de pedidos de aprovação de projetos à Comissão Interministerial, o que resultou na emissão de 98 pareceres.

Com a assinatura em 20/12/2005 do Projeto aprovado pelo GEF (*Global Environment Facility*, entidade financeira da Convenção) com os recursos previstos na fonte 195, foram iniciados os trabalhos para elaboração da Segunda Comunicação Nacional do Brasil em janeiro de 2006.

Os principais resultados obtidos em 2006 foram:

1. aprovação, por parte da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de 82 projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, com

a respectiva emissão das cartas de aprovação. Para aprovação desses projetos foram emitidos um total de 98 pareceres técnicos.

2. aprovação do projeto de elaboração da Segunda Comunicação Nacional do Brasil, denominado BRA/05/G31, que está sendo desenvolvido em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse projeto ampliará a cobertura do Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa de modo a compreender as emissões e remoções anuais para o período de 1990 a 2000, focalizando os setores/gases que representam uma parcela significativa das emissões de gases de efeito estufa ou apresentam um elevado grau de incerteza, ou ambos. Reduções em escala de modelos de circulação global serão realizadas. Estudos sobre vulnerabilidade e adaptação à mudança do clima serão conduzidos, com ênfase no setor de saúde; no setor energético; nos recursos hídricos, enchentes e desertificação; no setor agropecuário; no manejo de zonas costeiras; e biodiversidade aquática. Será realizada uma atualização da descrição das circunstâncias nacionais do Brasil, assim como das medidas adotadas ou previstas para implementar a Convenção. Finalmente, o projeto promoverá a capacitação institucional para a implementação da Convenção no Brasil, incluindo atividades relacionadas com educação ambiental; sobre a mudança do clima e conscientização pública;
3. Participação ativa da Delegação Brasileira composta por representantes do Programa Mudanças Climáticas Globais na 2ª Conferência das Partes na qualidade de Reunião da Partes do Protocolo de Quioto e 12ª Conferência da Partes da Convenção Quadro da Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP/MOP) ocorrida em Nairobi, Quênia, no período de 6 a 17 de novembro de 2006
4. Publicação da versão em português dos relatórios de referência que serviram de base para o primeiro inventário brasileiro das emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal;
Conclusão e apresentação dos seguintes estudos: i) estudo técnico-científico para avaliar os efeitos do aumento da temperatura da água do mar - relacionado às mudanças climáticas globais - sobre os organismos fotossimbiotes dos corais, cuja perda causa-lhes branqueamento, bem como a capacidade desses corais de tolerar e/ou aclimatar-se diante dessas mudanças ambientais bruscas; ii) estudo retrospectivo sobre a vulnerabilidade sócio-ambiental da população quando submetidos a eventos climáticos extremos e às endemias sensíveis às oscilações climáticas, como também a modelagem de um SIG, a partir do qual pode-se fazer prevenções de situações críticas que aumentam o risco da morbi-mortalidade pelas doenças selecionadas para o estudo; iii) manual de orientação para aproveitamento do metano gerado por efluentes líquidos no Brasil fomentando a criação de centros embrionários voltados para essa atividade no restante do país; e iv) manual de orientação para aproveitamento do metano gerado por resíduos sólidos no Brasil fomentando a criação de centros embrionários voltados para essa atividade no restante do país;
5. Atualização e reformulação do site "O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima". Esse site passou por uma revisão e está funcionando em uma nova plataforma e estrutura, em conformidade com as modificações realizadas nas ferramentas de desenvolvimento da home page do MCT, à qual o site em questão está vinculado, o que tem sido motivo de diversos elogios por parte do público externo. Atualmente, o site sobre mudança do clima possui um total de 32.008 páginas publicadas, sendo 19.166 em português, 5.567 em inglês, 3.869 em

espanhol e 3.406 em francês. Com cerca de aproximadamente 3.000 acessos mensais nas páginas em português em virtude dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Interministerial, o site responde a uma média de 400 consultas mensais por e-mail sobre informações a respeito dos trabalhos e das posições brasileiras na Convenção, além de ser o site temático mais acessado dentro da home page do MCT.

Medidas Implementadas com vistas a sanear eventuais disfunções que prejudicaram ou inviabilizaram o alcance dos objetivos:

- Para o exercício de 2006, considerando que o projeto GEF BRA/05/G31 foi devidamente aprovado e, desde 20/12/2005, encontra-se em execução, e sabendo que os recursos previstos nesse projeto seriam administrados pelo PNUD, nos termos do projeto aprovado pelo GEF, foi feita a retirada do orçamento de 2006 dos recursos previstos na fonte 195 (doação) nas ações do Programa Mudanças Climática Globais (3457, 6126 e 6751). A permanência de orçamento nessa fonte levava à equivocada interpretação de que o Programa estava com execução abaixo do previsto quando, na verdade, esses recursos não seriam executados a partir do orçamento.
- Descentralização e possíveis convênios, parcerias, etc., de recursos, destacando a correta aplicação dos recursos repassados:

1) Estudos de Referência para subsidiar a Elaboração do Inventário de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa para o Setor de Energia: Abordagens “Top-Down” e “Bottom-up”

Organização Economia e Energia – E&E

Objeto da Carta e Recursos alocados

Em 19/12/2006 foi celebrada a Carta de Acordo nº. 4700003495/ 2006 para a Elaboração de Estudos de Referência para subsidiar a preparação do Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa para o Setor de Energia (Abordagem de Referência Top-Down - TD, Abordagem Setorial Bottom-Up – BU) e articulação com os demais estudos na área energética.

O valor total é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Deste valor, R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) foram repassados à OSCIP e&e no dia 10.01.2007. O restante do recurso será executado diretamente no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31 que será responsável pelo atendimento às solicitações da OSCIP e&e, bem como a contratação de consultores, aquisição de equipamentos e materiais de consumo, fornecimento de passagens e diárias e demais despesas previstas no cronograma em anexo, até o limite de R\$ 226.000,00 (duzentos e vinte e seis mil reais).

Implementação

Foi realizada uma reunião no dia 10.01.2007 entre a OSCIP e o Projeto BRA/05/G31 onde estavam presentes: Dr. Carlos Feu, Marcos Willian e Claudia Miyaki. Na reunião foram dados subsídios para o início das atividades propostas e explicados os procedimentos e regras do

PNUD como a forma de contratação dos consultores que atuarão diretamente com o Projeto, o procedimento de compras e licitações, valores, o fornecimento de passagens e insumos de viagens, etc.

A pessoa responsável pelo envio de solicitações, em relação à implementação das ações previstas, à Diretoria Nacional do projeto BRA/05/G31 será a Sra. Frida Eidelman, Diretora Superintendente da OSCIP Economia e Energia.

Conforme Cláusula III prevista na Carta de Acordo o valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) foi repassado à OSCIP no dia 10.01.2007. Além desse valor, será solicitado ao PNUD um aditivo para as despesas eventuais da OSCIP. O valor do aditivo está sendo calculado pela OSCIP com base nos seguintes itens:

1. despesas de pequeno vulto (correio, compras pequenas, etc.);
2. aluguel e condomínio da sala deles;
3. telefone e internet;
4. outras despesas que já tenham sido contratadas pela OSCIP.

Em seguida foram iniciados os processos de contratação dos consultores que atuarão diretamente com o Projeto BRA/05/G31 para desenvolver as atividades previstas na Carta de Acordo. Foram adequados e revisados os Termos de referência e no dia 05.02.2007 foram enviados os Extratos dos consultores CA 001, CA 002 e CA 003 para publicação no Diário Oficial da União com prazo de recebimento de currículos até o dia 09.02.2007. Esta data foi prorrogada para o dia 23.02.2007 devido ao não recebimento do número mínimo exigido de currículos. As vagas serão publicadas novamente no Diário Oficial da União e também no Jornal do Brasil.

Os resultados desta Carta serão apresentados sob a forma de relatórios subsidiados por Notas Técnicas específicas de cada fase do estudo, geradas no âmbito do projeto ou por contratação de consultorias externas e, quando necessário, estarão anexadas aos relatórios que constituem os produtos intermediários e final.

A Carta de Acordo terá vigência até 31/08/2008 podendo ser prorrogado por meio de termos aditivos mediante mútuo consentimento das partes.

2) Estudos de referência para subsidiar a preparação dos inventários nacionais de emissão de gases de efeito estufa por atividades agropecuárias (pecuária, dejetos animais, arroz irrigado, queima de resíduos agrícolas e solos agrícolas) e desenvolvimento de fatores de emissão de gases.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Objeto da Carta e Recursos alocados

O Objeto da Carta de Acordo em questão será a Elaboração de relatórios de referência para subsidiar a preparação dos inventários nacionais de emissão de gases de efeito estufa por atividades agropecuárias (pecuária, dejetos animais, arroz irrigado, queima de resíduos agrícolas e solos agrícolas) e desenvolvimento de fatores de emissão de gases.

A execução financeira desse projeto se dará diretamente pelo PNUD-Projeto BRA/05/G31, que processará todas as solicitações da Embrapa em conformidade com o

detalhamento de despesas e cronograma contido no Termo de referência, não havendo previsão de repasse de recursos diretamente à Embrapa.

O PNUD - Projeto BRA/05/G31 ficará responsável pelo atendimento dessas solicitações, ou seja, pela contratação de consultores, aquisição de equipamentos e material de consumo, fornecimento de passagens e diárias, bem como das demais despesas previstas no cronograma em anexo, até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Implementação e Metodologia

O Termo de referência encontra-se em fase de ajustes.

A Embrapa deverá indicar, em até cinco dias depois de firmada a parceria, o nome e cargo do coordenador desse projeto que estará autorizado a enviar solicitações ao PNUD Projeto BRA/05/G31 em relação à implementação das ações previstas no cronograma em anexo.

Os resultados desta Carta serão apresentados sob a forma de questionários. Serão consultadas entidades ligadas ao agronegócio (instituições de pesquisa e organizações privadas, associações de produtores, entre outras), e será feita revisão de literatura específica a cada setor estudado. Este processo, por ser demorado e dependente de respostas e atualização bibliográfica, estender-se-á ao período total do projeto. Visitas pessoais serão também realizadas a instituições, onde apropriado. Após análise de dados, os resultados serão representados em mapas, tabelas e análise descritiva, como produtos finais.

O Acordo terá vigência até o ano de 2008 podendo ser prorrogado por meio de termos aditivos mediante mútuo consentimento das partes.

3) Estudos e relatório de referência do setor de tratamento de resíduos que servirá de base para a preparação do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

Objeto da Carta e Recursos alocados

O Objeto da Carta de Acordo em questão será a elaboração e publicação do relatório de referência do setor de tratamento de resíduos que servirá de base para a preparação do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT.

Com o apoio do MCT, a CETESB irá elaborar uma versão preliminar do novo relatório de referência do setor tratamento de resíduos. Serão elaborados um programa de computador ou página de Internet e um vídeo educativo para apoiar a rede nacional de inventário que se pretende criar.

Implementação e Metodologia

O Termo de referência encontra-se em fase de ajustes.

A CETESB deverá indicar, em até cinco dias depois de firmada a parceria, o nome e cargo do coordenador desse projeto que estará autorizado a enviar solicitações ao PNUD Projeto BRA/05/G31 em relação à implementação das ações previstas no cronograma em anexo.

Vigência da Carta de Acordo]. Podendo ser prorrogado por meio de termos aditivos mediante mútuo consentimento das partes.

4) Elaboração de Modelagem Regional do Clima e de Cenários de Mudança do Clima (caracterização regionalizada dos impactos dos cenários de mudanças climáticas sobre América do Sul).

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC)

Objeto da Carta e Recursos alocados

O Objeto da Carta de Acordo em questão será avaliar os diferentes cenários de mudanças climáticas propostos pelos modelos acoplados globais do IPCC AR4, e de regionalizar dinamicamente utilizando o modelo numérico Eta de alta resolução sobre América do Sul. O trabalho tem por objetivo gerar produtos climáticos com projeções futuras de clima com maior detalhamento e passíveis de uso em estudos dos impactos da mudança de clima em diversos setores sócio-econômicos (agrícola, energético, saúde, recursos hídricos e etc), indicando a vulnerabilidade aos riscos na forma de probabilidade.

A execução financeira desse projeto se dará diretamente pelo PNUD Projeto BRA/05/G31, que processará todas as solicitações do INPE-CPTEC em conformidade com o detalhamento de despesas e cronograma do Termo de referência, não havendo previsão de repasse de recursos diretamente ao INPE-CPTEC.

O PNUD Projeto BRA/05/G31 ficará responsável pelo atendimento dessas solicitações, ou seja, pela contratação de consultores, aquisição de equipamentos e material de consumo, fornecimento de passagens e diárias, bem como das demais despesas previstas no cronograma em anexo, até o limite de R\$ 652.780,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil setecentos e oitenta reais).

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) através do seu Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) será o responsável por coordenar a modelagem regional do clima e de cenários da mudança do clima para o futuro, bem como coordenar a relação entre estes resultados e as pesquisas e estudos de vulnerabilidade e adaptação relativos a setores estratégicos que são vulneráveis aos impactos associados à mudança do clima no Brasil.

Implementação

O Termo de referência encontra-se em fase de ajustes.

O INPE-CPTEC deverá indicar, em até cinco dias depois de firmada a parceria, o nome e cargo do coordenador desse projeto que estará autorizado a enviar solicitações ao PNUD-Projeto BRA/05/G31 em relação à implementação das ações previstas no cronograma abaixo.

Todos os resultados de modelos serão acompanhados de avaliações de desempenho do(s) modelo(s) com a finalidade de ajudar a quantificar e reduzir as incertezas destas projeções. Serão gerados cenários climáticos regionais, os quais serão combinados num só cenário médio utilizando-se a técnica de “multimodel ensemble” (método estatístico de gerar um resultado que combine as melhores características de cada modelo, com base no conjunto de resultados de vários modelos numéricos).

5) Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa. Relatório de referência – Setor Energético

Emissões Fugitivas da Mineração e Tratamento de Carvão Mineral.

Anos base: 1995 - 2005

O SIECESC - Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina

Objeto da Carta e Recursos alocados

O Objeto da Carta de Acordo em questão é determinar as emissões de gases do efeito estufa na mineração e tratamento do carvão mineral.

A Carta de Acordo será no valor total de 337.937,60 (trezentos e trinta e sete mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos).

Implementação

O Termo de referência encontra-se em fase de ajustes.

O SIECESC deverá indicar, em até cinco dias depois de firmada a parceria, o nome e cargo do coordenador desse projeto que estará autorizado a enviar solicitações ao PNUD-Projeto BRA/05/G31 em relação à implementação das ações previstas no cronograma em anexo.

6) Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa Associados ao Uso da Terra, Mudanças do Uso da Terra e Florestas.

FUNCATE - Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais.

Objeto da Carta e Recursos alocados

O Objetivo da Carta de Acordo em questão será gerar uma base de dados com o uso e cobertura vegetal do ano de 1994, cobrindo integralmente todos os biomas brasileiros, utilizando imagens de satélite de média resolução, com o objetivo de estimar as emissões e remoções de gases de efeito estufa associadas ao setor Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas, para o período de 1994 a 2000.

Implementação

Termo de referência encontra-se em fase de ajustes.

A FUNCATE deverá indicar, em até cinco dias depois de firmada a parceria, o nome e cargo do coordenador desse projeto que estará autorizado a enviar solicitações ao PNUD Projeto BRA/05/G31 em relação à implementação das ações previstas no cronograma em anexo.

Todos os dados gerados pelo presente projeto farão parte de uma base de dados que conterá as informações georeferenciadas em arquivos do tipo shapefile. Ao final do trabalho de cada bioma será gerado um relatório parcial com todas as informações pertinentes à execução do trabalho e aos resultados parciais obtidos.

O relatório final conterá todas as informações dos produtos gerados e o resultado da estimativa das emissões brasileiras por fontes e remoções por sumidouros de gases do efeito estufa para o ano de 1994. O relatório final com os dados da estimativa devido a mudanças no uso da terra somente poderá ser feito após o trabalho ser realizado para o ano de 2002.

O Acordo terá vigência até o ano de 2009 podendo ser prorrogado por meio de termos aditivos mediante mútuo consentimento das partes.

7) Emissões de Gases de Efeito Estufa derivadas de reservatórios Hidrelétricos Brasileiros – 2ª Comunicação Nacional.

Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ e a Fundação COPPETEC como unidade reguladora e administradora da COPPE

Objeto da Carta e Recursos alocados

O Objeto da Carta de Acordo é dar continuidade a determinação das emissões de gases de efeito estufa de reservatórios hidrelétricos de forma a aprimorar a metodologia de estudo e aperfeiçoar a estatística de dados com o retorno aos reservatórios já visitados durante a 1ª. Comunicação Nacional.

Pretende-se também realizar um estudo comparativo de técnicas de medição “in situ”, em uma área do reservatório de Ribeirão das Lajes, empregando-se equipamento de Laser, Trace Gas Analyser e câmaras de difusão estáticas e dinâmicas.

O valor total da Carta de Acordo será de R\$ 424.628,50 (quatrocentos e vinte e quatro mil seiscientos e vinte e oito reais e cinquenta centavos).

Implementação e Metodologia

O Termo de referência encontra-se em fase de ajustes.

A COPPE/UFRJ deverá indicar, em até cinco dias após firmada a parceria, o nome e cargo do coordenador desse projeto que estará autorizado a enviar solicitações ao PNUD Projeto BRA/05/G31 em relação à implementação das ações previstas no cronograma em anexo.

Os produtos a serem gerados por este projeto deverão conter:

- 01 Relatório Inicial:
 - Descrição das áreas a serem visitadas;
 - Descrição dos métodos a serem empregados;
 - Descrição de estudos prévios já realizados.

- 04 Relatórios de Intermediários (Atividades):
 - Descrição dos métodos utilizados;
 - Taxas de liberação dos gases Metano, Dióxido de Carbono, Óxido Nitroso, Nitrogênio e Oxigênio expressas em kg/km²/dia,
 - Média ponderada, também expressa em kg/km²/dia;
 - Médias ponderadas para 3 ambientes característicos, sendo estes: campo aberto (gramado, pasto ou outra vegetação rasteira), floresta e brejo (terra molhada, pantanosa).
 - Taxas integradas para a área do reservatório que será afogado pela represa em unidades de kg por represa por ano;
 - Cruzamento das informações físico-químicas com os resultados das medições com vistas a uma melhor compreensão da dinâmica de geração e transporte dos gases nos reservatórios.
 - Balanço de carbono preliminar das áreas naturais que serão inundadas pelos reservatórios.

- 01 Relatório Final:
 - Integração das informações obtidas nos relatórios anteriores;
 - Balanço de carbono das áreas naturais que serão inundadas pelos reservatórios;

O Acordo terá duração prevista de 36 meses podendo ser prorrogado por meio de termos aditivos mediante mútuo consentimento das partes.

Programa 1122: Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima

Objetivo:

Ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população.

No exercício de 2006, a SEPED, coordenou 12 (doze) ações deste Programa assim distribuída:

Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa

- **Ação 2272:** Gestão e administração do programa

Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade

- **Ação 0754:** Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (coleções)
- **Ação 0756:** Apoio à Rede de Inventários da Biota
- **Ação 0909:** Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade
- **Ação 6739:** Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade

Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistemas

- **Ação 4951:** Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal
- **Ação 6255:** Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para Gestão Ambiental
- **Ação 6258:** Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais
- **Ação 6717:** Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros

Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima

- **Ação 6751:** Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudança Global do Clima

Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia

- **Ação 7682:** Implantação da Rede de Meteorologia e Clima
- **Ação 3E62:** Desenvolvimento da Meteorologia Nacional

Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa

Coordenador das Ações: Fernando André Pereira das Neves

Objetivo da Coordenação:

Acompanhar a execução orçamentária e financeira das ações de responsabilidade da SEPED, definidas no PPA, e avaliar em conjunto com as demais Coordenações, o grau de atingimento das metas e indicadores (produtos) dos projetos apoiados.

Em 2006, a CGAA coordenou 2 (duas) ações 2272 (Gestão e Administração do Programa) 1122 e 1388.

Ações da CGAA:

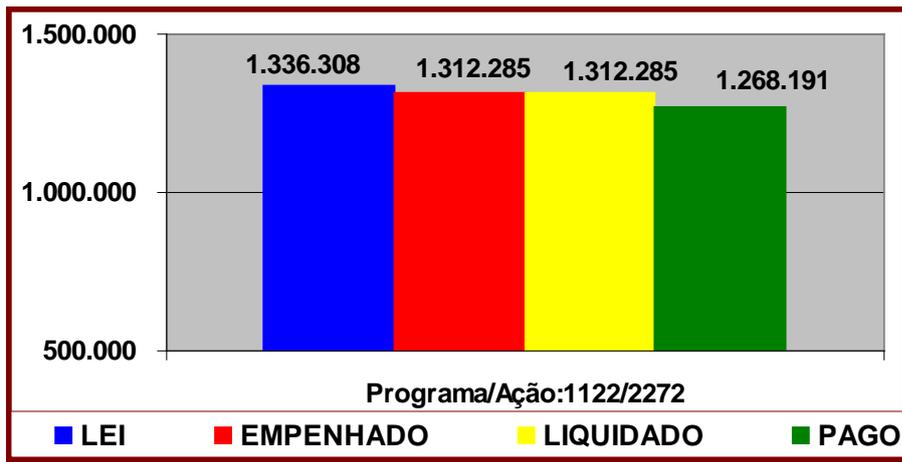
- **Ação 2272:** Gestão e Administração do Programa **1122**
- **Ação 2272:** Gestão e Administração do Programa **1388**

Objetivos das Ações:

Os recursos destas ações foram executados no pagamento de passagens e diárias para eventos e reuniões importantes e necessárias à execução das atividades da SEPED, além do pagamento do pessoal temporário contratado para atuar nas atividades do Programa, serviços de apoio terceirizado, entre outras despesas da Secretaria e suas Coordenações.

Metas Orçamentária e Financeira da Ação 2272 Programa 1122:

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 1.336.308,00 (um milhão trezentos e vinte e seis mil, trezentos e oito reais), dos quais foram liquidados e pagos R\$ 1.312.285,00 (um milhão, trezentos e doze e duzentos e oitenta e cinco reais), correspondendo a 98,20%, da execução orçamentária e pagos R\$ 1.268.191,00 (um milhão duzentos e sessenta e oito mil e cento e noventa e um reais), correspondendo a 86,90% da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Resultados:

Os recursos orçamentário das ações 2272 (Gestão e Administração do Programa), foram disponibilizados ao apoio necessário à execução das atividades previstas na SEPED e suas Coordenações, bem como das atividades necessárias ao desenvolvimento dos ações sob responsabilidades desta Secretaria nos seguintes Programa 0473, 1122 e 1388 deste Ministério.

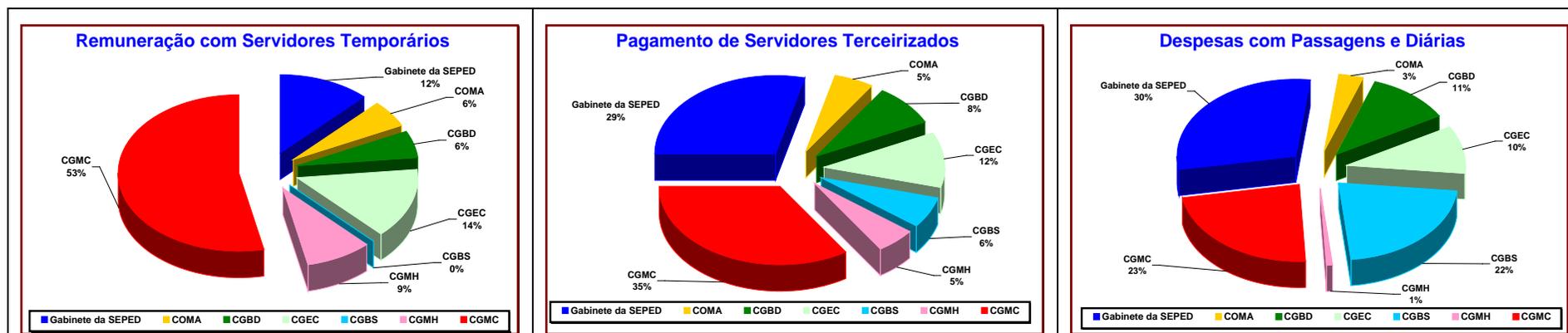
Detalhamento da Execução das Ações 2272 dos Programas 1122 e 1388

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

Tabela 2: Detalhamento da Execução das Ações 2272 dos Programas 1122 e 1388

Unidade da SEPED	Remuneração com Servidores Temporários	Pagamento de Servidores Terceirizados	Despesas com Passagens e Diárias	Outros despesas(*)
Gabinete da SEPED	81.130	183.716	198.573	75.706
COMA	37.240	33.856	23.341	
CGBD	37.240	53.226	75.728	
CGEC	97.090	73.513	66.717	
CGBS	-	39.660	144.184	
CGMH	59.850	33.865	5.540	
CGMC	357.770	216.924	155.028	
Total Geral	670.320	634.760	669.111	75.706

(*) Despesas com locomoção (uso de veículos) e despesas com reprografia.



Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade

Coordenador das Ações: **Ione Egler**

Ações da CGBD:

- **Ação 0754:** Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (coleções)
- **Ação 0756:** Apoio à Rede de Inventários da Biota
- **Ação 0909:** Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade
- **Ação 6739:** Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade

Objetivos da Coordenação:

A Coordenação Geral de Políticas e Programa de Pesquisa em Biodiversidade - CGBD foi instituída pelo Decreto Presidencial n.º 5.886 de 06 de setembro de 2006, e regulamentada através da Portaria MCT n.º 755, de 03 de outubro de 2006, e tem como missão promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em biodiversidade, bem como participar de todos fóruns de discussão sobre esse tema, visando a implementação das diretrizes estabelecidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB.

O principal programa da CGBD é Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio cuja atuação está direcionada principalmente para os temas relacionados a inventários, taxonomia e coleções biológicas. As ações do PPBio estão inseridas no Plano Plurianual 2004-2007 no Programa 1122 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Natureza e Clima, assim distribuídos:

Para o exercício de 2006 a CGBD contou com recursos da ordem de R\$3.342.516,00 (três milhões trezentos e quarenta e dois mil quinhentos e dezesseis reais).

O PPBio tem abrangência nacional e sua implantação teve início na região amazônica por meio de dois núcleos executores – O Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, atuando na Amazônia Ocidental e o Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, na Amazônia Oriental. Em seguida, foi estruturada a Rede de Pesquisa do Semi-árido, tendo como núcleo executor a Universidade Federal de Feira de Santana – UEFS. Atualmente está em fase de implantação a Rede Mata Atlântica.

Outros programas e projetos são conduzidos na CGBD, são o Programa de Taxonomia, uma parceria entre MCT, CNPq e CAPES, o Projeto de Gestão da informação sobre a Biodiversidade do Espírito Santo e o Projeto Rede Virtual de Informações sobre Biodiversidade.

A CGBD/MCT tem ativa participação na definição da posição brasileira em fóruns internacionais relacionados à biodiversidade, principalmente nas reuniões da CDB sendo atualmente o Ponto Focal brasileiro do Global Taxonomy Initiative – GTI.

No plano interno destaca-se a representação nas reuniões plenárias, grupos de trabalho e câmaras temáticas do Conselho Gestor do Patrimônio Genético – CGEN. Participa das seguintes câmaras temáticas: Procedimentos administrativos; Patrimônio genético mantido em condições ex situ; repartição de benefícios; conhecimento tradicional associado.

Participa do Conselho Nacional de Biodiversidade – CONABIO, representando o MCT como titular e suplente, e co-coordena com o Ministério do Meio Ambiente a câmara temáticas de coleções biológicas.

Destaca-se ainda a participação e empenho da CGBD na consolidação da nova lei de Acesso ao Patrimônio Genético que atualmente está sendo discutida na Casa Civil e nas discussões sobre o Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios.

Ação 0754: Apoio à modernização de acervos biológicos (coleções *ex-situ*)

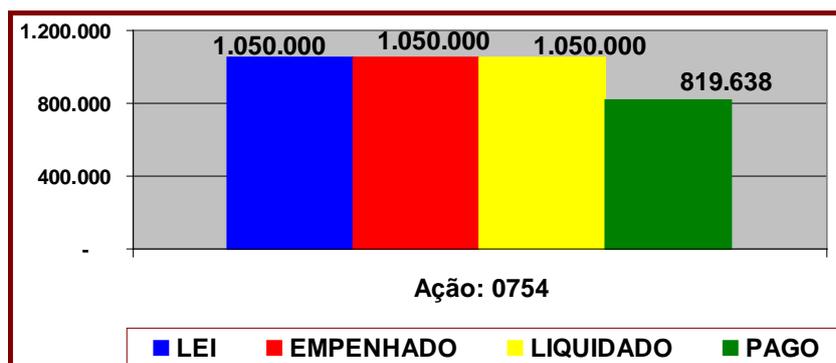
Objetivos da ação:

Aprimorar a capacidade brasileira de preservar, estudar e de dar informação sobre os componentes da biodiversidade (fauna, flora, microorganismos e coleções de culturas) por meio da modernização dos acervos biológicos do País.

Esta ação se propõe a criar meios para instituir uma política, em nível nacional, para gerenciamento de acervos biológicos, e que venha a promover a sua manutenção, ampliação e conexão. A estratégia de implementação desta ação é assim definida: (1) Identificar coleções de referência que possam ser representativas dos principais biomas nacionais; (2) Estabelecer um grupo assessor, com representantes de curadores desses acervos para definir as diretrizes de uma política para os acervos biológicos do País; (3) Fomentar a manutenção e ampliação dessas coleções; (4) Fomentar a digitalização de acervos a partir de tecnologias de informática para biodiversidade facilitando o acesso e uso do conhecimento; (5) Apoiar de forma induzida a capacitação de especialistas principalmente de taxonomistas, curadores e técnico de curadoria; (6) Fomentar a integração destas coleções e de coleções

Metas Orçamentária e Financeira da Ação 0754

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais), deste total, foram empenhados e liquidados 100% da ação e pagos R\$ 819.638,00 (oitocentos e dezenove mil seiscentos e trinta e oito reais), correspondendo à 78,06% do total da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Modalidades de Transferência de Recursos:

- Termo de Compromisso de Execução firmado entre a CGBD/MCT e o Núcleo Executor da Amazônia Oriental (INPA)
- Termo de Compromisso de Execução firmado entre a CGBD/MCT e o Núcleo Executor da Amazônia Ocidental (MPEG)
- Convênio firmado entre o MCT e o Núcleo Executor do Semi-árido
- Descentralização de recursos para o CNPq para pagamento de bolsas do PPBio – MPEG, bolsas do projeto temático do Prof. José Maia e apoio complementar a proposta do PPBio semi-árido.

Transferência de Recursos

Valor total descentralizado = 1.049.999,71

Instituição	Forma de transferência	Valor	Detalhamento
INP A	Termo de compromisso de gestão	R\$ 450.511,00	Custeio = R\$ 279.804,00 Capital = R\$ 170.707,00
MPEG	Termo de compromisso de gestão	R\$ 240.499,00	Custeio = R\$ 168.716,00 Capital = R\$ 71.783,00
CNPq	Bolsas PPBio MPEG	R\$ 72.448,71	Custeio = R\$ 72.448,71
CNPq	Bolsas projeto José Maia	R\$ 50.000,00	Custeio = R\$ 50.000,00
CNPq	Apoio projeto PPBio semi-árido	R\$ 138.510,00	Custeio = R\$ 80.000,00 Capital = R\$ 58.510,00
APNE	Convênio	R\$ 98.031,00	Custeio = R\$ 98.031,00

APNE = Associação Plantas do Nordeste

CNPq = Conselho Nacional

INPA = Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MPEG = Museu Paraense Emílio Goeldi

Resultados Obtidos:

Coleções Biológicas obtidos no PPBio – MPEG:

Aquisição de equipamentos para informática foi efetuada. Os equipamentos de rede, no valor de R\$ 90.000,00 foram alocados em sua maioria no Setor de Processamento de Dados do campus de pesquisa do MPEG, trazendo mais rapidez e estabilidade à rede que liga as Coordenações de Zoologia e Botânica e o Laboratório de Análise Espaciais. A modernização da infra-estrutura para inclusão de dados será possibilitada pelo projeto de Coleções Biológicas, com a compra de 13 computadores destinados às curadorias das coleções biológicas do MPEG e Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA. A manutenção da instalação é feita através de compra de material de consumo e contratação de serviço de terceiros. Foram contratados um gerente e uma secretária através de contratos e bolsas via Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP, para atender as demandas de gerência e dos componentes de inventário e coleções, recursos também foram alocados para a contratação de técnico-chefe do Núcleo de Biogeoinformática - NBGI. Foram realizados 02 cursos de Brahm (programa computacional voltado para pesquisa e para gerenciamento de coleções botânicas) em Belém para pesquisadores, técnicos e bolsistas do Museu e do núcleo regional Amapá nos quais foram treinadas 30 pessoas, inclusive o pessoal do NBGI. Para informatizar as Coleções foram contratados 03 bolsistas de Iniciação Tecnológica Industrial - ITI. Foi realizado o levantamento dos espécimes depositados na coleção de tipos do MPEG, das famílias: Euphorbiaceae, Annonaceae, Leguminose e fungos, ampla consulta as monografias disponíveis e obras raras nas bibliotecas do MPEG e Embrapa Amazônica Oriental, comparação e análise dos dados provenientes da informatização dos espécimes com os dados levantados nas obras, criando-se uma tabela para as correções e confirmações dos táxons para ingressar os dados no Brahm. Correção do banco de dados para realizar o mapeamento e modelagem da distribuição das espécies e eventualmente o mapeamento dos padrões de biodiversidade. A coleção de peles de aves do MPEG está totalmente informatizada. Foi inaugurado o prédio que abriga o salão de armazenagem do herbário e laboratórios associados. A finalização desta obra foi garantida com

recursos do PPBio do exercício anterior, já foi transferido o Herbário João Murça Pires. Foram adquiridos equipamentos de climatização para todos os salões de armazenagem dos acervos científicos do MCT/MPEG. As demandas internas das coleções biológicas do Museu tem sido organizadas pelo Conselho de Curadoria das Coleções Científicas do MCT/MPEG, de forma a evitar duplicação de esforços e otimizar as aplicações de recursos públicos. No tocante a equipamentos óticos dos laboratórios associados as coleções biológicas do MPEG, estão mobilizados para o uso de alunos que desenvolvem teses e dissertações em sistemáticas de organismos, trabalho com impacto direto na qualificação das coleções do Museu. Com referência a manutenção de instalação e as melhorias no cabeamento da rede computacional do herbário e de seus laboratórios associados, foi de suma importância para as coleções de zoologia do Museu a reforma realizada nas instalações elétricas de todos os acervos da zoologia e dos laboratórios associados das coleções de invertebrados (laboratório de ecologia de insetos e invertebrados em via úmida). As visitas técnicas para verificar a estruturação do projeto Coleções Biológicas incluíram a cooperação com a Universidade Federal do Maranhão. Levando-se em consideração a situação de ameaça ambiental e alta importância ecológica e biogeográfica da Amazônia maranhense, foram contactados os pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão - UFMA e Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, os quais participaram do encontro de planejamento PPBio Amazônia Oriental, onde as bases do núcleo foram estruturadas. Está em andamento o diagnóstico das coleções científicas das instituições maranhenses, atividade que vem sendo realizada por pesquisadores locais, sem ônus para o PPBio.

Foi concluído o diagnóstico das coleções no Núcleo regional do Amapá. A implementação das plataformas e dos aplicativos para a disponibilização das coleções botânicas e zoológicas está em andamento. Foi criado o Núcleo de Biogeoinformática, adquiridos 11 computadores de alta velocidade e instalados 2 suítes nos prédios das coleções zoológicas e botânicas, aumentando a velocidade nas transmissões de dados. Foi iniciada a compra de um firewall que irá garantir a segurança da rede e da transmissão de dados. Foi feita a reforma elétrica de todos os acervos das coleções zoológicas e dos laboratórios associados às coleções de invertebrados. Foi finalizada a compra de material permanente necessários para o desenvolvimento das atividades dos laboratórios no período 2006 – 2007 e foi realizada a compra de bibliografia especializada para a identificação de organismos. Foram apoiadas 10 visitas técnicas para qualificação das coleções do MPEG, beneficiando diretamente o herbário e as coleções de insetos, invertebrados, aves, peixes e serpentes, possibilitando a incorporação de parte do material não tombado ou não identificado ao acervo do MPEG. Todos os tipos botânicos do herbário já foram fotografados e digitalizados. As coleções de peixes e de peles de aves estão totalmente informatizadas. Foram organizados e oferecidos 2 edições do curso de formação e aperfeiçoamento de técnicos em coleta e curadoria de coleções, sendo treinados 53 alunos de diferentes áreas de atuação. Foram oferecidos dois cursos sobre o aplicativo Bhrms com a participação de 32 pessoas e um curso de Plone Zope para a capacitação do núcleo executor em banco de dados.

Coleções Biológicas obtidos no PPBio – INPA:

Avanços na elaboração de proposta de política de dados, elaboração de uma proposta de formação de comitê gestor de informação, portal PPBio na Amazônia já está *online*, definição e implementação do sistema para integração e publicação na Internet das informações dos herbários da Amazônia, modernização do sistema de gerenciamento de banco de dados da coleção de peixes do INPA, qualificação taxonômica de grupos selecionados das coleções (herbário, coleção de peixes, coleção de invertebrados). O sistema Brahms On Line foi instalado

e configurado junto ao INPA, possibilitando a publicação dos dados do herbário do INPA e a criação de um Portal de Herbário da Amazônia na Internet. A informatização das coleções se deu através: da digitação de 94,5% dos dados do herbário do INPA e a digitalização das imagens das exsicatas.

A coleta de dados foi concluída. Foram identificadas 12 instituições da Amazônia mantenedoras de coleções biológicas, totalizando 36 coleções: botânicas, zoológicas e microbiológicas.

Em relação as coleções botânicas o acesso ao banco de dados do herbário do INPA já pode ser feito *online* no endereço <http://angelim.inpa.gov.br>.

Entre 24 e 26 de julho de 2006; foi promovido o *Workshop* Internacional da Rede de Herbários sobre a Amazônia (HERBAM) para discutir a implementação da rede. O evento contou com 49 participantes de 23 instituições e organizações, dos quais 20 brasileiras (dez da Amazônia, duas do Rio de Janeiro, uma da Paraíba e uma da Bahia), duas inglesas e uma norte-americana. Os principais resultados obtidos foram: (i) manifestações de adesão dos representantes dos herbários amazônicos presentes apoiando a formação da HERBAM e de compromisso com a disponibilização aberta e livre de dados não-sensíveis; (ii) concordância e o apoio de importantes herbários extra-amazônicos quanto à repatriação de dados da flora amazônica por meio da integração de seus bancos de dados à rede; (iii) entendimento no sentido de se estabelecer atividades de cooperação entre os herbários presentes visando o incremento de atividades de formação de recursos humanos e de compartilhamento de informações; (iv) definição do nome “HERBAM – Rede de Herbários com Coleções Amazônicas”; (v) utilização do Brahms Online como plataforma computacional de integração, inicialmente na forma de um banco de dados centralizado hospedado em um servidor localizado no Núcleo de Biogeoinformática do PPBio no INPA; (vi) estabelecer um comitê gestor de tecnologia e informação para a rede; (vi) considerar o herbário do NYBG como prioritário para a repatriação de informações sobre a flora amazônica e procurar mecanismos para viabilizar esse processo, preferencialmente envolvendo a formação e qualificação de recursos humanos da região amazônica em sistemática e taxonomia botânica; (vii) utilizar a metodologia de digitalização de imagens proposta pelo Dr. Mike Hopkins como forma de agilizar os processos de informatização e qualificação de dados dos acervos; (viii) estabelecimento de critérios para priorizar os grupos taxonômicos cujas informações deverão ser repatriadas.

O PPBio/Coleções-INPA está apoiando, por meio do NBGI, a migração dos registros das coleções zoológicas já total ou parcialmente informatizadas para uma plataforma específica para gerenciamento de coleções e a adaptação dos bancos de dados ao modelo do Darwin Core, visando a disponibilização para consulta *online*.

Em relação a ampliação e manutenção das coleções que compõe o Núcleo executor da Amazônia Ocidental, no Herbário do INPA foi estabelecida de uma sala exclusiva para abrigar a coleção da Carpoteca. Para estabelecer as condições apropriadas de climatização para a manutenção dos acervos foram trocadas as centrais de ar condicionado e instalado sistema de *backup* elétrico para freezers e ultra-freezers das coleções zoológicas. Para o Museu Integrado de Roraima foram comprados de 02 aparelhos de ar condicionado e 07 armários de herbário.

Coleções Biológicas obtidos no PPBio- Semi-árido:

Foram apoiadas visitas de 04 visitas de pesquisadores do Nordeste a herbários e museus zoológicos fora do Nordeste e de especialistas de fora do Nordeste a acervos da Região (2 em 2006) para a atualização das identificações e elaboração das listas de espécies do Semi-árido.

Continua a elaboração da plataforma para disponibilização dos bancos de dados *online* com a contratação de 04 estagiários de informática e a manutenção e informatização das coleções com a contratação de estagiários para os herbários, coleções de microorganismos, museus entomológicos e de vertebrados. Além disso um estagiário participou do treinamento para informatização de bancos de dados e com dois coordenadores da reunião para protocolo de coleções do PPBio, ambos coordenados pelo PPBio Amazônia e realizados em Manaus. Foram concluídos também os diagnósticos de 30 herbários, 07 coleções de microorganismos e museus zoológicos do Nordeste (13 de invertebrados e 9 de vertebrados.)

Foram detectadas 30 coleções de plantas e fungos macroscópicos nos nove estados nordestinos, perfazendo um total de cerca de 800.000 espécimes, sendo os maiores herbários o CEPEC e HUEFS com mais de 100.000 espécimes cada uma delas. Deve ser destacado também o herbário URM com mais de 50.000 espécimes de fungos. São sete as coleções de microorganismos, apenas duas informatizadas e uma incluída como fiel depositário. As coleções de animais, são 13 de invertebrados e nove de vertebrados em quatro instituições. As maiores coleções são de peixes e praticamente não existem coleções de aves.

Ação 0756: Apoio à Redes de Inventários da Biota

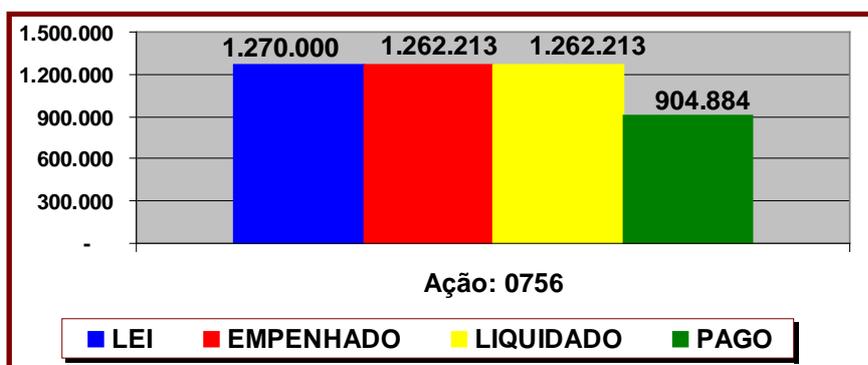
Objetivos da ação:

Implantação e manutenção de redes de inventário, buscando utilizar e adaptar a experiência obtida pelo Estado de São Paulo, do BIOTA-FAPESP, para outras regiões do País, e assim agilizar e otimizar a produção do conhecimento sobre a biodiversidade brasileira em nível nacional.

Apoiar a instituição de redes de inventários da biodiversidade, que deverão trabalhar com uso de protocolos padrão que harmonizam as metodologias de trabalho e definem campos de informação essenciais, necessários e desejáveis a serem preenchidos por pesquisadores. Essa metodologia de inventário foi inicialmente estabelecido pelo Programa BIOTA, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), teve como resultados positivos a otimização de recursos humanos, a maximização do uso de recursos públicos voltados ao conhecimento, à pesquisa e a caracterização da biodiversidade, e a ampliação e melhoria do acesso às informações sobre os componentes da biodiversidade do Estado de São Paulo.

Metas Orçamentária e Financeira da Ação 0756

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 1.270.000,00 (hum milhão, duzentos e setenta mil reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 1.262,213,00 (hum milhão duzentos e sessenta e dois mil e duzentos e treze reais), correspondendo a 99,39% da ação e pagos R\$ 904.884,00 (novecentos e quatro mil oitocentos e oitenta e quatro reais), correspondendo à 71,25% do total da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Modalidades de Transferência de recursos:

- Termo de Compromisso de Execução firmado entre a CGBD/ MCT e o Núcleo Executor da Amazônia Oriental (INPA)
- Termo de Compromisso de Execução firmado entre a CGBD/MCT e o Núcleo Executor da Amazônia Ocidental (MPEG)
- Convênio firmado entre o MCT e o Núcleo Executor do Semi-árido
- Descentralização de recursos para o CNPq para pagamento de bolsas do PPBio – MPEG, bolsas do projeto temático do Prof. José Maia e apoio complementar a proposta do PPBio semi-árido

Transferência de Recursos

Recursos transferidos = R\$ 1.270.000,00

Instituição	Forma de transferência	Valor	Detalhamento
INPA	Termo de compromisso de gestão	R\$ 426.730,00	Custeio = R\$ 243.081,00 Capital = R\$ 183.649,00
MPEG	Termo de compromisso de gestão	R\$ 253.979,00	Custeio = R\$ 90.330,00 Capital = R\$ 163.649,00
CNPq	Bolsas PPBio MPEG	R\$ 123.902,00	Custeio = R\$ 123.902,00
CNPq	Apoio ao projeto de José Maia	R\$ 120.000,00	Capital = R\$ 120.000,00
CNPq	Apoio ao projeto PPBio semi-árido	R\$ 182.702,00	Capital = R\$ 182.702,00
APNE	Convênio	R\$ 421.670,00	Custeio = R\$ 421.670,00

APNE = Associação Plantas do Nordeste

CNPq = Conselho Nacional

INPA = Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MPEG = Museu Paraense Emílio Goeldi

Resultados Obtidos:

Inventários no PPBio- INPA:

Foram definidos os procedimentos necessários para licitações, licenças de agências responsáveis pelas áreas onde as grades estão sendo instaladas para pesquisas, coletas e transportes de material biológico. As grades de PARNA Viruá e Macará foram completamente instaladas. Em março de 2006 foi ministrado pelos pesquisadores do INPA para alunos de Pós-graduação da Universidade Federal de Roraima – UFRR o curso de Ecologia de Savana que ajudou a disseminar a necessidade de amostragem padronizadas e o entendimento sobre coletas de dados. O curso foi financiado pelo PPBio. O Núcleo Regional de Roraima começou a funcionar de maneira integrada, sendo instituições participantes do Conselho do Núcleo o IBAMA, a Universidade Federal de Roraima – UFRR, a Fundação Estadual de Meio Ambiente C&T de Roraima - FEMACT, a EMBRAPA e o INPA, e tendo como observador o Conselho Indígena da Roraima. O MPEG está desenvolvendo cursos padrões para ministrar nos núcleos regionais e o INPA está apoiando esta iniciativa financeiramente. A experiência do grupo mostra que os diferentes núcleos regionais têm necessidades de capacitação diferentes, portanto fica difícil atender as demandas em cursos padrões. Estamos fazendo uma avaliação das necessidades dos parceiros dos núcleos para ministrar cursos de curta duração de forma a atender as necessidades particulares de cada entidade colaboradora, aproveitando os especialistas em cada atividade para troca de informações e protocolos de trabalho. Utilizar o laboratório de solos da Universidade Federal de Roraima - UFRR, relativamente bem equipado, mas com equipe técnica tem treinamento especializado. O INPA possui um dos mais avançados laboratórios de análise de solos e já esta articulando cursos específicos para treinar os técnicos da Universidade Federal de Roraima – UFRR.

A bolsista Débora Drucker, em articulação com os bolsistas do componente Informática, desenvolveu um sistema efetivo e de fácil acesso, superando qualquer outro sistema disponível atualmente. O sistema está sendo alimentado com dados da grade da Reserva Ducke e os métodos consagrados no campo vão sendo incorporados com metadados já estão disponíveis para muitos grupos. O site pode ser acessado <http://ppbio.inpa.gov.br>, boa parte dos acessos é de origem internacional, apesar de ainda estar inteiramente em português. Está sendo desenvolvida a versão em inglês do site.

Os dados da Reserva Ducke foram coletados inteiramente sob a coordenação de alunos de pós-graduação, seguindo protocolos pré-determinados. Este método é o único viável considerando as limitações orçamentárias, e a necessidade de usar recursos do PPBio para instalar a infra-estrutura básica. Para realizar os levantamentos na PARNA Viruá o IBAMA está garantindo alojamento e alimentação para os pesquisadores. Foram desenvolvidos 15 sistemas de coleta junto com pesquisadores do MPEG, foi elaborado um documento preliminar (já disponível no site do PPBio) complementando métodos já usados na grade da reserva Ducke.

Inventários no Museu Paraense Emilio Goeldi – MPEG:

Foram realizadas vistas técnicas para o estabelecimento do núcleo regional do Amapá, estabelecido com o apoio do Governo do Estado do Amapá, através da Secretaria Especial de Desenvolvimento, Secretaria de Ciência e Tecnologia e Secretaria de Educação. A instituição coordenadora do núcleo é o Instituto de Pesquisa do Amapá – IEPA, vinculado a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá, com a qual foi estabelecido um convênio com o Museu Goeldi. Também destas visitas resultou a parceria com a Universidade Federal do Amapá – UFAP, onde se estabeleceu cooperação técnica visando a formação de recursos humanos em diferentes níveis e o fortalecimento dos quadros da universidade. A UFAP coordenará as ações institucionais no Amapá para a formação de doutores em zoologia e mestres em zoologia e

botânica, em cooperação com o Museu Goeldi, a Universidade Federal do Pará – UFPA e a Universidade Federal Rural do Pará – UFRPA. Também em cooperação com o Governo do Estado a Universidade sediou cursos de formação de técnicos em inventário biológico, promovidos pelo PPBio. A parceria estabelecida com o IBAMA local permitiu a visita de várias áreas protegidas do Amapá para a escolha do local de estabelecimento da parcela permanente. O curso de treinamento técnico foi realizado de agosto de 2005 a fevereiro de 2006. Inscreveram-se 250 candidatos dos quais 45 foram selecionados e 40 candidatos concluíram o treinamento. O curso foi oferecido com módulos de inventário biológico e legislação ambiental (módulos comuns) e módulo de: herpetologia, entomologia, invertebrados, aves, mamíferos, peixes, fungos e plantas.

Os pesquisadores do MPEG apresentaram palestras na Universidade Federal do Amapá – UFPA, sobre o PPBio e sobre os cursos de Pós-graduação do MPEG (mestrado em botânica, mestrado e doutorado em zoologia), os professores- mestre da Universidade Federal do Amapá –UFAP. Atualmente o núcleo do Amapá conta com 15 pesquisadores cadastrados no PPBio colaborando com os protocolos de estrutura da vegetação, solos, clima, árvores e arbustos, invertebrados aquáticos, mosquitos, peixes mamíferos, mosca e abelhas e herpetofauna. No núcleo do Amapá a localização da parcela envolveu 03 visitas e um sobrevôo para escolher a área. A delimitação da parcela em campo na Flona do Amapá foi realizada em agosto de 2005 e aguarda-se autorização do IBAMA para implantação da grade. Na Flona Caxiuanã a parcerias já existentes com IBAMA local e a utilização de imagem de satélite do local já adquirida anteriormente permitiram que a parcela fosse rapidamente localizada dentro da Flona. Foi contratada a Empresa de topografia através de licitação em dezembro de 2005, para que fosse estabelecido os acampamentos e confecção das pontes que atravessam as áreas de Igapó, foram realizadas as coletas para levantamento de solos em janeiro de 2006, foi efetuado o estudo da estrutura de vegetação, mapeamento de árvores e avaliação de biomassa.

Foi realizado o terceiro Encontro de Planejamento do PPBio Amazônia Oriental, foram convidados representantes do IBAMA e das instituições de pesquisas do Amapá e Maranhão.

Foram realizadas 11 viagens para seleção de locais, instalação de grades e construção de infra-estrutura para acampamentos na Flona do Amapá. Foi realizada 01 viagem de exploração na parte sul da reserva ecológica do Gurupi para definição do local onde será implantada a grade de pesquisa. Foi firmado convênio com a Universidade Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão consolidando formalmente o Núcleo regional do Maranhão. Foram realizadas 28 viagens para a execução de protocolos de dados básicos na Flona de Caxiuanã e já foram concluídas as coletas referentes a 10 protocolos de dados biológicos. Foi concluída a execução dos protocolos de dados básicos referentes a solo e estrutura de vegetação. O protocolo de dados climáticos que deverá ser mantido de forma contínua já foi iniciado. A caracterização topográfica da grade de Caxiuanã foi concluída e o mapa topográfico da área está em fase final de elaboração. O levantamento florístico já foi iniciado contudo os resultados preliminares ainda não foram apresentados. Foram feitas 2 reuniões, sendo uma presencial em Manaus e uma videoconferência entre os Núcleos Executores para definição de estruturas de banco de dados.

Foi concluída toda a compra de material permanente para a execução do Plano de trabalho 2006 – 2007.

Inventários no Semi-árido:

Foram realizadas 23 expedições de coleta de plantas, fungos, invertebrados e vertebrados nas seis áreas selecionadas para inventários de biodiversidade. Este ano, foram também concluídos os diagnósticos de inventários de plantas (26), fungos (951 registros), invertebrados (240 espécies) e vertebrados (1.234 espécies) realizados no Semi-árido brasileiro.

Até o momento, foram incorporadas cerca de 2.700 exsicatas (incluindo aproximadamente 150 fungos) do PPBio nos herbários HUEFS, IPA, TEPB e JPB provenientes de Senhor do Bonfim, Raso da Catarina e Dunas do São Francisco (BA), Buíque (PE), Serra das Confusões (PI) e Seridó (PB)

Em relação aos fungos, foram realizadas 12 expedições e coletados 152 espécimes de fungos incluindo: 58 espécimes em Senhor do Bonfim, 26 no Raso da Catarina, oito nas Dunas do São Francisco, 49 em Buíque e 11 no Seridó.

Como resultados desses inventários, estão sendo publicados três artigos. Um deles, submetido à Mycotaxon (EUA), são apresentadas duas novas espécies de *Brachydesmiella* (*B. brasiliensis* e *B. obclavata*), além de duas novas combinações no gênero *Repetophrgama*. Este trabalho foi desenvolvido em colaboração com Dr. Rafael Felipe Castañeda Ruiz, do Instituto de Ins. Fund. em Agricultura Tropical “Alejandro de Humboldt” (INIFAT), Cuba, que visitou a coleção graças ao apoio do PPBio. Outro artigo aceito pela revista *Mycologia* descreve uma nova espécie de *Beltrania* e o terceiro, submetido a *Acta Botânica Brasílica*, aponta um registro notável de fungo xerófilo, *Battarrea stevenii* Persoon para o Brasil.

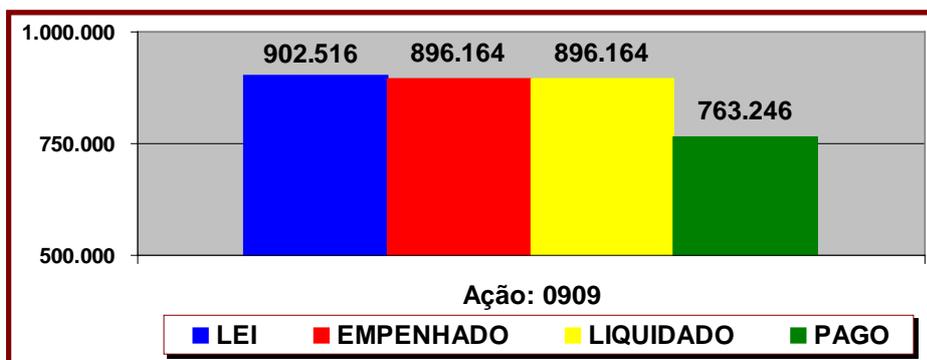
Ação 0909: Apoio à pesquisa e desenvolvimento em Áreas temáticas da biodiversidade

Objetivos da ação:

Instituir e apoiar uma “agenda unificadora” de pesquisa e desenvolvimento em biodiversidade capaz de apontar estratégias e integrar competências em diversos campos do conhecimento como a botânica, zoologia, microbiologia, entomologia, ecologia, paleontologia, genética, além das várias vertentes da biologia avançada, estabelecendo propósitos comuns para redes de pesquisa formadas por pesquisadores de diferentes organizações capazes de atuar objetivamente na pesquisa voltada à identificação, caracterização, valorização e uso sustentável da biodiversidade.

Metas Orçamentária e Financeira da Ação 0909

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 902.516,00 (novecentos e dois mil e quinhentos e dezesseis reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 896.164,00 (oitocentos e noventa e seis mil e cento e sessenta e quatro reais), correspondendo a 99,30% da ação e pagos R\$ 763.246,00 (setecentos e sessenta e três mil e duzentos e quarenta e seis reais), correspondendo à 84,57% do total da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Modalidade de Transferência de recursos:

- Termo de Compromisso de Execução firmado entre a CGBD/ MCT e o Núcleo Executor da Amazônia Oriental (INPA)
- Termo de Compromisso de Execução firmado entre a CGBD/MCT e o Núcleo Executor da Amazônia Ocidental (MPEG)
- Convênio firmado entre o MCT e o Núcleo Executor do Semi-árido
- Descentralização de recursos para o CNPq para pagamento de bolsas do PPBio – MPEG, bolsas do projeto temático do Prof. José Maia e apoio complementar a proposta do PPBio semi-árido
- Convênio entre o MCT e a Fapes (Espírito Santo)
- Convênio entre o MCT e a UFPA

Transferência de Recursos:

Recursos transferidos **R\$ 902.515,00**

Instituição	Forma de transferência	Valor	Detalhamento
INPA	Termo de compromisso de gestão	R\$ 242.480,00	Custeio = R\$ 187.981,00 Capital = R\$ 54.499,00
MPEG	Termo de compromisso de gestão	R\$ 121.416,00	Custeio = R\$ 75.987,00 Capital = R\$ 45.429,00
CNPq	Bolsas PPBio MPEG	R\$ 21.493,00	Custeio = R\$ 123.902,00
CNPq	Apoio ao projeto de José Maia	R\$ 21.000,00	Capital = R\$ 120.000,00
CNPq	Apoio ao projeto PPBio semi-árido	R\$ 53.594,00	Custeio = R\$ 21.492,00 Capital = R\$ 32.102,00
APNE	Convênio	R\$ 255.982,00	Custeio = R\$ 255.982,00
UFPA	Convênio	R\$ 36.550,00	
FAPES	Convênio	R\$ 150.000,00	Custeio = R\$ 150.000,00

APNE = Associação Plantas do Nordeste

CNPq = Conselho Nacional

FAPES = Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

INPA = Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MPEG = Museu Paraense Emílio Goeldi

UEFS = Universidade Estadual de Feira de Santana

UFPA = Universidade Federal do Pará

Resultados Obtidos:

1) Projeto: Base de dados das plantas aromáticas e frutos da Amazônia

Coordenação: Dr. José Guilherme Soares Maia (UFPA)

Instituições Participantes: Universidade Federal do Pará – UFPA, Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC e Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá - IEPA

Período: 3 anos (até 25/10/2007)

Forma de implementação: Apoio a projeto integrado de Pesquisa - CNPq

O projeto consiste no inventário das plantas aromáticas dos cerrados e campos naturais da Amazônia Oriental, no uso dos dados provenientes para a extensão e consolidação da Base de Dados das Plantas Aromáticas e Frutos da Amazônia, e na implementação de um sistema agro-industrial para *Piper aduncum*, planta da região Amazônica rica em óleos essenciais.

A base de dados das Plantas Aromáticas e dos Frutos da Amazônia está estruturada em ambiente Windows/Access. Possui 850 entradas (espécimes). Cerca de 150 espécimes estão sendo analisados para serem inseridos na Base de Dados.

A nova estrutura em ambiente SQL, que foi instalada, esta rodando normalmente. A migração dos dados da base anterior (em *Windows/Access*) foi realizado com sucesso. A inserção de dados dos espécimes de Piper, já foi iniciada.

2) Projeto: Identificação e mapeamento dos parentes silvestres de arroz (*Oryza sativa*), mandioca (*Manihot esculenta*) e de cajueiro (*Anacardium occidentale*)

Coordenação: Dra. Ima Célia Guimarães Vieira (MPEG)

Instituições Participantes: Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz –ESALQ/USP e Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA

O projeto consiste na coleta e conservação ex situ de espécies silvestres, raças, ecótipos e variedades tradicionais de arroz, mandioca e caju do Brasil, com os objetivos de identificar, caracterizar e diagnosticar as condições de conservação in situ e ex situ dos parentes silvestres destas espécies e de disponibilizar o material coletado para programas de melhoramento.

Foi realizado levantamento de informações secundárias, como as áreas de ocorrência de cada um dos táxons ou raças em herbários, sendo eles: MPEG, INPA, Embrapa Amazônia Oriental, CENARGEN, Instituto de Botânica de São Paulo, Herbário da ESALQ, Jardim Botânico do Rio de Janeiro entre outros. Realizou-se também um levantamento da literatura em bibliotecas agrícolas e botânicas do Brasil e busca de informação disponível na Internet foi utilizada para a definição do estado do conhecimento técnico científico de cada um dos parentes silvestres das espécies em questão, informações como: características botânicas, distribuição geográfica, tratos culturais, grau de domesticação, importância sócio-econômica e cultural, assim como a indicação dos usos atuais e potenciais de cada espécie, por meio de levantamentos dos conhecimentos científico, tecnológico e popular, quer para a utilização direta na agricultura, quer para uso no melhoramento genético da cultura. De posse das informações já obtidas, foram elaborados mapas característicos da distribuição geográfica de cada um dos parentes silvestres, bem como das raças locais/variedades crioulas das espécies cultivadas objeto da proposta, essa fase do projeto foi realizada no SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia), com base de dados do local.

Os mapas-bases elaborados contêm informações fitogeográficas, de modo que se possa vir a ter uma idéia bastante precisa do tipo de formação vegetal em que cada espécie ocorre e, conseqüentemente, de suas exigências ecológicas. Além dos mapas por espécie foram produzidos mapas conjuntos que, especialmente em escalas maiores, podem mostrar padrões de simpatria, alopatria e parapatria, e portanto indicar situações em que a hibridação interespecífica pode ser facilitada ou impedida.

3) Projeto: Projeto-piloto para o cultivo e a destilação de plantas aromáticas da Amazônia para a obtenção de óleos essenciais

Coordenação: Dr. Joaquim de Carvalho Bayma (UFPA)

Instituições Participantes: Universidade Federal do Pará – UFPA, Museu Paraense Emilio Goeldi – MPEG, Ervativa - Extratos Vegetais Ativos Ltda

Período: 3 anos (até 30/07/2007)

O projeto consiste na investigação em escala piloto das condições de cultivo e os parâmetros físico-químicos da destilação por arrete a vapor de duas plantas aromáticas, priprioaca e estoraque, visando determinar as condições ótimas para a exploração comercial destas espécies.

4) Projeto: Pesquisa em Biodiversidade do Semi-Árido – Componente Projetos Temáticos

O componente “Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade”, propõe a caracterização nos níveis organísmicos e molecular de plantas, fungos e animais do semi-árido selecionadas com ênfase naquelas endêmicas, ameaçadas de extinção e potencial de utilização pela sociedade da região. Com este objetivo serão realizados estudos de filogenia molecular e variabilidade genética, investigação química de espécies de plantas aromáticas e determinação da atividade biológica de seus óleos voláteis, de biologia reprodutiva de comunidades de plantas e animais, e de bioquímica e atividade biológica de fungos macroscópicos da região do semi-árido.

São apoiados projetos nas seguintes áreas: Filogenia e variabilidade genética de plantas com potencial ornamental e forrageiro (5 projetos submetidos), Fitoquímica (2 projetos submetidos), Sistemática de fungos (5 projetos submetidos) e Biologia reprodutiva (3 projetos submetidos sendo um de peixes, um de anfíbios e um de abelhas e vespas) Todos os projetos estão em andamento. No final de julho, a equipe de peixes estava no campo, inclusive. E os de filogenia e variabilidade estão em fase de conclusão. Dois mestrados, um deles com dois artigos publicados já foram gerados. Até o final do ano, serão mais um mestrado e dois doutorados.

Ação 6739: Ações Estratégicas em Biodiversidade

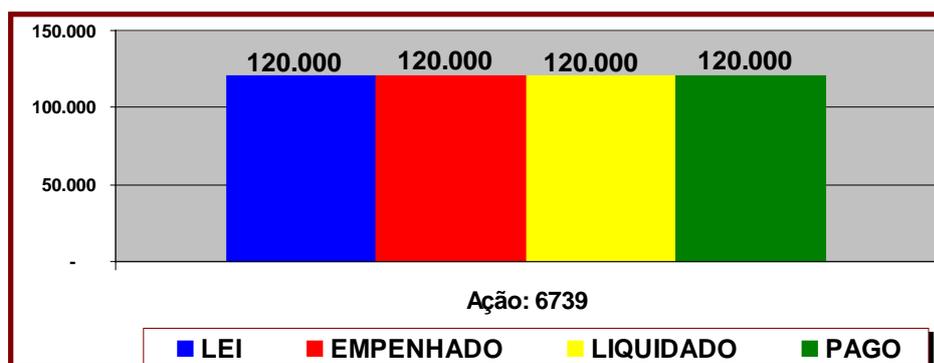
Objetivo da ação:

A Convenção sobre Diversidade Biológica - CBD demanda ações de ciência e tecnologia na implementação dos programas temáticos, além da implantação de dois programas de trabalho transversais, recém instituídos, que são afetos à Política Nacional de Ciência e Tecnologia: o programa de Iniciativa Global em Taxonomia; e o programa de Cooperação e Transferência de

Tecnologia. A implementação desses programas, de protocolos específicos e o atendimento das demandas de ciência e tecnologia pelos programas temáticos requerem: (1) a realização de estudos; (2) a organização de seminários e reuniões técnicas com especialistas e pesquisadores voltados ao planejamento de ações e à ampliação de parcerias para consecução de projetos; (3) elaboração de propostas de projetos - inclusive para captação de recursos internacionais de doação no Global Environment Facility (GEF), que é o fundo de apoio à implementação da CBD; e (4) o apoio à participação de especialistas em reuniões e fóruns internacionais.

Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6739

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), deste total, foram empenhados, liquidados e pagos 100% do total da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Modalidades de Transferência de recursos:

- Repasse de recursos para a UNESCO tendo em vista honrar com compromissos assumidos pelo Brasil perante a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Transferência de Recursos

Recursos transferidos = R\$ 120.000,00

Instituição	Forma de transferência	Valor	Detalhamento
UNESCO	Convênio	R\$ 120.000,00	Custeio = R\$ 120.000,00

Resultados Obtidos:

Plano de trabalho com a Unesco definido para a realização de atividades voltadas à implementação da CDB.

Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas - CGEC

Coordenador das Ações: **Maria Luiza Braz Alves**

Ações da CGEC:

- **Ação 4951:** Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal
- **Ação 6255:** Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para Gestão Ambiental
- **Ação 6258:** Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais
- **Ação 6717:** Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros

Objetivos da Coordenação:

A Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas tem como objetivo subsidiar a SEPED na fomentação, geração, difusão e aplicação de novos conhecimentos e tecnologias visando a sustentabilidade dos ecossistemas brasileiros. Promovendo a capacitação e formação de recursos humanos e a disponibilização de subsídios para a definição de políticas públicas para a gestão dos ecossistemas.

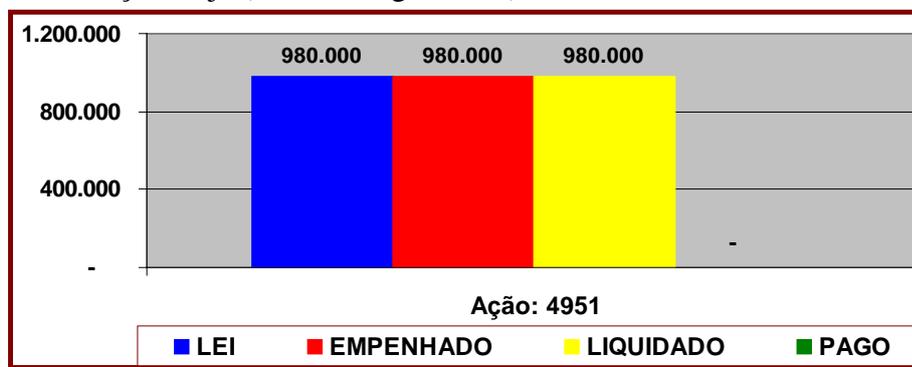
Ação 4951 Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal.

Objetivos da ação:

Esta Ação tem por objetivo consolidar redes horizontais não-competitivas, aproveitando as vantagens comparativas das instituições de pesquisa e ensino da região do Pantanal, visando otimizar a geração e difusão de novos conhecimentos e tecnologias e a formação de recursos humanos.

Objetivos e metas (físicas e financeiras):

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais), deste total, foram empenhados e liquidados 100% do total da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Atividades desempenhadas

Atualmente, o projeto vem se desenvolvendo satisfatoriamente. A Comissão de Acompanhamento e Avaliação, instituída pela Portaria MCT nº 202, de 22/03/2006, recomendou, na última avaliação, ajustes nos indicadores inicialmente estabelecidos, visando melhor determinação e maior transparência no alcance das metas estabelecidas. Quanto à integração, foi sugerida a estruturação de um fórum de debates “on line” para provocar essa integração e a realização de seminários envolvendo os diferentes parceiros. A busca de temas transversais que permeiem as três redes também foi sugerida.

Em maio e junho de 2006, foram realizadas as reuniões de avaliação das Redes Pesca e Pecuária com a participação de consultores externos. Os consultores ficaram satisfeitos com o avanço das 2 redes e sugeriram uma maior aproximação entre elas.

A CGEC, além de acompanhar as atividades desenvolvidas pelas Redes, tem participado das reuniões da Comissão de Acompanhamento e Avaliação e dos cursos de capacitação promovidos pelo CPP, repassado recursos e verificado a execução do Termo de Parceria.

Descrição das transferências de recursos

Foram alocados recursos, na LOA 2006, no montante de R\$ 980.000,00, já empenhados e liquidados, restando o pagamento efetivo dos recursos inscritos em restos a pagar.

Paralelamente, outros recursos, de ações da SETEC, também foram agregados ao Termo de Parceria, por meio de aditivo, totalizando R\$ 40.000,00 para a Rede de Bioprospecção.

Avaliação dos resultados

As Redes têm apresentado resultados relevantes, conforme demonstrado no Relatório de Atividades do 1º Semestre de 2006: a rede pecuária está capacitando 10 doutores, 9 mestres, 10 monografias de conclusão de curso, 9 PIBIC, 15 estagiários de graduação. Com relação às demandas da comunidade pantaneira, a rede de pecuária está buscando atendê-las por meio de Diagnóstico Rápido Participativo, no qual é possível reunir conhecimentos tradicionais e científicos na tomada de decisões. Na Rede de pesca, estão sendo formados recursos humanos em diferentes níveis, no âmbito dos projetos em execução, totalizando 6 doutorandos, 11 mestrados e 22 alunos de especialização/graduação; além disso, a Rede vem sendo um espaço privilegiado, no qual as diferentes instituições de pesquisa que atuam na área se encontram, interagem, trocam experiências e procuram formar recursos humanos necessários ao entendimento dos mais variados tópicos que norteiam o manejo sustentável de recursos pesqueiros, do peixe em si, seu ambiente e aproveitamento, bem como o entendimento da pesca e do pescador e das relações que norteiam as mesmas. A Rede tem dado apoio aos pescadores profissionais artesanais para um melhor reconhecimento de suas necessidades por parte dos entes públicos e tem batalhado constantemente para a manutenção e melhoria das condições de trabalho.

Cabe, ainda, mencionar que um dos principais motivos da existência do CPP é subsidiar as políticas públicas voltadas ao uso sustentável do Pantanal. Em apenas dois anos de existência, o CPP influenciou a redação do Projeto de Lei 024/06, de Mato Grosso do Sul, sobre a pesca. Em seguida, o Projeto de Lei Políticas Públicas para o Pantanal do Governo de Mato Grosso integrou uma boa parte das recomendações do *Workshop* "Bases técnico-científicas para políticas de áreas úmidas para o Pantanal", uma iniciativa da Rede Pecuária.

Outra ação a ser ressaltada é a demonstração de que a organização do trabalho proposta pelo CPP é funcional. Os recursos públicos oriundos do MCT estão sendo geridos de maneira eficiente, transparente e eficaz, possibilitando que se faça muito com o pouco recurso disponível.

Outros aspectos relevantes

Com a formalização de Termos de Parceria entre o MCT e o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) em 2004 e 2005, o CPP estruturou-se estrategicamente em uma Rede composta por grupos de pesquisa das instituições do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul comprometidas com a pesquisa do bioma pantaneiro, contemplando três áreas temáticas focadas na sustentabilidade de atividades econômicas em ecossistemas pantaneiros: a pecuária, a pesca e alternativas econômicas baseadas nas propriedades de plantas medicinais.

A expansão da Rede será realizada à medida que demandas em novas áreas temáticas sejam identificadas e estruturadas. A premissa dessa estratégia baseia-se na coexistência do homem pantaneiro com esse ecossistema há mais de duzentos anos, sem prejudicar a sua sustentabilidade. As pesquisas desenvolvidas numa determinada área devem permear os demais componentes da Rede, de forma a viabilizar soluções compartilhadas dos problemas, fortalecendo a geração de conhecimentos/métodos multidisciplinares. A transversalidade, fornece uma oportunidade de consolidação de ações interdisciplinares e interinstitucionais dentro da Rede CPP.

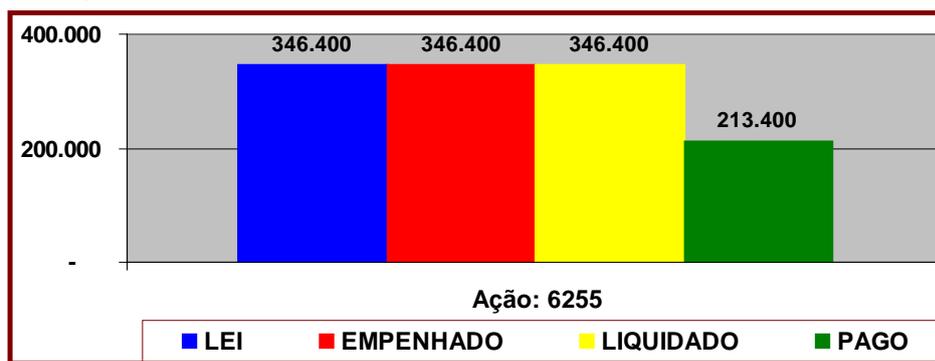
Ação 6255: Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA.

Objetivos da ação:

O objetivo da Rede Geoma é desenvolver modelos computacionais capazes de prever a dinâmica dos sistemas ecológicos e socioeconômicos em diferentes escalas geográficas, dentro do conceito de sustentabilidade, bem como auxiliar a tomada de decisão nos níveis local, regional e nacional, ao fornecer ferramentas de simulação e modelagem e contribuir na formação de recursos humanos no âmbito de mestrado e doutorado.

Objetivos e metas (físicas e financeiras)

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento da R\$ 346.400,00 (trezentos e quarenta e seis mil e quatrocentos reais), deste total, foram empenhados e liquidados 100% do total da ação, foram realizados pagamentos na ordem de R\$ 213.400,00 (duzentos e treze mil e quatrocentos reais), correspondendo a 61,61% da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Atividades desempenhadas

Além dos estudos e pesquisas que vêm sendo desenvolvidos pelo Geoma, a rede organizou um sobrevôo, no período de 28 de maio a 12 de junho de 2006, ao longo de toda a extensão das regiões de trabalho, incluindo a Rodovia Manaus - Porto Velho (BR-319) e as novas frentes de desmatamento nos estados de Rondônia e do Amazonas, coletando mais de 40 horas de informações em videografia, que se encontram disponíveis para acesso irrestrito.

Os pesquisadores da Rede fizeram, no decorrer de 2006, apresentações ao Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, com destaque para a do projeto “Modelagem da biodiversidade no interflúvio Madeira – Purus: bens naturais e impactos antrópicos”, desenvolvido na área de influência da BR-319 (Manaus – Porto Velho).

Em 2006, a CGEC acompanhou as atividades desenvolvidas pela Rede Geoma, participou das reuniões do Conselho Diretor, repassou recursos financeiros e articulou as apresentações nas reuniões do GTI do Plano de Prevenção do Desmatamento.

Descrição das transferências de recursos

O GEOMA utiliza recursos de ação própria constante do orçamento do MCT, além de outros oriundos de convênio firmado com a FINEP, administrados pelo IMPA - OS e INPA. Em 2006, o MCT repassou à Rede recursos da ordem de R\$ 1.546.400,00, sendo R\$ 346.400,00 provenientes da ação 6255 e R\$ 1.200.000,00 da Ação Transversal da Amazônia, repassados pelo convênio com a FINEP.

Avaliação dos resultados

As pesquisas desenvolvidas pela rede têm subsidiado a elaboração de políticas públicas em base científica robusta, fornecendo informações importantes ao Subgrupo de Ordenamento Fundiário e Territorial do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia.

A rede tem, ainda, induzido outras ações como o Projeto Integrado MCT - EMBRAPA, contratado recentemente pela FINEP, que visa integrar competências de diversos programas do MCT e da EMBRAPA, para atuar em importante área de estudo no Pará – o Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163, recentemente criado pelo Governo Federal.

Com relação aos recursos financeiros, a Rede Geoma tem apresentado dificuldade na sua utilização, pois esses recursos encontram-se pulverizados em diversas instituições participantes da rede.

Outros aspectos relevantes

A Rede Geoma é a primeira Rede de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) que integra 6 unidades de pesquisa desse Ministério, sendo três sediadas na Região Norte (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia- INPA/AM, Museu Paraense Emilio Goeldi – MPEG/PA e Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM/AM) e três no Sudeste (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA e Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC).

O Geoma está estruturado em seis áreas temáticas (Modelagem de Mudanças de Uso e Cobertura da Terra e da Dinâmica Populacional e Ocupação Humana; Modelagem de Ecossistemas Inundáveis; Modelagem de Biodiversidade; Modelos Integrados, Simuladores Ambientais e Bancos de Dados Geográficos; Física Ambiental; Modelagem Climática) e tem sido importante às ações do Governo Federal na área socioambiental que necessitam de informações produzidas por diagnósticos e respectivos cenários de impacto em vários campos do conhecimento científico. As áreas de atuação da Rede enfocaram, na primeira fase, prioritariamente, a elaboração de diagnósticos e modelos estrategicamente definidos como estudos de caso pelo MCT. Como destaque, foram elaborados diagnósticos detalhados ligados: 1) à mudança do padrão de uso da terra em áreas de conflitos ou de grande impacto de desflorestamento; 2) à avaliação da atual política de prioridades de implementação de áreas protegidas do MMA (Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA); 3) à estimativa de impactos sobre o asfaltamento da Rodovia BR-163; 4) à produção de modelos, em diversas escalas temporais e espaciais, sobre os distintos processos de desenvolvimento regional, incluindo áreas suscetíveis à rápida conversão, num futuro próximo, das paisagens naturais em áreas agrícolas. Este último trabalho resultou num mapeamento de 'hot spots' de desmatamento que serve como importante balizador das análises de risco de perdas de extensas áreas de floresta primária.

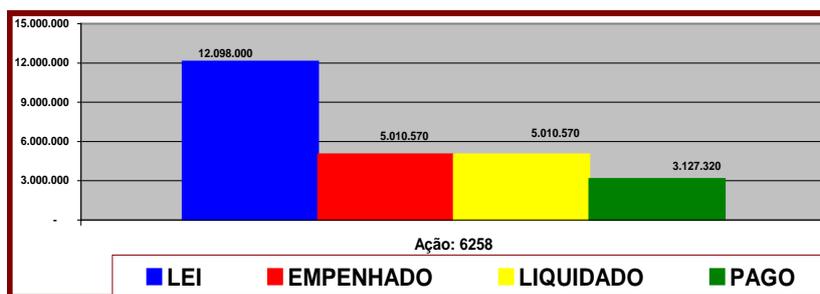
Ação 6258: Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (SPC&T/PPG7).

Objetivos da ação:

A Fase II do Subprograma de Ciência e Tecnologia (SPC&T/PPG7) tem como objetivo promover e disseminar, de forma coordenada, pesquisas científicas e tecnológicas em áreas relevantes do conhecimento, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

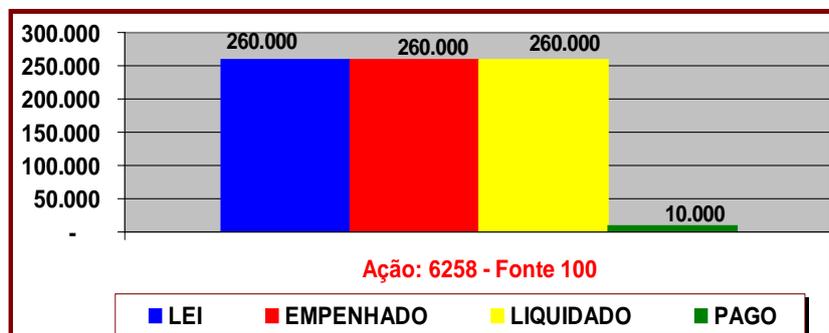
Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6258

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 12.098.000,00 (doze milhões, noventa e oito mil reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 5.010.570,00 (cinco milhões, dez mil e quinhentos e setenta reais) correspondendo à 41,42% do total da ação, pagamentos na ordem de R\$ 3.127.320,00 (três milhões, cento e vinte sete mil e trezentos e vinte reais), correspondendo a 25,85% da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).

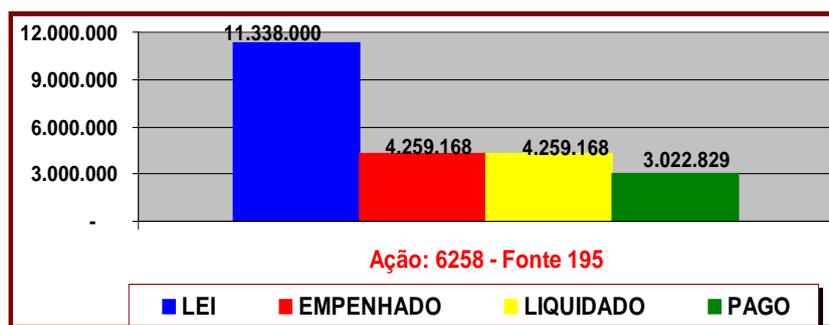


Os recursos desta ação foram distribuições em 3 fontes de despesas, fonte 100, 195 e 5100, na seguinte ordem:

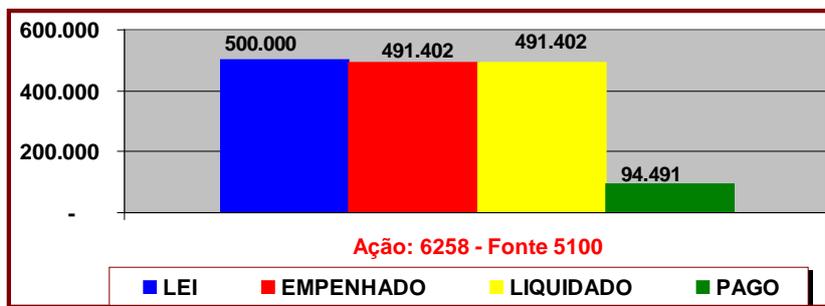
- **Fonte 100:** R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), dos quais foram empenhados e liquidados 100,00% do total fonte, também foram realizados pagamento na ordem de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o que corresponde o percentual de 3,85% da fonte 100, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo);



- **Fonte 195:** R\$ 11.338.000,00 (onze milhões, trezentos e trinta e oito mil reais), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 4.259.168,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil e cento e sessenta e oito reais) correspondendo a 37,57% da fonte, foram realizados pagamento na ordem de R\$ 3.022.829,00 (três milhões, vinte e dois mil e oitocentos e vinte nove reais), o que corresponde o percentual de 26,66% da fonte 195, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo);



- **Fonte 5100:** R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 491.402,00 (quatrocentos e noventa e um mil e quatrocentos e dois reais) correspondendo a 92,28% da fonte 5100, foram realizados pagamento na ordem de R\$ 94.491,00 (noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e reais), o que corresponde o percentual de 18,90% da fonte, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Atividades desempenhadas

Em resposta ao Edital MCT/CNPq/PPG7 nº 48/2005, lançado em 19 de agosto de 2005, foram aprovadas 11 sub-redes estruturadas por 52 projetos de pesquisa, comprometendo R\$ 11 milhões. Esses projetos foram contratados ainda no exercício de 2005, mas só receberam o primeiro desembolso no período de março a agosto/2006. O segundo repasse ocorreu no final de 2006.

No período de 18 a 22 de maio/2006, foi realizada a I Missão de Supervisão do Banco Mundial na qual foram discutidos o Plano Operativo Anual (POA) 2006, os relatórios de progresso, o sistema de monitoramento e avaliação, a divulgação científica e a execução financeira do Subprograma. O Banco Mundial considerou o desempenho do projeto bastante satisfatório e parabenizou a equipe da Fase II.

Como previsto no componente de acompanhamento e avaliação da implementação e integração das sub-redes e projetos de pesquisa, foram realizadas 13 reuniões, no período de julho a dezembro/2006, em Belém (PA), Manaus (AM), Porto Velho (RO), Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ) com a participação dos coordenadores dos projetos, técnicos da ASCAP e da CGEC/SEPED do MCT, do CNPq e consultores especialistas.

Em 5 de outubro de 2006, foi instituído o Comitê Consultivo da Fase II do Subprograma de Ciência e Tecnologia, conforme Portaria MCT nº 11, com as seguintes atribuições: tornar a coordenação interinstitucional efetiva e eficiente; auxiliar na resolução de questões de implementação que possam surgir; prestar assistência à supervisão. Os membros desse Comitê foram designados por meio da Portaria MCT nº 800, de 19.10.2006.

Nos dias 28 e 29 de novembro/2006, foi realizada, em Brasília - DF, a Oficina para subsidiar a elaboração da estratégia de divulgação científica da Fase II do SPC&T/PPG7. Essa oficina teve como objetivo definir as diretrizes para a divulgação dos resultados do Subprograma de C&T. A Oficina contou com a participação de aproximadamente 50 participantes. Os resultados foram compilados em relatório elaborado pelos coordenadores do evento, no qual estão definidas as prioridades de “o que divulgar”, “onde divulgar” e os “níveis de divulgação” científica e tecnológica para os temas: recursos pesqueiros e organismos aquáticos, recuperação de áreas degradadas e produtos madeireiros e não-madeireiros.

Descrição das transferências de recursos

Foram descentralizados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) recursos da ordem de R\$ 4.805.766,00, sendo R\$ 4.270.528,00 da fonte 195 (doação), R\$ 500.000,00 da fonte 5100 (contrapartida nacional) e R\$ 35.238,00 da fonte 100

(tesouro nacional) da Ação 6717 - Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros. Esses recursos foram integralmente executados conforme o Plano Operativo Anual (POA), o Plano de Implementação do Projeto (PIP) e o Acordo de Doação da Fase II do SPC&T/PPG7.

Houve, ainda, repasse de R\$ 250.000,00 da fonte 100, elemento de despesa 4.4.90 (capital), ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e de R\$ 10.000,00 ao Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), projetos que possuem interface com o SPC&T/PPG7.

Avaliação dos resultados

No exercício de 2006, as atividades previstas para os três componentes da Fase II do SPC&T/PPG7 foram desenvolvidas, no geral, conforme o programado, com alguns atrasos decorrentes das dificuldades dos projetos de pesquisa em utilizar os recursos financeiros e prestar contas, ocasionando baixa execução no primeiro ano de implementação. Essas dificuldades foram sanadas após a realização das reuniões de sub-redes na qual todas as dúvidas foram esclarecidas pela equipe financeira da UCE/CNPq.

Cabe ressaltar que cerca de 66% do total do Edital já foram repassados aos projetos, nas categorias de capital e custeio, e que alguns deles, apesar de se encontrarem com menos de um ano de execução, já publicaram trabalhos importantes que têm contribuído com os Planos de Governo para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. Com relação à bolsas de pesquisa, já foram pagos R\$ R\$ 433.696,91, correspondendo a cerca de 23% do total aprovado para bolsas.

Quanto ao Componente 2, foram exitosas as ações executadas, principalmente com relação aos resultados da Oficina para Subsidiar a Elaboração da Estratégia de Divulgação da Fase II do SPC&T/PPG7, que culminarão com a elaboração de um edital inovador do CNPq já que, concorrerão divulgadores científicos em propostas articuladas com os cientistas. Falta, ainda, engajar esforços da Unidade de Coordenação Executiva (UCE/CNPq) e da Unidade de Coordenação Geral (UCG/MCT) para concluir a elaboração da estratégia de divulgação científica e da minuta de edital.

As atividades do sistema de monitoramento e avaliação (Componente 3), especialmente com referência às reuniões de sub-rede, obtiveram êxito. Cumpre ressaltar, no entanto, diante do diagnóstico das sub-redes, a evidência da complexidade de projetos em rede, multidisciplinares e ainda com inserção de temas transversais. Nesse sentido, é de grande relevância o acompanhamento de tais projetos de pesquisa, considerando-se ainda a importância do permanente aprimoramento, passível de ajustes e atualizações periódicos, visando ao alcance das metas da rede. Nesse sentido, no detalhamento do sistema de monitoramento e avaliação, previsto para fevereiro de 2007, faz-se necessária a formulação de indicadores quantitativos e qualitativos que possibilitem orientar a correção de rumo no processo de execução dos projetos.

Outros aspectos relevantes

A Fase II do SPC&T/PPG7, cujo Acordo de Doação RFT N.º TF054957 e USAID N.º TF054958 foi assinado em 5 de agosto/2005, envolve recursos da ordem de US\$ 6,553,553.00, sendo US\$ 5,100,000.00 provenientes da USAID, US\$ 700,000 do Rain Forest Trust Fund (RFT) e US\$ 753,553.00 do governo brasileiro.

Essa Fase conta com três componentes: i) Projetos de Pesquisa em Temas Estratégicos; ii) Divulgação de Informações e Resultados das Pesquisas; iii) Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação e se fundamenta em duas redes de pesquisa seguindo dois temas prioritários, a saber: i) Manejo Integrado de Ecossistemas e Recuperação de Áreas Degradadas; ii) Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas, Ecossistemas Aquáticos e Recuperação de Áreas Degradadas.

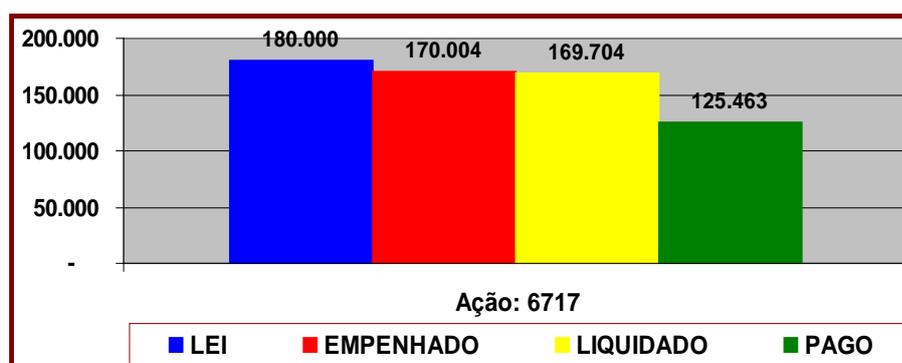
Ação 6717: Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros.

Objetivos da ação:

O objetivo desta Ação é dar apoio direto, não-competitivo, à formulação e ao planejamento de novos projetos considerados estratégicos.

Objetivos e metas financeiras:

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), deste total, foram empenhados R\$ 170.004,00 (cento e setenta mil e quatro reais), correspondendo à 94,45% do total da ação, e liquidados R\$ 169.704,00 (cento e sessenta e nove mil e setecentos e quatro reais), correspondendo à 94,28% da ação e realizados pagamentos na ordem de R\$ 125.463,00 (cento e vinte e cinco mil e quatrocentos e sessenta e três), correspondendo a 69,70% da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Atividades desempenhadas

Esta Ação, em 2006, apoiou a aquisição de equipamentos montagem de um Laboratório de Sensoriamento Remoto, em Santarém/PA, viabilizando uma infra-estrutura mínima para o treinamento e a capacitação de recursos humanos em sensoriamento remoto e geoprocessamento e a realização do Seminário Inaugural do Projeto.

Além disso, viabilizou as atividades de planejamento do Projeto Integrado MCT/EMBRAPA (PIME).

Com recursos dessa Ação, complementou-se, ainda, o valor destinado ao pagamento de bolsas de pesquisa vinculadas aos projetos da Fase II do Subprograma de C&T (SPC&T/PPG7) e aquisição de equipamentos essenciais ao desenvolvimento do programa LBA bem como a manutenção e operação de sua estrutura.

Descrição das transferências de recursos

No corrente ano, a ação apoiou projetos relacionados ao PPG7 (descentralização ao CNPq de R\$ 35.238,00 em custeio); ao Projeto Integrado MCT/EMBRAPA - PIME (descentralização ao MPEG de R\$ 20.000,00 em custeio e R\$ 10.000,00 em capital); ao projeto de Sensoriamento Remoto em Santarém - LASERS, com a participação do LBA (descentralização ao INPA de R\$ 30.000,00); além de descentralização ao INPA para o programa LBA (R\$ 43.300,00 em custeio e R\$ 40.000,00 em capital). Para 2007, está prevista a implantação de Rede de Pesquisa para o Bioma Cerrado.

Avaliação dos resultados

Em 2006, a Ação 6717 contribuiu para a realização de atividades dos Projetos SPC&T/PPG7, PIME, LBA e LASERS, sob responsabilidade da CGEC, complementando sua necessidade de recursos.

Outros aspectos relevantes

Nesta Ação são, preferencialmente, apoiados projetos multiinstitucionais e multidisciplinares que busquem a formação de redes de pesquisa, aproveitando as vantagens comparativas das instituições de pesquisa e ensino dos diferentes biomas brasileiros, otimizando a geração e difusão de novos conhecimentos e tecnologias e a formação de recursos humanos.

Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia

Coordenador das Ações: **Darly Henriques da Silva**

Ações da CGMH:

- **Ação 7682:** Implantação da Rede de Meteorologia e Clima
- **Ação 3E62:** Desenvolvimento da Meteorologia Nacional

Objetivos da Coordenação:

A Meteorologia é um setor estratégico para a soberania e desenvolvimento nacionais. Fornece subsídios para o Governo agir preventivamente e corretivamente a fim de diminuir a vulnerabilidade do Brasil provocada por acidentes naturais, ocupação irracional do território; exploração e uso indevido de recursos naturais que impactam negativamente sobre os ecossistemas e aquela decorrente de mudanças climáticas, como os eventos extremos. A Meteorologia se apoia no tripé observação por satélites e *in situ* e modelagem numérica para previsão instantânea de tempo; estudos climáticos e desenvolvimento econômico. Ademais constitui elemento central e integrador de um sistema maior envolvendo Clima, Recursos Naturais (em especial, Hídricos) e Mudanças Globais, cujo arranjo institucional federal situa-se no CPTEC/INPE/MCT e no INMET/MAPA.

Atividades desempenhadas pela Coordenação:

- ✓ Repasse dos recursos, acompanhamento e avaliação do Projeto Piloto de Investimento Desenvolvimento da Meteorologia Nacional junto aos parceiros (INMET e CPTEC) e aos Ministérios do Planejamento e Fazenda;
- ✓ curso de Mesoescala (40 participantes dos centros estaduais de meteorologia) em parceria com a Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET);
- ✓ projeto piloto em parceria com o CNPq e SBMET, voltado para a modernização de equipamentos dos Centros Estaduais de Meteorologia dos estados do PI, TO, AM e GO; Extensão deste projeto com orçamento de 2006 para os estados do AP, SC, ES, SE e BA no valor de R\$ 400 mil.
- ✓ apoio ao Pilot Research Moored Array Intertropical Atlantic (PIRATA), por meio da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN/Ministério da Marinha) para a realização da missão do navio oceanográfico Antares (início em 23.10.2006 – Finalização em dez/2006 - Operação Pirata BR IX/ Extensão SW II);
- ✓ Editais FINEP – Chamadas públicas N°s 13 e 14, totalizando 12,8 milhões para 2006 e 2007 (CT-Hidro, CT-Energ e CT-Agro), com colaboração na redação dos documentos de referência destes editais;
- ✓ Concessão de bolsas DTI para os Centros Estaduais de AL, AP, BA, DF, ES, GO, MG, PR, PE, RO, SE e SC, em parceria com o CNPq.
- ✓ Acompanhamento da PEC 564/2006, que se encontra na CCJ da Câmara dos Deputados. Origem: Senado (aprovada em 2 turnos – PEC12/2003). A PEC altera a Constituição Federal nos seus art. 21 e 22 para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia;
- ✓ Assessoria na elaboração do Decreto de regulamentação da Comissão das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH), a ser assinado pelo Presidente da República.
- ✓ Forte articulação com os Centros Estaduais de Meteorologia e demais atores do sistema nacional de meteorologia e climatologia.
- ✓ Participação da Coordenadora Geral na XIII Reunião Ordinária do GOOS Brasil, 18-19/09 2006, a convite da DHN.
- ✓ Participação da Coordenadora Geral no Fórum de Ensino de Meteorologia no Brasil e III Workshop de Ensino de Meteorologia, no Rio de Janeiro, de 26a 27/10 de 2006.
- ✓ Participação da Coordenadora Geral no XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia em Florianópolis de 27/11 a 3 /12 representando oficialmente o MCT.
- ✓ Participação da Coordenadora Geral nas reuniões do Comitê que analisou e recomendou as propostas dos Editais 13 e 14 da FINEP.
- ✓ Visita ao Centro Estadual de Meteorologia de Alagoas- Maceió e reunião de trabalho com pessoal da área de meteorologia e afins no Estado, de 6 a 8/12/2006, a convite do Centro Estadual local.

Descentralização dos recursos orçamentária das ações a cargo da coordenação:

Ações	Orçamento/2006	Transferências
3E62	12.192.431,00	Termos de compromisso com: • CPTEC (50%) = R\$ 6.096.216,50 • INMET(50%) = R\$ 6.096.216,50
7682	1.512.300,00	Descentralização para: - CNPq (R\$ 512.300,00) - Termo de compromisso com a DHN (R\$ 1.000.000,00)

Ação: 3E62 – PPI – Desenvolvimento da Meteorologia

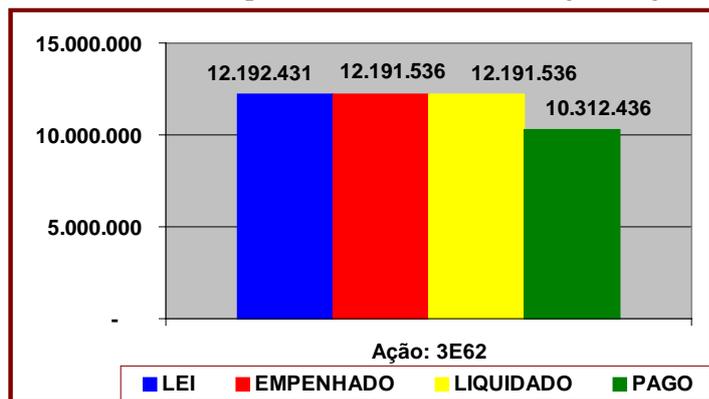
Objetivo da ação:

Capacitar as instituições que realizam atividades em meteorologia com infra-estrutura adequada ao monitoramento e previsão do tempo e clima, de maneira a cobrir a demanda nacional e internacional, em termos de informações meteorológicas, ambientais e climáticas.

O CPTEC/INPE e o INMET/MAPA investiram os recursos nas metas estratégicas de expansão da rede meteorológica para cobrir itens de infra-estrutura interna e operacionais, tais como: Estações Meteorológicas Automáticas (105 estações adquiridas), mastros e suporte de antenas (220), antenas (225), painéis solares (220), equipamentos de armazenamento de dados, scanner (1), sistema ininterrupto de energia elétrica, cluster de computadores para modelagem, expansão do servidor web, sistema de processamento de dados. São equipamentos indispensáveis para a coleta, recepção, tratamento, armazenamento e transmissão de dados (ampliação da capacidade do sistema), difusão de informações com eficiência, confiabilidade e eficácia.

Metas Orçamentária e Financeira da Ação: 3E62

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 12.192.431,00 (doze milhões, cento e noventa e dois mil e quatrocentos e trinta e um reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 12.191.536,00 (doze milhões, cento e noventa e um mil e quinhentos e trinta e seis reais) correspondendo à 99,99% do total da ação. Também foram realizados pagamentos na ordem de R\$ 10.312.436,00 (dez milhões, trezentos e doze mil e trinta e seis reais), correspondendo a 84,58% da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Resultados Obtidos:

O projeto é de médio prazo, visto que envolve a compra e instalação de equipamentos com parte adquirida através de licitação internacional, e, ainda, depende de negociações, como é o caso do INMET para a instalação de Estações Meteorológicas Automáticas (EMA). Das 105 estações adquiridas em 2005 foram instaladas 79 nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O INMET está substituindo estações convencionais pelas automáticas. Estas darão informações mais seguras de hora em hora, ou seja, melhora a qualidade das informações fornecidas aos usuários. O CPTEC/INPE adquiriu um Cluster de Modelagem e Sistema para processamento de dados.

Descrição das transferências de recursos:

Os recursos da ação são transferidos após a aprovação pela SEPED de um Plano de Trabalho detalhado Elaborado pelo CPTEC/INPE e INMET/MAPA que resultou na assinatura de um termo de compromisso entre as partes e seus representantes legais.

A Coordenação-Geral de Meteorologia e Climatologia faz o acompanhamento mensal, por meio de planilhas elaboradas pelo Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda. Até o momento, podemos atestar a correta aplicação dos recursos em conformidade com os planos de trabalho apresentados pelos parceiros.

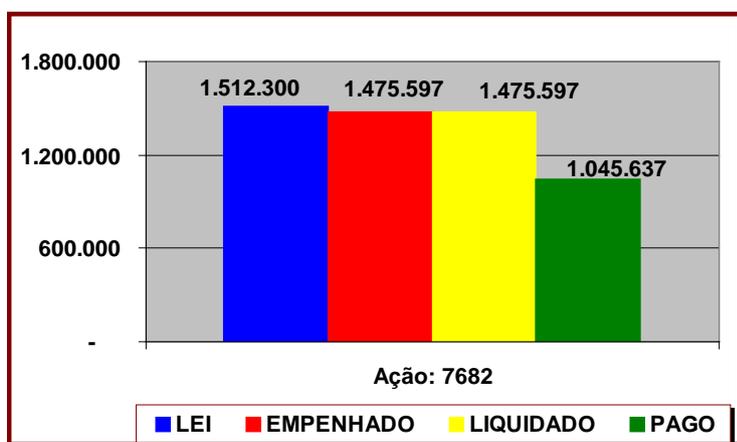
AÇÃO: 7682 – Implantação da Rede de Meteorologia e Clima:

Objetivo da ação:

Aumentar a cobertura e a qualidade das redes estaduais de monitoramento meteorológico com plataformas automáticas de coleta de dados, tornando-as cada vez mais efetivas para atender os usuários desses serviços, contribuindo para o planejamento e decisões governamentais e para a competitividade dos setores produtivos nacionais. Reforçar a pesquisa e desenvolvimento das redes estaduais e regionais, sobretudo em modelagem climática, para suprir as demandas e necessidades de previsão de tempo e clima com alto índice de acerto e confiabilidade através do monitoramento.

Metas Orçamentária e Financeira da Ação: 7682

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 1.512.300,00 (um milhão, quinhentos e doze mil e trezentos reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 1.475.597,00 (um milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e quinhentos e noventa sete reais) correspondendo à 97,57% do total da ação e realizados pagamentos na ordem de R\$ 1.045.637,00 (hum milhão, quarenta e cinco mil e seiscentos e trinta e sete reais), correspondendo a 69,14% da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Descrição das transferências de recursos:

Os instrumentos utilizados para a transferência de recursos à DHN e ao CNPq foram o Plano de Trabalho e o Termo de Compromisso, nos quais os parceiros se comprometem pela execução de atividades previstas no referido Plano.

Tendo em vista as metas atingidas, verificamos que os parceiros estão utilizando os recursos em conformidade com o planejamento acordado.

Resultados Obtidos:

A avaliação da ação no exercício, levando-se em conta os resultados qualitativos e quantitativos alcançados até o momento e a eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, com esclarecimentos, quando necessário, apontam para progresso dentro do esperado conforme os planos de trabalho elaborados pelos parceiros e aprovados pelo MCT, por meio da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED e sua Coordenação- Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia.

Dos equipamentos adquiridos, alguns estão em operação (91 estações nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste) e o plotter em funcionamento. As estações restantes encontram-se em fase de negociação para a sua devida instalação nos estados.

Os resultados do fortalecimento e modernização da infra-estrutura traduzem-se em ganhos que ocorrerão a médio e longo prazos e influirão sobre a capacidade de monitoramento meteorológico e ambiental, *in situ* e remoto, e no aumento da qualidade da previsão do tempo e climática.

Os esforços técnicos, científicos e operacionais entre os parceiros apontam para uma melhor “ governança” no âmbito do Sistema Meteorológico Nacional, com redução de redundâncias, maior complementariedade nas ações e aumento da confiança por parte dos usuários.

Outros aspectos relevantes:

O acompanhamento se deu com as ferramentas disponíveis, ou seja, através de relatórios técnico e financeiro mensais. Ao final dos projetos em 2007, outras visitas técnicas locais deverão ser realizadas.

Programa 1388: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Gerente: Luis Manuel Rebelo Fernandes

Gerente Executivo: Eugenius Kaszkurewicz

Objetivo do Programa:

Desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.

No exercício de 2006, a SEPED, coordenou 4 (quatro) ações deste Programa sendo: 3 (três) ações coordenada pela Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde e 1 (uma) pela Coordenação de Mar e Antártica, sendo:

- **Ação 2B33:** Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia dos Organismos Marinhos;
- **Ação 2B36:** Apoio ao Desenvolvimento de Bioprodutos de Interesse Econômico;
- **Ação 4942:** Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma;
- **Ação 6236:** Desenvolvimento de Pesquisa na Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural.

Ainda no âmbito deste Programa a SEPED, coordenou parte dos recursos da Ação 2272-1388 (Gestão e Administração do Programa), através do PTRES 004751 – PI 001).

Os recursos orçamentários alocados através do PTRES 004751, PI 001, AÇÃO 2272 para esta Secretaria foram da ordem de R\$ 900.673,00 (novecentos mil, seiscentos e setenta e três reais), para cobrir despesas com serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa, veja (Tab. 1) e detalhamento da execução no relatório da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa, na página 29 (Tab. 2) deste relatório.

Coordenação para Mar e Antártica - COMA

Coordenador de Ação: **Maria Cordelia Soares Machado**

Ação da COMA:

- **Ação 2B33:** Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnológico dos Organismos Marinhos

Objetivo da Coordenação:

Entre os principais objetivos da Coordenação para Mar e Antártica está o de assistir a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, no desenvolvimento de sua capacidade de formulação de políticas nacionais e planos para prover as necessidades brasileiras em ciência e tecnologia marinha; reforçar e ampliar a cooperação científica, a nível nacional e internacional, através de redes e arranjos institucionais com organizações nacionais e internacionais, de modo a promover a geração do conhecimento, troca de informação e experiência nas ciências marinhas e oceânicas, globais e regionais.

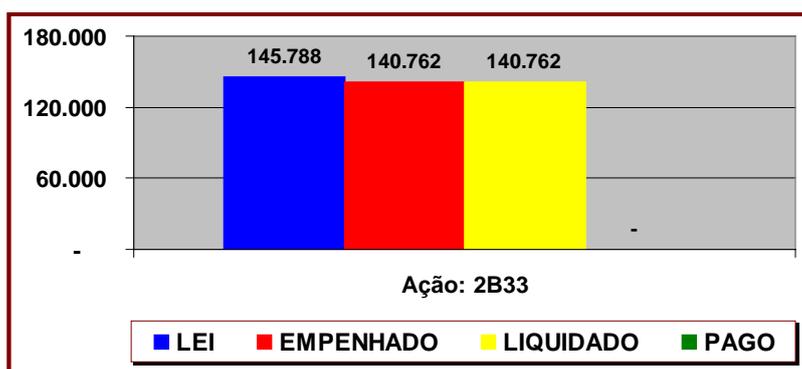
A Coordenação objetiva também, e em destaque, assistir a Secretaria na definição da política científica e nos assuntos científicos antárticos.

Atividades desempenhadas:

Foi elaborado Termo de Referência, visando apoiar os estudos toxinológicos em extratos e peçonhas de organismos invertebrados marinhos, objetivando isolar em alto grau de pureza substâncias bioativas presentes em extratos e peçonhas de organismos marinhos, com potencial biotecnológico para o desenvolvimento de modelos de novos fármacos ou ferramentas farmacológicas.

Metas Orçamentária e Financeira da Ação 2B33

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 145.788,00 (cento e quarenta e cinco mil e setecentos e oitenta e oito reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 140.762,00 (cento e quarenta mil e setecentos e sessenta e dois reais) correspondendo à 96,55% do total da ação, veja (Tab. 1, Fig. abaixo).



Descrição das transferências de recursos:

Descentralização e solicitação de repasse financeiro de R\$ 103.000,00 para o CNPq para que este os repasse para o Laboratório de Farmacologia de Produtos Naturais Marinhos do Depto. Fisiologia do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo para a aquisição de um cromatógrafo líquido de alto desempenho (*HPLC/FPLC, modelo AKTA Purifier 10, GE Healthcare Biosciences*), com acessórios, configurado para purificação de compostos de baixo peso molecular, peptídeos e proteínas existentes em extratos e peçonhas de organismos marinhos.

Avaliação dos resultados:

O potencial biotecnológico que se observa nas moléculas de origem marinha é enorme. Há um grande interesse da indústria farmacêutica, no Brasil e no exterior, para o estudo de extratos e peçonhas de animais marinhos.

A aquisição de um cromatógrafo líquido (configuração HPLC/FPLC) foi de fundamental importância para se poder avançar no isolamento e caracterização de moléculas bioativas com atividades anti-tumoral, hemolítica e neurotóxica, já detectadas em extratos e peçonhas de organismos marinhos, ampliando assim o conhecimento científico brasileiro nesta área.

Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde - CGBS

Coordenador das Ações: **Paulo José Péret de Sant'Ana**

Objetivos da Coordenação:

A biotecnologia tem se destacado como um setor de importância crescente no mundo e no Brasil, tendo sido reconhecida como uma área portadora de futuro pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE ditada pelo Governo Federal.

Ações da CGBS

- **Ação 2B36:** Apoio a Produtos de Bioprodutos de Interesse Econômico
- **Ação 4942:** Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma
- **Ação 6236:** Desenvolvimento de Pesquisas na Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural

Atividades desempenhadas pela CGBS

O Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, visando, atender as áreas prioritárias e estratégicas do País, instituiu a Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde – CGBS, em 10 de junho de 2003, vinculada à Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento- SEPED. As atribuições da CGBS são:

- ✓ Subsidiar a formulação de políticas e definição de estratégias para a implementação de programas, ações e atividades visando o desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo da Biotecnologia no âmbito do MCT;
- ✓ Implementar e acompanhar a Política de Biotecnologia, contribuir com a execução da Política Nacional de Saúde, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo da biotecnologia e saúde;
- ✓ Contribuir com a Gerência do Sub-Programa de Biotecnologia e Saúde no âmbito do Plano Plurianual;
- ✓ Assistir o Departamento de Políticas e Programas Temáticos na elaboração e implementação de metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira do Sub-programa de Biotecnologia e Saúde;
- ✓ Assessorar a presidência do Fundos Setoriais de Biotecnologia e Saúde, acompanhando a implementação de suas ações;

- ✓ Participar de ações de articulações intra e interinstitucionais, nacionais e internacionais, visando o desenvolvimento e o fortalecimento da biotecnologia e saúde.
- ✓ Assistir o Departamento de Políticas e Programas Temáticos e a SEPED, na formulação, implementação e acompanhamento de políticas de cooperação internacional que venham a fortalecer as ações de sua competência;
- ✓ Participar das atividades do Conselho Binacional do Centro Brasileiro Argentino de Biotecnologia- CABBIO, do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia-ICGEB, do Codex Alimentarius, do Protocolo de Cartagena;
- ✓ Atuar como representante do MCT nos seguintes fóruns: Codex Alimentarius, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Consultivo da ANVISA, Comissão Intersetorial de Saúde, dentre outros;
- ✓ Acompanhar, e apoiar a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, em temas afetos ao desenvolvimento da biotecnologia, com ênfase a inovação e a transferência de tecnologia;
- ✓ Acompanhar e participar de atividades, reuniões e fóruns em assuntos relacionados a Biotecnologia e Saúde, em particular em temas de interface com a Biossegurança, Biodiversidade, Inovação em articulação direta com as demais Coordenações, de acordo com as orientações da SEPED.
- ✓ Elaborar e coordenar planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais de execução do programa sob sua responsabilidade.
- ✓ Sugerir e contratar estudos prospectivos em biotecnologia e saúde;

Ação: 2B36: Apoio ao Desenvolvimento de Bioprodutos de Interesse Econômico

Objetivos da ação:

A ação é destinada a contemplar iniciativas estratégicas articuladas à PITCE, destinadas ao desenvolvimento de bioprodutos - a serem incorporados no mercado nacional, a partir da biodiversidade brasileira, de forma sustentável. Tais iniciativas devem envolver aspectos relacionados às seguintes áreas: agrobiologia, química, farmacologia pré-clínica e clínica, farmacotécnica, incluindo-se também estudos prospectivos e gestão tecnológica. além de engenharia genética, biologia molecular, imunologia, enzimologia e outras disciplinas correlatas consideradas importantes.

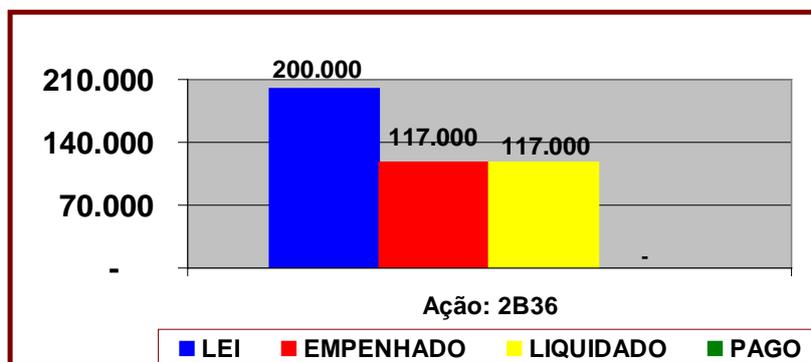
A implementação ficou prejudicada devido às restrições orçamentárias, que impediram o apoio à iniciativas integradas, que requeriam ainda um volume maior de recursos, de modo a envolver várias áreas do conhecimento focadas na geração de um determinado bioproduto. Ao ser criada a ação, foi solicitado recurso da ordem de R\$ 15 milhões, tendo sido aprovado somente 1,33% desse valor. Outro fator que tem contribuído para atrasar mais a execução foi a limitação da disponibilização do teto orçamentário oferecido para esta ação.

No entanto, a ação foi executada por meio ao apoio ao projeto do Programa Instituto do Milênio "Uso a biodiversidade como fonte de novos compostos químicos contra alvos moleculares definidos para o tratamento de malária, tuberculose e doenças mediadas por linfócitos T", do qual participam 10 instituições, e está sob a coordenação do Centro de Pesquisas em Medicina Tropical-CEPEM, em Rondônia, que visa a caracterização química de compostos naturais, a determinação do modo de ação por cinética enzimática e outros métodos

espectroscópicos (MS, Raios-X, NMR), ensaios biológicos in vitro e in vivo, derivatização química e estudos da relação estrutura-atividade biológica.

Metas Orçamentária e Financeira da Ação 2B36

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), deste total, foram empenhados, liquidados R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais) correspondendo à 58,50% do total da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Ação 4942: Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma

Objetivos da ação:

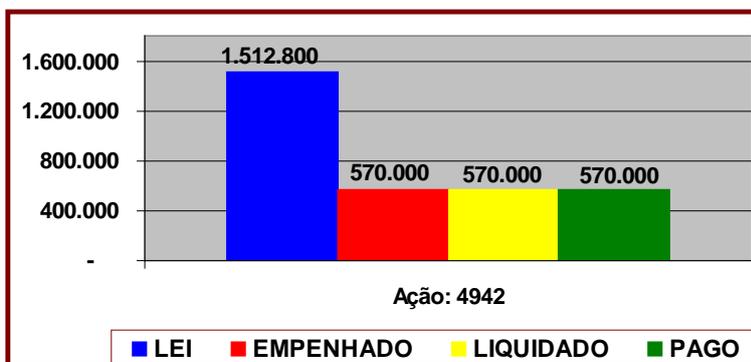
A ação tem por objetivo ampliar o conhecimento em proteoma, permitindo o entendimento do funcionamento do sistema biológico, em condições fisiológicas específicas, além de expandir a capacitação e treinamento nas modernas técnicas proteômicas, criando as condições necessárias para abordar alvos genômicos de programas brasileiros.

As pesquisas poderão causar impactos científicos e sociais, uma vez que os conhecimentos gerados têm, potencialmente, um grande campo de aplicações, como por exemplo na identificação de alvos terapêuticos moleculares para o desenvolvimento de fármacos e vacinas, no desenvolvimento de métodos diagnósticos em biomedicina. Outras aplicações envolvem estudos da associação entre diferentes organismos, como na relação parasita-hospedeiro, cruciais no entendimento de doenças humanas ou em animais e vegetais de interesse da agropecuária, assim como nas associações benéficas entre microrganismos e plantas de grande interesse para a agricultura. A biodiversidade também pode ser abordada por estudos proteômicos na busca de produtos naturais bioativos com potencialidade em aplicações medicinais ou biotecnológicas, como secreções e venenos.

A ação foi executada em sua totalidade, tendo sido provisionado recursos para garantir o avanço do conhecimento em proteoma, criando condições necessárias para que alvos genômicos gerados por programas brasileiros sejam abordados foram apoiadas as seguintes atividades:

Metas Orçamentária e Financeira da Ação: 4942

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 1.512.800,00 (um milhão e quinhentos e doze mil e oitocentos reais), deste total, foram empenhados, liquidados e pagos R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais) correspondendo à 37,68% do total da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Ação 6236: Desenvolvimento de Pesquisa da Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural

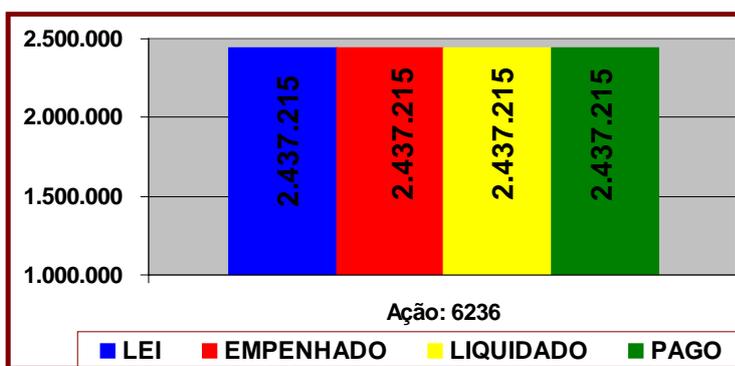
Objetivos da ação:

A ação tem por objetivo consolidar o Laboratório Nacional de Biologia Molecular Estrutural, junto ao laboratório Nacional de Luz Síncrotron (ABTLus) destinado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos de outras instituições nacionais, em biologia molecular estrutural focadas na elucidação da estrutura de proteínas identificadas por meio de estudos de genômicos, proteômicos, cristalografia de proteínas, e demais temas associados a biologia molecular. A Rede Estadual de Biologia Molecular Estrutural encontra-se no seu terceiro ano de funcionamento, sendo que a maioria dos pesquisadores da rede está realizando experimentos de cristalização ou de coleta de dados de difração das proteínas.

A implantação de um laboratório nacional destinado a prestar serviços (técnicas) altamente especializados para instituições de pesquisas do País, visam também evitar a duplicidade de infra-estrutura altamente especializada.

Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6236

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 2.437.215,00 (dois milhões quatrocentos e trinta e sete mil e quinze mil reais), deste total, foram empenhados, liquidados e pagos 100,00% da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



Meta físicas da Ação da 6236

a) Biologia estrutural:

- Número de propostas realizadas na linha MX1 por usuários: **40**
- Número de proteínas resolvidas: **2**

b) Proteoma:

- Número de propostas realizadas por usuários (inclui treinamento concomitante dos usuários): **30**
- Número de Proteomas concluídos: **1**

c) Treinamento de usuários:

- Número de curso de cristalografia de proteínas e um de espectrometria de massas: **1**

Descrição das transferências de recursos:

Convênio com LNLS: Os recursos da Ação 6236 - Desenvolvimento de Pesquisa da Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural, foram repassados ao LNLS por meio de convênio firmado entre SECAV/MCT e aquela instituição.

Em 2006, devido a um acordo informal, recursos da ação 4942-Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma, da ordem de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) também foram repassados ao LNLS condicionados à aplicação em pesquisas e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa GENOPROT.

Convênio com a Unesco: para a realização do Workshop Desenvolvimento e Transferência de Biotecnologias: Cooperação Internacional: O evento foi realizado em 30 e 31 de outubro, com o objetivo de estimular a cooperação entre empresários do setor biotecnológico brasileiro com o Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia – CIEGB – visando à transferência de tecnologias. O encontro reuniu aproximadamente 50 representantes dos setores governamental, científico e produtivo. Após as apresentações, foram discutidas diversas propostas de produção de bioprodutos por empresas ou pesquisadores brasileiros; propostas de formação de redes de pesquisas internacionais ou recomendação de apoio a projetos colaborativos; e proposta de implementação de um programa de capacitação no âmbito do Programa de transferência de tecnologia do CIEGB no parque industrial brasileiro. O evento foi considerado muito proveitoso pelos partícipes, tendo sido abordados os seguintes temas:

- Propostas de produção de bioprodutos por empresas ou pesquisadores brasileiros;
- Propostas de formação de redes de pesquisas internacionais ou recomendação de apoio a projetos colaborativos; e
- Proposta de implementação de um programa de capacitação no âmbito do Programa de transferência de tecnologia do CIEGB no parque industrial brasileiro.

Avaliação dos resultados:

Os resultados obtidos foram considerados dentro do esperado. Os recursos aplicados contribuíram para a implementação da PITCE, permitindo a realização de pesquisas que deverão gerar informações importantes, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico,

visando a superação de problemas relacionados com a saúde humana e para expansão do agronegócio.

A expectativa é que o apoio concedido ao LNLs contribua para a elucidação de estruturas de proteínas, por meio de projetos cooperativos, contribuindo para a identificação de novos alvos farmacológicos, novas moléculas bioativas e marcadores biológicos que podem ser usados para diagnósticos clínicos

Além do apoio a projetos Rede Proteoma/GENOPROT em andamento também foi apoiado o "Workshop Desenvolvimento e Transferência de Biotecnologias Brasil-CIEGB" que, visou, de maneira especial, as pesquisas na área de proteômica, uma vez que tais estudos contribuirão para a busca de produtos com potencialidade de aplicações medicinais, agrícolas e agropecuárias. Assim, para que os esforços da pesquisa brasileira nessa área cheguem ao mercado, o MCT buscou junto ao CIEGB, por meio do referido workshop, trazer experiência do programa de transferência de biotecnologias do CIEGB para o Brasil.

Outros aspectos relevantes:

Ressalta-se a participação da CGBS nos seguintes fóruns de discussão:

Fórum Global de Biotecnologia (Coordenado pelo MDIC, MCT, MS, MAPA e MMA)

O principal objetivo do Fórum Global de Biotecnologia é analisar a situação da biotecnologia no contexto regional, de modo a identificar as principais dificuldades para geração/transferência de tecnologias e as assimetrias entre países no tocante aos marcos regulatórios, bem como elaborar um elenco de recomendações para a adoção de estratégias governamentais, visando otimizar o uso das biotecnologias pelos países e contribuir para remover obstáculos ao acesso ao mercado dos bio-produtos.

Para isto, foram realizadas diversas reuniões que contribuíram para a elaboração da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, lançada no dia 8 de fevereiro de 2007-

Codex Alimentarius

A Comissão do Codex Alimentarius foi criada em 1963 pela FAO/OMS (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação/Organização Mundial de Saúde) para desenvolver normas e diretrizes internacionais, além de textos relacionados aos códigos de conduta do Programa de Normas Alimentares da FAO/OMS. As principais funções deste Programa são proteger a saúde dos consumidores, assegurar práticas equitativas de comércio regional e internacional de alimentos, e promover a coordenação de todas as normas alimentares acordadas pelas organizações governamentais e não-governamentais.

Visando representar todos os segmentos da área de alimentos, o Comitê do Codex Alimentarius do Brasil - CCAB é composto por 14 membros de órgãos do governo, das indústrias e de órgãos de defesa do consumidor, a saber: INMETRO, MRE, MS, MAPA, MF, MJ/DPC, MICT/SECEX, ABIA, ABNT, CNI, CNA, CNC e IDEC. Para um funcionamento adequado a diversidade de temas tratados no âmbito do CCAB, o mesmo possui uma estrutura formada por vários Grupos Técnicos, destinados a dar acompanhamento de cada Comitê Internacional, sendo que os mesmos são também abertos à participação da sociedade.

A Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde do MCT coordena o GT-FBT (Grupo Técnico de Alimentos Derivados da Biotecnologia) que tem como função de elaborar normas, diretrizes, ou outros princípios para os alimentos derivados de biotecnologia, subsidiando as discussões do Grupo Intergovernamental sobre Alimentos Derivados de Biotecnologia integrante

do Programa Codex Alimentarius. Durante o ano de 2004 a participação da CGBS se deu em atendimento á rotina do CODEX, constando de reuniões do CCAB com dos comitês específicos, rotulagem de alimentos, princípios gerais, higiene dos alimentos e discussão da continuação da força tarefa para discussão de alimentos derivados da biotecnologia.

Protocolo de Cartagena (aporte de recursos financeiros do GEF)

Estabelecido em janeiro de 2000, na Convenção de Biodiversidade, trata-se do primeiro acordo internacional que rege transferência, o manuseio e o uso de organismos geneticamente modificados (OGMs), por meio da biotecnologia moderna, com um foco específico na movimentação entre países.

Com a ratificação do 50º país (Palau), o Protocolo de Cartagena de Biossegurança entrou em vigor em 11 de setembro 2003.

O Brasil ratificou o Protocolo de Cartagena em 24 de novembro de 2003, entrando em vigor no país em 22 de fevereiro de 2004

Em 2004 a CGBS participou por meio de consultor científico de algumas reuniões internacionais para discutir temas importantes para o país que implicam no movimento transfronteiriços de alimentos derivados de organismos transgênicos, e conseqüentemente em seus manuseios, embalagens e condições de segurança de transporte, de modo a evitar efeitos adversos para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, e riscos para a saúde humana.

Várias reuniões preparatórias para definição da posição brasileira relativa a regulamentação do Protocolo de Cartagena, ocorreram em 2006 com a participação efetiva do MCT/CGBS, MMA/IBAMA, MAPA, MS/ANVISA e MDIC.

Além disto, em maio de 2004 o Brasil endossou o projeto “Building Capacity for Effective Participation in the Biosafety Clearing House” do Protocolo de Cartagena sobre a coordenação do MCT/CGBS. Este projeto foi aprovado este ano, com o objetivo de auxiliar, com aporte de recursos financeiros do GEF, a efetiva implementação do Centro de Intercâmbio de Informação sobre Biossegurança, com o intuito de que os países cumpram a contento com suas obrigações junto ao Protocolo de Cartagena.